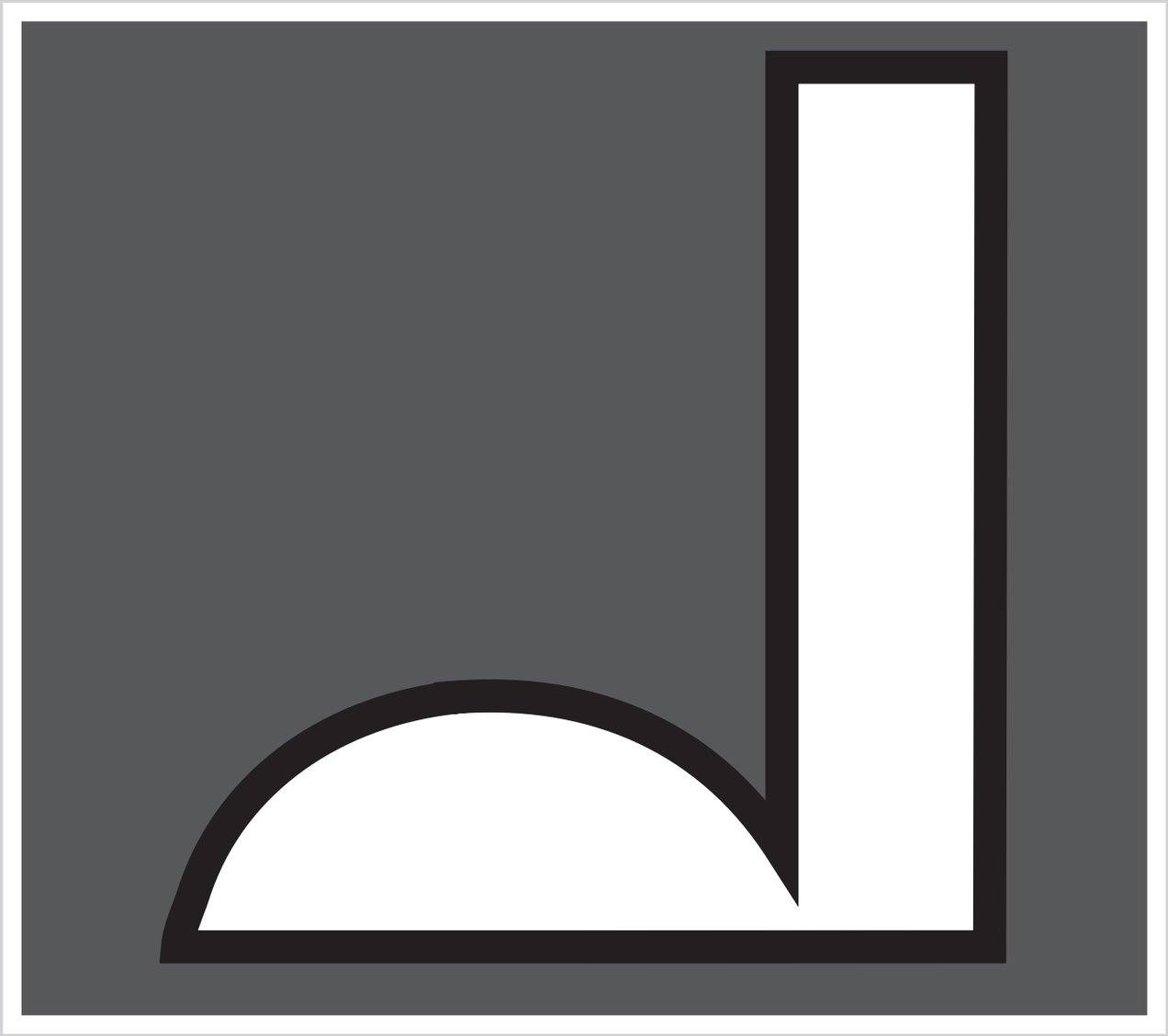
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 150 – SEXTA-FEIRA, 20 DE SETEMBRO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (62,70)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (62,70)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (105)
Romero Jucá (40,104)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 2

Sérgio Petecão (84,87)

Vice-Líder do PSD
Kátia Abreu (11,13,52,60,85)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 15

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,66)
Eduardo Amorim (17,47,48,72)
Blairo Maggi (19,51)
Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)

.....

Líder do PTB - 7

Gim (56,58,59)

Líder do PR - 6

Alfredo Nascimento (41,66)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,65,90)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,67,97)
Rodrigo Rollemberg (69,98)
Inácio Arruda (89,99)

.....

Líder do PT - 12

Wellington Dias (24,65,90)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,93)
Anibal Diniz (25,94)
Paulo Paim (95)
Eduardo Suplicy (96)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,67,97)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4

Rodrigo Rollemberg (69,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,82)

Líder do PCdoB - 2

Inácio Arruda (89,99)

Vice-Líder do PCdoB
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,82)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)

Vice-Líderes
Wilder Morais (101)
Cyro Miranda (31,103)

.....

Líder do PSDB - 11

Aloysio Nunes Ferreira (7,68)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (74)
Alvaro Dias (78)
Paulo Bauer (5,35,79,80)

Líder do DEM - 3

José Agripino (2,10,14,44,46,77)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (28,106,110)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigráfia e Redação de Debates Legislativos

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS
1.1 – DECRETO LEGISLATIVO
Nº 372/2013 64920
1.2 – ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
Nº 37/2013 64920
2 – ATA DA 160ª SESSÃO, DE DEBATES TEMÁTICOS, EM 19 DE SETEMBRO DE 2013 ... 64921
2.1 – ABERTURA 64921
2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO
Destinada a debater o financiamento da Saúde..... 64921
2.2.1 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros) 64921
2.2.2 – Oradores
Sr. Alexandre Padilha, Ministro de Estado da Saúde 64923
Srª Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão 64930
Srª Maria do Socorro de Souza, Presidente do Conselho Nacional de Saúde 64932
Senador Humberto Costa 64934
Sr. Jurandi Frutuoso, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde..... 64936
Sr. Ronald Ferreira dos Santos, Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos e Coordenador do Movimento Saúde+10 64939
2.2.3 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)
Aprovação, pelo Senado Federal, de projeto de resolução que estabelece critérios para avaliação de Políticas Públicas..... 64941
2.2.4 – Oradores (continuação)
Senador Eduardo Suplicy 64941
Senadora Ana Amélia 64942
Senador Mozarildo Cavalcanti 64943
Senador Antonio Carlos Valadares..... 64944
2.2.5 – Comunicação da Presidência
Antecipação da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de hoje para as 15 horas, com inclusão das matérias com deliberação prevista para amanhã na referida Ordem do Dia..... 64945
2.2.6 – Oradores (continuação)
Senador José Pimentel..... 64945
Senador Paulo Davim 64947
Senador Waldemir Moka..... 64947
Senador Casildo Maldaner 64948
Senador Wellington Dias..... 64949
2.2.7 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)
Disponibilização, até o dia 18 de outubro, no portal e-Cidadania, da minuta do anteprojeto do novo Código Comercial, com possibilidade de todos os cidadãos participarem e enviarem sugestões... 64950
2.2.8 – Oradores (continuação)
Senador Inácio Arruda..... 64951
Srª Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão 64952
Sr. Alexandre Padilha, Ministro de Estado da Saúde 64953
Sr. Ronald Ferreira dos Santos, Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos e Coordenador do Movimento Saúde+10 64954
Srª Maria do Socorro de Souza, Presidente do Conselho Nacional de Saúde 64955
Senador José Pimentel..... 64956
Sr. Jurandi Frutuoso, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde..... 64956
2.3 – ENCERRAMENTO..... 64956
3 – ATA DA 161ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 19 DE SETEMBRO DE 2013.... 64957
3.1 – ABERTURA 64958
3.2 – ORDEM DO DIA
3.2.1 – Comunicação da Presidência
Despacho determinando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, 28 e 43/2013..... 64962
3.2.2 – Item 12 (Tramita em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20 e 28/2013) (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)
Proposta de Emenda à Constituição nº 43/2013 (nº 349/2001, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Luiz Antonio Fleury),

que *acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 47 e dá nova redação aos incisos III, IV e XI do art. 52, ao § 2º do art. 55 e ao § 4º do art. 66 da Constituição Federal, abolindo a votação secreta no âmbito do Poder Legislativo*. **Não houve oradores na primeira sessão de discussão em primeiro turno.** 64963

3.2.3 – Item 13 (Tramita em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 28 e 43/2013) (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20/2013, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*. **Não houve oradores na primeira sessão de discussão em primeiro turno.** 64963

3.2.4 – Item 14 (Tramita em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20 e 43/2013) (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 28/2013, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *altera os artigos 47 e 52 da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto na deliberação de cada casa e do Congresso Nacional*. **Não houve oradores na primeira sessão de discussão em primeiro turno.** 64963

3.2.5 – Item 2 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei do Senado nº 380/2012, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira*. **Aprovado.** 64964

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 380/2012 **(Parecer nº 1.064/2013-CDIR). Aprovada.** À Câmara dos Deputados. 64964

3.2.6 – Item 16 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei da Câmara nº 40/2013 (nº 4.280/2008, na Casa de origem, do Deputado Beto Mansur), que *dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do permissionário lotérico, fixa condições para sua atuação como correspondente bancário, e dá outras providências*. **Aprovado, com a Emenda nº1-PLEN, de redação**, após **Parecer nº 1.065/2013-PLEN**, proferido pela Senadora Vanessa Grazziotin, tendo usado da palavra os Senadores Romero Jucá, Wellington Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Inácio Arruda, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Waldemir Moka, Gim, Rodrigo Rollemberg, Sérgio Souza, Vanessa Grazziotin (Relatora), Lúcia Vânia, Ana Amélia, Eduardo Braga e Randolfe Rodrigues. 64968

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 40/2013 **(Parecer nº 1.066/2013-CDIR). Aprovada.** À sanção. 64980

3.2.7 – Item 3 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei da Câmara nº 26/2013 (nº 2.592/2007, na Casa de origem, do Deputado Beto Albuquerque e outros Deputados), que *altera os arts. 173, 174, 175, 191, 202, 203, 292, 302, 303, 306 e 308 da Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre sanções administrativas e crimes de trânsito*. **Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CCJ)**, tendo usado da palavra os Senadores Vital do Rêgo (Relator), Wellington Dias, Eduardo Braga, Randolfe Rodrigues, Gim, Magno Malta e Cristovam Buarque..... 64983

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 26/2013 **(Parecer nº 1.067/2013-CDIR). Definitivamente adotado.** À Câmara dos Deputados. 64987

3.2.8 – Suspensão da sessão às 17 horas e 1 minuto e reabertura às 17 horas e 7 minutos 64990

3.2.9 Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária 64990

3.3 – APÓS A ORDEM DO DIA

3.3.1 – Discursos

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI*, como Líder – Alegria pela aprovação de projeto de lei que cria a Política Nacional de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira; e outros assuntos. 64994

3.3.2 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 1.094/2013, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos. **Aprovado.** 64996

3.3.3 – Discursos (continuação)

SENADOR *CASILDO MALDANER* – Preocupação com as dificuldades enfrentadas pela fruticultura no País e expectativa com o desenvolvimento do setor. .. 64996

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Referência a manifesto de servidores do Senado pela construção de bicicletários na Casa. 64999

SENADOR *SÉRGIO SOUZA*, como Líder – Dúvidas sobre a existência de maturidade para aprovar uma reforma política e eleitoral substancial; e outro assunto. 65002

SENADORA *ANA AMÉLIA* – Posicionamento favorável ao voto aberto no Parlamento Brasileiro; e outros assuntos. 65005

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE*, como Líder – Observações a respeito do julgamento, pelo STF, do caso “Mensalão”; e outro assunto..... 65008

SENADOR *EUNÍCIO OLIVEIRA* – Satisfação pelas conquistas alcançadas na área da saúde durante o Governo Dilma Rousseff..... 65012

SENADOR *JOÃO CAPIBERIBE* – Registro da celebração da Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul; e outro assunto. 65014

SENADOR *ARMANDO MONTEIRO* – Comentários sobre o sistema tributário para as micro e pequenas empresas. 65016

SENADOR *DELCÍDIO DO AMARAL* – Preocupação com os conflitos envolvendo indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul; e outro assunto. .. 65020

SENADOR *PAULO PAIM* – Reflexões acerca da democracia, seus avanços e desafios; e outros assuntos. 65022

3.3.4 – Leitura de requerimentos

Nº 1.109/2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de aplauso e congratulações ao Instituto Federal Amazonas..... 65026

Nº 1.110/2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando informações à Ministra-Chefe de Estado da Secretaria de Comunicações da Presidência da República. 65027

Nº 1.111/2013, de autoria da Senadora Lídice da Mata, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 427/2012. **Deferido.** 65031

3.3.5 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 72/2013, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que *altera o § 3º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para permitir a contratação de operações de crédito destinadas ao financiamento de ações de promoção de eficiência energética.*..... 65032

3.3.6 – Ofício do Ministro de Estado da Previdência Social

Nº 59/2013, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 650/2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. 65039

3.3.7 –Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 309/2013, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 650/2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. 65039

3.3.8 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 572/2013, na origem, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 632/2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. 65039

Nº 571/2013, na origem, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 633/2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. 65039

Nº 144/2013, na origem, do Ministro de Estado da Educação, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 652/2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. 65039

Nº 59/2013, na origem, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 825/2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço..... 65039

Nº 1.031/2013, na origem, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 659/2013, de autoria do Senador Aécio Neves. 65039

Nº 123/2013, na origem, do Ministro de Estado do Turismo, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 660/2013, de autoria do Senador Aécio Neves. 65039

Nº 1.454/2013, na origem, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 662/2013, de autoria do Senador Aécio Neves. 65039

Nº 82/2013, na origem, da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 667/2013, de autoria do Senador Aécio Neves. 65039

Nº 573/2013, na origem, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 669/2013, de autoria do Senador Aécio Neves. 65040

Nº 530/2013, na origem, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 671/2013, de autoria do Senador Aécio Neves. 65040

Nº 11.317/2013, na origem, do Ministro de Estado da Defesa, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 677/2013, de autoria do Senador Aécio Neves. 65040

Nº 27.477/2013, do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 678/2013, de autoria do Senador Aécio Neves. 65040

Nº 1.755/2013, na origem, do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 680/2013, de autoria do Senador Aécio Neves. 65040

Nº 58/2013, na origem, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 684/2013, de autoria do Senador Aécio Neves. 65040

Nº 143/2013, na origem, do Ministro de Estado da Educação, encaminhando parte das informações solicitadas no Requerimento nº 692/2013, de autoria do Senador Aécio Neves. 65040

3.3.9 – Ofício da Procuradoria-Geral da República

Nº 1.901/2013, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 465/2013, de autoria do Senador Fernando Collor. 65040

3.3.10 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 311/2013, na origem, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 772/2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. 65040

Nº 119/2013, na origem, do Ministro de Estado dos Transportes, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 661/2013, de autoria do Senador Aécio Neves. 65040

Nº 700/2013, na origem, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República enca-

minhando informações em resposta ao Requerimento nº 676/2013, de autoria do Senador Aécio Neves. 65040

3.3.11 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 213/2013 (nº 825/2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Canadá, celebrado em Brasília, em 8 de agosto de 2011.*..... 65041

Projeto de Decreto Legislativo nº 214/2013 (nº 873/2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação Bilateral em Matéria de Defesa, assinado em Varsóvia, em 1º de dezembro de 2010*..... 65054

3.3.12 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 213 e 214/2013, tendo a referida Comissão o prazo de quinze dias úteis, prorrogável por igual período, para opinar sobre a proposição. 65060

3.3.13 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 67/2013 (nº 2.595/2000, na Casa de origem), de autoria do Deputado Glycon Terra Pinto, que *dispõe sobre a manutenção de elevadores elétricos, esteiras e escadas rolantes, instalados em edifícios residenciais, comerciais e de serviços públicos ou privados; e dá outras providências.* 65060

3.3.14 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a primeira comissão do despacho, ao Projeto de Lei da Câmara nº 67/2013. 65064

3.3.15 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 68/2013 (nº 5.369/2009, na Casa de origem), de autoria do Deputado Vieira da Cunha, que *Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).* 65065

Projeto de Lei da Câmara nº 69/2013 (nº 3.684/2012, na Casa de origem), de autoria da Deputada Sandra Rosado, que *inscreve o nome de Clara Camarão no Livro dos Heróis da Pátria.* 65073

3.3.16 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 79/2009 (tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 171/2009; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 31, 143, 155 e 371/2008; 279/2009; 95, 232 e 254/2010). 65076

Cancelamento de sessão solene do Congresso Nacional prevista para 11 de novembro próximo, às 11 horas, destinada a comemorar os 80 anos do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia. .. 65076

3.3.17 – Comunicações

Das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e do DEM no Senado Federal, de indicação de membro para integrar diversas comissões **(Ofício S/nº/2013).** *Designação do Senador Osvaldo Sobrinho para compor, como titular, as Comissões de Assuntos Econômicos; de Agricultura e Reforma Agrária; de Assuntos Sociais; da Temporária destinada a propor soluções ao Financiamento do Sistema de Saúde do Brasil; e, como suplente, as Comissões de Serviços de Infraestrutura; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Temporária da Reforma do Código Penal Brasileiro; e Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas; e Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.* .. 65076

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de extinção da Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 **(Memorando nº 169/2013).** 65077

3.3.18 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 2.133/2013, comunicando o envio à promulgação do Projeto de Decreto Legislativo nº 576/2012. 65077

3.3.19 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA *LÍDICE DA MATA* – Registro do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. 65077

SENADOR *INÁCIO ARRUDA* – Apelo por promoção de maior acessibilidade às pessoas com deficiência no Brasil e registro de iniciativas exitosas no País. 65079

SENADORA *ANGELA PORTELA* – Satisfação com a aprovação de proposta de emenda à Constituição que institui o voto aberto em todas as deliberações do Legislativo..... 65081

3.4 – ENCERRAMENTO..... 65082

4 – EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA

Nºs 1 e 2, apresentadas ao Projeto de Lei nº 9/2013-CN 65082

5 – ATAS

5.1 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 617/2013

Ata da 1ª Reunião, realizada em 13 de agosto de 2013..... 65085

5.2 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 618/2013

Ata da 1ª Reunião, realizada em 7 de agosto de 2013..... 65089

Ata da 2ª Reunião, realizada em 10, 11 e 17 de setembro de 2013..... 65093

6 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, EM 19.9.2013 65120

SENADO FEDERAL

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação 65121
Bancadas dos Partidos 65121
Por ordem alfabética 65132

8 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 65124

9 – LIDERANÇAS 65125

10 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 65129

11 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 65132

12 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 65150
CAS – Comissão de Assuntos Sociais 65158
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 65162
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 65168
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 65174
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 65183
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 65191
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura . 65200
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo 65208
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 65215
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 65219
CSF – Comissão Senado do Futuro 65223

13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993) 65224
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993) 65225
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995) 65227
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013) 65227
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005) 65227
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001) 65228
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009) 65230
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010) 65232
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010) 65234
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012) 65236
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013) 65238

CONGRESSO NACIONAL

14 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) 65240
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008) 65246
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007) 65248
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999) 65249
Comissões Mistas Especiais 65250

15 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/ 1972) 65254
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991) 65255
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011) 65256

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 372, DE 2013(*)

Aprova o texto do Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para Evitar a Dupla Tributação de Salários, Ordenados e outras Remunerações Auferidas por Membro de Tripulação de Aeronave Operada em Tráfego Internacional, assinado em Brasília, em 2 de setembro de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para Evitar a Dupla Tributação de Salários, Ordenados e outras Remunerações Auferidas por Membro de Tripulação de Aeronave Operada em Tráfego Internacional, assinado em Brasília, em 2 de setembro de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de setembro de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal .

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 20/6/2013

ATO DO PRESIDENTE
N° 37, DE 2013

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

Resolve:

Art. 1° Fica constituída Comissão Especial para análise dos projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública, composta pelos Senadores Vital do Rêgo, Pedro Taques, Lindbergh Farias, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Eunício Oliveira e Randolfe Rodrigues.

Parágrafo único. A Comissão será presidida pelo Senador Vital do Rêgo e o relator será o Senador Pedro Taques.

Art. 2°. À Comissão incumbe:

I – analisar as matérias sobre o tema em tramitação no Senado Federal;

II – Realizar audiências públicas com especialistas no tema;

III – elaborar relatórios mensais;

IV – elaborar relatório final;

V – apresentar anteprojeto sobre a matéria.

Art. 3°. Para desenvolver suas atividades, a Comissão poderá:

I – utilizar a estrutura do Instituto do Legislativo Brasileiro – ILB;

II – solicitar estudos, informações e serviços à Consultoria Legislativa e à Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle;

Art. 4° Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão.

Art. 5° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de setembro de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Ata da 160ª Sessão, de Debates Temáticos, em 19 de setembro de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 39 minutos e encerra-se às 15 horas e 29 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão destina-se ao debate temático do financiamento da saúde.

Convido para compor a Mesa o Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha. *(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa, com muita satisfação, a Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento e Gestão do Brasil, Miriam Belchior. *(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa o Presidente da Comissão de Financiamento da Saúde do Senado Federal, Senador Vital do Rêgo. *(Palmas.)*

Convido também, para compor a Mesa, o Presidente da Comissão de Financiamento da Saúde, Senador Humberto Costa. *(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa, a Presidente do Conselho Nacional da Saúde, Srª Maria do Socorro de Souza. *(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa o representante do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass), o Secretário Executivo Sr. Jurandi Frutuoso. *(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa o presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar) e coordenador do Movimento Saúde Mais Dez, Sr. Ronald Ferreira dos Santos. *(Palmas.)*

A Srª Ministra do Planejamento e Gestão, Sr. Ministro da Saúde, senhores convidados, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, a saúde pública brasileira, como todos sabem, está diante está diante de um dilema. Não é preciso muito para ver o quanto a população tem sofrido com os serviços de saúde oferecidos nos postos de saúde, ambulatórios, maternidades e hospitais. Quase todas as pesquisas apontam a saúde com uma das angústias nacionais.

A saúde é um dos principais componentes da vida, seja como pressuposto indispensável para a sua permanência, seja como elemento agregado a sua qualidade. Assim, a manutenção da saúde está ligada, muitas vezes, ao direito à própria existência.

Em todo o Brasil, o cidadão, ao procurar tratamento, frequentemente se depara com toda sorte de desrespeito: além das longas filas, o descaso, o desconforto, as dores e, muitas vezes, o desespero.

Falta consideração a sua dignidade, faltam médicos, faltam remédios, a cobertura é pretensamente universal, e o atendimento, infelizmente, não tem sido integral.

Sabemos todos que essa situação atinge mais dolorosamente à população de menor poder aquisitivo.

O Estado brasileiro tem como uma de suas premissas básicas a redução das desigualdades sociais.

Assim, o sistema público de saúde se sustenta e se legitima (...) pela população tem, além da responsabilidade legal, um compromisso moral com os menos favorecidos.

Se, por um lado, a população clama por mais atendimentos, mais médicos, mais leitos, mais hospitais, mais saúde enfim, por outro lado, os Municípios e os Estados alegam como fator impeditivo da efetivação do direito à saúde a elevada demanda em contraposição com a escassez dos recursos.

Diante desse e de tantos outros aspectos importantes que se envolvem na questão da saúde pública, o Senado se mobilizou para realizar esta sessão temática, a fim de discutir as dificuldades que envolvem o setor e, assim, debater caminhos, buscar soluções e, caso necessário, modernizar os marcos legais para que o direito à saúde, que a Constituição garante a todo brasileiro, seja uma realidade.

Os arts. 6º e 196 de nossa Carta Magna preveem a efetividade à saúde por meio da integralidade de assistência, diretrizes que se acham expressas também na Lei nº 8.080. Sendo um direito social e fundamental, a saúde, assim reitero, é um dever do Estado.

Temos um modelo integral e complexo de saúde pública e precisamos definir financiamentos permanentes para o setor e debater aspectos que levem à melhoria dos serviços prestados, entre eles o percentual do Orçamento Público para o setor, a carreira dos médicos, o Revalida e o Programa Mais Médicos. Entre esses aspectos, destaco o mais premente e im-

portante a ser debatido e resolvido: o que diz respeito à destinação de mais recursos para a saúde.

Recentemente, recebi em meu gabinete representantes do movimento Saúde+10, que reuniu cerca de um milhão e novecentas mil assinaturas de entidades, associações e movimentos sociais.

Há um clamor nacional em favor do projeto de lei de iniciativa popular que estabelece vinculação de 10% da receita bruta da União para a área de saúde. Ouvi deles que, em uma recente pesquisa, 58% dos entrevistados consideraram a melhoria da saúde como a principal reivindicação do povo junto ao Governo. Creio ser esse, portanto, um momento propício para reafirmar os compromissos do Parlamento com a sociedade no sentido de avançar no entendimento que permita a aprovação dessas matérias o mais rapidamente possível e em regime de urgência, como cobra a sociedade brasileira.

Outra tentativa de resolver os problemas de saúde do País encontra-se no orçamento impositivo, que votaremos muito em breve. Na Comissão de Constituição e Justiça, o relator do orçamento impositivo é o Senador Eduardo Braga.

Creio ser razoável a proposta de que 50% das emendas impositivas sejam para a saúde. A partir das discussões e análises a serem apresentadas, deveremos apontar qual é, na verdade, o percentual possível. O ideal, contudo, é que seja realizado um acordo entre o Legislativo e o Executivo, pois assim evitaremos a possibilidade de judicialização do problema.

Por isso é que tenho trabalhado e continuarei trabalhando no sentido de que haja esse acordo. E esta sessão temática será, acredito, fundamental para que possamos dar passos significativos nesse caminho.

A pertinência de inserir no texto constitucional a carreira médica de Estado é outra questão sobre a qual teremos que nos debruçar brevemente. De acordo com a PEC 34, os médicos de Estado deverão ser organizados em carreira, nos termos da lei orgânica que dispuser sobre sua organização e funcionamento. Suas atividades, consideradas essenciais ao funcionamento do Estado, serão exercidas unicamente no âmbito do Sistema Único de Saúde. Assim, serão obrigatórios os concursos públicos da especialidade médica na esfera federal.

Atualmente, estamos aguardando a apreciação da matéria, que se encontra também na Comissão de Constituição e Justiça e tem como relator o nosso colega, companheiro, Senador e médico Paulo Davim.

Ainda de interesse para a área de saúde, outro projeto também se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do seu Presidente, Senador Vital do Rêgo. Trata-se do PL 20, de 2012, que incentiva a criação de unidades de serviço de medicina legal em regiões metropolitanas e cidades do interior. É uma especialidade que utiliza conhecimentos técnico-científicos para esclarecer fatos de interesse da Justiça, como o exame do corpo de delito, para identificar as causas de uma violência, e a autópsia, para determinar a causa de uma morte.

São, assim, vários os assuntos de interesse para a área de saúde que aguardam deliberação de nós, Parlamentares. E esta sessão temática, repito, sem dúvida, haverá de contribuir para a formação mais acurada de nossas opiniões, de nossos posicionamentos.

Entretanto, creio, dois deles especialmente requerem que estejamos bastante embasados para que a nossa deliberação, que é o Programa Mais Médicos e o Revalida, que têm mobilizado setores da sociedade com muitas opiniões a favor. E também – é democrático – opiniões contrárias.

O objetivo do Mais Médicos é formar recursos humanos na área médica para o Sistema Único de Saúde, especialmente em Municípios do interior e de periferias das grandes cidades.

Já tive a oportunidade de expressar pessoalmente à Presidente Dilma Rousseff o meu apoio ao programa. Cumprimentei-a pela coragem no enfrentamento dos problemas da saúde pública, que sei que nos afligem a todos.

O meu desejo é que esta sessão traga subsídios para dar respostas efetivas ao brasileiro que busca ajuda médica para cuidar da saúde e preservar a sua vida.

Gostaria de repetir, mais uma vez, o meu sincero agradecimento ao Ministro Alexandre Padilha, que vem desenvolvendo um grande trabalho à frente da pasta da Saúde e que corajosamente também se dispôs a comparecer a este debate, mesmo sendo a saúde – enfatizo mais uma vez o compromisso público e a coragem do Ministro Padilha – uma das áreas mais sensíveis do País.

Tenho certeza de que todos reconhecem os méritos do Ministro Padilha e sabem, como ele, que a saúde tinha a CPMF, e acabou precisando de um grande contorcionismo tributário para fazer face às imensas despesas com a saúde no Brasil.

Vamos ao debate, na certeza de que ele haverá de apontar muitos caminhos para o financiamento da saúde pública no Brasil.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra em primeiro lugar ao Ministro Alexandre Padilha.

Com a palavra, o Ministro Padilha.

V. Exª dispõe de pelo menos 15 minutos, mas compreenderemos o tempo que for necessário para que a sua intervenção inicial possa impulsionar este

debate, que é insubstituível para a solução desse problema que angustia a todos.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria saudar a minha colega de governo Ministra Miriam Belchior, saudar a Presidenta do Conselho Nacional de Saúde, Socorro, saudar o Jurandi Frutuoso, Secretário Executivo do Conass, o Ronald, Coordenador do Movimento Saúde + 10. Em nome do Senador Aloysio Nunes, Senador do meu Estado, saudar todos os Senadores e Senadoras aqui presentes.

Quero agradecer mais uma vez ao Presidente Renan, a todos os Senadores, ao Presidente Vital, que coordena a Comissão de Financiamento, e ao Relator da Comissão de Financiamento, o ex-Ministro Humberto Costa por mais esta oportunidade de debatermos, aqui no Senado e no Congresso Nacional, o tema da saúde, sobretudo um dos grandes desafios que temos do SUS, que é pensarmos um modelo estável e permanente de financiamento para a saúde pública do nosso País.

Acredito que toda a vez que o Congresso Nacional se debruça sobre o tema da saúde e se dispõe a debatê-lo, coloca-o na sua agenda central, numa quinta-feira de manhã, vários Senadores e Senadoras aqui presentes, é a saúde que ganha, o SUS que ganha.

Pode passar o próximo.

Temos um desafio que não é pequeno, um desafio construído por esta Casa. Foi o Congresso Nacional, através da Constituição, no período de redemocratização do País, que colocou para o Brasil um desafio que nenhum outro país da nossa dimensão assumiu, que é buscar levar saúde pública, universal, gratuita com integralidade a uma população de 200 milhões de habitantes.

A rigor, nenhum país com mais de 100 milhões de habitantes tem um sistema público universal e gratuito. Então, o Brasil e o Congresso Nacional ajudaram a construir esse desafio. É um país único em relação a outros países. Para dar conta desse desafio num país tão diverso como o nosso, ainda tão desigual, com tantas diferenças regionais, econômicas e sociais, é muito importante que o Congresso Nacional, que criou o SUS, possa debater permanentemente sobre os seus desafios.

Quando mostramos alguns números do que é o Sistema Único de Saúde... Antes de vir para cá, estava numa reunião da missão da Organização Pan-Americana de Saúde, que conhece muito o SUS, mas que toda a vez se impressiona com alguns números. São números que impressionam, com todos os desafios, o déficit de qualidade e o que precisamos ampliar de acesso ainda.

O Brasil é reconhecido mundialmente – só para dar dois exemplos –, ainda mais depois da incorporação da vacina do HPV para as mulheres com o mais amplo calendário público e gratuito de vacinação do mundo inteiro – nenhum país da nossa dimensão oferece esse calendário com altas coberturas de vacinação como nós temos –, como também, nos últimos três anos, o recordista mundial de transplantes de órgãos através de um sistema público e gratuito. Nenhum país fez mais de 20 mil transplantes como nós fizemos a cada ano, nos últimos três anos, totalmente gratuitos para a sua população.

Pode passar o próximo.

E alguns feitos do Sistema Único de Saúde, nesses 25 anos do SUS, são reconhecidos mundialmente. Na última semana, só para citar um deles, o Relatório Mundial do Unicef reconheceu o Brasil como o principal caso mundial de redução da mortalidade infantil. Em 2011, quatro anos antes do ano de 2015, dos objetivos do milênio, alcançamos o objetivo do milênio da redução da mortalidade infantil. Só que o Relatório do Unicef da semana passada deu um dado ainda mais forte: o Brasil reduziu a mortalidade infantil mais do que todos os países da América Latina, reduziu mais do que todos os BRICS, os países emergentes da nossa dimensão, e teve uma taxa de redução maior do que a dos países de renda média alta. Quando você pega os países de renda *per capita* média elevada e compara, a taxa de redução nesses países foi menor do que o Brasil reduziu nos últimos 20 anos. Foram 77% de redução nos 20 anos e 45%, ou seja, uma proporção ainda maior, nos últimos dez anos de redução da mortalidade infantil neste País.

Esse sistema que o Congresso Nacional construiu para o País já deu conta de alguns desafios, mas tem uma série de lacunas. Uma delas é exatamente a discussão de como se garante um financiamento estável para um desafio tão complexo como oferecer saúde pública universal e gratuita da vacinação ao transplante, do insumo e da ação mais básica de prevenção e preservação da vida até o procedimento mais complexo, de maior risco e maior complexidade, que é um transplante de órgãos.

Só que, ao longo desses 25 anos, nós não definimos com muita clareza uma proposta de financiamento estável. Todos os senhores sabem que o Congresso Nacional, ao promulgar a Constituição, aprovou a responsabilidade do Estado. Este é outro detalhe: a nossa Constituição. Nenhum país tem na sua Constituição a insígnia de que saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Nem as Constituições mais recentes,

frutos de reformas democráticas, como na América Latina, na Bolívia, na Venezuela e no Equador, têm uma insígnia tão avançada e ousada em relação ao direito à saúde como a nossa.

Pode passar.

Ao longo desses 25 anos do SUS, a primeira fonte estável definida para buscar financiar a saúde foi exatamente a aprovação da CPMF. A CPMF surgiu como fonte para um debate do Congresso Nacional.

Pode passar o próximo.

Ao longo dos anos em que existiu, de 1997 até 2007, ela foi responsável por cerca de 30% – houve variações ano a ano – do financiamento dos recursos da saúde, do Ministério da Saúde, nesse período. Ou seja, um terço dos recursos do Ministério da Saúde, enquanto existiu a CPMF, foram provenientes dessa fonte de financiamento, que foi a única fonte construída, além das fontes da seguridade social, especificamente para a área da saúde.

Pode passar o próximo.

Quando, numa noite do Congresso Nacional, no ano de 2007...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. *Fora do microfone.*) – Madrugada!

O SR. ALEXANDRE PADILHA – ... numa madrugada, aqui, Senador Inácio Arruda – é que madrugada faz parte da noite de uma certa forma –, mas é mais dramático ainda, mais intenso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. *Fora do microfone.*) – Pode ser o dia, que é o dia todo.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Está certo. É verdade, Senador Inácio Arruda.

Numa madrugada do Congresso Nacional, ao se retirar a CPMF, que até então era a única fonte nova definida para a área da saúde, retiraram-se R$40 bilhões anuais do Ministério da Saúde. Isso foi retirado em 2007. Se contarmos 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, são R$200 bilhões retirados do Orçamento da saúde da nossa população.

Pode passar o próximo.

O Congresso Nacional também teve, ao longo do ano de 2011, um avanço muito importante, que foi o debate da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29.

Os senhores e as senhoras sabem que foi um avanço importante a Emenda Constitucional nº 29 para se estabelecerem regras de vinculação de recursos para a área da saúde. E, ao longo do ano de 2011, o Congresso Nacional, tanto a Câmara quanto o Senado, debateu e aprovou a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que foi um passo muito importante. Eu diria que, depois da criação da CPMF, foi o segundo passo mais importante para definir financiamento na área da saúde. Em primeiro lugar, porque regulamentou aquilo que era uma emenda constitucional, e a própria emenda constitucional exigia esse processo de regulamentação; estabeleceu claramente que governos federais, estaduais e municipais tivessem regras claras em relação ao que são ações de serviços de saúde, porque, até então, essas regras não estavam bem definidas e faziam com que muitos gastos que não eram ações de serviços de saúde fossem imputados como investimentos na saúde; estabeleceu como obrigatória uma vinculação tanto do Estado quanto do Município como uma regra do Governo Federal.

Muitas pessoas dizem: "Ah, mas a regra do Governo Federal não estabeleceu um mínimo a ser aplicado."

Não é verdade. A própria regulamentação estabeleceu um mínimo e não é pouca coisa porque, até 2003, o Governo Federal não cumpria o que estava estabelecido na Emenda Constitucional nº 29. Começou a cumprir, ano a ano, a partir de 2003 quando começou o Governo do Presidente Lula e agora o Governo da Presidenta Dilma e certamente a Ministra Miriam Belchior vai mostrar que, ao longo desses anos, inclusive, o Governo colocou mais recursos do que o mínimo que na Emenda Constitucional nº 29 era estabelecido.

Então, no dia em que o Senado fez a aprovação final da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, foi um ganho importante para a saúde porque estabeleceu o que são ações e serviços, estabeleceu como regra permanente que todos os três níveis de Governo terão que cumprir enquanto essa regulamentação existir.

Pode passar o próximo.

É muito importante que o Congresso – e certamente essa Comissão de Financiamento tem debatido isso, tanto aqui no Senado, quanto na Câmara – compreenda investimento na saúde não como gasto. O investimento na saúde não é só um esforço da garantia de um direito básico estabelecido em nossa Constituição, não é só um esforço de ampliação de serviços para garantir acesso a um direito da nossa cidadania.

Investimento na saúde também é investimento no crescimento econômico do nosso País. Nenhum país se tornou rico sem ter uma forte indústria, um setor econômico forte no campo da saúde. A área da saúde é o setor que mais inova tecnologicamente em nosso País: 30% do esforço de inovação tecnológico do Brasil são na área da saúde, na indústria, no setor de tecnologia da informação, no setor de serviços, no setor de equipamentos, indústria farmacêutica, 30%. É mais até do que a média mundial. A média mundial de inovação tecnológica no campo da saúde é de 28% no mundo inteiro. No Brasil chega a ser 30%, ou seja,

o esforço, a contribuição para inovação na indústria e na economia do País no campo da saúde é maior do que a média mundial.

É também um setor muito importante para a geração e manutenção de empregos em todo o País, sobretudo nos pequenos Municípios, nos médios Municípios, no Município do interior. Está aqui o Secretário Jurandi Frutuoso, Secretário Executivo do CONASS, que sabe que muitos secretários municipais e estaduais de saúde ganham prêmios da associação comercial no Município, porque cada vez que você expande uma equipe de atenção básica – como a equipe da Saúde Família, de agentes comunitários de saúde – e amplia serviços, você reduz a inadimplência no comércio do Município porque gera mais empregos. São empregos que conseguem incorporar profissionais daquela realidade da comunidade, às vezes com formação profissional ainda não tão complexa, ou seja, oferecer oportunidade de emprego para o conjunto de pessoas daquela comunidade, reduzindo o gasto das famílias com transporte para se tratar fora daquela cidade, com medicamentos, com internações e elas passam a investir na própria economia local.

Então, o esforço do Governo Federal, dos governos federais e municipais de buscarem aumentar ter um Orçamento crescente ano a ano, é um esforço não só que pode permitir a ampliação no direito à cidadania, mas tem um impacto muito positivo na economia brasileira.

Pode passar o próximo. Pode ficar nesse.

Esse o esforço que o Governo Federal vem fazendo desde 2003. Primeiro aquilo que eu disse que não é pouca coisa: desde 2003 e só a partir de 2003, que o Governo Federal cumpre todo ano aquilo que está estabelecido na Emenda Constitucional nº 29, investe inclusive um valor maior do que o mínimo da Emenda Constitucional nº 29. Ao longo desse período os investimentos da União, do Governo Federal levaram a um aumento de 66% do investimento *per capita* do Ministério na área da saúde no nosso País.

Uma ampliação permanente da execução orçamentária, quando comparamos 2003 com o ano de 2012, é 187% a mais de execução orçamentária, de investimentos realizados, e 30% só quando comparamos os dois primeiros anos do Governo da Presidenta Dilma.

Pode passar.

Essa elevação ocorre na parte de custeio mas também na parte de investimentos. Na parte de investimentos a variação de 2003 a 2010 é de 232%, quando comparamos 2003 com 2012, de 430%. É uma variação nos dois primeiros anos do Governo da Presidenta Dilma de 60% a mais de investimentos. Investimentos não só em hospitais, investimentos de unidades novas como as UPAs 24h e equipamentos, mas quero dar dois exemplos de novos investimentos:

Primeiro o fato de o Ministério da Saúde, no Governo da Presidenta Dilma ter criado, pela primeira vez, uma linha de recursos, fundo a fundo – fundo perdido, sem precisar de contrato com a Caixa, convenio, repasse fundo a fundo – para reforma, ampliação e construção de unidades básicas de saúde, aquilo que tem o maior impacto para qualquer tipo de Município e qualquer tamanho de Município, ou seja, naquilo que é a atenção mais básica e ao mesmo tempo um investimento bastante inovador, que é a aquisição de 80 novos centros para tratamentos de radioterapia no País. Só para os senhores terem uma ideia, a maior compra mundial unificada de aceleradores lineares de equipamentos para radioterapia. Por isso nós colocamos inclusive como uma contrapartida que a empresa internacional – só há dois fornecedores mundiais que fabricam aceleradores lineares – que ganhar tem que construir uma fábrica no Brasil, para que se traga tecnologia, emprego e inovação para o nosso País.

Pode passar o próximo. Pode passar.

Um outro item que eu gostaria de frisar é essa elevação dos recursos. Isso é muito importante, porque nós não podemos discutir recursos sem definir para onde vão esses recursos, para que a gente não fique reproduzindo um modelo pautado dentro do hospital, uma certa mentalidade que acha que saúde só se faz dentro de um hospital, onde uma pessoa só pode atender uma outra se houver um equipamento no meio.

Que a gente possa fazer com que essa ampliação de recursos induza cada vez mais a estrutura de serviços de saúde na atenção básica. Saúde se faz antes do hospital, fora do hospital, onde a pessoa vive, onde ela mora, onde ela trabalha. Isso é cada vez mais importante pelo perfil das doenças que nós temos. Pela primeira vez nós temos 51% da nossa população acima do peso e 18% dela obesa. Ou seja, não é com internação dentro de hospital que se cuida do problema da obesidade e dos impactos que ela tem na saúde da população. É com cuidados na atenção básica, perto de onde ela mora, de onde ela vive, de onde ela trabalha, acompanhando de forma permanente, com agente comunitário de saúde, com médico lá presente, com enfermeiros, com nutricionistas nessa equipe de atenção básica.

Estou falando isso porque nós não só ampliamos o investimento *per capita* do Ministério da Saúde ao longo desses dez anos, com ampliação importante nos dois primeiros anos do Governo da Presidenta Dilma; nós não só colocamos mais recursos – Estados e Municípios também colocaram ainda mais recursos –,

como também o aumento de recursos para a atenção básica, para a assistência farmacêutica, que é a oferta de medicamentos, e para vigilância em saúde, que são as ações de prevenção, vacinação, monitoramento das epidemias, foram maiores do que o investimento dentro de hospitais.

No final dos anos 2000, nós tínhamos 17 milhões de internações no Sistema Único de Saúde por ano; hoje nós temos 12 milhões. Muitas pessoas podem se perguntar: "Ah, reduziu internação; isso foi bom ou ruim?" Foi muito bom! Foi muito bom, porque a redução do número de internações significou exatamente pela mudança no modelo de organização do serviço de saúde, que nós começamos apenas, é o primeiro passo de uma longa caminhada, que é exatamente você cuidar da saúde das pessoas e não só cuidar da doença.

O maior espaço de redução das internações foi nas internações pediátricas. Não é porque fechou hospital que não houve internação; é porque nós colocamos novas vacinas, que reduziram, por exemplo, em 30% as internações por doenças diarreicas. É porque nós colocamos novas vacinas, que reduziram em até 40% internações por pneumonia e meningite em crianças. Ou seja, agimos na prevenção, cuidamos da saúde das crianças, e com isso reduziu-se a necessidade de internações dessas crianças.

O fato de a Presidenta Dilma ter colocado o remédio da asma de graça no Farmácia Popular, em junho do ano passado, em um ano reduziu em 20 mil o número de internações por asma no nosso País, porque nós oferecemos a medicação de graça mais perto para a população já poder se tratar e, com isso, evitando a internação.

Isso é importante, porque o debate da ampliação de recursos necessariamente tem de vir com outras duas discussões.

Onde nós vamos investir mais recursos? Se não debatermos isso, esse investimento vai acontecer só dentro de hospitais, um investimento que vai acontecer só na doença e não na saúde. Às vezes, se é um investimento pautado em aumentar recurso de hospitais, depois o privado aumenta um pouco e, depois, vira concorrência entre o que é pago no hospital filantrópico, no hospital estatal e no privado, sem controle do gasto, sem controle do custo desse procedimento. Então, esse é um debate muito importante.

Também tem de caminhar junto o debate do combate ao desperdício, do controle, do combate à corrupção em relação aos recursos para a área da saúde.

Só para mostrar que a variação desses recursos foi maior na atenção básica: 300% de aumento na atenção básica, 204% na assistência farmacêutica e 186%, o que significa mais que dobrar, na vigilância em saúde.

Neste ano, por exemplo, nós ultrapassamos R$15 bilhões de investimentos na atenção básica, que é mais que os 15% que, historicamente – estou vendo aqui a Ana Costa, do Cebes –, foi a defesa do movimento de reforma sanitária, que defendia que aplicássemos pelo menos 15% dos investimentos dos recursos da área da saúde, do Ministério da Saúde. Neste ano, nós ultrapassamos, com R$15 bilhões, aquilo que era a meta histórica estabelecida ao longo desses anos.

Pode passar ao próximo. Pode passar.

Um outro dado importante. Nós ampliamos muito o investimento na atenção básica nesses anos – precisamos ampliar ainda mais –, ampliamos muito na vigilância, ampliamos muito na assistência farmacêutica, mas também ampliamos nos procedimentos de média e de alta complexidade. São os exames, cirurgias, internações. Esta aqui é a curva de ampliação dos recursos para os tetos de média e alta complexidade, sobretudo ao longo de 2011. Os senhores percebem que houve um decréscimo de 2010 para 2011 e, depois do início do Governo da Presidenta Dilma, uma forte elevação contínua – em 2013, será maior ainda – de recursos na área da média e da alta complexidade, embora reconheçamos que precisamos investir muito mais nessa área.

Pode passar ao próximo.

Este outro eslaide é para mostrar que não é uma verdade que não existe reajuste da tabela SUS há dez anos, há oito anos, como já ouvi várias vezes. Isso aqui são os dados de reajuste de 2011 a 2013. Eu poderia ter trazido de 2008, de 2009, de 2007... Só em 2011, foram 96 procedimentos reajustados na tabela SUS; em 2012, 164; em 2013, 63 procedimentos.

Eu queria só explicar um pouco – certamente os Senadores e as Senadoras sabem, mas é para reforçar – que a tabela SUS é uma tabela de referência que o Ministério da Saúde utiliza mais para contabilizar cada procedimento de cirurgias e exames que são realizados pelos hospitais.

Agora, os Estados e Municípios podem colocar mais recurso, inclusive, do que a tabela SUS – e eles já fazem isso –, como também nós temos outras formas de colocar recursos para o funcionamento dos hospitais. Então, nós reajustamos, fizemos vários reajustes na tabela SUS, e vamos continuar fazendo vários reajustes na tabela SUS.

Pode passar o próximo.

Além dos reajustes na tabela SUS, nós apostamos numa modalidade que consideramos a modalidade melhor para financiar os hospitais, uma modalidade mais pautada no ser humano, mais pautada na

organização do serviço de saúde e que dá ganhos de gerenciamento para o hospital: é o incentivo na alta e média complexidade.

Vou explicar rapidamente do que se trata isso.

O Ministério da Saúde repassa para o Estado e o Município – quem paga é o Estado e o Município – alguns valores, de acordo com o número de cirurgias realizadas, com o número de exames realizados, em cima dessa referência da tabela SUS para Estados e Municípios, e a Secretaria Estadual, a Secretaria Municipal paga, através de um contrato ou com um hospital próprio ou com hospitais filantrópicos que ela venha a contratar.

Os hospitais filantrópicos são muito importantes para o SUS. Não existiria o SUS sem os hospitais filantrópicos, sem as Santas Casas. Mais da metade das internações do Sistema Único de Saúde, hoje, são através dos hospitais filantrópicos. Eram 46%, quando começou o Governo da Presidenta Dilma, e passaram para 51%. Ou seja, ampliamos as parecerias com os hospitais filantrópicos credenciados ao SUS, nesses últimos dois anos.

Agora, além de pagar pelo procedimento, nós criamos este novo modelo de pagamento, que é o incentivo por melhoria da qualidade. Por que isso é importante? Porque, muitas vezes, um hospital começou a se organizar de acordo com o procedimento. Ele cria um grupo forte de um tipo de cirurgia, cria outro grupo forte de um tipo de exame, e o hospital, ao invés de ter um gerenciamento integral, de cuidar integralmente daquele paciente que entra no hospital, passa a ser administrado ou gerenciado a partir do procedimento com maior retorno, maior rentabilidade.

E, quando uma pessoa entra num hospital, ela não quer saber quantos exames de urina ela fez, quantos exames de raios X ela fez, quantas tomografias ela fez. Ela quer entrar com o problema e sair com o problema resolvido. Ou seja, nós criamos esse incentivo que pode pagar hoje até 50% a mais do que é produzido pela tabela SUS para aquele hospital, caso esse hospital faça um contrato de gestão com a Secretaria Municipal de Saúde e com a Secretaria Estadual, passando a monitorar ganhos de qualidade, taxa de internação, redução do período de internação, redução da mortalidade, redução de infecção hospitalar e melhor desempenho. Quanto melhor o desempenho, mais esse hospital pode ganhar nesse contrato com o Estado e com o Município.

Só para os senhores terem uma ideia, aumentamos quase três vezes o volume repassado através desse incentivo, que é a principal modalidade que o Ministério da Saúde quer e tem, hoje, para ajudar a financiar os hospitais filantrópicos, ou seja, pode haver um aumento até de 50% dos procedimentos da referência da tabela SUS de média e alta complexidade, e queremos ampliar ainda mais.

Aliás, Presidente Renan, fiquei muito feliz na abertura porque V. Exª falou que considera importante e bastante razoável a possibilidade de aprovarmos a ideia de que 50% das emendas dos Parlamentares para o orçamento impositivo sejam para a área da saúde. A proposta do Ministério da Saúde é que essas emendas possam ser utilizadas para custeio, inclusive, e que o maior volume nós coloquemos aqui. É lógico que cada Parlamentar tem autonomia para fazê-lo: se quer colocar na atenção básica, ou na média e alta complexidade. Nós achamos que, se os Parlamentares quiserem contribuir ainda mais com a saúde – V. Exªs conhecem bastante a realidade dos Municípios e dos Estados e sabem que o grande gargalo nosso hoje é a média e a alta complexidade –; se colocarmos 50% das emendas do orçamento impositivo na área da saúde, se colocarmos a maior parte do volume para média e alta complexidade nos hospitais filantrópicos, poderemos quase triplicar o volume de recursos a serem repassados para os hospitais filantrópicos para exames, para cirurgias. Na área da saúde, isso poderá ter um impacto muito positivo para esse setor.

Pode passar.

Aqui o esforço, não só de volume de recursos aprovados, mas também de execução orçamentária. No ano de 2013, tínhamos cerca de R$8 bilhões inscritos em restos a pagar, mas quase a totalidade já foi executada mais ou menos na metade do ano, mostrando que o Ministério da Saúde, com esforço de execução, tem conseguido acelerar a execução. Isso ocorreu em razão de várias mudanças que foram feitas, como repasse fundo a fundo das emendas, com recurso de equipamento para Estados e Municípios através de fundo a fundo, pré-projetos – fizemos agora pré-projeto de Unidade Básica de Saúde –, e estamos fazendo atas de registros de preços nacionais para ajudar Estados e Municípios na execução.

Pode passar.

Sabemos que não basta orçamento crescente. É muito importante, sobretudo na área da saúde e num sistema em que há três níveis de Governo, um esforço constante e permanente de combate a qualquer desperdício de recurso da saúde. Essa é uma ação permanente do Ministério da Saúde.

Vou citar só alguns exemplos. Houve uma economia de R$3 bilhões na aquisição direta de medicamentos. A maior parte dos recursos de medicamentos repassados para Estados e Municípios é para medicamentos mais complexos, que o Ministério da Saúde compra.

O nosso esforço no combate ao desperdício, ao comparar os preços com os de bancos internacionais, repensar modalidade, fazer aquisição centralizada, gerou uma economia de R$3 bilhões, o que permitiu, mesmo faltando recursos para a saúde, sair de 500 tipos de medicamentos oferecidos pelo SUS, em 2011, para mais de 800 tipos de medicamentos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde, no ano de 2013.

Outro exemplo: o Ministério da Saúde não tem hospitais próprios, apenas os hospitais federais do Rio de Janeiro. Houve uma economia de R$140 milhões por ano só com a mudança dos contratos, o combate aos desperdícios, a apuração de irregularidades dos hospitais federais do Rio de Janeiro.

Pode passar.

Há outras medidas de combate ao desperdício, e eu queria só citar duas medidas que são muito importantes.

Uma medida é o decreto de regulamentação do repasse fundo a fundo sancionado pela Presidenta Dilma, que obriga o Município, ao receber o recurso fundo a fundo desde 2011, a movimentar esse recurso só de forma eletrônica, dentro do banco, sem saque de dinheiro no caixa. Isso fortaleceu muito o combate a qualquer tipo de desperdício dos repasses fundo a fundo.

A outra medida é o Cadastro Nacional de Estabelecimentos, com o qual passamos a monitorar mensalmente a presença dos profissionais. Vários Senadores e Senadoras conhecem a realidade dos Municípios, e determinada prática estava acontecendo em alguns deles – e ainda acontece –, mas esse cadastro nos permite descobrir quando acontece, fazer auditoria, suspender equipes. Às vezes, um profissional médico estava inscrito em 15, 20 Municípios diferentes no Saúde da Família, com cargas horárias de 120 horas, 200 horas, como se fosse possível um profissional cumprir essa carga horária. Esse cadastro, que obrigatoriamente é alimentado mensalmente pelos Municípios, passou a detectar essa situação. Nós ainda descredenciamos por mês, em média, de mil a duas mil equipes de Saúde da Família ao descobrirmos esse tipo de irregularidade nesse cadastro.

Pode passar.

Com todo o esforço que nós fizemos, nos últimos dez anos, sobretudo, de ampliação dos recursos *per capita* pelo Governo Federal e de ampliação dos recursos *per capita* dos Estados e Municípios, nós estamos ainda muito atrás do que se investe *per capita* em saúde. Se compararmos a nossa situação com a de outros países, não só com países da Europa, com países da América do Norte que têm sistemas nacionais públicos, como o Canadá, mas também com o Chile e a Argentina, o Brasil ainda tem um longo caminho com esforço – o esforço já começou nesses últimos dez anos – para que possamos chegar próximo, de forma planejada, organizada, ao investimento *per capita* de outros países.

Só para vocês terem ideia, se fosse para chegar próximo ao que Argentina e Chile investem *per capita*, nós precisaríamos investir, no próximo ano, um pouco mais, inclusive, do que foi retirado do Ministério da Saúde quando se extinguiu a CPMF. Foram mais de R$40 bilhões na área da saúde.

Pode passar.

Mesmo com todo o esforço do Governo Federal, do Ministério da Saúde e dos Estados e Municípios, quando comparamos a população que tem o SUS como única forma de atenção e a população que tem planos de saúde, nós investimos, *per capita*, ainda muito abaixo na área pública, comparado ao investimento *per capita* dos planos de saúde. A comparação é esta: são R$675,00 *per capita* de investimento no setor público com pouco mais de R$1.400,00 de investimento *per capita* no plano de saúde. Nós todos sabemos que a urgência e a emergência quem faz é o SUS, mesmo para quem tem plano de saúde. É o Samu quem salva as vidas. Vários procedimentos de altíssima complexidade quem banca é o Sistema Único de Saúde, ou seja, uma parte grande daqueles quase 50 milhões de brasileiros que têm planos de saúde, além de investirem no plano de saúde, usam o Sistema Único de Saúde, permanentemente, também para as ações de atenção, sem contar o que se utiliza para as ações de vigilância, para as ações de vacinação, para as ações de prevenção.

Pode passar.

Por isso, o esforço permanente de ressarcimento. É direito de uma pessoa que tem plano de saúde utilizar o SUS, e a lei também nos autoriza a buscar esse ressarcimento do atendimento. Aqui há uma demonstração do grande esforço do Ministério da Saúde, da ANS, na gestão do Governo da Presidenta Dilma. Com mudanças na área da gestão, com melhor controle com o número do cartão SUS e com utilização de ferramentas de tecnologia da informação, nós conseguimos ampliar fortemente o ressarcimento, ou seja, recuperar recursos dos planos de saúde para o Sistema Único de Saúde.

Estamos aquém do que nós podemos fazer ainda. Há muitas disputas judiciais, há aprimoramentos a serem feitos, tanto no campo da gestão quanto no campo do marco legal que estabelece isso. Mas, só para os senhores terem uma ideia, em 2011 e 2012, nós ressarcimos, ou seja, recuperamos para o SUS, dos planos de saúde, um volume maior do que foi recu-

perado desde quando foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar, no ano 2000. O nosso esforço de gestão garantiu um ressarcimento maior do que o que foi ressarcido dez anos antes, quando acumularam os dez anos. E essa toada continua, tanto que em 2013 nós já ultrapassamos o ressarcimento obtido em 2011 e 2012, ainda com os dados de agosto de 2013, sem finalizar o ano. Ou seja, em 2013, nós vamos conseguir um novo recorde de recuperação de recursos para a saúde pública a partir dos planos de saúde.

Pode passar.

Agora, os desafios serão enormes para o campo da saúde. Por isso é importante o debate que o Congresso Nacional está fazendo. Nós temos um grande desafio de ser um país que envelhece rapidamente ainda sendo um país de padrão de renda média não alta. Este é um grande desafio: como financiar esse sistema, como discutir no conjunto da sociedade o esforço necessário para financiar, oferecer saúde pública e gratuita para toda essa população.

Envelhecemos cada vez mais. Nos últimos dez anos, aumentou em nove anos a expectativa de vida. Reduzimos pela metade a mortalidade infantil – aquela criança, que, felizmente, não morre mais, hoje precisa do pediatra, hoje precisa de outros cuidados na área da saúde, às vezes mais complexos. Nós reduzimos em 42% a mortalidade por doenças cardiovasculares no nosso País nos últimos dez anos – esse adulto, que, felizmente, não morre mais, precisa cada vez mais de investimentos mais complexos. Só para os senhores e senhoras terem uma ideia, uma pessoa, a partir dos 60 anos de idade, gasta em saúde 25% do que gastou a vida inteira; e, no último ano de vida, ela gasta metade do que gastou a vida inteira na área da saúde. Ou seja, o envelhecimento da nossa população vai nos exigir cada vez mais pensarmos num financiamento estável para a área da saúde.

Pode passar.

Nós ainda precisamos avançar fortemente em relação ao acesso aos serviços. Eu trouxe aqui o caso mais complexo que, eu diria, são os direitos de UTI. Nós precisamos ampliar muito ainda o acesso aos serviços de saúde em nosso País.

A curva vermelha é o quanto nós precisaríamos aumentar de leitos de UTI ano a ano no nosso País se fôssemos cobrir, com recursos do SUS, 100% da nossa população; a curva verde é o quanto nós precisamos ampliar de leitos de UTI se fôssemos cobrir, com recursos do SUS, 75% da nossa população; e a curva azul é o que nós estamos crescendo. Percebam que ampliou fortemente o crescimento de leitos de UTI – a curva, a tendência – na gestão do Governo da Presidenta Dilma, a partir de 2011, com inflexão de ampliar, mas, mesmo assim, ainda é distante do que nós precisamos de ampliação de leitos de UTI no nosso País. Isso significa forte investimento de recursos, não só recursos para comprar equipamento, mas também recursos para manutenção, porque estes são os mais fáceis de conseguir; e forte investimento de profissionais de saúde, que é o mais complexo de conseguir. Você ter um médico formado, intensivista, com especialização em terapia intensiva, para poder dar conta, é o principal desafio hoje de ampliação de leitos de UTI no nosso País.

Pode passar.

Ainda como desafio do futuro – isso tem tudo a ver com o programa Mais Médicos –, essa é a composição etária dos profissionais médicos no nosso País. Nós já temos poucos médicos por mil habitantes quando comparamos com outros países. Nós temos 1,8 médicos por mil habitantes; a Argentina tem 3,2; o Uruguai, 3,7; Espanha e Portugal, 4 médicos por mil habitantes; ou seja, nós já temos poucos.

O Mais Médicos, por si só, já se justifica pela necessidade de profissionais médicos de que nós precisamos hoje. Essa necessidade vai ser cada vez maior, porque a composição etária dos médicos hoje, no Brasil, é de médicos que estão mais próximos da aposentadoria. Então, se nós não ampliarmos rapidamente a expansão de vagas de Medicina, para incorporar todo ano 700 mil jovens que tentam prestar o vestibular de Medicina... Para 16, 17 mil vagas, há mais de 40 pessoas prestando por vaga. Dobrou a procura por cursos de Medicina nos últimos cinco anos. Das profissões da área de saúde foi a que mais cresceu.

Se não dermos, cada vez mais, oportunidades para esses jovens poderem fazer um curso de Medicina, incorporarmos mais jovens na formação e reequilibrarmos essa composição etária do conjunto dos médicos do nosso País, nós teremos grandes desafios e dificuldades para garantir acesso à área da saúde e ao atendimento médico nos próximos anos.

Para terminar, só relembrando as metas do programa Mais Médicos. Nós sabemos que o Mais Médicos é apenas um primeiro passo para uma profunda mudança na realidade de saúde pública do nosso País, mas sabemos que é o passo mais corajoso que uma Presidenta, que um Presidente da República já deu de colocarmos o tema da saúde dos 200 milhões de brasileiros não só no centro da agenda nacional, no centro das preocupações, mas em primeiro lugar, comparado com qualquer outro interesse na área da saúde.

Olhando, o que nos move no Mais Médicos são os milhões de brasileiros e brasileiras que não têm atendimento médico. Mas nós sabemos que esse é um primeiro passo e que, certamente, vai provocar,

como o Congresso Nacional está debatendo aqui, outros desafios para consolidarmos o sistema público de Saúde no nosso País.

Nós confiamos e acreditamos muito que o Congresso Nacional vai poder fazer esse debate pensando de forma equilibrada, responsável, com os desafios que nós temos pela frente, inclusive o desafio de manter o crescimento econômico no nosso País, e vai buscar encontrar propostas e fontes de financiamento estável para a área da saúde.

Quero agradecer ao Sr. Presidente e a todos os Senadores e Senadoras por mais essa oportunidade de debater o tema da saúde aqui no Senado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão do Brasil, Miriam Belchior.

Com a palavra, V. Exª.

A SRª MIRIAM BELCHIOR – Queria iniciar agradecendo o convite para debater nesta Casa este tema tão importante e que está em nossa agenda pública nacional. Agradeço ao Presidente Renan pela oportunidade de, juntamente com o Ministro Padilha, estar aqui para debater este importante tema. Quero, então, agradecer ao senhor pelo convite pessoal que me fez, num telefonema, para estar aqui.

Quero cumprimentar a todas as Srªs Senadoras e Srs. Senadores, os que estão à Mesa conosco, Senador Humberto Costa, Senador Vital do Rêgo; e a todos os Senadores e Líderes, muito obrigada.

Queria cumprimentar meu companheiro de Governo, Alexandre Padilha, são 11 anos no Governo Federal, trabalhando de maneira muito próxima. Cumprimentar a Presidenta do Conselho Nacional de Saúde, Maria do Socorro de Souza que, comigo, começa a mudar um pouco o perfil habitual das mesas, apresentando um pouco de mulher neste debate. (*Palmas*.)

Quero cumprimentar o representante do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde, Jurandi Frutuoso; o Ronald Ferreira dos Santos, do Movimento Saúde+10, e Edson Rogatti, da Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes.

Eu acredito que, como disse, o tema do financiamento da saúde é um dos principais temas da agenda nacional neste momento. Creio que temos em comum, Governo, Parlamento e sociedade, a preocupação com essa questão. É um ponto comum que nos une a todos em relação a essa necessidade.

Do nosso ponto de vista, essa melhoria da qualidade da prestação de serviço de saúde precisa passar por dois caminhos: pelo caminho da melhoria da gestão, a que o Ministro Padilha se referiu aqui extensamente, mas também pela melhoria do financiamento, o aumento de recursos para a área da saúde.

Eu dividi com o Ministro Padilha aqui o conjunto das informações e vou ater-me um pouco mais ao aspecto dos impactos das propostas que vêm sendo apresentadas no âmbito do Governo Federal; o que significaria esse montante de recursos que vem sendo proposto, considerando o atual quadro de receitas e despesas do Governo Federal.

Este quadro, talvez, para quem esteja mais no fundo do plenário, esteja um pouco pequeno. Tentamos apresentar aqui a evolução – o Padilha também já apresentou uma série deles, e não vou ater-me demais a este ponto. Apresentamos, primeiro, a evolução da aplicação constitucional em saúde. Pegando aqui, da série de 2010 em diante, saímos de 60 para 60,5, 70,5, 78, 83 e, para o ano que vem R$90 bilhões para as ações de saúde definidas conforme a Lei Complementar nº 141.

Mas os gastos do Governo Federal não se restringem a esses. Há outros gastos correlatos pelos quais o Governo Federal também se responsabiliza. Temos um adicional que vem crescendo, ano a ano, e que, no próximo ano, vai montar quase R$3 bilhões – serão R$2,9 bilhões – para a Farmácia Popular, para saneamento nos pequenos Municípios, para o funcionamento da ANS e para outros serviços.

O Ministro Padilha também já falou aqui que precisamos ter um olhar diferente sobre o que é gasto de saúde: se é gasto com a doença ou gasto da prevenção da saúde – como ele também já falou sobre isso, não me estenderei em relação a esses temas. Eu estava aqui na Mesa e cochichei com o ex-Ministro da Saúde Humberto Costa sobre o exemplo da asma: o remédio de asma nas farmácias é o exemplo mais claro de um gasto que é de saúde e que hoje não é considerado como tal pela regulamentação.

Além disso, o Governo Federal também tem a responsabilidade por garantir os recursos necessários... Da receita do Governo Federal têm de sair os recursos necessários para o pagamento dos inativos da área de saúde, que também não contam no limite constitucional.

Por fim, eu queria falar de duas últimas coisas: primeiro, o abatimento do Imposto de Renda. Para vocês terem uma ideia, este ano, está previsto em R$3,4 bilhões, que são recursos que deixam de entrar nos cofres federais como isenção na declaração do Imposto de Renda da maioria das pessoas que estão nesta sala.

E, por fim, o Governo Federal mandou a esse Congresso Nacional, a este Senado, e à Câmara dos Deputados, a proposta de criação da EBSERH. Isso foi aprovado pelo Congresso e estamos agora usando a

EBSERH para ampliar os nossos hospitais, especialmente os hospitais universitários.

Pode passar.

Temos, no ano de 2014, com essa ampliação do número de leitos, destinados ao SUS e com regulação do SUS, uma previsão de R$1,2 bilhão para a contratação de médicos e outros profissionais da área de saúde para esses hospitais também prestarem serviços ao SUS. Desses R$1,2 bilhão, R$800 milhões não estão considerados lá naquela primeira linha que mostrei na tabela anterior.

Nos próximos dois anos – em 2015 e 2016 –, serão mais R$1,1 bilhão por ano, para dotar esses 45 hospitais de maiores leitos – para UTI, tratamento contra o *crack* e muitos outros serviços importantes para a população brasileira.

Falando da Receita Federal, apresento aqui o quadro de evolução da receita do Governo Federal em relação ao PIB, em que percebemos uma clara estabilidade nas nossas receitas. Ou seja, as nossas receitas não estão subindo o suficiente para um grande aumento em qualquer uma das áreas de políticas públicas que o Governo Federal tem responsabilidade. Podemos perceber que estamos oscilando em termos de 24% do PIB a cada ano; e, juntamente com essa receita estável em relação ao PIB, também temos uma grande rigidez orçamentária. Estou pegando aqui o exemplo de 2013. As nossas despesas primárias, em 2013, montam R$1,2 trilhão; se pego as despesas obrigatórias, elas já alcançam quase R$900 bilhões desses R$1,2 trilhão; ou seja, três quartos do R$1,2 trilhão já vão para essas despesas obrigatórias na área de previdência social, de pessoal, abono e seguro-desemprego. Então, R$900 bilhões do R$1,2 trilhão já foram. Sobram, portanto, R$272 bilhões, apenas 12%, 13% do Orçamento para as chamadas despesas discricionárias, aquelas que o governante, em princípio, tem condição de escolher aonde vai. Mas mesmo algumas dessas despesas têm proteção legal; a saúde é uma delas, a educação também.

Então, se eu somar as áreas que chamamos, no Governo Federal, de áreas protegidas – educação, saúde, Brasil sem Miséria, PAC, ciência, tecnologia e inovação –, isso monta R$206 bilhões daqueles R$272 bilhões que sobraram depois de tirar a obrigatória.

Se eu pegar, ainda dentro das discricionárias, outro tipo de despesa que também é obrigatória, que são os benefícios aos servidores federais, vão mais R$8 bilhões. Se eu considerar os cortes, os ajustes que fizemos neste ano, o contingenciamento que foi feito neste ano, que foi de R$22 bilhões, sobram para todas as demais áreas do Governo – meio ambiente, agricultura, direitos humanos, mulher, relações exteriores, o MDIC, a Fazenda, todos os outros ministérios, enfim, o que quiserem, todas elas somam, neste ano, R$36 bilhões.

A proposta de 10% da Receita Corrente Bruta equivale em 2013 a R$39 bilhões. Esse exercício simples que fizemos aqui é para mostrar que a proposta de 10% da RCB num único ano equivale à constatação de que, nem tirando todas as demais políticas públicas, eu consigo implantar essa proposta. Essa é uma dificuldade. Já tivemos algumas reuniões com a representação dos movimentos que apresentaram essa proposta, mostrando a dificuldade e o impacto que isso tem nas atuais contas do Governo Federal.

Além disso, parece-nos – sobre isso também já conversamos a respeito – que a Receita Corrente Bruta não é o melhor indicador para qualquer vinculação de gastos de despesas de qualquer governo. No caso, aqui, porque a Receita Corrente Bruta contém as transferências que o Governo faz para Estados e Municípios.

Então, estão aí o Fundo de Participação dos Estados, o Fundo de Participação dos Municípios, os fundos constitucionais, o Fundeb, o salário-educação, contribuições previdenciárias, dentre muitas outras, ou seja, essa não é uma receita da qual o Governo Federal dispõe. Ele arrecada, mas ela é transferida automaticamente para Estados e Municípios, a partir de regras constitucionais.

Além disso, nos preocupa também a proposta de utilizar a receita corrente bruta do ano corrente. Como se sabe, a gente só sabe a receita total do ano no dia 1º de janeiro do ano seguinte. Isso traz uma dificuldade de gestão, durante o ano, de qual é o efetivo percentual da receita que precisaria ser executado para uma determinada área.

Lembrar que outras vinculações existentes no âmbito do Governo Federal, aprovadas, inclusive, pelo Senado e pela Câmara, sempre vinculam ao ano anterior. O salário mínimo é ao ano anterior, e mesmo os atuais gastos de saúde também são feitos em relação ao ano anterior. E lembrar que seria crime de responsabilidade do Presidente da República não cumprir o preceito definido em lei.

Portanto, essa é uma questão operacional importante que nós acreditamos que precisa ser discutida.

Além disso, estão correndo algumas propostas, especialmente aqui, no Congresso, de trabalhar uma proposta mediada já dos 10% da RCB. Uma delas é levar o gasto em saúde a 18,5% da receita corrente líquida do ano. Isso significa 20% da receita corrente líquida do ano anterior.

Aqui, há uma proposta que circulou, da qual nós do Governo tivemos conhecimento, de fazer essa evo-

lução em seis anos. Está ali aquela primeira coluna em vermelho, que mostra, ano a ano, quanto de recurso adicional seria necessário para implantar uma proposta como essa.

Então, em 2014 seriam R$8 bilhões; em 2015 R$13,6 bilhões; depois R$23,4 bilhões, quase R$35 bilhões; R$47 bilhões e R$62 bilhões. Em seis anos, isso significaria quase R$190 bilhões a mais.

Lembrar que todo o meu orçamento do ano – eu mostrei há pouco – é R$272 bilhões, das discricionárias, só para ter um parâmetro. Quer dizer, em seis anos são R$190 bilhões. Eu tenho, por ano, R$272 bilhões para todas as áreas. Para mostrar que é um impacto também, a despeito – acredito – da tentativa importante de tentar jogar no tempo o impacto de um aumento de recursos, mesmo assim ele ainda seria bastante difícil – eu diria impossível – de ser incorporado com o atual estágio de receitas que o Governo Federal dispõe.

Alguns alegaram que temos a possibilidade, temos os *royalties*, na discussão do orçamento impositivo, entre o Executivo e o Legislativo. Avançamos nessa discussão quando o Governo Federal colocou e tem tido amplo apoio dos Parlamentares de que uma parte disso seja para saúde. A proposta do Governo é que seja 50%. Aqui no Senado, sabemos que o Presidente já se manifestou a respeito disso e parece que temos aqui uma ampla maioria para aprovar que metade das emendas vá para a área da saúde, mas, mesmo assim, esses recursos seriam, nesse montante que está estabelecido na tabela, em 2014, R$3,8 bilhões; em 2015, R$4,3 bilhões; seguindo até R$8 bilhões em 2019. Ou seja, somando aqui também os seis anos, isso dá quase R$35 bilhões, quando estamos falando de um aumento – se somarmos esses seis anos dá R$35 bilhões; o aumento anterior dava R$190 bilhões. Então também, mesmo com isso, há um descompasso bastante grande.

Pode passar.

Eu queria aqui resumir. Primeiro, uma coisa nos une: a necessidade de melhorar a prestação dos serviços de saúde. Isso passa por gestão e por ampliação do financiamento da saúde. Precisamos achar o caminho possível para isso no curto, no médio e no longo prazo. Segundo, as dificuldades em relação à proposta apresentada a este Congresso Nacional de 10% da receita corrente bruta é um impacto muito grande para o atual patamar de receitas do Governo Federal.

Como acredito que nos une a necessidade de melhorar a saúde do nosso País, esse debate poderá contribuir para encontrarmos esse melhor caminho no curto, no médio e no longo prazo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Exª.

Concedo a palavra à Presidente do Conselho Nacional de Saúde Maria do Socorro de Souza. (*Palmas.*)

A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – Bom dia ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros; em seu nome, também, cumprimento os demais Senadores, Parlamentares aqui presentes; Ministro Padilha, Ministro da Saúde; a Ministra Miriam Belchior – aqui, vocês, como legítimos representantes do Estado brasileiro, dos Poderes instituídos; com certeza, também, aqui, há necessidade de cumprimentar o coordenador da campanha Saúde Mais Dez, em nome de todas as entidades que aqui se encontram, porque só existe, também, democracia neste País exatamente pela capacidade que o Brasil tem de ter a sociedade civil extremamente legitimada, mobilizada e aqui representada.

Com isso, Senador, Ministros e demais autoridades, quero dizer que, no dia de hoje, nós fizemos um esforço enorme de trazer aqui, apesar de uma agenda, para nós, não tão programada, trazer aqui uma expressiva representação da sociedade. Estão aqui presentes entidades do campo e da floresta, a Contag, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura; o MST; a Fetraf; o Conselho Nacional de Extrativistas; pescadores; mulheres camponesas; Movimento de Atingidos por Barragens.

Também, organizações urbanas, como a Conam, que organiza aqui diversas organizações, Associação de Moradores; representantes, também, de centrais sindicais, a Central Única de Trabalhadores, a Central de Trabalhadores do Brasil, a Força Sindical. Estamos, também, com representação da comunidade científica, que, historicamente, tem um papel determinante em conceber e contribuir, também, para formular políticas de saúde, como Cebes e Abrasco. Estamos aqui com representação, também, do Movimento Estudantil; demais trabalhadores da saúde, farmacêuticos, e outros setores; e, também, com aposentados; mulheres; negros; representação, também, de prefeitos. Eu quero dizer, com isso, que este Plenário de hoje está com boa parte das organizações que se mobilizaram, Senador, pelos 2,2 milhões de assinaturas.

Quero, ainda, com isso, colocar que a gente reconhece o esforço, tanto da Câmara, quanto do Senado, de colocar na agenda de debates o que realmente tem relevância hoje para a sociedade brasileira, que é resolver o problema da saúde pública. Também quero parabenizar essa metodologia, porque a gente precisa dizer, sim, que só têm legitimidade audiências públicas ou debates como esses se a sociedade se fizer presente de forma expressiva aqui dentro desta Casa.

Então, eu quero elogiar a metodologia, porque, em outras audiências, não conseguíamos ter essa representação presente.

Dizendo isso, eu acho que tanto a apresentação do Ministro Padilha quanto a apresentação da Ministra Miriam estão colocando que o problema não é mais diagnóstico. Nós já temos diagnóstico exatamente do quadro da saúde brasileira. O problema também não são marcos legais, marcos constitucionais ou normas. A saúde pública tem um legado, e, graças a esta Casa, Câmara e Senado, nós temos um legado enorme de leis, de normas. Então, o problema da saúde pública hoje não é de instrumentos que viabilizem o seu funcionamento. Agora, também é verdade que, mesmo havendo todo esse legado, nós ainda apostamos, muitas vezes, em bônus, em incentivos, em processos administrativos que não dão sustentabilidade ao Sistema Único de Saúde.

Eu quero colocar isso, porque, apesar de todos os esforços, Ministro Padilha, que reconhecemos de governos anteriores e de governos atuais, é lamentável que ainda haja insustentabilidade, sobretudo da forma de financiamento no Sistema Único de Saúde.

Nós não podemos aqui, como espaço republicano, apostar ainda no improviso ou no incentivo de uma forma que não dê estabilidade. Reconhecemos a responsabilidade do bom emprego, do investimento na saúde, nós queremos resultado, a sociedade quer melhoria, quer transparência na gestão, quer melhoria de serviços, mas nós não queremos apostar no improviso.

E eu quero colocar isso porque nós sabemos, Ministra Miriam, que realmente nós já tivemos até momentos melhores do ponto de vista econômico para fazer uma aposta numa fonte mais sustentável para a saúde.

Nós tivemos oportunidades políticas também que foram a duras penas construídas que nós desperdiçamos. Nós temos de assumir que nós desperdiçamos oportunidades políticas importantes. Agora, nós estamos em um momento decisivo. A sociedade brasileira não pode pagar o preço do improviso da política brasileira de não priorizar as políticas sociais.

Com isso, eu quero colocar que nós fizemos a nossa parte. Nós estamos fazendo a nossa parte. Nós mobilizamos 2,2 milhões de assinaturas e temos a impressão – e tomara que só seja realmente impressão – de que fizeram pouca diferença para o Governo brasileiro 2,2 milhões de assinaturas. Essa é a impressão que temos.

E se for necessário, então, vamos traduzir 2,2 milhões de assinaturas em 2,2 milhões de pessoas, aqui na Esplanada, se for necessário. (*Palmas.*)

E por que isso? E por que isso? Porque mesmo com todas as vitórias que tivemos, inclusive a última, com grande participação da Câmara e do Senado e também com grande esforço do Governo, que foi a Lei nº 141, na tentativa de regulamentar a EC 29, nós temos uma aposta no planejamento da saúde. Nós temos uma aposta em superar desigualdades, Ministra. Nós temos uma aposta de não transferir responsabilidades para Estados e Municípios sem que a União também assuma um papel determinante na garantia do funcionamento do Sistema Único de Saúde.

Então, o que a gente vê? A gente tem uma lei que poderia ter reduzido desigualdades. O Brasil ainda é muito desigual. O Mais Médicos referenda e aposta, inclusive, evidencia, essas desigualdades. Nós temos aqui moradores de Município de cinco mil habitantes, de três mil habitantes. Nós sabemos na pele o impacto, o efeito da desigualdade no Sistema Único de Saúde e nas nossas vidas. Então, a Lei nº 141 poderia ter superado boa parte dessas desigualdades, poderia ter garantido mais estabilidade também. Mas, com o que a gente se deparou? De novo, em uma posição refratária do Governo Federal de ter uma aposta mais definitiva no orçamento da saúde.

Nós estamos fazendo a nossa parte. Nós entendemos que o momento político pode ser extremamente produtivo, desde que realmente tenhamos um ambiente, como está sendo colocado hoje nesta Casa, de negociação.

Estamos aqui com uma campanha. A nossa campanha é do regime de urgência, e a nossa campanha do regime de urgência tem legitimidade. Não somos simplesmente nós, Movimento, são vários movimentos, várias expressões da sociedade pedindo que a Câmara e o Senado, nesse sentido, apostem e priorizem esse debate, e, na Câmara, sobretudo, o regime de urgência.

Quero também colocar que a nossa proposta, Renan Calheiros, Senador do Senado, a nossa proposta de 10% da bruta para nós é viável e coerente. Ela é viável e coerente. Por que isso? Porque ela pode aglutinar, dessa forma, uma agenda sistêmica para o Sistema Único de Saúde. O descrédito é muito grande. Como é que a gente recupera o crédito que o Sistema Único de Saúde pode ter junto à população? É com investimentos seguros. Então, a nossa proposta de 10% da bruta é não só viável como coerente, se nós quisermos apostar que tem que haver carreira; se nós quisermos apostar em uma gestão com transparência; se nós quisermos apostar em proteção social e em inclusão social.

Quero também colocar com isso que, mesmo com um ano e meio de mobilização, mesmo com 2,2 milhões de assinatura, o Governo não apresentou proposta. Para nós, Ministra Miriam, Ministro Padilha, é

lamentável que ainda o Governo não tenha apresentado uma proposta.

Todo o exercício tem sido dos Parlamentares, que têm feito um esforço enorme, enorme de apresentar simulações, mas a gente não viu até o momento proposta do Governo Federal para solucionar o problema. E é lamentável, porque algumas propostas – e quero aqui finalizar a minha fala – Ministra, podem inclusive levar a um retrocesso, algumas propostas podem apostar no improviso, algumas propostas vão ainda reificando que a política social continua refém da política econômica. Quando é que vamos inverter essa prioridade no país? Como é que um país hoje, que aposta no desenvolvimento econômico, como é que um país hoje que desonera folha, inclusive colocando...

Gente, por favor, eu gostaria de ser ouvida também.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA DO SOCORRO SOUZA – A sociedade tem tão pouco espaço...*(Palmas)*

Eu compreendo que a gente tem várias agendas ao mesmo tempo, as senhoras e os senhores, mas nós também temos. Então, eu quero colocar, neste sentido também, que se a gente realmente não tiver um espaço de diálogo aberto e franco... E não é só Legislativo e Executivo; é com a presença da sociedade na mesa de negociação. Por quê? Porque hoje o piso virou teto, o subfinanciamento está historicamente já colocado nesses 25 anos, há contingenciamento. Não há contingenciamento para os gastos com as dívidas públicas, mas há contingenciamento para tudo quanto é política social. Há a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ou seja, ou a gente faz uma mesa de negociação com legitimidade também não só com a participação do Executivo e Legislativo, mas da sociedade... Nós temos a legitimidade no sentido de formular política, de contribuir para implementar política e também de avaliar política. Então, o Legislativo e o Executivo precisam entender que nós queremos fazer parte desse processo de decisão.

E finalizo colocando e apelando para o espírito mesmo republicano. Não dá para pensar saída para o SUS olhando simplesmente o papel do Governo até o final da sua gestão e não dá também para discutir uma saída realmente viável olhando também o cenário eleitoral. Se Mais Médicos é importante para a sociedade brasileira, o Governo também precisa sinalizar que, para ter medidas como essas com o apoio da sociedade, com viabilidade, tem que ter também, junto com elas, articuladas, saídas concretas para o financiamento da saúde, senão o Mais Médicos ou outras ações vão ficar com pouco impacto, Senador Moka, com pouca viabilidade de sustentabilidade, Senador Eduardo Suplicy e demais Senadores.

Então, o que nós estamos fazendo aqui é exatamente um esforço conjunto para encontrar caminhos. Esperamos que a oportunidade política não seja mais uma vez desperdiçada. Nós não queremos nos sentar mais com técnicos da área econômica. Nós queremos nos sentar, exatamente como estamos fazendo hoje, com as autoridades que representam o Estado brasileiro para definir os rumos da saúde pública, senão nós vamos pagar um preço muito mais alto, não apenas colocar a saúde como um dos principais problemas, mas lamentar que o Brasil tenha apostado no desmonte da principal política pública e a mais inclusiva deste País.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

(Soa a campainha)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –Nós vamos só fazer uma inversão da ordem e conceder a palavra ao Senador Humberto Costa, que é o relator da comissão criada pelo Senado Federal para discutir o financiamento da saúde.

Com a palavra o Senador Humberto Costa, inclusive ex-Ministro da Saúde.

Com a palavra V. Exª.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, Senador Vital do Rêgo aqui esteve, mas precisou se ausentar, Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Maria do Socorro de Souza, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Jurandi Frutuoso, e Coordenador do Movimento Saúde +10, Ronald Ferreira dos Santos. E eu queria aqui também fazer uma saudação muito especial ao Senador Waldemir Moka, que tem, nesse processo, nos ajudado e buscado, juntamente conosco, um entendimento para que possamos ter um avanço nesse debate, nessa discussão. Eu quero me desculpar com cada um e cada uma que aqui está, porque vou falar e daqui a pouco vou precisar ir, porque eu supunha que nós teríamos tempo suficiente para fazer toda a discussão, mas enfim...

Eu começo dizendo bem rapidamente – não quero ser repetitivo, até porque o Ministro Padilha falou várias coisas – que nós temos um sistema no Brasil cuja Constituição garante que esse sistema de saúde, ele é universal, ele é gratuito, ele é equânime. E quando se criou o Sistema Único de Saúde, lá em 1988, houve uma previsão da definição de recursos para a sua

constituição, o seu exercício. Já àquela época, aquilo que foi definido não era suficiente para fazer com que esse sistema crescesse. E, ao longo do tempo, ele só tem crescido mais e mais.

Ao longo desse período, tem sido muito grande a luta também para viabilizar os recursos para que esse crescimento se dê. Não vou falar aqui de todos os movimentos que aconteceram, como a criação da IPMF e, depois, da CPMF, o debate sobre a Emenda nº 29...

Eu diria hoje, sem medo de errar, que o que o Sistema Único de Saúde faz com o recurso que ele tem é um verdadeiro milagre. Digo isso porque em qualquer comparativo que fizermos com outros países nós vamos ver que o Brasil gasta pouco. É verdade que tivemos um crescimento importante ao longo desses últimos dez, quase onze anos.

Tive oportunidade de ser Ministro da Saúde no primeiro governo do Presidente Lula, quando, pela primeira vez, a Emenda Constitucional nº 29 foi cumprida e, de lá para cá, esse cumprimento tem acontecido. O que hoje se coloca é que essa regra já não é suficiente para viabilizar os recursos que são necessários para o processo de consolidação e avanço do Sistema Único de Saúde.

Acompanhamos também a posição do Governo quando, em 2012, deu apoio ao processo de regulamentação da Emenda nº 29 por intermédio da Lei Complementar nº 141, da qual eu tive oportunidade de ser relator. Naquele momento, nós conseguimos promover um incremento de recursos para a saúde por outra via, garantindo a definição clara do que seriam serviços e ações de saúde e, com isso, reduzindo sensivelmente a possibilidade de maquiagem orçamentária que outros entes da Federação anteriormente faziam para atingir aqueles mínimos constitucionais.

Naquela época também, é bom lembrar que na Câmara foi proposta a criação de uma contribuição, que foi rejeitada lá. E, quando essa proposta chegou ao Senado, o papel do Senado como iniciador daquela proposição e como revisor final era uma proposição de garantir 10% da receita corrente bruta para a área da saúde. Aqui, todos sabem que nós seguramos essa proposta, como se diz vulgarmente, pelos chifres, porque havia uma tendência de se votar isso, que era a proposta originalmente votada aqui. Fizemos isso com o compromisso, que foi honrado pelo Presidente do Senado, de criarmos uma comissão especial para debater esse tema. E essa comissão foi criada.

Eu vou, rapidamente, falar de algumas constatações a que ela nos levou. Primeiro, que há um crescimento real do orçamento da saúde. Porém, se nós acompanharmos o crescimento relativo no que diz respeito a outras áreas sociais, pagamos um preço que... Como o orçamento da saúde é grande, olha-se muito mais o valor absoluto do que efetivamente as necessidades relativas de crescimento.

Aí, por exemplo, na saúde, se nós fizermos uma avaliação grosseira dos números, houve uma duplicação do valor de orçamento entre 2003 e 2012. Nesse mesmo período, a educação multiplicou o seu por quatro, a assistência social multiplicou o seu por oito, a área do trabalho multiplicou o seu por três. Felizmente, entre aspas, daqui a pouco o orçamento da educação vai ultrapassar o orçamento da saúde e aí talvez se olhe de uma forma diferente para a questão da política de saúde. Isso estabelece uma prioridade. É lógico que saúde foi prioridade, mas outras áreas foram mais do que a área da saúde.

Para complementar, o Congresso Nacional eliminou a CPMF no ano de 2008, o que foi um grande desastre, eu diria, para o País, especialmente para a área da saúde. E aí, mais uma vez é forçoso reconhecer o esforço do Governo, que substituiu aquela fonte continuando a cumprir a Emenda Constitucional nº 29. Porém, hoje nós temos carências concretas.

E eu disse: se nós compararmos o gasto do Brasil em saúde, seja pelo sistema de gasto de saúde *per capita*, seja o gasto de saúde na proporção do PIB, o gasto público e o gasto privado, que percentual cada um desse tem? E se analisarmos relativamente o gasto federal, o gasto estadual e o gasto municipal, nós temos uma carência que precisa ser suprida. O Governo reconhece isso, a Presidenta Dilma reconhece isso. E acho que reconhecer é importante, mas precisamos de mais, até porque sempre será pouco o orçamento da saúde.

Veja, qual é a clientela da educação no País? É sensivelmente menor do que a clientela da área da saúde. O Bolsa Família beneficia 60 milhões de brasileiros. É muita gente, mas o SUS é para os 200. É óbvio que, por essa razão, ele tem um custo diferenciado. E aí nós precisamos discutir mais recursos, até porque existem outros problemas. Na área da educação, teremos a clientela nos próximos anos se reduzindo; no caso da saúde, estará aumentando. As pessoas com mais de 60 anos vão formar um pico de uma pirâmide invertida crescente a cada ano, enquanto as taxas de crescimento populacional no Brasil vêm diminuindo. Então é óbvio que vamos ter que lidar com essa questão do envelhecimento, as necessidades.

O Presidente Lula diz muito bem: quem comia sanduíche de mortadela agora quer comer, eu não diria nem caviar, mas um prato feito bom. É lógico que quem teve algumas necessidades básicas atendidas na área da saúde quer mais, e isso custa dinheiro. A nossa área, infelizmente, é aquela em que a incorpo-

ração tecnológica não produz um não uso da tecnologia anterior. A abreugrafia, que foi criada lá no século passado, continua sendo utilizada num sistema que já tem a ressonância magnética, que já tem tantas outras. Quer dizer, vai-se acumulando, não se supera aquela tecnologia. E essas tecnologias novas são mais caras.

A Comissão de Financiamento chegou a algumas conclusões: primeiro, que temos, de fato, que ter mais recursos, que estes recursos, dentro do que está proposto pelo Movimento Saúde+10, seriam mais adequados para essa nossa quadra no processo de implantação do Sistema Único de Saúde: os 10% da receita corrente bruta ou o seu equivalente em receita corrente líquida. E é importante dizer que sabemos que não é possível atender a isso de uma vez, mas, se fosse atendido de uma vez, sabe quanto isso ia representar em termos de gastos de saúde em relação ao PIB? Um por cento. Nós íamos sair de 4% do gasto público com saúde em relação ao PIB para 5% do gasto público com relação ao PIB. São dados, são números reais. Nós não podemos...

Então, a nossa Comissão entendeu que a necessidade é essa hoje. E o nosso entendimento é de que isso deveria ser feito, seja qual for a proposta, em relação à receita corrente líquida, pelas razões que a Ministra Miriam colocou, mas por outras. A receita corrente líquida permite uma segurança, porque até o conceito de receita corrente bruta é impreciso.

Temos opiniões dentro do Tribunal de Contas da União definindo que não se pode fazer essa vinculação, porque estaria vinculando receitas que não pertencem à União, ao Governo Federal. São recursos de transferência, por exemplo.

Por outro lado, outras despesas estão vinculadas à receita corrente líquida, o percentual da folha de pagamento em relação à receita corrente liquida, o gasto da educação era receita do ano. A questão dos precatórios usa a receita corrente líquida. Portanto, é uma vinculação é uma vinculação que já está estabelecida. E aí nós fizemos essa... Nós entendemos que essa seria a melhor proposição. Óbvio que nós sabemos que precisamos de fontes. Neste momento, nem o Governo e nem o Parlamento vai discutir nem apresentar uma proposta de fonte nova, nem o Movimento quer. Portanto, nós vamos ter que trabalhar do ponto de vista da priorização.

Temos hoje algumas fontes, os *royalties*... As informações que eu tenho – me perdoe a Ministra Miriam – são de que, do ponto de vista dos recursos, os *royalties,* a partir de 2017, seriam um pouco maiores daquilo que foi ali colocado. Temos o orçamento impositivo, nós vamos brigar aqui para que 50% dessas emendas possam ir para a saúde. Nós sabemos que vamos precisar discutir uma fonte sim, vamos precisar. Eu tenho uma preocupação importante, que é a preocupação de nós... O que vier agora – eu espero que seja algo substantivo, substancial – precisa ser bem gasto. Precisa ser bem gasto para que nós tenhamos a legitimidade diante da sociedade de apresentar uma proposição de ampliação da participação da sociedade no financiamento da saúde. (*Palmas*.) O Ministério da Saúde, as secretarias estaduais, o Movimento, o Parlamento têm uma responsabilidade enorme. Se forem seis, sete, dez, vinte, trinta, quarenta e cinco bilhões a mais, que isso tenha um impacto efetivo na condição de saúde da população, sob pena de nós chegarmos em 2015 e não termos autoridade política para cobrar nem do governo e nem da sociedade o incremento desses recursos. (*Palmas*.)

Isso implica melhorar a gestão, utilizar critérios de qualidade para fazer o monitoramento da condição de saúde da população, implica nós aprovarmos a Lei de Responsabilidade Sanitária para definir claramente qual a responsabilidade dos entes e dos seus gestores e o que acontece quando essa responsabilidade não é cumprida.

Portanto, nós estamos nessa discussão, nessa batalha. O Governo e o Movimento sabem claramente que o que nós estamos tentando fazer aqui – o Senado, o Congresso – é encontrar uma solução, que certamente não será exatamente igual à que o movimento quer agora, mas também não pode ser uma proposição que o Governo apresente e que esteja tão longe daquilo que nós temos como carência hoje. Estamos lutando para isso. Eu espero que até a próxima semana nós possamos ter um entendimento. Eu sei que a luta vai ter que continuar. Essa bandeira dos 10% da receita corrente bruta é justa, e eu entendo que, ainda que não consigamos isso agora, ela vai continuar. Mas é importante que, neste momento, nós tenhamos ganhos concretos. Eu tenho certeza de que o Governo terá sensibilidade política suficiente e clareza de onde buscar esse recurso para que nós possamos, de fato, atender ao clamor da população brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), Sr. Jurandi Frutuoso.

O SR. JURANDI FRUTUOSO – Bom dia a todos e a todas. Eu queria saudar o Senador Renan Calheiros e agradecer pela oportunidade que o senhor nos dá. É a primeira vez que nós temos o privilégio de falar aqui no plenário sobre esse assunto, de maneira tão direta, tão coordenada e tão respeitosa.

Eu queria também saudar o Ministro Padilha, que tem tido esforço e cuidado na relação e principalmente no trato, na sua gestão, no sentido de melhorar a saúde pública brasileira, ao mesmo tempo reconhecendo seu esforço e também o seu sacrifício em fazê-lo, pelas condições não adequadas com que ele trabalha para garantir saúde de qualidade a todo o povo deste País; a Ministra Miriam Belchior, também, pela delicadeza de vir aqui e nos apresentar seus dados e seus argumentos que, infelizmente, Ministra, não nos convencem, lamentavelmente – a gente pede à senhora permissão para discordar, já desde o início; a Socorro, que é a Presidente do Conselho Nacional de Saúde, mais uma mulher à frente de um órgão tão importante, e que tem tido o cuidado de, ao se expressar, trazer o sentimento da rua, mas com a habilidade de quem tem que militar em uma área em que a boa relação tem que ser preservada; o Ronald, que coordena o Movimento Saúde + 10. Eu preciso aqui falar da minha posição de onde estou falando; eu também tenho que ter o cuidado, ao me expressar, de lembrar que estou aqui representando os secretários estaduais de saúde. Não é uma missão fácil. Por isso, eu já me desculpo, o excesso fica por conta da minha militância no Sistema Único de Saúde desde que me formei, eu já tenho 32 anos de formado; os acertos por conta do que eles me orientaram, mas eu sou obrigado, por me considerar um "susista", a colocar as coisas como elas são.

A minha assessoria me deu dados suficientes para que eu pudesse aqui fazer uma digressão, uma dissertação, com dados que podem provar, para lá e para cá, que o Brasil, na verdade, subfinancia a saúde. E subfinancia de maneira drástica. Mas os argumentos do Ministro Padilha, os argumentos da Presidente Socorro, os argumentos do Senador Humberto Costa, que tem tido um zelo muito precioso no trato desta questão, até porque já foi Ministro da Saúde e sabe que, entre o desejo de fazer e a condição de efetivar, moram alguns pontos, ou algumas questões, que o impedem de fazer, mesmo que o seu ideal lhe cobre todo dia, na hora de dormir, pela missão não cumprida... Por isso que eu peço aqui vênia, porque vou falar, e peço também que, sempre que se faça uma crítica ou uma análise sobre a gestão da saúde pública, se olhe para o lado daqueles 5,6 mil Municípios brasileiros, que têm, cada um, à frente da gestão da saúde, um secretário ou uma secretária, que é a essa hora pergunta como é que pode, ou como é que deve fazer para dar conta da sua missão, e daqui a pouco vou dizer isso aqui. Até porque eu estou aqui como o CONASS, mas também – ali está o meu colega no Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, Dr. Enio Sevilha, secretário executivo do CONASEMS, por quem a gente aqui também se expressa, tentando levar o recado da gestão.

Ao ter que desprezar os números – e não vou mais levar esse argumento à frente, porque senão vamos repetir – eu queria primeiro saudar a minha Bancada de Senadores do Estado do Ceará, com muito orgulho. Estão aqui: o Senador Inácio Arruda, o Senador Pimentel e o Senador Eunício Oliveira, demonstrando os três que lá no Ceará a saúde é prioridade, que eles têm, na verdade, o compromisso de seguir rapidamente para onde vai a discussão que pode levar a dias melhores a população daquele Estado.

A importância do SUS. Ontem, nós comemoramos, aqui em Brasília, lá no Memorial JK, os 40 anos do PNI (Programa Nacional de Imunizações). É o único país que vacina 300 milhões de pessoas a cada ano, que oferece 42 tipos de vacina, que tem 33 mil postos de aplicação de vacina, que consegue, na verdade, eliminar doenças como a paralisia infantil há mais de 20 anos, que já consegue tratar o sarampo não como extinto, mas sob controle; já há mais de 7 anos, sem sarampo autóctone.

É bom lembrar que os exemplos, quando vêm de outros países grandes, como dos da Europa, por exemplo, são louvados, mas alguns nossos que são feitos por nós no Brasil nem sempre são lembrados. É bom lembrar que, na última Copa do Mundo que houve, foi pedido às pessoas que se vacinassem contra sarampo antes de se deslocarem para a Europa. Nós sabemos que ainda há paralisia infantil em vários países da Ásia e da África e aqui não mais.

Por isso, eu queria lembrar que o que comemoramos ontem, os 40 anos do PNI, eu queria dar isso como o principal exemplo da sustentação no Sistema Único de Saúde e da sua seriedade em tratar a coisa pública. E, nesse exemplo, mora o outro exemplo, que é o da ação tripartite do Sistema Único de Saúde, em que, na verdade, esse exemplo de sucesso é composto por uma ação do Ministério da Saúde, por uma ação efetiva dos Estados do Brasil e, principalmente, pela belíssima força de trabalho que têm os Municípios brasileiros.

E aqui vai a minha primeira preocupação dentro da argumentação de não querer usar números, mas ser obrigado a usar. Quando da votação da Emenda 29, no ano 2000, os economistas que a pensaram – com licença da palavra aos economistas, mas eu tenho que dizer – fizeram a primeira maldade com o Sistema Único de Saúde. E não tenho outro termo para dizer a não ser esse.

Estabelecem-se 15% de obrigação para Municípios, 12% de obrigação para Estados e livra-se a União dessa obrigação, dando para ela que tem que

empenhar a receita do ano anterior, mais a variação da inflação do ano anterior, da correção anual do PIB. Isso levou a quê? Levou à seguinte situação: Municípios, 15%; Estado, 12%; e a União... Simplesmente, se você olhar a variação do gasto da saúde pelo percentual do PIB, ele está congelado. É 1,7; 1,71; 1,69. Ele está congelado desde o ano 2000. Então, as pessoas que negociaram, naquele tempo, o financiamento da saúde ou não viram ou aquiesceram facilmente e criaram para Estados e Municípios uma situação muito delicada, onde se encontra hoje o País chamado Brasil, que não consegue sair dessa situação que foi criada e está aí até agora.

Aí vem toda luta para se votar e para se aprovar a regulamentação da Emenda 29. No meu mestrado na UnB, tive o cuidado de estudar como foi votada a Emenda 29, como foi tratada desde 2000 até 2011. Eu li alguns milhares de documentos. Ao sair o resultado, tivemos uma frustração, porque pelo que se deu na Emenda 29, os ganhos não foram ganhos, pois os ganhos são os que já eram dados aos Estados e Municípios e que, como obrigação, foram legalizados, na verdade, de maneira muito clara. Mas em termo de dinheiro novo, isso não houve. Então, há a frustração em 2000 e em 2011, novamente mantendo-se Estados, Municípios e União em uma situação em que há conflitos: privilégios para um e, para os outros, a obrigação de 12% e 15%. Daí, a necessidade de estudar essa Saúde + 10 como está posta. E não o fizemos por acaso, não foi de nossa cabeça. Nós estudamos e ouvimos alguns economistas, velhos sanitaristas, conhecidos e ouvidos pela Casa que, quando necessário, são ouvidos aqui, principalmente na época do Orçamento.

Eu me lembro – e lembrarei aqui a todos – e é bom resgatar. Nós também precisamos fazer isso. Eu não sei o dia, mas sei o mês e o ano: dezembro de 2011. A Presidente Dilma foi à televisão, em pronunciamento oficial, e disse a seguinte frase: "Para a saúde do Brasil ficar igual à do Chile e da Argentina [vocês se lembram disso ou já se esqueceram], nós precisamos de mais R$42 bilhões." Ela falou isso. Em algum lugar está arquivado. "Nós precisamos, para ficarmos iguais ao Chile e à Argentina, de mais R$42 bilhões." É esse o dinheiro de que estamos atrás. Não queremos ficar igual à Alemanha, nem igual à Inglaterra, nem igual ao Canadá; queremos ficar igual ao Chile e à Argentina, nossos irmãos daqui da América do Sul.

Qual é minha segunda preocupação? Ministra Miriam, o SUS chegou, para mim, ao ponto de não retorno. Ao que chamo de ponto de não retorno? Com a aprovação da Emenda 29, no ano 2000, em que se criou a obrigação constitucional de 12% e 15%, Estados e Municípios foram obrigados, em quatro anos, a ajustar suas contas e chegaram a esse valor. Acontece que o recurso do incremento do gasto da saúde por aumento de densidade tecnológica, por envelhecimento populacional, por necessidade de crescimento da assistência, foi sendo aumentado.

E, de cada R$100,00 gastos em saúde pública no Brasil, decompondo-se esse gasto em União, Estados e Municípios, veremos que, naquele tempo, de cada R$100,00, R$62,00 ou R$60,00 eram gastos da União; hoje, só são R$45,00, e em queda.

O aumento nominal é visto, mas o aumento nominal também é visto no Estado e no Município. Então, o que chamo de "ponto de não retorno" é que, quando da Emenda 29, o incremento que era necessário foi subindo, e Estados e Municípios foram repondo. Tanto é que, hoje, praticamente 100% dos Municípios gastam acima dos 15% constitucionais; apenas dois Estados não cumpriam, até o ano passado, e agora, orçamentariamente, já estão cumprindo.

Essa soma de recursos de Estados e Municípios supriu a necessidade crescente do gasto com saúde. Só que, agora, parou. Eles estão esgotados! Há prefeito que não quer mais Unidade Básica de Saúde, porque não pode pagar o profissional de saúde, o médico. Há Estado que não quer mais a UPA, porque não sabe mais como bancar o custeio daquela UPA. Chamo até de uma situação de conforto. A questão é: quando eu faço um hospital e gasto R$100 milhões, o seu custo, a cada ano, é de 110% do valor da construção. E é para sempre esse gasto. Como é que se faz para manter as unidades de saúde se não há recurso crescente dentro do custeio?

Era isso que eu queria colocar, com essa preocupação de dizer que o Saúde+10 veio para esta Casa trazendo 2,2 milhões de assinaturas, superando as do Ficha Limpa em 900 mil assinaturas. E o que a Presidente Socorro acabou de falar é que sentimos que parece que não houve um grande impacto, mas esse impacto é sentido. Olhem para a fila; olhem para as pessoas tentando tirar do bolso o pouco que lhes resta para tentarem correr para um plano de saúde. E esse impacto é sentido quando começamos a não ter mais o avanço necessário que obtivemos na correção ou no avanço de alguns indicadores que poderiam dar ao País uma situação de maior qualidade.

A superação das Metas do Milênio está posta: avançamos na redução da mortalidade materna; avançamos em redução de mortalidade infantil. Só que chegamos a um patamar em que, agora, para abaixar mais um pouco, precisamos de muito mais tecnologia, de muito mais recursos e de mais profissionais.

Tenho aqui uma lista grande – a Viviane vai me desculpar porque não usei aqui as suas tabelas –, mas eu queria dizer o seguinte: a nossa preocupação hoje é com o retrocesso, porque, embora Estados e Municípios estejam em dificuldades, a obrigação constitucional de botar 15% e 12% fez com que fôssemos ganhando mais massa financeira para o sistema de saúde. Se eu crio outro mecanismo aqui no Congresso, outro jeito de se fazer uma obrigação constitucional, corro um perigo muito grande de desestruturar o financiamento do sistema de saúde brasileiro.

Faço um apelo – pode até não haver mais dinheiro, e vamos ter que nos contentar com isso, fazer a saúde que podemos fazer e pensar como fazer essa mágica de superar a dificuldade com os recursos existentes –: por favor, não mudem, em nome da história deste País e do Sistema Único de Saúde, a fórmula que está posta hoje, a fórmula que obriga ou que compromete um gasto com a saúde brasileira nesses percentuais de 15% e 12%. Por favor, essa não é a saída principal!

Quanto ao Saúde+10, temos duas premissas: a primeira é que a fonte seja estável, porque, se não for, estaremos aqui, daqui a quatro, cinco anos novamente, brigando por mais dinheiro e não teremos mais moral para isso. Então, escolhemos uma fonte estável, que não seja manipulável, que não seja fácil de mudar, que não varie de acordo com o gosto do governante ou a sua preferência; e a segunda é que o ponto de partida seja suficiente para superar o que está posto de defasagem.

Aqui, há pouco, passou o Senador Flexa Ribeiro – já estou terminando –, que foi Relator setorial no ano passado; o Senador Romero Jucá também foi o Relator-Geral no ano passado. E o Conass trouxe para os dois, no ano passado – como faz há sete anos –, alguns cálculos para fortalecer o nosso convencimento. Nesses cálculos, estavam colocadas apenas quatro questões que eram determinantes para nós. Vou colocar aqui essas quatro questões que estavam postas.

Fizemos o cálculo, Ministro Padilha – como fazemos há sete anos, e não temos errado muito esse cálculo –, e pegamos apenas o que tem que ser dado para a Atenção Básica em termos de correção de *per capita*, o que tem que ser posto no medicamento da Atenção Básica, a correção do medicamento excepcional e a média e alta complexidade.

E, segundo o nosso cálculo, que espero que não esteja errado – ali está o Ari, nosso amigo, que está de olho –, esse Orçamento de 2013 começava com um déficit de R$10,9 bilhões, ou seja, R$9 bilhões no MAC, R$765 milhões no piso da Atenção Básica, na questão da inflação; R$611 milhões na aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais; e R$163 milhões na assistência farmacêutica.

Terminando, só para lembrar, lá atrás, quando se criou o SUS, de cada cem trabalhadores, menos de dez eram de Município; hoje, de cada cem trabalhadores da Saúde, mais de 70% já são do Município, vinte e poucos do Estado e oito da União, ou seja, dá-se a obrigação, mas não se dá o correspondente financeiro para que ele possa honrar os seus compromissos.

Portanto, eu me despeço pedindo aos nossos governantes, aos nossos Parlamentares que preservemos aquilo que foi conquistado a ferro e fogo em 1988 na Constituição, o Sistema Único de Saúde do Brasil, que, para nós, era e é ainda um mecanismo excelente de inclusão social. Naquela época, 60 milhões de pessoas não tinham onde cair mortas, como há hoje 50 milhões de pessoas nos Estados Unidos que não têm onde pedir socorro na hora de uma doença.

Com muito cuidado, vou dizer que nós estamos americanizando o sistema de saúde brasileiro. Eles estão querendo sair de onde estão, e nós estamos querendo ir para lá. Já temos um percentual alto de pessoas com planos de saúde, e, à medida que se subfinancia o sistema de saúde público, se fortalece o sistema privado. À medida que se financia saúde privada, se mata o sistema de saúde público. Assim, o povo tem que saber.

O Senador Wellington já foi governador, deve ter recebido centenas de vezes os seus secretários estaduais de saúde, e sabe que não é choradeira, nem é papo de gestor, porque não sou mais. Falo como quem já foi médico do Saúde da Família, quem coordenou o Saúde da Família, quem foi secretário municipal de Saúde e secretário estadual de Saúde. Olhem, não é só má gestão, não, porque parte é da gestão, mas grande parte é de subfinanciamento. E não se corrige má gestão com o dinheiro que está aí. É impossível uma reação na gestão com o dinheiro que está aí.

Queria pedir vênia aos senhores no sentido de proteger aquilo que é do povo brasileiro: saúde de qualidade no sistema público de saúde de que nos orgulhemos, como o fizemos até aqui.

Obrigado.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos e Coordenador do movimento Saúde + 10, Ronald Ferreira dos Santos.

O SR. RONALD FERREIRA DOS SANTOS – Boa tarde, Srªs e Srs. Senadores.

Presidente Renan Calheiros, agradeço esta importante oportunidade de abrir espaço para a sociedade

brasileira. Aqui temos a honra de representar mais de 130, 140 organizações da sociedade brasileira, que, não no último um ano e meio, mas, eu diria, nos últimos vinte e cinco anos, vêm lutando bravamente para garantir uma conquista do povo brasileiro que esta Casa, o Congresso Nacional, consagrou e que vai completar, agora em 5 de outubro, 25 anos.

O conjunto das organizações que compõem o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública abrange centrais sindicais, gestores de saúde, conselhos profissionais, associações de moradores. Ou seja, praticamente toda a sociedade civil brasileira organizada se abraçou para defender um dos principais patrimônios do povo brasileiro que foi essa conquista do Sistema Único de Saúde.

Neste ano, nós tivemos a oportunidade de testemunhar como podem e devem ser tratadas as políticas públicas.

Este ano era ano de reajuste das tarifas do transporte coletivo. Todas as planilhas apresentadas, nos mais diferentes debates, davam conta de importantes reajustes, necessários, fundamentais e insuperáveis, para não continuarem os problemas de transporte. Mas o povo brasileiro se manifestou, foi às ruas, apresentou a demanda, e foi possível reduzir o valor das tarifas.

Nós trazemos aqui a conclusão, o debate de diversas organizações que dizem que não são R$190 bilhões o que estamos pedindo, como os Constituintes colocaram quando determinaram que o orçamento da Saúde deveria ser 30% do orçamento da seguridade.

O que está sendo trazido para cá é a necessidade urgente e imperiosa de se aplicarem, no mínimo, de R$39 bilhões a R$40 bilhões para solucionar de forma urgente os graves problemas de financiamento do Sistema Único de Saúde.

Os números apresentados, os números que as diversas entidades têm discutido dão conta da possibilidade concreta e real de se aplicarem esses recursos em saúde, pois, do orçamento de R$1,2 trilhão, o conjunto das despesas obrigatórias ou discricionárias, no entendimento das nossas organizações, é fruto de definição política. Os R$217 bilhões, que nos últimos 12 meses foram utilizados para pagar juros e amortização da dívida, são frutos de definição política.

É entendimento do movimento a possibilidade concreta de se ouvir aquilo que se apresentava aqui nos números, com a expectativa do povo brasileiro de que o principal problema a ser resolvido é o de saúde.

Dizia o Deputado Henrique Eduardo Alves que, desde sua primeira candidatura, a demanda principal que o povo brasileiro gostaria de ver solucionada com políticas públicas era a da saúde. O povo brasileiro constituiu o Sistema Único de Saúde, mas há 25 anos estamos nesse enfrentamento de garantir a estabilidade do seu financiamento.

O nosso movimento, o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública, nasce com mais força a partir do momento em que diversas organizações, em 2011, foram cobrar aquilo que a Presidente Dilma Rousseff registrou no Tribunal Superior Eleitoral. A Presidente Dilma Rousseff registrou no TSE o seu compromisso de regulamentar a Emenda Constitucional 29. Assim o cumpriu. Mas um dos principais motivos que levaram as pessoas às ruas, na primavera da saúde, foi a ampliação de 10% dos recursos, o que não aconteceu com a regulamentação em dezembro de 2011.

As entidades do povo brasileiro, sem o discurso de pertencer ao Governo, à oposição, ao partido A, ao partido B, o conjunto das organizações da sociedade brasileira, o povo brasileiro chamou para si a responsabilidade de apresentar, aqui no Congresso Nacional, uma proposta. Todos os estudos das principais autoridades que sustentam o debate técnico sobre o financiamento da saúde, sejam economistas, sejam especialistas em saúde pública, dão conta de que é plenamente possível aplicar os 10% das receitas correntes brutas da União em saúde. Apresentamos, aqui, no Dia Nacional da Saúde, os 2,2 milhões de assinaturas.

Reiteramos que esta é a proposta concreta do movimento nacional em defesa da saúde pública. Há possibilidades reais, orçamentárias, de essa proposta ser aplicada. A dependência disso é vontade política.

Em 2014, temos um ano eleitoral. Em 2014, além de comemorarmos 25 anos dessa grande possibilidade de termos eleições, podermos escolher diretamente nossos representantes, a Constituição nos deu, também, esta possibilidade de o povo participar diretamente através de um projeto de lei de iniciativa popular.

Estamos dispostos a negociar, e vamos negociar. Como disse aqui uma das principais organizações que conosco marchou junto na construção desse nosso movimento, Jurandi Frutuoso, representando os Secretários Estaduais de Saúde, da mesma forma os Secretários Municipais de Saúde, estamos dispostos a negociar, mas é impossível. É impossível entrarmos em 2014 sem os recursos para a saúde serem ampliados, substancialmente.

E a proposta que oferecemos, que 2,2 milhões de brasileiros oferecem, é a proposta dos 10% das receitas correntes brutas da União. Colocam alguma dificuldade a respeito da busca desses valores da vinculação. A proposta que apresentamos significa o montante referente a “o total das receitas correntes brutas da União”. Ou seja, o que nós apresentamos foi uma referência, como disse o Jurandi aqui, à fala da Presidente da República num programa dominical,

que apontava quais eram os recursos necessários para amenizar os problemas da saúde; à fala do Ministro Alexandre Padilha na sessão especial da Câmara dos Deputados, que apontava que o montante necessário para enfrentar os problemas da saúde do Brasil era em torno de 45 bilhões.

O povo brasileiro assinou, o povo brasileiro reivindicou, o povo brasileiro chamou para si a autoria da solução desse principal problema. E tem uma grande expectativa na autonomia do Poder Legislativo, na capacidade de construir as respostas e de dar as respostas do Poder Legislativo do Brasil a essa importante demanda. Repetindo: é uma proposta que não pertence à oposição, que não pertence ao Governo; é uma proposta que pertence ao povo brasileiro.

É isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu queria comunicar aos Senadores, às Senadoras e aos convidados, a todos os convidados, que esta semana o Senado Federal aprovou um projeto de resolução que estabelece critérios para avaliação de políticas públicas. Isso, do ponto de vista do Parlamento, é um avanço significativo. A partir de agora, cada comissão técnica permanente do Senado Federal vai, anualmente, eleger uma política pública, pelo menos, e, com a participação da Consultoria da Casa, de critérios predefinidos do Tribunal de Contas da União, vai fazer a avaliação exatamente dessa política pública.

Para que nós possamos avançar no debate, eu sugiro, como proposta de encaminhamento – não sei se contaremos com o apoio dos Senadores para isso –, que pudéssemos conceder a palavra a, pelo menos, quatro ou cinco Senadores; em seguida, nós devolveremos a palavra aos convidados para que eles possam colaborar com o aprofundamento necessário desse debate. Talvez nós economizássemos um pouco o tempo da sessão.

Nós temos uma ordem: Senador Suplicy; Senadora Ana Amélia; Senador Mozarildo; Senador Valdir Raupp; Senador Pimentel; Senador Paulo Davim, com cuja presença na Mesa nos honra; Senador Pedro Taques; Senador Pedro Simon; Senador Aloysio Nunes Ferreira; Senador Sérgio Souza; Senador Casildo Maldaner; Senador Wellington Dias; e Senador Inácio Arruda.

Senador Waldemir Moka, Senador Valadares e o Senador Wellington Dias.

Então, eu concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, prezado Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, Srª Ministra Mirim Belchior, do Planejamento, Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Srª Maria do Socorro de Souza, caro Colega Senador Humberto Costa, da Comissão de Financiamento do Sistema de Saúde, Sr. Jurandi Frutuoso, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos, Ronald Ferreira dos Santos, Senador Paulo Davim, primeiro quero cumprimentar o Ministro Alexandre Padilha e a Ministra Miriam Belchior pelo empenho em assegurar ao povo brasileiro um Sistema Único de Saúde que realmente esteja à altura das aspirações inclusive de nossos constituintes; cumprimentando-os, também, pelo esforço de recursos para a saúde.

Como V. Exª expôs, Ministro Padilha, em 2007, tendo em conta que perdemos a oportunidade de assegurar através da CPMF os recursos para a saúde, ainda assim houve um movimento significativo, conforme ambos, o Ministro e a Ministra Miriam Belchior, demonstraram também. Em 2010, quando eram R$67,3 bilhões; em 2013, R$92,4 bilhões e para 2014 a previsão é de R$100,3 bilhões. Exatamente não tendo havido a CPMF, que retirou R$40 bilhões, esse aumento foi resultado de que movimentação no orçamento, de que realocação? Uma vez que não houve a CPMF, eu queria ter mais claro como é que se possibilitou esse aumento? Isso é para um esclarecimento.

Eu queria também dizer uma palavra aqui de boas-vindas, de bom acolhimento a todos os médicos, sejam os espanhóis, os argentinos, os portugueses, os cubanos, de todos os outros países. Avalio que é muito importante que nós venhamos a dar as boas-vindas.

Acho que não foi adequado da parte de alguns que tentaram não bem receber os médicos que, afinal de contas, estão chegando com uma disposição, um entusiasmo que se pode ver pelas entrevistas. Felizmente acho que a população em cada lugar do Brasil está dando esta boa acolhida aos médicos, já que, conforme demonstrou o Ministro Alexandre Padilha, não há ainda o número suficiente de médicos para estar em todas as partes e nos Municípios mais distantes ou nas áreas periféricas até mesmo da grande São Paulo e de outras grandes cidades brasileiras. Então, que possam, como outros países o fizeram, acolher a contribuição.

Ainda há poucos dias eu até mostrei para o Ministro Alexandre Padilha...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu aqui registrei a carta de um rapaz que tinha participado do Programa Ciência sem-Fronteiras

e dado a sua interação no Canadá. Ele fez uma avaliação tão positiva que eu aqui registrei.

Eu gostaria que V. Exª nos desse um breve balanço sobre como é que está, após mais de um ano e meio do programa de combate ao *crack,* que fizesse um breve registro, um balanço de quais são os avanços conseguidos após a campanha que a própria Presidenta Dilma com os ministros aqui presentes desencadearam.

Eu quero dar uma informação. Em 2011, 2012 e 2013, de meus R$15 milhões de direito a emendas, 69,2% foram para a área da saúde, em 2011; 55,3%; em 2012; e 87,3%, R$13,1 milhões, em 2013. Só para registrar.

Eu sei que cada um aqui pode ter as suas preferências, mas, de repente, eu tive a curiosidade de verificar. Eu naturalmente já estava solidário aos apelos para mais recursos para a área da saúde no que está ao meu alcance.

E gostaria de aproveitar a presença da Ministra Miriam porque eu preciso dar-lhe alguns *e-mails*, mas fora da área da saúde.

Meus cumprimentos a todos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caros Ministros Alexandre Padilha e Miriam Belchior, em nome de quem saúdo toda a Mesa que está representando e o líder do movimento Saúde+10.

Caro Presidente Renan Calheiros, queria cumprimentá-lo pela iniciativa e só lamentar, porque penso que os operadores da saúde, as Santas Casas, por exemplo, hospitais comunitários, ou a área da rede pública estivessem também presentes aqui para este debate. Mas penso que este é o primeiro passo, e outros virão para também estarem aqui.

Eu sou de um Estado onde os hospitais comunitários, as Santas Casas têm uma força extremamente relevante. Então eu já de cara peço encarecidamente à Ministra Miriam e ao Ministro Padilha: a bancada gaúcha fez uma emenda – e espero que as emendas agora para a saúde sejam acolhidas – para a Santa Casa de Porto Alegre, em que 60% dos atendimentos são para SUS, atendimentos de SUS, não só da região metropolitana, mas também do interior, que atenda a emenda que a bancada gaúcha liberou para isso, caro Ministro Alexandre Padilha.

Aqui se falou muito sobre a questão relacionada à CPMF. Eu penso que a CPMF, o próprio autor da ideia, que foi uma ideia genuinamente boa, porque ia taxar as pessoas que não contribuíam, porque era um imposto sobre o cheque. Do ponto de vista da aplicabilidade, muito boa. A finalidade que o Ministro Adib Jatene, então Ministro da Saúde, teve quando propôs essa sugestão era de que o dinheiro todo arrecadado com a CPMF iria para a saúde. Só que esse dinheiro não foi para a saúde. E hoje dizer que a CPMF foi um mal para a saúde, eu acho que a gente não está dizendo a verdade. Se ela tivesse ido inteiramente para a saúde, eu seria a primeira a chegar aqui e dizer: "o dinheiro da CPMF era para a saúde." Ele ia para fazer o acerto de contas do governo. Por isso que o próprio Dr. Adib Jatene se penitenciou, porque aquele dinheiro não foi para a saúde. Então nós precisamos esclarecer isso.

Como estou aqui, Presidente Renan Calheiros, na condição de Presidente da subcomissão municipalista da Comissão de Assuntos Econômicos, e o nosso Jurandi Frutuoso falou a respeito disso, eu vou apenas reforçar esses dados. Eu estive em Joinville, na Santa Catarina do Senador Casildo Maldaner. O prefeito de Joinville aplica 34% da receita em saúde. A lei, como disse o Jurandi, estabelece 15%. A prefeitura de Panambi, no meu Estado, aplica mais de 30%. O que acontece? O prefeito, o secretário municipal de saúde é o primeiro elo; a pessoa, o cidadão mora na cidade pequena, no Município, vai lá bater, porque sabe onde mora o prefeito, sabe onde mora o vereador. Vai lá cobrar e tem que exercer a saúde, ele tem que executar. Se não atende, judicializa. Outro problema para o setor de saúde.

Eu, como municipalista, venho aqui dizer que essa situação não pode, ela é insustentável. Os Municípios brasileiros hoje estão falidos, porque há um desvirtuamento das competências. Os Estados têm de aplicar 12% e não os aplicam. O meu Estado não os aplica, e nem vou falar – sou de um partido de oposição ao governo que está lá – mas não é problema do governador atual. Isso não se fazia com governadores anteriores, até para ser justa em relação a isso, e muitos Estados não aplicam os 12%. Bom, e a nossa prima rica, que é a União, nem se fala em relação à questão da saúde.

Eu queria dizer que é importante essa ideia de validar as emendas parlamentares destinadas à saúde – faço questão de aplicá-las todas e controlar o dinheiro que está lá – seria bom, mas o ideal é termos, como defende aqui o Senador Humberto Costa, com propriedade, uma política definitiva para o financiamento e garantir – nosso Senador Moka, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, temos lutado muito – uma política estável de financiamento à saúde, para que não venhamos a todo tempo fazer essas campanhas, gritar, lutar, brigar pela saúde, e o problema não se resolve, como disse o nosso grande Líder.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Queria também, Ministro Alexandre Padilha, para terminar: nós fizemos uma audiência pública da CAS, onde laboratórios de análises clínicas – e o senhor falou sobre reajustes aqui feitos pelo SUS – há 18 anos não recebem reajuste. Um hemograma: R$4,50; uma glicemia: R$1,85. E, desde aquela audiência que aconteceu no ano passado, até agora, não aconteceu nada, e não há uma explicação. O que acontece? Qual o resultado disso? Concentração. Pequenos laboratórios no interior do Brasil inteiro, do meu Rio Grande do Sul, estão fechando as portas, e há a concentração, grandes laboratórios, aquilo que queremos disseminar e fazer.

Eu queria renovar ao senhor um pedido para o reajuste das tabelas desses exames laboratoriais que são fundamentais em qualquer diagnóstico.

Eu não sou médica, eu sou apenas uma Senadora que está aqui ouvindo as pessoas demandando sobre essas matérias e deixarei de fazer perguntas ao Ministro Alexandre Padilha sobre o Mais Médicos, porque penso que há uma audiência pública solicitada por várias comissões, e esse será o momento. Tenho certeza de que o senhor, como democrata, como grande articulador que tem e sempre teve em funções anteriores com o Governo, terá esse diálogo com os Senadores e as Senadoras aqui para tratarmos dessa questão que é de interesse da sociedade brasileira.

Parabéns, Senador Renan Calheiros, pela iniciativa!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Com a palavra V. Exª.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Ministra Belchior, Ministro Padilha, quero cumprimentar, em nome deles, todos os membros da Mesa.

Ocupo a tribuna neste momento com duas responsabilidades.

A primeira é a de ser um médico que se formou 44 anos atrás na única capital da Amazônia que tinha faculdade de Medicina, que era Belém, do Pará. No ano em que eu me formei, em 1969, a faculdade fez 50 anos de existência. Ela foi a quarta do Brasil. Já naquela época, quando trabalhávamos na Santa Casa, ouvíamos, a toda hora, dos professores, que havia uma dificuldade muito grande no atendimento. Por quê? Porque os Municípios colados em Belém mandavam todo mundo para Belém. Então, esse problema de não haver médico, de haver carências e tal é muito antigo, não é de hoje. Eu vivi na pele o problema, por exemplo, de voltar. Eu fui o primeiro filho de Roraima a se formar em Medicina e voltei quase que por uma obrigação sentimental. Éramos apenas quatro médicos para atender 200 mil habitantes espalhados: era um para cinquenta mil.

E a segunda responsabilidade de ter sido constituinte. Eu não consigo compreender por que tantas décadas se passam e nós não conseguimos resolver o problema de financiamento, principalmente, Ministros, o problema de corrupção na saúde.

A Ministra falou de gestão. Eu digo que há gestão boa e há gestão ruim. No meu Estado de Roraima, recentemente, houve uma operação da Polícia Federal e se constatou o desvio de cerca de R$30 milhões só numa espécie de corrupção. Quando estavam faltando os medicamentos A, B e C, a licitação era dispensada e se comprava de emergência. Só que as firmas que vendiam faziam um acordão e compravam remédios de outros Estados com o prazo de validade curto. Dali a quatro ou cinco meses, havia nova dispensa de licitação para adquirir os mesmos remédios. Isso é roubar a saúde das pessoas.

Existe uma publicação da Controladoria-Geral da União (CGU), do ano passado ou do ano retrasado, que dizia que, nos quatro anos anteriores, foram desviados, só da Funasa, Senadora Ana Amélia, R$500 milhões.

Então, se nós não fecharmos essa torneira da corrupção, pode colocar dinheiro à vontade que vai continuar melhorando muito lentamente. É preciso que os órgãos de fiscalização, tanto do Ministério da Saúde quanto dos Tribunais de Contas, estejam permanentemente mobilizados para que nós possamos estancar essa hemorragia do sistema de saúde, justamente representado pela corrupção.

Eu teria algumas perguntas para fazer, mas vou encaminhá-las tanto ao Ministro Padilha quanto à Ministra Belchior, porque realmente esse caso já está cansado.

Ministro, vamos sepultar a defunta CPMF. Vamos parar de ficar nisso. Já se passaram tantos anos, e ainda não encontramos uma alternativa? Temos de encontrar uma alternativa. Vou usar o linguajar médico: nós temos de encontrar um remédio que cure mesmo.

(Soa a campainha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Aliás, neste caso, não é só um remédio, não, é o remédio da construção de unidades de saúde, da manutenção das unidades de saúde e também, agora já previsto no Programa Mais Médicos, a formação de mais médicos no Brasil.

É inacreditável isso. Por exemplo, em Roraima, nós temos uma faculdade de medicina, que já está há vários anos formando profissionais, mas, por uma imposição do Conass, nós só podíamos abrir 40 vagas por ano. Então, numa faculdade com capacidade para formar duas turmas, só tem oportunidade de ingressar 40 alunos por ano.

Inclusive, estou como Relator Revisor do Programa Mais Médicos e aqui há muitos Senadores envolvidos, tanto Senadores da área de saúde, como os que não são, mas que sentem esse reclamo popular. Realmente, coloquei até este adesivo falando em 10%, mas eu acho que devia ser maior...

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – (...) do que 10%, porque (*Fora do microfone.*) 15% dos Municípios – e quem conhece Município pobre como eu conheço! – e 12% de todos os Estados, indistintamente, como um Estado pobre como o meu, terem de cumprir igualmente o que cumprem outros Estados ricos é uma desigualdade que aprofunda até as desigualdades regionais e sociais.

Então, venho batendo nessa tecla há muito tempo. Eu votei a favor da CPMF e votei contra a prorrogação da CPMF. Por quê? Porque o dinheiro não ia mais só para a saúde e porque o dinheiro servia até para fazer superávit primário para o Governo.

Então, realmente, ela foi desvirtuada e se trata de um cadáver que precisa ser sepultado. Nós temos de olhar para frente e buscar rapidamente, realmente, soluções, que, tenho certeza, o Ministro Padilha está empenhado em encontrar. E aqui, com o apoio dos Senadores...

(Soa a campainha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) –(...) com certeza, nós vamos encontrar um caminho que ponha fim a esta questão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria – PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares; em seguida, ao Senador José Pimentel.

Com a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Alexandre Padilha, Srª Ministra Miriam Belchior, Senador Vital do Rêgo, Senador Humberto Costa, Srª Presidente do Conselho Nacional de Saúde Maria do Socorro, Sr. Jurandi Frutuoso, Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos, em primeiro lugar, quero declarar o meu apoio à proposta do Ministro Padilha de direcionar 50% das emendas individuais dos Parlamentares em favor da saúde. A Câmara aprovou 40%; espero que o Senado aprove 50%. Que esta proposta, ao voltar à Câmara, possa confirmar a vontade da maioria da Nação – tenho certeza absoluta.

E quero aproveitar a oportunidade para felicitar o Governo, através do Ministro Alexandre Padilha, pela coragem da iniciativa em instalar no Brasil, no Governo da Presidenta Dilma, o Programa Mais Médicos, que tem como Relator um sergipano, Deputado Rogério Carvalho, do Partido dos Trabalhadores, que tenho certeza de que irá desempenhar muito bem essa função de relatar dessa matéria tão importante, que vai amenizar, sem dúvida alguma, o sofrimento das populações mais pobres em todo o Brasil.

Portanto, meus parabéns, Ministro! Contará com todo o meu apoio.

Num determinado momento, quando iniciava o meu mandato aqui, no Senado Federal, fui procurado pelo então Ministro da Saúde para apresentar uma proposta visando à cobertura das despesas com a saúde pública no Brasil, ajudar a cobrir as despesas com esse setor, o Ministro Janete. Uma figura conhecidíssima em todo o Brasil, respeitadíssima, fez um relatório que emocionou a todos nós na Comissão de Justiça. E como a proposta, na época, recebia uma resistência enorme de setores empresariais, poucos Senadores se aventuraram a apresentar essa proposta, porque tinham receio de perder votos nos seus Estados.

E eu topei a parada. Fiz a proposta, levei para o Ministro – e eu era oposição na época, eu fazia oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso – e eu achava que era uma solução adequada para resolver, Sr. Presidente, o grave problema da falta de recursos para a saúde.

Apresentei a proposta e até hoje não me arrependo. Só que na época que apresentei era de 0,20%. Depois Fernando Henrique provocou a demissão do Ministro porque os recursos foram desviados para outras finalidades. Ai eu comecei a votar contra a CPMF. Quando ele aumentou para 0,38%, uma parte dos recursos era destinada a financiar a Previdência, Fundo da Pobreza. Quer dizer, não era mais saúde, era um fundo elastecido para atender a outras finalidades. Votei contra. Quando o Lula entrou começou a exigir que os recursos fossem totalmente empregados em favor do setor. Ai eu comecei a votar favoravelmente.

A queda da CPMF ocorreu aqui no Senado, conforme aqui já foi dito. E o percentual não era mais 0,20%, nem 0,38%, era 0,08%. Daria, assim, algo em torno de R$8 bilhões por ano, mas serviria, sem dúvida alguma, Sr. Presidente, ...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – ... não só para ajudar a saúde, como também para combater a sonegação, o crime organizado e todos aqueles que queriam sonegar impostos.

Eu me lembro que a porta do Senado Federal estava cheia de pessoas da Fiesp espalhando terrorismo, dizendo que, se a CPMF fosse aprovada, a cesta básica aumentaria, que o comércio sofreria um prejuízo incomensurável, indústrias quebrariam. Um verdadeiro terrorismo!

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Nós perdemos por três votos. Lamentavelmente, perdemos por três votos. E hoje encontramos a saúde em uma situação realmente deficitária, problemática, em todos os Estados e Municípios, apesar dos esforços que estão sendo despendidos pelo Governo Federal.

Já estou encerrando minha participação. Eu só queria contar essa pequena história porque tem muita gente aí defendendo a saúde, mas da boca para fora. Mas na hora "H", em que nós precisamos manter esse recurso em favor da saúde, esse pessoal votou contra, lamentavelmente. Então, agora, sim, vamos...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE. *Fora do microfone*.) – Para encerrar, Sr. Presidente.

Vamos fazer de tudo...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – ... para que o Governo entenda que 10% das receitas líquidas é uma proposta razoável. Estarei à disposição, com todos os Senadores, quando essa proposta chegar aqui, para votar favoravelmente a aumentar substancialmente os recursos da nossa saúde.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Exª.

A Presidência lembra aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que a Ordem do Dia da sessão de hoje será antecipada para as 15 horas e constarão também, por solicitação de diversos Senadores, as matérias da Ordem do Dia de amanhã. Nós tivemos uma semana intensa de resultados no Senado Federal. Votamos inclusive matérias importantes na própria segunda-feira, com um quórum altíssimo e, portanto, vamos proceder à antecipação da Ordem do Dia de amanhã para hoje. E começaremos a Ordem do Dia, impreterivelmente, às 15 horas.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu quero dar um boa tarde a todos, saudar o nosso Presidente, Senador Renan Calheiros, parabenizá-lo pela iniciativa desta sessão temática, dar um forte abraço no Ministro Alexandre Padilha, na Ministra Miriam Belchior, saudar o nosso Senador Paulo Davim, que é médico e colaborador no debate forte do Senado Federal sobre essa matéria, dar um forte abraço nos convidados em nome do nosso cearense, o Jurandi Frutuoso, e peço aos demais que me perdoem, porque o nosso tempo é curto e, daqui a pouquinho, daqui a 40 minutos, vamos iniciar a nossa Ordem do Dia.

E queria começar registrando que eu fui o Relator geral do Orçamento da União para 2008. Nós tínhamos feito ali todo um planejamento de ampliação e de incorporação do PAC, um conjunto de programas e de ações, e no dia 12 de dezembro, aí por volta da meia-noite, 35 Senadores resolveram prejudicar a saúde brasileira, retirando a CPMF do Orçamento da União, que representava R$40 bilhões.

E quero registrar que os assalariados que tinham salário até o teto do Regime Geral da Previdência Social, os aposentados e pensionistas, todos eram isentos da CPMF. Quem pagava a CPMF no Brasil eram os ricos, os banqueiros, os grandes. E, lamentavelmente, como já foi registrado pelo Antonio Carlos Valadares, eles montaram um piquete aqui dentro do Congresso Nacional e foram vitoriosos, e a saúde foi prejudicada.

Mas essa fase foi superada. Nós tínhamos um Presidente da República na época, Luiz Inácio Lula da Silva, com um compromisso muito forte com a saúde brasileira, que determinou a este Relator, e conversou com os Líderes da Casa – da Câmara e do Senado –, que nós deveríamos sacrificar outros programas, outras ações, mas a saúde pública precisava ser preservada e ele iria manter na sua totalidade o cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, que tinha iniciado em 2003. E, assim, nós fizemos em março... Aliás, no dia 28 de fevereiro de 2008, nós aprovamos o orçamento ajustado e não tivemos qualquer retirada de recursos da Previdência, da saúde pública brasileira.

Eu faço este registro para compreender que as dificuldades que nós temos hoje são fruto daquela decisão lá atrás, mas todos nós, sob a coordenação do nosso Presidente Renan Calheiros, estamos trabalhando para construir uma proposta que permita dialogar com a realidade orçamentária do Governo Federal, com uma política de colaboração com os Municípios e

os Estados, para que nós possamos, ouvindo nossos Ministros, ouvindo a nossa Presidenta Dilma, que quer colocar dinheiro novo no orçamento da saúde pública brasileira, mas dentro da nossa realidade...

Nós temos clareza também de que não há espaço na sociedade para se criar uma contribuição nova. Temos que trabalhar, nesse 2014, com a realidade orçamentária que está posta e, para isso, nós estamos dialogando para que 50% das emendas impositivas dos Deputados e Senadores...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – ... vão para essa nova fonte. Já aprovamos que 25% dos *royalties* do petróleo vão para essa nova fonte e queremos discutir com o nosso Governo para que façamos essa nova alteração por dentro da Constituição Federal, ou seja, através de emenda constitucional, para dar transparência e segurança às entidades, à sociedade e ao Parlamento.

Essa é uma divergência que nós ainda precisamos construir, porque parte dos nossos Congressistas entende que nós deveríamos trabalhar em matéria infraconstitucional. Eu acho que nós deveríamos evoluir para qualquer mudança que fizermos, durante este mês de setembro, para que possamos alterar o orçamento de 2014. E isso deveria ser feito através de emenda constitucional.

Nós temos a chamada PEC do Orçamento Impositivo. O Relator dessa PEC é o Senador Eduardo Braga, que deverá apresentar, nos próximos dias, o seu parecer. E eu acredito, Sr. Presidente, nossos Ministros, nossas entidades, que qualquer mudança deveria ser feita por dentro dessa proposta de emenda à Constituição. E nós deveríamos também, Sr. Presidente, para fins de reflexão, igualar os percentuais de vinculação às suas receitas.

Nós temos, na Emenda nº 29, a obrigatoriedade de os Estados participem com 12%; nós temos, na Emenda 29, o dever de os Municípios participarem com 15%. Isso está consolidado.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – E nós deveríamos trabalhar um percentual da União chegar aos 15%. Sou um daqueles que entendem que nós deveríamos uniformizar, a ponto de todos os Municípios, os Estados e a União colaborassem sobre a receita corrente líquida, porque hoje isso não acontece. Os Municípios mais pobres estão estrangulados, participam com percentual acima dos 15%. Só que a Emenda nº 29 cometeu um erro quando determina que seja sobre impostos mais transferências, deixando de fora todas e quaisquer outras receitas. Por exemplo: os Municípios mais ricos, que recebem *royalties* de concessão do petróleo, possuem valores substantivos, e não aplicam na saúde nenhum centavo.

Eu tive o cuidado, Sr. Presidente, de dar uma olhada em alguns Municípios.

O Município do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, que deveria aplicar 15% das receitas correntes líquidas, como critério da Emenda nº 29, do final dos anos 90, colocou sobre impostos mais transferências constitucionais, em 2010, teve sua participação com 9,1% da receita corrente líquida; em 2011, participou com 9,4% da receita corrente líquida; em 2012, participou com 9,3% da receita corrente líquida. É verdade que, para os Municípios que não têm contribuição, para Municípios que não têm outras fontes de receita, ele aplica 15% sobre impostos, o que bate, basicamente, com a receita corrente líquida. Mas os Municípios grandes, os Municípios ricos, lamentavelmente, não contribuem com 15% de sua receita corrente líquida.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sou um daqueles, Sr. Presidente, que farão um esforço muito grande, ao lado de nossos pares, ao lado das entidades, dos Municípios, dos Estados e do Governo Federal, para uniformizar esses percentuais e trazer a União a contribuir com o maior percentual que hoje é praticado pelos Municípios, ou seja, chegar a 15%. Mas que a gente tenha, com as nossas entidades e com a sociedade brasileira, esse debate para uniformizar, para evitar discurso atravessado.

A União, em 2012, participou com mais de 12% da sua receita corrente líquida, acima dos Estados. Nenhum Estado pratica 12% das suas receitas correntes líquidas, porque não entram contribuições e uma série de outras fontes.

E já que nós...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – ... queremos fazer um processo – para concluir, Sr. Presidente –, queremos (*Fora do microfone.*) construir um processo que traga dinheiro novo, que traga mais responsabilidade na gestão, nós deveríamos uniformizar percentuais e critérios da base de cálculo.

Por isso espero que, daqui até a próxima quarta, quinta-feira, quando a nossa Comissão de Constituição e Justiça se reunirá para se debruçar sobre isso, Deus nos ilumine para que possamos encontrar uma proposta justa, que caiba no Orçamento e traga dinheiro novo para a saúde brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan, Ministra Miriam, Ministro Padilha, em nome dos quais faço a saudação extensiva a toda a Mesa.

Ministra, a minha fala é muito mais direcionada a V. Exª, até porque o Ministro Padilha e os demais componentes da Mesa já conhecem bem os números. Dizer que o Brasil tem uma saúde subfinanciada, acho que não precisa mais, até porque, na hora em que os números apontam para US$483.00 *per capita*/ano no Brasil, número inferior ao do Chile, inferior ao da Argentina, sem traçar um parâmetro de comparação com os países da Europa ou da América... Dizer que o Brasil investe 3,8% do PIB na saúde, o que é muito pouco, dizer que o Brasil investe algo em torno de 7% do Orçamento, todos nós sabemos. Já está mais do que provado que há um subfinanciamento.

Mas eu gostaria de falar, Ministra, que no Brasil existem dois sistemas: o sistema público e o sistema suplementar. O sistema público realiza 538 milhões de consultas/ano; o sistema privado, 240 milhões de consultas/ano. O sistema público realiza 11,4 milhões de internações cirúrgicas/ano; o sistema privado, 7,2 milhões de internações cirúrgicas/ano.

Ocorre, Ministra, que o sistema privado, o sistema suplementar investe R$73 bilhões para atender a 47 milhões de brasileiros; já o sistema público investe R$138 bilhões para atender a 153 milhões de brasileiros. Ou seja, três vezes mais.

Mas o que está acontecendo agora? O sistema suplementar, operado pelos planos de saúde, está passando crise, mesmo investindo R$73 bilhões para atender 47 milhões de brasileiros. Imagine a senhora, Ministra, o sistema público, que atende 153 milhões de brasileiros e investe R$138 milhões. Isso é grave!

Precisamos ter a coragem de virar esse jogo. Não é justo que 153 milhões de brasileiros padeçam pela inanição crônica do investimento na saúde pública. Aí nós precisamos realocar prioridades! Não vejo alternativa. Precisamos, sim, de novas fontes, fontes adicionais – claro que precisamos –, mas precisamos, sobretudo, agora, neste momento, de uma forma emergencial: realocar prioridades! Isso, acho que a senhora pode fazer.

Fiquei até questionando os 10% do FGTS que foram mantidos, a pedido do Governo. Até achava que o Governo, elegendo a saúde como prioridade, Ministra, poderia ter destinado esses 10% de FGTS para a saúde. Poderia. É um sonho, mas poderia, como poderá também discutir outras prioridades. A senhora pode eleger as prioridades juntamente com o Ministro da Saúde, agora, só não podemos é continuar...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – ... transferindo responsabilidade para quem já não pode mais. Os Municípios já estão numa situação insustentável; os Estados também. Chegou a hora de a União entrar com a sua contrapartida.

A discussão da Emenda 29, lá atrás, quando algumas poucas vozes reverberaram, aqui no plenário, defendendo a sua aprovação, infelizmente, pregamos no deserto. Só que, agora, existem três pontas a que precisamos dar resposta: a primeira é o Parlamento, o segundo é o Executivo, e o terceiro é o Movimento Saúde + 10, movimento legítimo, uma iniciativa popular. Então, precisamos equacionar de forma que não frustre a sociedade do seu legítimo...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – ... direito de reivindicar saúde digna para todos os brasileiros.

Eu espero, Ministra, que cheguemos a uma solução. Precisamos de mais fontes? Claro que precisamos! Precisamos dos 25% dos *royalties*? Claro! Dos 50% das emendas? Claro! Precisamos discutir novas fontes? Claro! Talvez o marco regulatório da mineração possa ser discutido como uma fonte. E outras fontes surgirão!

É preciso que se monte um grupo para pensar alternativas de financiamento da saúde, pensar seriamente em fontes alternativas e auxiliares do financiamento da saúde, porque, de outra forma, nós continuaremos lá atrás no *ranking* mundial no financiamento da saúde pública do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Antes de concedermos a palavra ao Senador Waldemir Moka, registramos, com muita satisfação, a presença, aqui, no Senado Federal, do Maurício Assumpção, que é Presidente do Botafogo.

Ontem nós tivemos a péssima ideia de assistirmos ao jogo Botafogo x Cruzeiro na casa do Zezé Perrela. Deu no que deu.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. *Fora do microfone*.) – Realmente, não dava certo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – É uma honra muito grande tê-lo aqui no Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan Calheiros, Ministro Padilha, Ministra Miriam Belchior, Jurandi, Ronald,

Socorro e meu caro colega, também, Davim, em primeiro lugar, desculpas à Mesa Diretora. Eu presidi a Comissão de Assuntos Sociais em uma discussão sobre perícia médica, numa audiência pública requerida pela Senadora Ana Amélia, houve muitos problemas e acabamos ficando retidos lá. Peço desculpas por não estar presente desde o início, mas peguei a maioria dos pronunciamentos.

Sr. Presidente, quero gastar meu tempo para dizer uma coisa importante: nos últimos 30 anos, os percentuais de investimento da União em saúde caíram de 75%, em 1980, para 45% em 2010. São dados oficiais. Ao mesmo tempo, os Estados e Municípios passaram a investir mais percentualmente. Os primeiros, por exemplo, passaram de 18% dos gastos em saúde em 1980 para 27% em 2010. Já os Municípios, em 1980, investiam 7% de todas as despesas do setor do País, em 2010, subiram para 28%. São dados do relatório do Senador Humberto Costa.

Sr. Presidente, quero colocar o seguinte: quando vamos votar o projeto da iniciativa popular para os 10% para a saúde? É isso que eu quero saber hoje, aqui. (*Palmas*.) E por quê? Porque esse é o compromisso que a Comissão de Assuntos Sociais tomou, juntamente com o Ronald e com a Socorro.

Quando o nosso Secretário esteve aqui, a primeira coisa, quando eu tomei posse na Comissão de Saúde, foi ouvir o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde dos Estados, dos Municípios e o Conselho Nacional de Saúde. E aí, juntamente com o Conselho Nacional de Saúde, já veio o Ronald com a mobilização do Saúde + 10.

Então, eu acho que a energia, Srªs e Srs. Senadores, é: quando é que nós vamos votar. É isso que eu quero discutir hoje, aqui, nesta tarde. Porque até hoje o Senador Humberto Costa pretende formatar uma proposta. Vocês sabem, tanto quanto eu, que ele ainda não deu conta de formatar. Não deu porque não existe uma proposta para nós.

Então, se nós não temos uma alternativa – eu sei, estou participando dessa discussão e respeito as dificuldades do Governo, respeito e admiro a Ministra Miriam Belchior, que sabe do meu respeito e da minha admiração –, neste momento nós temos que estabelecer uma prioridade, e a prioridade nós vamos fazê-la politicamente. E há momentos em que a política exige essa decisão.

Eu tenho Sr. Presidente, com muita paciência, esperado essa proposta, esperado e adiado. Bom, eu vou recuando, recuando e encostei na parede, no muro, Ministro Padilha, não recuo mais.

Na quarta-feira, com a proposta do Governo ou sem a proposta do Governo, a menos que a Comissão de Assuntos Sociais não queira, este Presidente vai tomar uma decisão de votar uma proposta para que a gente possa, realmente, colocar este País neste nível. (*Palmas*.)

Insisto em dizer que eu tenho o maior respeito por isso e acho que os médicos estrangeiros são bem-vindos. Vamos exagerar, nós não chegamos a cinco mil. Ministro Padilha, vamos dizer que cheguemos a dez mil. Nós temos quatrocentos mil médicos brasileiros. Não serão os dez mil. Eles vão ajudar, e eu torço para que eles ajudem, sou um daqueles que torcem, mas o que vai resolver o problema é votarmos aqui um plano de carreira para que os jovens médicos possam ir para o interior deste País e ter uma carreira de ascensão.

Os nossos hospitais vão continuar super lotados, com atendimento em corredor e em maca, e o colega médico tendo que decidir quem fica na UTI e quem sai da UTI. E nós vamos resolver isso resolver, meu caro Ministro Padilha, se a gente tiver uma decisão política de alocar mais recursos. Sei que isso é difícil, mas a decisão é política e quero, de forma muito clara aqui, colocar-me à disposição da votação deste projeto que vai melhorar consideravelmente a vida das pessoas...

(Soa a campainha.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ...sobretudo dos mais pobres que vivem na periferia e que vivem realmente sem nenhum tipo de atendimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

Com a palavra V. Exª.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em função do adiantado da hora e, para sermos diretos, diria que a Ministra Belchior trouxe uma proposta, trouxe uma proposta que começa avançar a partir do ano que vem. É uma proposta concreta. Essa já é uma.

Dentro do espírito que o Moka focalizou agora de buscarmos saídas, escutei o nosso Líder do Governo no Congresso Nacional Pimentel falar que quarta-feira ou quinta-feira teremos alguma coisa mais concreta, semana que vem em todo caso, na CCJ, como na Comissão de Assuntos Sociais, precisamos buscar alternativas reais. Essa da Ministra Miriam, para o ano que vem, neste ano o Orçamento está decidido. Temos que dar um jeito de avançar neste ano. Agora, a partir do ano que vem já existe uma sugestão concreta.

Como é que vamos melhorar essa proposta que a Ministra está apresentando? Sinto que hoje, inclusi-

ve, na Casa, há o espírito, o clima sentimos na pele, sentimos nas palavras, no meu Estado de Santa Catarina, que a saúde é algo que está em primeiro lugar no Brasil. A dor das pessoas que não recebem o atendimento, quer dizer, temos que encontrar uma saída. O Mais Médicos chegou bem com a ideia de levarmos lá não sei aonde, lá onde se espera por dois ou três meses para se ter um atendimento, para buscar uma solução, quer dizer, essa saída, Ministro Padilha, é boa, mas precisamos colocar na prática o médico de família, a prevenção.

Agora, quero terminar dizendo que o clima é favorável para criarmos qualquer coisa, acho que até CPMF passaria hoje. Como temos 40% da multa para os trabalhadores – e aí era para cair os 10% – mantiveram-se os 10% e há clima. Hoje o trabalhador paga 50% de multa, quer dizer, a CNI, o setor empresarial, inclusive, no Congresso, mantiveram os 50%,

Agora, se for para aplicar na saúde, até alguma coisa de CPMF, eu acho que hoje há clima no Congresso Nacional para buscar isso e vamos resolver a saúde no Brasil. Vamos colocar o Brasil num dos primeiros dos países de primeiro mundo.

Agora, quero concluir dizendo, Ministro Padilha, Ministra Miriam, a todos nós, alguma coisa na gestão, o Mozarildo levantou, alguma coisa. O CADE tem que entrar também nesse negócio de medicamentos, a gestão de medicamentos, muita coisa você perde no andar na carruagem, quem acaba pagando é o Orçamento, é o povo, encarece. Como é que vamos fiscalizar isso para que atravessadores não ganhem muito no andar da carruagem. Eu acho que para isso nós tínhamos que ter mecanismos para cuidar, para fiscalizar, para economizar nisso.

Eu sei que existem grupos que se entendem, em todas as áreas do Governo, – em todas as áreas de investimento, quer infraestrutura, quer transporte tem-se que ter um cuidado –, agora, na saúde temos que ter um cuidado, um *software*, um programa, porque, além de roubar ali, isso é roubar a saúde também, é tirar a vida da pessoa.

Então, eu acho que nós temos que levar mais a sério e criar um mecanismo para se acompanhar isso. E, ao mesmo tempo, eu acho que, aos profissionais de saúde, colocar uma espécie de meritocracia, de acordo com o resultado do atendimento, porque não é só preencher o ponto, não é só preencher isso, tem que haver resultado no atendimento da saúde, para o profissional se sentir responsável por isso e, sendo responsável, que ele ganhe um bônus, ganhe alguma coisa a mais, para se sentir motivado a cumprir a sua missão como profissional de saúde. Não é só profissional médico, mas é o enfermeiro, é o profissional da saúde, são todos. Eu acho que isso vale a pena, pega bem e o povo aplaude, para ele se sentir fortalecido.

Então, a gestão da saúde, a vigilância e a fiscalização são questões que eu quero deixar aqui, porque eu ouço isso por onde a gente anda. Eu acho que aí nós lavraríamos um grande tento para procurarmos encontrar caminhos...

(Soa a campainha.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... mais reais nesse sentido.

São poucas ponderações, mas não poderia deixar de expor aquilo que me passa à cabeça, aquilo que eu ouço, aquilo que a gente sente todo dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias.

Com a palavra V. Exª, que é Líder da Bancada do PT no Senado Federal.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero comemorar este momento do debate temático. Já tivemos, aqui, debates sobre a reforma eleitoral; hoje, sobre o financiamento do sistema de saúde; e, provavelmente, na próxima quinta, vamos tratar da reforma tributária, enfim, de temas sobre dívida, ICMS e outros relacionados ao Estado.

Mas eu queria fazer um destaque na linha do que disse o Senador Casildo. Ao saudar todos da Mesa, eu queria dizer que a presença, hoje, da Ministra Miriam Belchior e do Ministro Padilha, trazendo uma proposta para a Presidente, é um fato que não pode passar despercebido em razão dos graves problemas que nós temos.

Foi mostrado, aqui, o Sistema Único de Saúde, mas, como não temos tantos exemplos e modelos no mundo, fica difícil percebermos suas dificuldades.

Na fala, parece-me, do nosso representante dos secretários, Dr. Jurandi, ele se lembrava dos Estados Unidos da América, país considerado o mais rico do mundo, em que 50 milhões de pessoas estão numa situação dramática, sem assistência. Imaginem, então, na Índia e em outras regiões do mundo.

Então, eu cito isso para mostrar que o que queremos mesmo é fortalecer esse sistema. Eu reconheço, como disse o Senador Mozarildo e o Senador Casildo, a importância de caminharmos na direção da gestão. Eu confesso que – e sempre estou com o Ministro Padilha – não entendo como é que não temos o cartão SUS implantado em um modelo adequado para sabermos

cada procedimento, podermos planejar, podermos ter uma natural forma de compensação.

Hoje, o sistema é perverso. Se alguém o melhora, vem todo mundo para aquele local, e ele piora. É um sistema que está proibido de melhorar, porque não temos um modelo que valoriza os que vão melhorando.

Eu cito a minha Teresina, onde há um sistema excepcional, que é obrigado a atender, em alguns lugares, por várias vezes, a população, com os repasses que recebemos, só porque funciona melhor do que outros da região.

Quer lembrar ainda que temos de trabalhar a promoção da saúde. Nesse ponto, tenho divergências com os próprios movimentos sociais. Como é que resolver o problema de água não é uma política de saúde? Como é que resolver um problema de saneamento não é resolver problema de saúde? Como é que resolver problema de lixo não é resolver problema de saúde? Ou seja, temos que atacar as causas. Aliás, a proposta dos 10% do FGTS é para resolver problema de habitação e resolver problema de saúde.

Estive agora em Colônia do Piauí, comunidade em que há uma expectativa de vida baixa por conta do barbeiro, transmissor da doença de Chagas. Se não há o programa de habitação, as pessoas permanecem em situações como essa.

Aqui alegra-me a presença, Sr. Presidente, meus colegas Senadores, de um jovem médico brasileiro de São João do Piauí, beneficiado pelo programa Mais Médico – ele me deu até o seu nome, que faço questão de dizer aqui, Vilmar Filho, porque acho que merecem todo o nosso carinho os médicos brasileiros em primeiro lugar, como deseja a Presidenta Dilma, o nosso Ministro e a nossa equipe –; e também a presença de um médico cubano, um dos que nos escreveram.

E registro que serão construídas duas unidades de saúde novas, duas UBSs: uma tipo 2, no Alto Sertanejo, em São João do Piauí, na cidade; e uma tipo 1, em Lisboa, Ministra Miriam Belchior, que vai receber agora mais 200 famílias pelo PAC no programa de irrigação Marrecas-Jenipapo, em São João do Piauí, que é a cidade dele.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Destaco ainda mais três reformas: uma na zona rural, na comunidade Grajau, e duas na cidade, na região do Barro Vermelho e da Vila Foca.

Por que estou citando esse exemplo concreto? Porque essa é uma realidade do Brasil. Estou viajando todos os dias em meu Estado e vendo a mudança. Eu acho que tivemos avanços e podemos ter avanços.

Então, comemoro hoje, aqui, a presença do Governo da Presidenta Dilma, através de dois importantes e laboriosos Ministros, respeitados pela competência e pela capacidade de articulação, a Ministra Miriam Belchior e o Ministro Padilha, para dizer algo novo.

Pela primeira vez – lembro o Presidente Lula –, nunca antes na história um governo sequer admitiu fixar um percentual mínimo para a saúde. Foi o que aconteceu aqui hoje. Os Ministros trouxeram ao Congresso Nacional, Sr. Presidente, neste ato histórico...

(Interrupção do som)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – ... o compromisso do Governo.

A exemplo do que ocorre, como parâmetro, nos Estados e nos Municípios, tem razão o Senador Pimentel: precisamos rever a receita corrente líquida, porque senão fica desigual com os Municípios pequenos, onde a receita corrente líquida é de 15% mesmo, porque só tem fundo de participação, só tem um pouquinho de ICMS. Assim, são 15% da receita mesmo. Agora, como é que os Municípios mais desenvolvidos não são também uma base de referência?

Então, quero aqui comemorar. Acho importante este debate, que certamente vai nos ajudar a contribuir para sacramentar essa proposta. Aliás, esse é um passo, como a Presidenta disse na reunião com os Senadores quando foi lançada a proposta. Podemos começar por esse patamar de 15%, e, encontrando alternativas de receitas, nós temos toda a prioridade para prosseguir.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Nós estamos falando de algo em torno de R$25 bilhões para 2014, 2015, pelos planos aqui apresentados de recursos para a saúde, o que é fundamental inclusive para as coisas que foram citadas.

É preciso reajustar a tabela do SUS? Sim. Todo mundo sabe disso. Mas o reajuste não deve ser só para laboratório; vamos começar pela consulta médica. Há dificuldades em algumas áreas e também em tantos outros setores, como é o caso da média e da alta complexidade, que se abordou aqui. Agora, precisa haver dinheiro. Definir como melhorar a gestão acho que é o caminho, e o Congresso, com certeza, vai trabalhar com muita prioridade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra ao Senador Inácio Arruda, nós gostaríamos de registrar, com satisfação, a presença nas galerias do Senado Federal dos alunos do Ensino Fundamental do Sesc, de Goiânia. Sejam bem-vindos!

E gostaria também de comunicar ao Senado e ao País que a minuta do anteprojeto do Código Comercial, elaborada por uma comissão de juristas instituída pelo Senado, está disponível para consulta pública da sociedade, a partir de hoje até o dia 18 de outubro, pelo portal e-Cidadania. Qualquer cidadão, em qualquer parte do Planeta, pode acessar o portal na página do Senado e deixar a sua contribuição para enriquecer ainda mais essa atualização, essa revisão que está sendo proposta do nosso Código Comercial.

Todas as sugestões e manifestações feitas pelos cidadãos ficarão visíveis no Portal e-Cidadania para qualquer internauta. Após o período de consulta, a Comissão de Juristas se reunirá para analisar todas as sugestões recebidas. Essa consulta pública é mais um mecanismo de interatividade e o diálogo que o Senado oferece à sociedade para que, cada vez mais, a sua atuação seja democrática e transparente. E houve fundamentalmente um compromisso desta Mesa, assumido aqui com todos, de que nós instituiríamos uma comissão para fazer a revisão do Código Comercial brasileiro, o que é fundamental para o desenvolvimento das relações empresariais e para o consequente crescimento da nossa economia.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Srªs e Srs. Senadores; nossos colegas, amigos com quem travamos já há um bom tempo a batalha política do Brasil, Ministro Padilha e Ministra Miriam – caminhamos juntos há muitos anos, um bom tempo na oposição e, agora, com a responsabilidade de governar –; nossos colegas Jurandi, Paulo Davim, Socorro e Ronald, Coordenador do Saúde+10, eu vejo que nós travamos algumas batalhas grandes no Brasil.

Constituir o SUS foi uma dessas grandes batalhas e uma vitória extraordinária, levando a essa situação que o Ministro Padilha e a Ministra Miriam demonstraram aqui: o Brasil é um país que tem um sistema de saúde que permite realizar um programa de imunização para prevenir algumas doenças que atingem grande parte da população mais simples e mais pobre. Então essa é uma conquista, fruto de muita luta nossa.

Na Constituição de 1988, conseguimos elevar o SUS a essa estatura, porque a Constituição passou a ordenar esse programa do Sistema Único de Saúde, e tratamos de buscar fontes de recursos, de ampliar os recursos da saúde no Brasil.

Mas essa não é uma batalha fácil; essa é uma luta dura, que reflete a decisão política, reflete a compreensão da sociedade. A compreensão da sociedade em relação à CPMF, por exemplo, foi a de que era ruim, porque se propagou isso. Uma parte da elite brasileira, que muitas vezes não acessa o sistema público do Brasil, nem o privado – acessa fora do País –, se empenhou em retirar recursos da saúde.

Eu considerei aquela quinta-feira, 13, fria, porque foi numa quinta já, na madrugada. Aqui, o plenário estava gelado. E a sociedade foi contaminada por uma parte da mídia, a mesma mídia brasileira que é contra um projeto mais avançado, mais progressista, de distribuição de renda, que falou da questão das empregadas domésticas, dizendo que não tinha de haver décimo terceiro salário para empregada doméstica. Essa turma trabalhou para contaminar a opinião pública brasileira para que ninguém viesse para as galerias no dia daquela votação. Ficou aqui meia dúzia de empresários – porque havia uns empresários que eram a favor de manter –, fazendo um corredor polonês para os Srs. Senadores e as Senadoras, até se conseguir derrubar a CPMF naquela madrugada. Eu considerei um prejuízo e um crime contra o povo brasileiro. Foi algo criminoso: nós retiramos R$40 bilhões do orçamento do ano seguinte. Foi uma facada dura, Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Ministros. Isso foi feito aqui, no Senado Federal.

Eu até fiquei animado com a proposta de Casildo, frente à nova realidade. No Brasil, é claro, qualquer discussão sobre tributo é ruim, porque tributo é imposto, não é dádiva – só damos dádiva para a Igreja –, pois se é obrigado a pagar aquele tributo. Eu quero alcançar os 10%.

(Soa a campainha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – E quero, se possível, na receita bruta, é claro.

Mas eu tiro de onde? Eu vou tirar de onde? Não só do crescimento da receita, porque a receita não cresce só por milagre. A receita precisa de fonte para que ela possa se materializar. De onde eu vou tirar? Se nós conseguirmos manter a economia crescendo, vamos melhorar a receita, mas, muitas vezes, precisamos de fontes. Nós temos dois tributos que podemos examinar. Eu não tenho receio de propor que se retome a CPMF, não. Eu sou como Casildo. Se houver clima entre nós – e parece que há – e quem tenha disposição de apresentar, eu acho que deve apresentar, sim. Não deve ter receio, não. É decisão política, é debate com a sociedade, é enfrentar o debate de que nós podemos fazer. Podemos dialogar e oferecer a oportunidade de se ter um tributo com vinculação à saúde pública. E o outro está tramitando. Saiu daqui do Senado a regulamentação do imposto sobre grandes fortunas, sobre as grandes fortunas. Provavelmente,

não há nenhuma aqui no Senado; então, não vamos ter problemas com o imposto sobre grandes fortunas. Acho que na Câmara também não vai haver problemas. É um adicional. Nós conseguimos 8 bilhões aqui, 8 bilhões ali; pegamos um pedaço...

(Soa a campainha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo. PCdoB – CE) – ... das transferências agora de *royalties* e vamos somando, para que possamos alcançar o valor necessário que permita ao Brasil garantir um programa de médico. E pedi ao Ministro Padilha que conversasse com o nosso colega da educação e com o nosso colega também do Senado Federal, o Mercadante, para que pudéssemos colocar os hospitais universitários com as suas emergências reabertas, porque muitos fecharam as suas emergências.

E, para conseguir isso, há muito que fazer: a área de medicamentos, a produção de medicamentos, nós ainda importamos muitos medicamentos; os princípios ativos, nós importamos tudo para produzir no Brasil, é 100%. Para conseguir avançar, meu caro Casildo, tem de ter coragem de enfrentar esse debate com a sociedade e ganhar a sociedade. Porque, naquele dia, naquela quinta-feira, se nós tivéssemos essas galerias lotadas do povo brasileiro, o corredor de meia dúzia de empresários não teria virado o voto de muita gente aqui, no Senado Federal.

Por isso, estou de acordo com o encaminhamento de V. Exª e acho que nós deveríamos encontrar um meio. Estou também de acordo com o Moka: vamos votar...

(Soa a campainha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo. PCdoB – CE) –...mas vamos votar numa proposta que nos permita começar a avançar e encostar naquilo que é necessário para dar saúde boa para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Vou conceder a palavra, em primeiro lugar, à Ministra Miriam Belchior.

Com a palavra, V. Exª.

A SRª MIRIAM BELCHIOR – Obrigada, Presidente. Vou tentar ser bastante rápida. Vou me concentrar em quatro questões.

Uma delas, do Senador Suplicy. Em função do horário, como o Senador Pimentel, em seu discurso, relatou o que aconteceu quando da perda da CPMF, eu vou considerar a resposta já dada e vou seguir para as outras questões que me parece importante abordar aqui.

Como se conversou bastante aqui sobre a CPMF, acredito, assim como alguns dos Senadores que aqui falaram, pelo menos o Senador Pimentel e o Senador Inácio Arruda, que acaba de falar, que foi uma madrugada triste para a saúde e para o povo brasileiro. Porque, infelizmente – concordo um tanto com a avaliação de conjuntura da época que o Senador Inácio Arruda fez aqui –, escolheu-se, naquele momento, retirar recursos da saúde ao invés de aperfeiçoar a vinculação que existia à saúde. Acho que a escolha poderia ter sido a de como melhorar os mecanismos de controle para que os recursos da CPMF fossem destinados, de fato, à saúde. Acho que não foi uma boa escolha para o País.

Segundo, eu queria também ressaltar um aspecto da fala do Senador Pimentel, porque me parece, Secretário Frutuoso, que em sua fala o senhor situa a questão da vinculação de recursos que só o primo rico não tem uma vinculação, e pareceu-me tratar como se a base de cálculo que é usada para Estados e Municípios fosse a mesma que está sendo proposta para o Governo Federal, tanto a receita corrente bruta como a receita corrente líquida, qualquer das duas é bastante superior à base de cálculo que existe para Estados e Municípios. Acho que é importante a fala do Senador Pimentel porque, às vezes, dá uma confusão. Não, vamos usar o mesmo percentual, só que o percentual está sendo aplicado por bases muito diferentes. Então, não é a mesma coisa, 15% sobre a base de cálculo de Estados e Municípios nem em relação aos 10 da receita bruta, nem entre 15, 18 ou qualquer outro elemento da receita corrente líquida. Acho que isso é importante fixarmos aqui.

A minha terceira questão, também, Secretário Frutuoso, concordo que é necessário ter coragem para enfrentar essa questão do financiamento da saúde, mas não basta coragem. Um exército que só tenha coragem corre enorme risco de ser derrotado. Precisamos também ter os pés no chão, conhecer a realidade como um todo. O senhor, na sua fala, disse: "é importante rever prioridades". E acho que é necessário fazer essa discussão. Eu estava comentando aqui com a Presidenta Socorro que é verdade, a assistência social cresceu oito vezes. E ela concordava comigo, cresceram oito vezes os recursos na assistência social. No entanto, a assistência social era terra arrasada, podíamos dizer que ela não existia no âmbito do Governo Federal. Enquanto a saúde, felizmente, há muito tempo, tem algumas regras de proteção – insuficientes, concordamos todos, em função da necessidade de recursos.

Da mesma forma, o senhor falou aqui sobre a possibilidade de a multa do Fundo de Garantia ser utilizada para a saúde. Primeiro, o recurso não é do Orçamento, é do Fundo de Garantia; não é uma receita orçamentária, só por isso ela já não é uma proposta factível. Além do que prejudicaria a produção habi-

tacional para a população de baixa renda no nosso País, que é fundamental e, inclusive, garante melhores condições de saúde para a população, especialmente àquela que hoje vive em áreas de risco – beira de córregos e encostas.

Por isso eu acho que essa discussão merece coragem mesmo de apontar que outra prioridade deve ser cortada para atender a da saúde.

Para terminar, acredito que, assim como em outras ocasiões, esse diálogo entre o Executivo, o Legislativo e a sociedade, o movimento organizado do nosso país tem condição de, com coragem, com os pés no chão, ser capaz de construir uma solução possível para esse momento, calcada em todos os nossos desejos, mas também na realidade do nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos à Ministra Miriam Belchior.

Concedo a palavra ao Ministro Alexandre Padilha.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço não só as falas dos representantes da Mesa, do Conass, do movimento Saúde+10, da Socorro, a Presidente do Conselho Nacional de Saúde, mas a fala e o debate de todos os Senadores e todas as Senadoras. Quero agradecer, mais uma vez, a possibilidade de a Saúde ser um tema central e ocupar a preocupação e a prioridade de todos aqui não só Senadores e Senadoras, mas da sociedade também.

Quero responder, em primeiro lugar, uma pergunta feita pelo Senador Eduardo Suplicy, Senador do meu Estado. É bastante apropriada a pergunta que o senhor fez porque hoje, pela manhã, o Ministério da Saúde, através da Fiocruz, e o Ministério da Justiça acabamos de apresentar o maior balanço, a maior pesquisa detalhada já realizada sobre o uso do *crack*. E eu digo, sem medo nenhum de errar, que não é só a maior pesquisa já feita no Brasil, nenhum país do mundo, nenhuma instituição de pesquisa do mundo fez a pesquisa que a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) realizou sobre o *crack* no Brasil, como nós fizemos agora.

Uma pesquisa que tem duas grandes abordagens, Senador Eduardo Suplicy. De um lado, fazer de fato uma estimativa: qual deve ser o número ou a proporção de usuários de *crack* no nosso país, com uma metodologia muito apropriada, acompanhada, inclusive, por pesquisadores de outros países para que a gente tenha um mapeamento.

E essa estimativa chama a atenção para algumas questões: primeiro, a estimativa muito concreta de termos 375 mil, quase 380 mil usuários de *crack* no Brasil, só nas capitais – usuários regulares, ou seja, não a pessoa que usa pontualmente, eventualmente, mas usuários regulares do *crack*.

Um outro dado: há uma presença muito forte do *crack* na Região Nordeste e na Região Sul do nosso País, Senadora Ana Amélia. Às vezes, a imagem que pode existir é de que há prevalência maior na Região Sudeste do País. Esses dados divulgados pela Fiocruz hoje mostram uma presença muito forte no Nordeste e no Sul do nosso País. Quase 14% dos usuários são crianças e adolescentes, usuários regulares – quero reafirmar –, não usuário pontual.

Uma preocupação muito grande, Senadora Vanessa Grazziotin, é sobre as mulheres. Várias das mulheres que usam *crack* são vítimas de violência, violência sexual ou outros tipos de violência, e muitas delas com gravidez repetida.

Então, pela primeira vez, a gente tem um retrato muito claro da proporção dos usuários de *crack* no País, além de outros dados dessa pesquisa divulgada pela Fiocruz, o que só reforça a política, o programa Crack, É Possível Vencer, lançado pela Presidenta Dilma no final do ano de 2011. Nós temos que ter um grande esforço, não de medidas pontuais, às vezes midiáticas, mas uma política consistente que combina ação de segurança, da autoridade, do forte combate ao tráfico e aos traficantes, garantir espaços seguros nas nossas cidades, até para os profissionais de saúde poderem atuar, com uma forte política de prevenção.

Um detalhe muito importante é o que mostra que crianças e adolescentes que usam *crack* saíram da escola. O Ministério da Saúde já vinha ensaiando essa possibilidade, e tomamos uma decisão muito concreta a partir dessa pesquisa, de podermos tratar dos temas de autoestima da criança, do desenvolvimento da criança, de prevenção em relação ao uso de drogas já em faixas etárias menores, nas escolas, para que a gente possa tratar essas ações de autoestima, para que a criança construa um caminho longe das drogas, se afaste do risco das drogas, com as ações de prevenção e as ações de cuidado.

O Ministério da Saúde colocou R$2 bilhões disponíveis para Estados e Municípios desde 2011. Nós temos que ter um grande esforço junto com os Estados e Municípios – o Jurandi Frutuoso sabe – de ampliarmos os serviços ainda mais. Já ampliamos. Em 2010, nós tínhamos serviços suficientes para cuidar de 400 mil dependentes químicos. Hoje, os serviços que nós abrimos nesses dois anos já dão conta de atender 40 milhões de brasileiros e brasileiras dependentes químicos. Não só do *crack*, mas de outras drogas muito mais graves, como, por exemplo, do álcool, que é a droga mais grave em relação à dependência que nós temos no País. Então, já foi um avanço grande sair de 400

mil para 40 milhões de possibilidades de atendimento, mas nós precisamos avançar muito mais, muito mais.

E a integração que o programa Crack, É Preciso Vencer mostrou: só a saúde, sozinha, não enfrenta todos os problemas relacionados ao *crack*. Essa pesquisa mostra, por exemplo, que os equipamentos que um usuário, dependente químico, mais demandaria – ele fala isso –, mais gostaria de ter, seriam pontos de apoio para alimentação local, para se limpar, para banho, um acolhimento nessas cenas de uso, nessas localidades de uso do *crack*. Então o próprio Ministério da Saúde decidiu lançar, a partir de hoje também, mais uma oportunidade para os Municípios de construção de espaços como esse, mais atuação da política social, da assistência social, das comunidades terapêuticas, das instituições religiosas. Será decisivo para que a gente possa cuidar e aliviar o sofrimento de jovens e de seus familiares em relação ao *crack*.

Então, a pesquisa só reforça a gravidade do problema, de que nós temos uma epidemia de *crack* no País, de que a política está correta, mas que nós precisamos, na parceria com os Estados, Municípios e com a sociedade, avançar muito mais para oferecer serviços que aliviam o sofrimento dos jovens e, sobretudo, dos seus familiares.

Quero dizer que as falas dos vários Senadores e Senadoras só reforçaram para mim um debate importante de que nós precisamos ter orçamento crescente na saúde, mas nós temos que ter, de forma combinada, muito esforço para combater desperdícios, como disse o Senador Mozarildo, e saber exatamente para onde nós devemos crescer o Orçamento da saúde.

O Senador Mozarildo falou aqui, o Senador Wellington também, sobre o cartão SUS, a importância da implantação do cartão SUS. Nós fizemos uma tecnologia, uma nova ferramenta, onde todos os hospitais possam ter acesso ao cartão SUS, são 140 milhões de brasileiros que já têm o seu nome no cartão SUS. Isso permitiu, por exemplo, a recuperação dos recursos do plano de saúde para o Sistema Único de Saúde, outras ações de combate ao desperdício, de combate à corrupção, como disse o Senador Mozarildo, economia de R$3 bilhões na compra de medicamentos, só nos seis hospitais federais do Rio de Janeiro uma economia de R$140 milhões anuais, um grande esforço que nós precisamos fazer.

Por isso, a importância de, junto com um debate do financiamento – o Senado já caminha bastante acelerado em relação a isso –, uma lei de responsabilidade para a saúde que estabeleça meta, responsabilidades, capacidade de gestão para cada gestor, para que o recurso seja crescente, seja bem aplicado.

E um outro debate, Senadora Ana Amélia, que tem a ver com isso: nós precisamos fazer escolhas. Entre escolher financiar exame e financiar internação que resolva o problema da população, entre escolher financiar uma glicemia e financiar o cuidado, a equipe que vai cuidar do diabético e colocar o remédio para diabetes de graça, nós optamos por financiar mais a assistência farmacêutica e o cuidado integral.

Este é um debate importante quando estamos discutindo a ampliação dos recursos da saúde: de que não coloquemos mais recursos, mas, para reproduzir um modelo em que esses recursos virão não necessariamente para cuidar melhor das pessoas, podem vir para multiplicar a realização de exames. Uma pessoa que entra num hospital não quer saber quantas glicemias ela fez, quantos hemogramas ela fez, ela quer ter um problema de saúde, uma cirurgia para fazer, um problema grave de saúde e sair com seu problema resolvido.

Nós optamos por, em vez de financiar procedimento isolado, passar a financiar a resolução do problema de saúde. Foi isso o que eu mostrei aqui, quando, em vez de ampliar recursos para exames isolados, nós optamos por aplicar três vezes mais recursos no incentivo de contratos das secretarias municipais com os hospitais filantrópicos, que são contratos estabelecidos por metas de qualidade, em que ganha mais – exatamente aquilo que o Senador Casildo Maldaner falou – quem tem ganhos na qualidade do atendimento. Então, acho que esse é um debate muito importante sobre o modelo de financiamento. Nós queremos colocar mais recursos, mas precisamos direcionar esses recursos para aquilo que faça um atendimento integral às pessoas, ao resultado do atendimento, ao desempenho do atendimento e não uma coleção de procedimentos que possam ser realizados.

Eu queria agradecer, mais uma vez, ao Presidente Renan Calheiros e ao Senado Federal por mais esta oportunidade de debatermos a saúde de nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Antes de encerrar, eu consulto a Maria do Socorro de Souza, o Jurandi Frutuoso e o Ronald Ferreira se desejam a palavra para rápidas considerações. (*Pausa.*)

Com a palavra, Ronald Ferreira.

O SR. RONALD FERREIRA DOS SANTOS – Primeiramente, eu gostaria de agradecer, em nome do movimento, a oportunidade de trazer aqui a representação de mais de 2,2 milhões brasileiros que têm uma proposta concreta para o problema do financiamento, e dizer, como reiterou aqui o Senador Moka, que nós

entendemos que se trata de um debate político, de uma definição política.

Cada espaço da República a que a democracia nos permite tem suas funções: o Governo, o de governar; o parlamento, o de legislar, e o movimento social de cumprir seu papel de ocupar as praças e as ruas para ver suas reivindicações serem atendidas.

Agora, na oportunidade da passagem dos 25 anos da Constituição e do Sistema Único de Saúde, tenho convicção de que o conjunto das organizações que trouxeram e coletaram 2,2 milhões de assinaturas irá ocupar as praças, as ruas, as igrejas, os templos e os diversos espaços públicos do Brasil para reafirmar uma proposta exequível, que, inclusive, a Ministra apresentou sua dimensão, sendo possível chegar ao número de 39 milhões. Há possibilidade concreta.

Esperamos que este parlamento, o Congresso Nacional, consiga dar respostas, fazendo com que esta iniciativa, apresentada pelo povo brasileiro ao parlamento, por intermédio de uma iniciativa popular, tenha seu trâmite apreciado. Neste momento, o movimento espera que seja apreciado de forma urgente/urgentíssima a contribuição da sociedade brasileira.

Agradeço, novamente, a oportunidade de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Maria do Socorro.

A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – Obrigada, Senador.

Mais uma vez, quero parabenizar a iniciativa. O Conselho Nacional de Saúde reconhece que o Senado tem tido um ambiente bastante qualificado para fazer determinados debates, sobretudo os da saúde. Precisamos elogiar sempre, porque isso ajuda a recuperar a credibilidade desta Casa e da Câmara Federal junto à sociedade. Essa metodologia também demonstra o quanto há de aproximação da agenda política da sociedade com a agenda também dos poderes instituídos.

O que eu senti aqui, Presidente, é que há bastante vontade política e autônoma desta Casa de vir ao encontro de nossa reivindicação. Percebi, na fala da maioria dos Senadores, que eles apostam exatamente na autonomia do Senado, na capacidade crítica e na colocação de nosso projeto de iniciativa popular como referência. Por que coloco isso? Acho que os próprios diagnósticos que o Governo traz aqui já mostram que foram feitos investimentos e que mais precisam ser feitos.

Agora, o que nos preocupa é ainda a proposta do Governo, Ministra Miriam e Ministro Padilha. Por quê? Porque se for trazida a vinculação, de forma unificada, com relação à receita corrente líquida, em um País onde a economia ainda é muito atingida, muitas vezes, pelas regras internacionais; num país onde a prioridade ainda da política econômica é o gasto mesmo com a dívida pública; num país onde o Governo tem apenas 13% do poder discricionário sobre o Orçamento da União; nós nos preocupamos, Senador Pimentel, extremamente, com essa possibilidade de unificar que a receita corrente líquida seja a referência para pensar o Orçamento da Saúde. Não podemos improvisar, mais uma vez, Senadores, essa discussão.

Então, se estamos querendo colocar uma regra estável, se queremos garantir a credibilidade, temos toda a disposição de escalonar, Ministra, pensar no escalonamento, pensar no ajuste fiscal, com o ajuste também econômico. Agora, não dá para pensar que temos uma condição econômica no País de investir em uma regra como essa.

Então, nós não fizemos reforma tributária, nós temos simplesmente 13% do poder discricionário da União sobre o Orçamento; nós temos uma economia ainda muito exposta a essas questões externas, então, como vamos colocar isso? Pode, inclusive, aqui, esta Casa contribuir com o retrocesso daquilo que hoje está vigente. Então, essa é uma preocupação que precisamos colocar.

Finalizo, reiterando muitas das falas aqui. Acho que é vontade política, mas são também condições concretas de ter respostas. E, aí, já colocamos: a Casa já tem uma discussão acumulada sobre a taxação das grandes fortunas; a Casa já tem uma discussão acumulada sobre a reforma tributária; a Casa tem discussão acumulada sobre a isenção fiscal de setores econômicos do País que, inclusive, afetam a saúde. Por que não discutir aqui as indústrias de fumo? Por que não discutir aqui as indústrias de agrotóxico? Porque isso também tem um grande impacto na saúde da população. Então, qual é a responsabilidade que esses setores econômicos terão com a saúde brasileira? Então, saídas há, alternativas há.

Então, nós apostamos na autonomia desta Casa e também na autonomia da Câmara Federal para realmente discutir sobre outras bases.

Ministra, com todo o respeito, sei do seu papel. Quero também reconhecer aqui o papel importante, a prioridade que o Ministro Padilha deu a este debate, junto com a Miriam Belchior, nossa Ministra. É muito importante também vocês terem ficado aqui. Isso mostra uma disposição também do Governo, em respeito a essa pauta. Agora, é preciso colocar a equipe econômica. Nós sabemos que vocês dão murro em ponta de faca também com a equipe econômica. Então, queremos, sim, discutir, mas que esse não seja o patamar da possibilidade de negociação.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, quero registrar que a base de cálculo da receita corrente bruta só difere da receita corrente líquida porque tiramos a parte inconstitucional. Qualquer indivíduo que minimamente compreender de orçamento e da Constituição sabe que a União não pode se apropriar das transferências constitucionais dos Estados e Municípios.

Portanto, debatedora Srª Maria do Socorro, se existe uma regra clara, segura e transparente, é receita corrente líquida. Tudo que a senhora disse vale no discurso, mas, quem entende de orçamento compreende a sua colocação. Não procede.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Frutuoso, rapidamente, para encerrar.

O SR. JURANDI FRUTUOSO – Estou agradecido, Senador Renan, pela oportunidade que foi única até aqui – pelo menos no tempo que vivi na saúde pública, que não é pouco tempo – de fazer um debate dessa qualidade; Ministra Miriam, por ter vindo aqui também. É a primeira vez que o Ministério vem aqui debater, abertamente, com a gente sobre esse assunto; Ministro Padilha, pela sua coragem – está sempre presente.

Bem rapidinho, vou dizer alguns estigmas: o primeiro, década de 70, a máfia de branco na imprensa, era a criação de um cenário para a invasão de um plano de saúde; segundo estigma, CPMF não é para a Saúde – criou-se a condição para que ela morresse aqui no dia 13 de dezembro de 2007, sob pressão de poucos e para desgosto de muitos; terceiro estigma, o problema da Saúde é gestão e financiamento. Isso é a desculpa de quem não quer botar dinheiro novo. (*Palmas.)*

Há problema, sim, mas é preciso botar dinheiro novo. E aí, fico satisfeito, porque, pela primeira vez, também, aqui ninguém disse que a Saúde não precisava de dinheiro novo.

Portanto, fico satisfeito, agradeço pela oportunidade e espero que tenhamos a coragem – novamente repito – de debater essa necessidade à altura da condição e do respeito que merece o povo brasileiro.

Um abraço e obrigado. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, quero formular a V. Exª uma pergunta bem direta: votada na Comissão de Assuntos Sociais uma proposta que dê resposta a essa questão do financiamento da Saúde, V. Exª reuniria o Colégio de Líderes para que pudéssemos trazer a proposta para ser votada no Plenário do Senado?

Acho que essa audiência pública, esse debate tem que terminar também com uma questão objetiva: quando é que vamos votar. Porque, às vezes, você tem uma proposta e ela pode ser rejeitada, o que não pode e não deve existir é nos omitirmos de votar uma proposta aqui que possa dar resposta a toda essa mobilização e a todo esse esforço. Estou convencido de que o País tem um monte de problemas, mas o mais agudo, o mais difícil e que mais prejudica realmente a população, sobretudo os mais pobres, é exatamente essa questão da saúde.

Então, formulo a V. Exª uma pergunta direta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu queria, antes de encerrar, dizer ao Senador Moka e aos Senadores e Senadoras que, como todos sabem, o processo legislativo caminha mais rapidamente pelo consenso, pelo diálogo, pelo entendimento.

Essas sessões temáticas, inclusive, são feitas para que possamos queimar etapas com relação ao consenso e, como consequência, votar as matérias.

É evidente que essa coisa já amadureceu bastante. Todos colocaram isso aqui, e, se não houver um consenso de lado a lado, vamos ter, sim, que, rapidamente, como pede o Senador Moka, pautar a votação da matéria.

Esta sessão temática é mais um compromisso com relação a essa agenda de interesse do Brasil.

Cumprida a finalidade da sessão, eu queria agradecer a presença de todos e a maneira como colaboraram para o aprofundamento do debate, para que tenhamos mais condições ainda de decidir sobre uma questão fundamental para o País que é o financiamento da saúde.

Antes de encerrar, eu gostaria de lembrar que vamos começar imediatamente a Ordem do Dia de hoje, e teremos pelo menos duas votações importantes a realizar: a do projeto de lei que estabelece regras para o funcionamento das loterias, o chamado Projeto de Lei dos Lotéricos,...

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – (...) e também a do projeto de lei que é uma resposta que o Senado dá à sociedade brasileira sobre o "racha" no trânsito, cuja urgência foi pedida ontem pelo Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Muito obrigado.

Agradeço, mais uma vez, pela presença de todos.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 29 minutos.)

Ata da 161ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 19 de setembro de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Paulo Paim, João Capiberibe e Delcídio do Amaral

(Inicia-se a sessão às 15 horas e 32 minutos e encerra-se às 20 horas e 18 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

54ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

161ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 19/09/13 07:00 até 19/09/13 20:32

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X
PTB	DF	GIM	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X

PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PTB	MT	OSVALDO SOBRINHO	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Operador: MARCOS CARNEIRO LEITE Emissão: 19/09/13 20:33

Compareceram: 75 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Há número regimental. Declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Vou conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Inácio, ao Senador Walter Pinheiro e, em seguida, vamos começar imediatamente a Ordem do Dia.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Em função do debate muito oportuno e excelente que tivemos, parabenizo mais uma vez, V. Exª e os convidados, pois todos tiveram uma apresentação muito boa num tema fundamental para o País, um tema que está tocando toda a população brasileira, que é a questão da saúde.

Estava inscrito para me pronunciar no chamado início dos trabalhos, a partir das 14 horas, para abordar um tema que também está ligado à saúde brasileira, mas que tem uma particularidade, porque envolve saúde, envolve educação e envolve o trato com as pessoas com deficiência. Estamos na semana em que o Senado patrocina todos os anos... relativo às pessoas com deficiência.

Preparei um pronunciamento e gostaria que V. Exª pudesse recepcioná-lo, para reforçar esse procedimento do Senado, que vem sistematicamente tratando das políticas públicas para pessoas com deficiência no nosso País.

É o pedido que faço a V. Exª para que possa acolher, recepcionar este pronunciamento tratando essa questão muito importante do povo brasileiro, que é a questão das pessoas com deficiência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Presidente, estava aqui aconselhando o Senador Inácio, que também foi Deputado, que a prática é

essa: não deu para fazer o discurso, entrou na Ordem do Dia, podia entregar à Mesa e dar como lido.

Então, portanto...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O discurso de V. Exª será publicado, na forma do regimento.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – O de Inácio. Não quero fazer discurso para dar como lido não, Senador.

Gostaria que V. Exª pudesse acatar como só como lido, mas como inserido na pauta o pleito que fizemos ontem a V. Exª, para entrar tanto no regime especial quanto na Ordem do Dia, que é a questão da PEC do voto aberto.

E volto a invocar a V. Exª, porque essa é uma matéria que, inclusive, nós já havíamos decidido pela sua tramitação em regime especial. O que fez paralisar a discussão aqui foi o fato de a Câmara ter aprovado uma matéria de idêntico teor. E, no dia de ontem, a Comissão de Constituição e Justiça – e me dizia aqui o Senador Vital do Rêgo – cumpriu a sua parte e, portanto, a matéria já está devidamente encaminhada para chegar à Mesa Diretora desta Casa e, consequentemente, vir a Plenário.

E de novo invoco V. Exª, chamo a atenção, melhor dizendo, que o 13º item da nossa pauta, que está em calendário especial, Senador Vital, e trata do mesmo tema, que é calendário especial através do Requerimento nº 755, de 2013, que trata da Emenda Constitucional de autoria do Senador Paulo Paim nº 20. Mas o que nós estamos pleiteando é que, como a outra matéria já tramitou na Câmara, já tramitou na Comissão de Constituição e Justiça e há até a coincidência de relator, o mesmo relator da emenda que nós aprovamos ontem é o relator, também, dessa emenda que está aqui na Ordem do Dia.

Então, o que eu pediria a V. Exª é que a gente pudesse pautar. Eu vou renovar o pedido que fiz a V. Exª ontem para que, já que não teremos mais sessão deliberativa no dia de amanhã, essa matéria possa entrar na pauta, Senador Renan, na sessão de terça-feira, e aí, se necessário for, acho que seria importante, inclusive, incluí-la nesse regime especial para termos oportunidade de apreciar. Não há mais motivo.

Então, se há discordância, se tem vontade de apresentação de emendas... Eu quero fazer aqui o mesmo apelo que fez o Senador Moka: bote para votar, aí as emendas serão apresentadas como nós fizemos na reforma, na minirreforma eleitoral. Tinha divergência, disputamos aqui no voto. Varamos até o horário que seria normal.

Então, seria importante adotar esse mesmo critério de apreciação. Eu sei que da parte de V. Exª há todo interesse de que essa matéria seja votada. Ela é uma matéria que está em consonância com a pauta positiva que V. Exª anunciou antes do recesso parlamentar. Consequentemente, é uma maneira de a gente responder, Senador Renan, de forma diferente à Câmara dos Deputados.

Nós não estamos disputando, Senador Vital. Aqui é a síndrome da iniciativa com a Câmara. Seria importante, Senador Romero, que a gente votasse. Estamos priorizando até uma PEC que eles já votaram e espero que eles façam isso inclusive com as PECs que nós mandamos daqui para lá ou até com um projeto como o de minirreforma eleitoral, que V. Exª defendeu. Que a Câmara dos Deputados possa tratar essa matéria desse jeito.

Então era isso, Senador Renan. Eu volto a cobrar de V. Exª a inclusão dessa matéria na Ordem do Dia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, com a palavra V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa proposta de emenda constitucional a que se refere o Senador Walter Pinheiro já está colocada hoje como primeira sessão para discussão.

Quero repetir hoje o que disse ontem. Sou frontalmente, radicalmente contrário a calendário especial no varejo. O que está acontecendo é que, qualquer coisa, se vota calendário especial para PEC. Modifica-se a Constituição da República mediante um procedimento sumário, sem maiores discussões.

Se a inconveniência do calendário especial para PECs, em tese, no meu entender, é patente, neste caso é muito mais ainda. Estamos tratando de alterar peças na engrenagem institucional do nosso País, de relacionamento entre Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, que são extremamente delicadas, que foram muito meditadas, que foram objeto de uma longa elaboração institucional.

Refiro-me, por exemplo, ao veto, ao voto secreto na liberação do veto, que esteve presente desde que essa matéria foi constitucionalizada em 1934, sempre esteve presente nas nossas Constituições, com exceção da polaca de 1937 e da chamada Constituição de 1969, que nada mais foi do que o ato institucional que instalou entre nós a mais selvagem e sangrenta ditadura. No decorrer de nossa história constitucional, nos outros anos, sempre o voto secreto foi o mecanismo de equilíbrio entre Legislativo e Executivo.

Se pegarmos algumas autoridades por exemplo, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, é o Senado quem deve aprovar a indicação do Presidente da República para o Procurador-Geral da República.

Ora, o Procurador-Geral da República, entre outras atribuições, é o titular da ação penal contra Parla-

mentares federais. Como é que nós vamos votar abertamente com o risco de partidarizarmos, porque é isso que vai acontecer, a escolha do Procurador-Geral? E o que dirá dos Ministros do Supremo Tribunal Federal?

O Senador Suplicy outro dia me disse: "Olha, mas nos Estados Unidos o voto é aberto para o Supremo Tribunal Federal". Nos Estados Unidos há um sistema constitucional que em grande parte difere do nosso, porque, nos Estados Unidos, o Congresso é mais forte do que a própria Presidência da República. O Presidente da República, nos Estados Unidos, não tem iniciativa parlamentar, não pode apresentar projetos de lei.

Então, vou citar determinados órgãos, como as agências reguladoras, que devem, na sua composição e na sua ação, expressar os interesses do Estado brasileiro. Imagine V. Exª se nós partidarizarmos, como já está acontecendo, aliás, mas se impulsionarmos ainda mais essa escolha no caminho da partidarização?

Então, Sr. Presidente, são questões sobre as quais é preciso meditar e essa meditação é incompatível com analise a toque de caixa. Hoje todo mundo fala em ouvir a sociedade. Vamos ouvir a sociedade. A sociedade disse isso, a sociedade disse aquilo. Eu não sei se a sociedade pensou nos critérios de escolha do Procurador-Geral da República. Sinceramente, eu não sei.

Então, Sr. Presidente, peço que me desculpe V. Exª se me alonguei, mas em nome do cuidado na deliberação de matérias dessa delicadeza e dessa importância é que faço um apelo a todos para que nós possamos seguir o rito normal da reforma da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu agradeço a V. Exª e comunico à Casa mais uma vez que vamos seguir o rito normal.

Hoje acontecerá a primeira sessão de discussão não apenas dessa proposta de emenda à Constituição, mas de todas as outras propostas de emenda à Constituição que tramitarão conjuntamente. E hoje teremos a primeira sessão dessas emendas todas que, repito, tramitarão conjuntamente.

Senador Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Suplicy, se o senhor me permite, depois até o senhor argui o art. 14 e responde ao Senador Aloysio, mas deixe eu só...

Ele quer ponderar, mas eu quero ponderar a pauta. Depois a gente pondera o art. 14.

Senador Renan, diferentemente de invocar o art. 14, quero invocar aqui e chamar as notas taquigráficas. Então, a minha fala ontem e a de hoje, eu quero repetir aqui peremptoriamente, é insistir na inclusão da Ordem do Dia a matéria.

O que citei aqui, Senador Aloysio, é que, diferentemente disso, a Emenda Constitucional nº 20 até estava em regime especial. Mas se V. Exª pegar inclusive as notas taquigráficas de ontem...

Ainda há mais Senador Aloysio! Eu inclusive não fiz nem pela Liderança do Partido, nem como apoio de ninguém, nenhum requerimento pedindo um regime especial para essa matéria. Então, portanto,...

Ainda há mais, Senador Aloysio, deixe-me dar um outro dado que eu falei ontem. Não, tranquilo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não, não preciso de notas taquigráficas, Walter. Apenas...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Não, não. Deixe-me dar só um dado de ontem.

Eu disse assim. Ontem eu até pedi ao Senador Renan que incluísse essa matéria na pauta de hoje para que tivéssemos a oportunidade de na semana seguinte trabalhar as cinco sessões, debater essa matéria e recepcionar as emendas, para, aí sim, debatermos e votarmos em plenário a PEC que trata do voto aberto, conhecendo exatamente essa proeza que eu sei que nós vamos permitir, que, na minha opinião, poderia até ter sido feita na CCJ. Não o fizemos. Discutimos na CCJ, pegamos um parecer e agora nós temos oportunidade de fazer em plenário.

Então, portanto, o pleito que fiz ontem renovei hoje, que é no sentido de exatamente discutirmos essa matéria que já está na pauta através de um outro tipo de requerimento que nós votamos ontem.

Então, portanto, quero discutir na terça, na quarta, na quinta da semana que vem e, se possível, na outra semana, na quarta-feira, vencidas as cinco sessões de debates de discussão da matéria, para podermos votar aqui essa matéria no plenário do Senado Federal.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra por 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Aloysio Ferreira Nunes, com a palavra V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Eu peço desculpas ao Senador Walter Pereira se interpretei mal as suas palavras. Mas, de qualquer maneira, esse meu desabafo... Peço a V. Exª e à Casa que a considere a título de início de discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero manifestar a posição do Partido Socialista Brasileiro a favor de que nós votemos o calendário especial para a apreciação da PEC do voto aberto.

V. Exª tem feito um esforço de construção de uma agenda positiva para o Senado Federal.

E eu tenho convicção absoluta, tenho certeza do que vou dizer: que não há nada, não há nenhuma matéria neste momento tramitando no Senado Federal que tenha tanto apelo popular, tenha tanto apoio popular como a votação da PEC do voto aberto.

Eu registro mais uma vez que o argumento, embora legítimo, de que o voto secreto protege, protegeria o Parlamentar da pressão do Poder Executivo, isso se justificaria num regime autoritário. Nós estamos vivendo um regime de amplas liberdades democráticas, o maior período de democracia da história brasileira.

E nós tivemos dois exemplos recentes de apreciações de vetos, de vetos de projetos aprovados recentemente, e nos dois casos nós tivemos a manutenção da totalidade dos vetos da Presidenta. Portanto, isso mostra a fragilidade, embora a legitimidade, a fragilidade desse argumento.

Agora, eu entendo que no momento há uma crise no sistema representativo brasileiro, há um questionamento da atividade política, da atividade dos políticos, dos partidos políticos, é absolutamente importante que nós possamos garantir o voto aberto, que a população possa saber exatamente como votam os seus representantes no Congresso Nacional.

Portanto, eu faço esse apelo aos Líderes partidários, faço a V. Exª, faço aos Líderes partidários, para que possamos nos debruçar sobre a Proposta de Emenda à Constituição que institui o voto aberto, adiantando aqui a minha posição, que já defendi na Comissão de Constituição e Justiça, já defendi várias vezes dessa tribuna, de voto aberto para todas as modalidades de votação.

E quero aproveitar para cumprimentar o Senador Sérgio Souza, Relator dessa matéria, que relatou favoravelmente ao voto aberto amplo, geral e irrestrito. Depois, por uma pressão de um conjunto de Senadores, pressão legítima, e por achar que poderia não aprová-la em todas as modalidades, reduziu seu parecer apenas para os casos de cassação. Mas numa demonstração muito clara da influência da opinião pública sobre o conjunto da Comissão de Constituição e Justiça, e atendendo aos apelos da Comissão de Constituição e Justiça, ele retornou ao seu parecer original de aprovar o voto aberto em todas as modalidades.

Portanto, nós queremos registrar a posição do PSB, mas, mais do que isso, nós queríamos fazer um apelo aos Líderes partidários, para que pudéssemos apreciar essa matéria, que, efetivamente, é de grande interesse da população brasileira.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Suplicy. Em seguida, o Senador Randolfe Rodrigues, e começaremos a Ordem do Dia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com respeito às observações que o Senador Aloysio Nunes fez sobre a forma de o Congresso Nacional dos Estados Unidos funcionar, para que realmente não haja quaisquer problemas para Senadores e Deputados Federais e para que eles não estejam com preocupação na hora de votar as autoridades, vamos lembrar que, nos Estados Unidos da América, não há foro privilegiado para os congressistas.

Para bem resolver esse problema, poderemos votar, com rapidez, a Proposta de Emenda do Senador Alvaro Dias, com a qual eu estou de acordo, para não haver mais foro privilegiado para nós Congressistas. Dessa maneira, superaremos esse problema aqui colocado por V. Exª.

Eu reitero, Sr. Presidente, que, conforme outros que aqui se pronunciaram, também sou favorável ao voto aberto em todas as circunstâncias, para todos os motivos, para autoridades, para vetos ou para o que for.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só comunico a V. Exª que temos um requerimento com assinatura da maioria dos Líderes, obviamente não com a assinatura de todos os Líderes, para o calendário especial da proposta de emenda à Constituição que foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. Eu reitero que ela foi aprovada, ontem, na Comissão de Constituição e Justiça, com a recomendação de urgência da Comissão de Constituição e Justiça para vir ao plenário a Proposta de Emenda à Constituição que acaba com o sigilo do voto no Congresso Nacional em todos os aspectos.

Eu não vou detalhar a matéria, pois quero deixar para o debate – considero fundamental que se tenha esse debate aqui, na Casa – as questões de mérito. Mas acho fundamental encerrarmos esse debate. Enquanto não enfrentamos o debate, enquanto não resolvemos se acabamos com o voto secreto, quer seja na hipótese somente de cassação de mandato, que é o que alguns colegas do Senado defendem, quer seja em todas as

hipóteses, em todas as dez hipóteses existentes tanto na Constituição, quanto no Regimento Comum, quanto no Regimento do Senado Federal, que é a hipótese à qual me alinho, que defendo, enquanto estamos debatendo entre uma hipótese e outra, o tempo passa e acaba, daqui a pouco, havendo a necessidade de um novo processo de apreciação de cassação de mandato, por exemplo, ele acabará voltando a ser apreciado sob a égide do voto secreto, que é o pior dos mundos do que pode vir a ocorrer.

Portanto, Sr. Presidente, considero fundamental, o quanto antes – e quero insistir na questão de ordem aqui apresentada pelo Senador Walter Pinheiro e, anteriormente, pelo Senador Rodrigo Rollemberg –, pautarmos o tema do voto aberto, o tema da Proposta de Emenda à Constituição do voto aberto e aí apreciarmos aqui todas as propostas que existem nesse sentido, seja a proposta...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria. PSDB – SP) – Já está pautada, Randolfe. Está na Ordem do Dia de hoje e é a primeira sessão de discussão. Perdoe-me.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Perfeito. Mas, dentro do calendário, já com a data pautada para a votação extra, a ponderação que faço, Senador Aloysio Nunes: já com o tema e uma data marcada para a votação. Foi essa, inclusive, a mesma ponderação que o Senador Rodrigo fez ainda há pouco: já termos, no calendário, não só o início da discussão, mas termos a data para votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –

ORDEM DO DIA

Os **Itens 12, 13 e 14** tramitam conjuntamente.

É o seguinte o despacho:

DESPACHO

Esta Presidência determina a tramitação conjunta das seguintes proposições por versarem de matéria correlata:

- Proposta de Emenda à Constituição de nº 20, de 2013, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*;

- Proposta de Emenda à Constituição de nº 28, de 2013, que *altera os artigos 47 e 52 da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nas deliberações de cada casa e do Congresso Nacional*; e

- Proposta de Emenda à Constituição de nº 43, de 2013, que *acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 47 e dá nova redação aos incisos III, IV e XI do art. 52, ao § 2º do art. 55 e ao § 4º do art. 66 da Constituição Federal, abolindo a votação secreta no âmbito do Poder Legislativo*.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 2013.

Senador **RENAN CALHEIROS**.
Presidente do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –

Item 12:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2013

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição 43, de 2013 (nº 349/2001, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Luiz Antonio Fleury),que *acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 47 e dá nova redação aos incisos III, IV e XI do art. 52, ao § 2º do art. 55 e ao § 4º do art. 66 da Constituição Federal, abolindo a votação secreta no âmbito do Poder Legislativo.*

O parecer é favorável, sob nº 1.063, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e teve como Relator o Senador Sérgio Souza, com votos em separado dos Senadores Pedro Taques e Randolfe Rodrigues, e contrários dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Eduardo Lopes.

Essa é uma matéria.

A outra é o **Item 13**. Elas estão – repito – tramitando conjuntamente:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 2013 (Calendário Especial – Requerimento nº 755, de 2013)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Parecer favorável, sob nº 645, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Souza.

A terceira proposta é o **Item 14º** da pauta; portanto – repito – tramitam conjuntamente:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2013

Primeira sessão de discussão também, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *altera os artigos 47 e 52 da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nas deliberações de cada casa e do Congresso Nacional.*

Pendente de Parecer da CCJ

Em discussão as três propostas. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir as propostas...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP.) – É a do voto aberto para começar já?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. *Fora do microfone.*) – Não, não, está tramitando.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então eu me inscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Está em discussão, Senador Suplicy.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. *Fora do microfone.*) – O Suplicy fica inscrito para a segunda sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Se quiser discutir, V. Exª tem direito a discutir. É a primeira sessão de discussão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Estou recebendo um apelo aqui para não iniciar a discussão agora, mas quero dizer o quanto estou cada vez mais de acordo com a maioria do povo brasileiro, que está solicitando de todos nós que decidamos de uma vez por todas pelo voto aberto.

Então, aqui reitero e voltarei a discutir esse tema, Sr. Presidente.

Permita-me indagar: com respeito ao item 1 da pauta, acabo de encaminhar ao autor, Senador Mozarildo Cavalcanti, que eu havia sido designado em junho passado para ser o autor do parecer, encaminhei ao Consultor Ricardo Nunes de Miranda, conhecedor de questões relativas à Região Norte, que me encaminhou um estudo, sugerindo que haja um aperfeiçoamento. Então, encaminhei ao Senador Mozarildo Cavalcanti, quero colaborar com ele para a melhoria do projeto.

Acredito que não será objeto de votação no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu queria comunicar a V. Exª que temos do Senador Mozarildo na pauta dois itens: o item 1º e o item 2º. Com relação ao item 2º, nós não vamos apreciá-lo hoje...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Não, item 1.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Aliás, é o item 1.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O item 1º mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com relação ao item 1, não vamos...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu estava me referindo a este mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – ... poder apreciá-lo porque ainda não há parecer, e temos um compromisso com a Casa de que só apreciaremos matéria que tenha parecer da Comissão Permanente específica.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então, encaminhei ao Senador Mozarildo sugestões para que ele possa trazer mais elementos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Portanto, não havendo mais quem queira discutir os Itens 12, 13 e 14, declaramos encerrada a discussão e convocamos para terça-feira a segunda sessão de discussão dessas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 2**:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 380, DE 2012
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.096, de 2013 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2012, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira.*

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

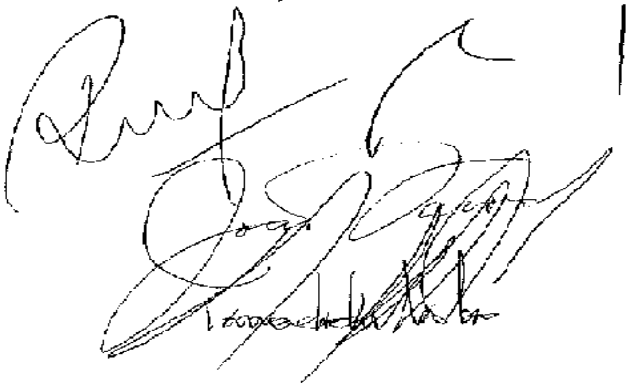
É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER
Nº 1.064, DE 2013
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2012.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2012, que *institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira.*

Sala de Reuniões da Comissão, de de 2013.



ANEXO AO PARECER Nº 1.064, DE 2013

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2012.

Institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira, definindo seus fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I – Amazônia Legal: os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13º S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44º W, do Estado do Maranhão;

II – faixa de fronteira: a faixa de até 150 (cento e cinquenta) quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, considerada fundamental para defesa do território nacional, conforme disposto no § 2º do art. 20 da Constituição Federal.

Art. 3º São fundamentos da Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira:

I – a faixa de fronteira é o espaço geográfico privilegiado de integração regional;

II – a superação das carências regionais depende da atuação sistêmica e integrada da União, dos Estados e dos Municípios;

III – a solução das questões relacionadas à Amazônia Legal e à faixa de fronteira demanda abordagem multidisciplinar;

IV – a compatibilização do desenvolvimento sustentável com a garantia da segurança nacional na região para o exercício da soberania nacional sobre a Amazônia Legal e a faixa de fronteira;

V – a promoção da segurança pública depende da superação das carências sociais, econômicas e ambientais da população da Amazônia Legal e da faixa de fronteira;

VI – a interação entre o poder público e os organismos multilaterais internacionais e organizações não governamentais para a promoção do desenvolvimento sustentável e a garantia da segurança nacional na Amazônia Legal e na faixa de fronteira.

Art. 4º São diretrizes da Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira:

I – a integração com os demais países da América do Sul, em especial por meio dos organismos multilaterais regionais;

II – a contínua e crescente integração da atuação das Forças Armadas e dos órgãos de inteligência e de segurança pública brasileiros;

III – a busca pela atuação integrada das Forças Armadas e dos órgãos de inteligência e de segurança pública brasileiros com seus congêneres nos demais países da América do Sul;

IV – a busca por soluções compartilhadas para os desafios comuns nas cidades gêmeas da fronteira;

V – a promoção de atividades de ciência, tecnologia e inovação voltadas para a solução de necessidades específicas da Amazônia Legal e da faixa de fronteira;

VI – a regularização fundiária como instrumento de redução dos conflitos agrários e a promoção da paz no campo;

VII – o estímulo ao cooperativismo como meio de promoção de desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal e na faixa de fronteira.

Art. 5º São objetivos da Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira:

I – promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal e na faixa de fronteira, por meio do estímulo ao crescimento econômico com responsabilidade ambiental e justiça social;

II – ampliar a ocupação produtiva sustentável e a vivificação da Amazônia Legal e da faixa de fronteira;

III – promover a redução das desigualdades regionais;

IV – reduzir os riscos sociais e ambientais a que estão sujeitas as populações da Amazônia Legal e da faixa de fronteira;

V – facilitar o compartilhamento de informações entre a União, os Estados e os Municípios da Amazônia Legal e da faixa de fronteira;

VI – estimular a instalação das infraestruturas de transporte, energia e saneamento para favorecer o desenvolvimento sustentável da região;

VII – auxiliar na implantação das infraestruturas de transporte e energia para a integração com os demais países da América do Sul;

VIII – consolidar as atividades de monitoramento, patrulhamento e vigilância das fronteiras terrestres brasileiras;

IX – combater organizações criminosas e atividades ilícitas transfronteiriças;

X – auxiliar a implantação de políticas públicas de educação, saúde, habitação, turismo, assistência técnica e extensão rural;

XI – ampliar a presença e a mobilidade das Forças Armadas na Amazônia Legal e na faixa de fronteira, como ferramenta de dissuasão de forças hostis.

Art. 6º São instrumentos da Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira:

I – o plano estratégico de fronteiras;

II – a Política e a Estratégia Nacional de Defesa;

III – a Política Nacional de Desenvolvimento Regional;

IV – os programas de desenvolvimento regional;

V – os sistemas de monitoramento e controle gerenciados pelas Forças Armadas e pelos órgãos de inteligência e de segurança pública;

VI – a cooperação internacional;

VII – os programas de concessão de crédito por instituições públicas e privadas;

VIII – os fundos constitucionais de financiamento do Centro-Oeste (FCO) e do Norte (FNO).

Parágrafo único. As instituições financeiras e os bancos de investimento públicos criarão linhas de crédito especiais para as atividades de promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal e na faixa de fronteira.

Art. 7° A Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira será implementada de modo articulado e integrado com outras políticas públicas, em especial as relacionadas a:

I – educação, arte, cultura, lazer e extensão universitária;

II – saúde;

III – segurança alimentar, geração de trabalho e renda e moradia popular;

IV – populações indígenas;

V – tecnologia de assistência social;

VI – agricultura, com ênfase na agricultura familiar, agroecologia e reforma agrária;

VII – energia, recursos hídricos e recursos minerais;

VIII – meio ambiente, saneamento básico e gestão de resíduos;

IX – ciência, tecnologia e inovação;

X – turismo e comércio exterior;

XI – juventude e direitos da criança e do adolescente;

XII – promoção da igualdade em relação a raça e a gênero e de pessoas com deficiência;

XIII – microcrédito e economia solidária;

XIV – desenvolvimento local participativo;

XV – segurança pública e defesa nacional.

Art. 8° Os Municípios localizados na faixa de fronteira devem ter observado, para fins de celebração de convênios com a administração pública federal, o disposto no *caput* do art. 26 da Lei n° 10.522, de 19 de julho de 2002.

Art. 9° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Discussão da redação final (Pausa).

Não havendo quem queira discutir a redação final, declaramos encerrada a discussão da redação final.

Votação da redação final.

As Senadoras e os Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a redação final.

A matéria vai à Câmara dos Deputados, com os cumprimentos ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Sem revisão da oradora.) – V. Exª está seguindo a ordem da pauta de hoje, mas nós temos o item 16, que é o projeto que trata da regulamentação dos lotéricos do Brasil, Sr. Presidente. Seria possível fazermos uma inversão para analisarmos agora essa matéria?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI. Sem revisão do orador.) – Quero manifestar, pelo Bloco e por outros partidos, uma posição favorável, Sr. Presidente. Inclusive eu parabenizo o nosso Senador Romero, que ajudou na costura desse entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Façamos, portanto, a inversão da pauta.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente, o PSB também concorda com esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O PSB e o PMDB também concordam.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 16**:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 2013

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2013 (nº 4.280/2008, na Casa de origem, do Deputado Beto Mansur), que *dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do permissionário lotérico, fixa condições para sua atuação como correspondente bancário, e dá outras providências.*

O Parecer nº 994, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, que teve como Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, é favorável.

E, desde já, eu quero cumprimentar a Senadora Vanessa pelo parecer e, mais do que pelo parecer, pela maneira como V. Exª conduziu a negociação para que pudéssemos queimar etapas no Parlamento de modo a apreciar, hoje, essa importantíssima matéria de interesse nacional.

Ao projeto foi oferecida a Emenda nº 1 de Plenário, no prazo regimental, perante a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Há sobre a mesa requerimento...

Eu concedo a palavra ao Senador Romero Jucá e, em seguida, ao Senador Wellington Dias.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para registrar que nós somos favoráveis ao projeto, apoiamos e louvamos o parecer da Senadora Vanessa Grazziotin.

Havia um questionamento sobre a necessidade de ajustar ou não o texto sobre correspondente bancário, porque havia dúvida de que se estaria levando para a Caixa Econômica a autorização de qualquer relação de correspondente bancário com qualquer setor bancário. E nós, então, num entendimento com a Senadora Vanessa, com o Governo, com a Caixa Econômica, construímos uma emenda de redação exatamente para deixar clara a posição que fortalece os agentes da Caixa Econômica Federal.

Então eu queria dizer que apresentamos a emenda, a que somos favoráveis – a emenda é de redação –, e vamos encaminhar favoravelmente ao mérito também do projeto, com louvor, porque nós estamos resolvendo uma questão que é estratégica para o País. Esses representantes atuam em todo o Território nacional, atendendo a população brasileira, e estavam numa situação de extrema dificuldade e numa insegurança jurídica muito grande.

Portanto, sem dúvida nenhuma, este é um momento importante de ampliar e consolidar a prestação do serviço ao povo brasileiro através desses correspondentes, Sr. Presidente.

O parecer e o encaminhamento são favoráveis.

(Manifestação da galeria.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu quero aqui saudar também a Senadora Vanessa pela habilidade nos entendimentos.

O nosso Líder Eduardo Braga não está aqui, mas posso manifestar uma posição também favorável

nos entendimentos com o próprio Governo. A Caixa Econômica e outros, enfim, participaram para que não houvesse dificuldades.

Neste instante, há uma campanha salarial dos bancários também. Alguns pontos que causavam preocupação nesse caso foram negociados e resolvidos, inclusive hoje é um dia nacional de luta. Já participei muito organizando mobilizações dos bancários e fui presidente do sindicato dos bancários.

Quero aqui fazer um reconhecimento da importância do trabalho dos lotéricos, inicialmente e especificamente com as loterias, mas também prestando um serviço extraordinário, com uma rede, que, eu diria, é hoje essencial para muitos Municípios, chegando às pequenas cidades de 4 mil, 5 mil habitantes, onde há a presença dos lotéricos. Muitas vezes, as pessoas tinham que se deslocar para outros Municípios para contar com a prestação de determinados serviços, mas hoje são atendidas pelos agentes lotéricos.

Aqui o que se buscou foram as condições de proteção, porque muitas vezes são vítimas de assalto, muitas vezes são vítimas da insegurança jurídica.

Eu creio que está de parabéns. Eu sou funcionário de carreira da Caixa Econômica Federal e tenho muito orgulho, inclusive dos resultados. Todo esse trabalho, que começa com o futebol, normalmente, com a nossa famosa loteria esportiva...

O Sr. Inácio Arruda (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – V. Exª concede um aparte?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com prazer.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – É evidente que o Senador Wellington vai poder conceder aparte.

Eu darei a palavra a todos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, encerrando, eu quero destacar que o resultado desse trabalho gera receitas para o País, não apenas receita para a empresa Caixa Econômica, mas também receitas de tributos e receitas para a área social.

Ainda agora, tivemos aqui... Eu sou o Relator de um dos projetos que tramita aqui e que, por exemplo, garante recursos para os clubes de futebol profissionais. Agora, estamos trabalhando para os clubes das segunda, terceira e quarta divisões, o que garante proteção aos atletas, além de outros benefícios sociais importantíssimos.

Então, eu quero destacar que é algo que hoje gera emprego, gera atividade com renda em todo o Brasil. Por isso, pelo Partido dos Trabalhadores, pelo Bloco de Apoio ao Governo e – posso afirmar aqui também – pelo próprio Governo da Presidenta Dilma, manifestamos aqui uma posição favorável pela aprovação.

(Manifestação da galeria.)

(Soa a campainha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Em seguida, darei a palavra a V. Exªs.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu conversei, algum tempo atrás, por telefone...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – E ao Senador Waldemir Moka, também.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – ... com uma senhora que fazia parte, ou faz parte, da direção de uma associação nacional dos lotéricos. A partir desse telefonema, me aprofundei no exame dessa matéria. Estou convencido hoje de poder exprimir, em nome de toda a nossa Bancada, a Bancada do PSDB, o apoio a esse projeto de autoria do Deputado Beto Mansur.

(Manifestação da galeria.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – O nome do projeto é "segurança jurídica", como disse o Senador Romero Jucá. Não é um serviço qualquer. É um serviço que atende os rincões mais remotos do nosso País, um serviço responsável por várias operações além das apostas, como operações de pagamento, de programas como o Bolsa Família e das aposentadorias. São mais de 12 mil casas lotéricas no País, empregando mais de 60 mil pessoas.

Então, merece ter estabilidade, regras claras, e não ficar sujeito apenas à volubilidade das portarias da Caixa Econômica Federal.

O nosso voto é favorável.

(Manifestação da galeria.)

(Soa a campainha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente, o PSB...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu darei a palavra ao Senador Inácio Arruda e, em seguida, à Senadora Lídice.

Nós temos uma relação, aqui, de inscritos: Inácio, Lídice, Vital do Rêgo, Moka, Randolfe e Gim.

Com a palavra V. Exª.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei muito breve.

A relatoria desta matéria coube à Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB, com a articulação o Senador Romero Jucá, e ambos corrigiram possíveis falhas, digamos assim, do ponto de vista de redação do texto, esclarecendo o tema.

Então, o nosso voto, a nossa posição é favorável. Em alguns lugares, o banco que existe é a agência lotérica.

(Manifestação da galeria.)

(Soa a campainha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Então, não existe nenhuma razão para que nós não aprovemos, rapidamente, este projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – V. Sªs são muito bem recebidos, mas se puderem...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – É a nossa posição e o nosso voto, Sr. Presidente. Não precisa nem de aparte à matéria, que acho que está bem-conduzida e bem-tratada pela Senadora Vanessa.

Muito obrigado.

Um abraço e parabéns aos agentes lotéricos do Brasil inteiro.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Lídice da Mata, com a palavra V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o nosso Líder já está inscrito, e eu concordei, na sua ausência, com que nós colocássemos, em primeiro lugar na pauta, essa votação.

Quero, em meu próprio nome, ressaltar a importância deste voto hoje; parabenizar a Senadora Vanessa Grazziotin pela oportunidade que tem em fazer justiça aos lotéricos do nosso País; saudar o representante do Sindicato dos Lotéricos da Bahia, presente aqui na tribuna de honra, o Sr. Valdir; e dizer, portanto, do nosso compromisso da Bancada da Bahia. Tenho certeza de que o nosso Líder vai anunciar o voto do PSB, que é também de reconhecimento do valor, da importância desse projeto, e votaremos favorável.

(Manifestação da galeria.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ao longo de muitos e muitos anos, houve uma relação jurídica extremamente precária entre o poder concedente, a Caixa Econômica, e os lotéricos. Essa relação sempre acabava com a corda estourando do lado mais fraco. Efetivamente os lotéricos de todo o País viviam propugnando por uma lei que pudesse dar estabilidade nas suas relações. Empreendedores de norte a sul deste País, abrindo casas para fazer com que a movimentação financeira, dos Municípios menores deste País aos grandes Municípios, às metrópoles, pudesse estar cada vez mais célere, a serviço do cidadão. Eu quero testemunhar o empenho daqueles do meu Estado da Paraíba que propugnaram, repito, para que essa lei pudesse sair com rapidez.

Quero dizer à Senadora Vanessa que ela foi uma gigante na condução desse trabalho. A Comissão de Constituição e Justiça, que se sente partícipe da decisão da Comissão de Assuntos Econômicos, foi consultada se poderia trazer o projeto imediatamente a plenário, e nós não obstaculamos porque entendemos a necessidade de aprovação desta lei.

Pelo PMDB, Sr. Presidente, apoiando a matéria.

(Manifestação da galeria.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedem-me e acho que é uma questão de justiça fazer menção ao projeto original do Deputado Beto Mansur. É apenas um registro, mas eu acho que é importante registrar.

Aqui no Senado, particularmente, o projeto foi muito bem-relatado. A Senadora Vanessa Grazziotin é uma grande articuladora, determinada e incansável, a quem eu, de público, quero parabenizar. Mas também quero fazer justiça a V. Exª. Eu fui a uma audiência em que me pediu para receber os dirigentes da Associação dos Lotéricos no gabinete de V. Exª, que disse para eles: "É só passar pelas comissões que nós vamos colocar o projeto para ser votado no plenário do Senado."

Então, conforme o compromisso de V. Exª, vou dizer, especialmente aos lotéricos do meu Estado do Mato Grosso do Sul, de quem eu recebi uma determinação muito grande para que pudéssemos apoiar...

(Soa a campainha.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... um projeto que vai dar segurança a pessoas que, no total, empregam 60 mil pessoas e não tinham segurança por dez anos, que o projeto é altamente meritório e faz justiça a um segmento de homens e mulheres empreendedores que geram emprego e renda e ajudam, sobretudo, os pequenos Municípios, onde as pessoas de menor poder aquisitivo têm um banco quase que pessoal.

Parabéns aos lotéricos do meu País e, em especial, do Mato Grosso do Sul!

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Ao Senador Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores.

Lotéricos que hoje visitam nosso Senado, parabéns a vocês!

Parabéns, Presidente Renan Calheiros, principalmente pela audiência que o senhor fez há pouco, um debate maravilhoso sobre a saúde no País.

Agora, o Senado mostra, mais uma vez, que está em consonância com o que a população quer, principalmente esses pequenos trabalhadores, donos de comércios pequenos, gente sofrida, que gera tanta riqueza para o nosso País e que distribui os lucros das loterias, no País, de várias formas. Todo mundo quer distribuir a riqueza que esses trabalhadores geram.

Eles ganhavam tão pouquinho e tinham tantos riscos. Agora, o Senador Romero Jucá deu um formato para que eles possam realmente ser respeitados e ter equilíbrio financeiro. V. Exª está de parabéns! Todo mundo pensa que ser dono de loteria é um grande negócio. Trabalha-se muito, mas ganha-se pouco.

Agora, daqui para frente, vocês têm nosso respeito, respeito do Senado. Parabéns a cada um de vocês.

Em meu nome e em nome do Bloco União e Força, do PTB, do PR, do PSC e do PRB, vamos dizer "sim" ao projeto de vocês e fazer justiça aos lotéricos deste País. Parabéns!

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero saudar todos os permissionários lotéricos que nos honram hoje com suas presenças aqui no Senado Federal.

A Senadora Lídice da Mata já teve a oportunidade de registrar a posição, mas quero reiterar a posição do Partido Socialista Brasileiro favorável a esta matéria.

Cumprimento o autor e a Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, compreendendo que, a partir da transformação desse projeto em lei, nós teremos tranquilidade e segurança jurídica para que essas pessoas possam continuar desenvolvendo seu trabalho de extrema importância, uma atividade que gera muitos empregos no Brasil, sendo de uma importância econômica muito grande.

Portanto, parabéns a vocês que hoje nos prestigiam com suas presenças. O PSB, com muita alegria, encaminha favoravelmente ao projeto.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Srªs e Srs. Senadores, nós estamos aqui no Senado Federal votando projetos dos mais importantes, em todos os níveis.

A pauta positiva, instalada por V. Exª, Sr. Presidente Renan Calheiros, permite que cheguemos a uma agilidade nas Comissões e aqui no Plenário do Senado Federal para votar um projeto de tamanha importância e que traz a esses cidadãos brasileiros, e aos paranaenses, uma regulamentação de seu ofício, porque ficar refém de uma portaria que é mudada por um dirigente que pode ser mudado a qualquer momento não dá uma segurança jurídica para o trabalho importante que vocês fazem em favor dos brasileiros.

Aqui saúdo todos vocês e, em especial, o pessoal do Paraná.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras que falaram acerca desse projeto de lei. Todos, unanimemente, apoiando um projeto de lei da mais extrema importância.

Mas quero fazer um agradecimento especial aqui ao Senador Lindbergh Farias e ao Senador Walter Pinheiro, que tinha um desejo de ser o relator da matéria. Entretanto, sabedores de que relatei esse mesmo projeto na Câmara dos Deputados, e realizamos inúmeros encontros, reuniões entre os permissionários, que são os proprietários das lotéricas do nosso País, e a Caixa Econômica Federal, o Senador Walter Pinheiro e o Presidente da Comissão de Assuntos Eco-

nômicos, Senador Lindbergh, repassaram a mim a tarefa da relatoria.

Quero também registrar aqui, Sr. Presidente, o empenho que V. Exª, como Presidente da Casa teve. V. Exª me ligou um dia dizendo: preciso fazer um pedido para que você apresente o parecer e vote na Comissão de Assuntos Econômicos. Eu disse: Presidente, votaremos...

(Manifestação da galeria.)

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ... mas, em seguida, V. Exª tem de pautar o projeto no plenário. E fomos todos os representantes dos lotéricos até seu gabinete, e V. Exª marcou exatamente para hoje a votação. E hoje estamos aqui, com o Presidente fazendo exatamente aquilo que se comprometeu a fazer perante esses homens, mulheres, trabalhadores do País.

Sr. Presidente, quero dizer que é um momento de emoção para eles. Eles, que são permissionários de serviços da Caixa Econômica Federal. Até a aprovação de hoje – o projeto já foi aprovado na Câmara e, daqui, vai à sanção da Presidência da República –, eles mantêm uma relação muito precária com a Caixa Econômica Federal, uma relação de muito pouca segurança. E isso tudo muda, a partir de hoje, porque regras claras estão sendo estabelecidas.

(Manifestação da galeria.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – De tal forma, Sr. Presidente, que o lado mais forte dessa relação – e, obviamente, o lado mais forte é a Caixa Econômica – terá exatamente de cumprir tudo o que determina a legislação.

A legislação que estamos votando hoje contribui com a Caixa Econômica, sem dúvida alguma, mas muito para garantir a segurança e a remuneração – como aqui já foi dito por vários Senadores que me antecederam – desses trabalhadores, homens e mulheres que estão presentes nos Municípios mais longínquos e distantes deste País, fazendo não apenas a venda das loterias, mas também prestando outros serviços, como o de correspondentes bancários.

Então, quero dizer que é uma emoção para eles, mas, não tenho dúvida alguma, é uma emoção para o Senado, uma emoção para todos os Senadores e Senadoras que aqui estão tendo a felicidade de partilhar deste momento muito bonito com todas as senhoras e todos os senhores.

Sr. Presidente, o Senador Romero Jucá apresentou emenda na Comissão de Assuntos Econômicos e lá fizemos um acordo de que ele apresentaria a emenda de redação em plenário e que, aqui, analisaríamos e aprovaríamos a emenda.

Para que não haja qualquer dúvida quanto ao fato de a emenda ser de redação, Sr. Presidente, quero encaminhar à Mesa um parecer muito rico que fizemos com a colaboração da Consultoria desta Casa, demonstrando, por meio de análise da legislação, por meio de análise de ação direta de inconstitucionalidade, que essa emenda é uma emenda de redação. Então, encaminho, Sr. Presidente, um parecer em relação à emenda do Senador Jucá, parecer favorável à emenda de redação do Senador Jucá.

Muito obrigada a V. Exª e parabéns a todos.

(Manifestação da galeria.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu gostaria de citar o nome de cada um, de cada Estado brasileiro, mas, por meio do Dr. Roger, que é o Presidente da Federação das Loterias, cumprimento e abraço, carinhosamente, cada uma e cada um de vocês.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER
Nº 1.065, DE 2013

De PLENÁRIO, sobre a emenda nº 1 ao Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2013 (PL nº 4.280, de 2008, na origem), que *dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do permissionário lotérico e dá outras providências.*

RELATORA: Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame deste Plenário, emenda de autoria do Senador Romero Jucá, de Redação, ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 40, de 2013 - PL nº 4.280, de 2008, na origem, de autoria do Deputado BETO MANSUR, que *dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do permissionário lotérico e dá outras providências.*

Em síntese, a emenda propõe substituir no *caput* do art. 5º do PLC nº 40, de 2013, a expressão "na qualidade de" por "quando se enquadrar na condição de".

O dispositivo cuja alteração se pretende é o art. 5º do PLC, que reza:

> Art. 5º A Caixa Econômica Federal, como outorgante da permissão de serviços lotéricos e na qualidade de contratante de serviços de correspondente bancário:

II – ANÁLISE

A relevância da determinação do caráter da emenda reside no fato de que, sendo meramente de redação, a proposição alterada não se submeterá à regra do parágrafo único do art. 65 da Constituição Federal, que determina o retorno, à Casa iniciadora, de projeto que tenha sido emendado pela Casa revisora. Conforme se extrai do art. 234 do Regimento Interno do Senado Federal, emendas de redação são aquelas que não atingem a substância da proposição. Diverso não é o entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito do assunto. No julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 3 (DJ de 09.05.2003), asseverou o Ministro Nelson Jobim:

> O retorno do projeto emendado à Casa iniciadora não decorre do fato de ter sido simplesmente emendado.
>
> Só retornará se, e somente se, a emenda tenha produzido modificação de sentido na proposição jurídica.
>
> Ou seja, se a emenda produzir proposição jurídica diversa da proposição emendada.
>
> Tal ocorrerá quando a modificação produzir alterações em qualquer um dos âmbitos de aplicação do texto emendado: material, pessoal, temporal ou espacial.
>
> Não basta a simples modificação do enunciado pelo qual se expressa a proposição jurídica.
>
> O comando jurídico – a proposição – tem que ter sofrido alteração.
>
> O conceito de emenda de redação é: modifica-se o enunciado, sem alterar a proposição.

Esse entendimento foi reafirmado no julgamento da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.238 (DJ de 12.09.2008). Desse modo, emendas que apenas promovam maior exatidão na linguagem ou explicitem aquilo que está implícito no dispositivo emendado, sem modificar o sentido da proposição original, devem ser havidas como de redação.

Pensamos ser exatamente esse o caso da emenda ora analisada, pelas razões a seguir expostas. O texto do art. 5º do PLC prevê deveres e prerrogativas da Caixa Econômica Federal (CEF) *como outorgante da permissão de serviços lotéricos e na qualidade de contratante de serviços de correspondente bancário.* Assim, a norma, ao lado de instituir aqueles deveres e prerrogativas, estabelece que eles se aplicarão à CEF na condição de outorgante da permissão de serviços lotéricos e na qualidade de contratante dos serviços de correspondente bancário. Ora, ao descrever tais qualificações da CEF, a norma, em momento algum, prevê que aquela instituição financeira seja a única a ostentá-las. A conclusão sobre o caráter exclusivo ou não dos predicados depende de outros elementos, que ultrapassam o âmbito do *caput* do art. 5º. Especificamente quanto aos serviços de correspondente bancário, outras normas do ordenamento jurídico regulam a sua contratação pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Resolução do Bacen nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011). Não há, portanto, exclusividade da CEF na contratação de tais serviços, tampouco se pode extrair do texto do art. 5º do PLC qualquer norma com esse objetivo.

Além desses argumentos, reforça essa compreensão o fato de que o art. 1º do PLC nº 40, de 2013, determina explicitamente o escopo de suas disposições, as quais não cuidam de disciplinar a atividade dos correspondentes bancários, mas se restringem a estabelecer "critérios para a contratação e remuneração de permissionários lotéricos nesse regime" e fixar "outras providências relativamente às atividades econômicas complementares que vierem a ser por eles exercidas". Reza o art. 1º:

> **Art. 1º** Esta Lei estabelece critérios para a contratação e remuneração **de permissionários lotéricos** nesse regime e fixa outras providências relativamente às atividades econômicas complementares que vierem a ser **por eles** exercidas.

Dizer que a CEF deve fazer ou deixar de fazer algo na qualidade de contratante de serviços de correspondente bancário não significa, em absoluto, que ela seja a única instituição apta a contratar tais serviços. O ordenamento jurídico é repleto de normas nas quais direitos ou deveres são atribuídos a determinado grupo de pessoas que possuam uma dada característica, sem que isso signifique que tal característica seja exclusiva dos integrantes do grupo. A título de exemplo, leia-se o art. 34, § 9º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, segundo o qual:

> **Art. 34.** .....
>
> .....
>
> § 9º Até que lei complementar disponha sobre a matéria, as empresas distribuidoras de energia elétrica, na condição de contribuintes ou de substitutos tributários, serão as responsáveis, por ocasião da saída do produto de seus estabelecimentos, ainda que destinado a outra unidade da Federação, pelo pagamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias incidente sobre energia elétrica, desde a produção ou importação até a última operação, calculado o imposto sobre o preço então praticado na operação final e assegurado seu recolhimento ao Estado ou ao Distrito Federal, conforme o local onde deva ocorrer essa operação.

Ora, ninguém sustentaria que, da redação do dispositivo colacionado se possa concluir que somente as empresas distribuidoras de energia elétrica seriam enquadráveis na categoria de contribuintes ou substitutos tributários. O mesmo ocorre, a nosso juízo, com o *caput* do art. 5º do PLC, ao referir-se à CEF na qualidade de contratante de serviços de correspondente bancário. Se assim é, então uma norma que se aplique à CEF *na qualidade de contratante de serviços*

de correspondente bancário (redação atual do PLC) é idêntica a uma que se aplique à CEF *quando se enquadrar na condição de contratante de serviços de correspondente bancário* (redação proposta pela emenda). Muda-se a expressão vernacular, preservando-se o sentido.

A única vantagem da redação proposta pela emenda é que ela torna ainda mais explícita e evidente a circunstância de que a CEF não é a única instituição legalmente apta a contratar serviços de correspondente bancário. Isso ocorre porque a expressão "quando se enquadrar" reforça a ideia da existência de um gênero ao qual a CEF pertence: o das instituições financeiras que podem contratar serviços de correspondente bancário.

III – VOTO

Destarte, somos pela aprovação da emenda de redação nº 1,ao PLC nº 40, de 2013.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de cumprimentar, em nome dos permissionários do Estado de Goiás, a Senadora Vanessa Grazziotin, pela sua sensibilidade, pela sua determinação e, acima de tudo, pelo seu interesse público em poder oferecer ao País, aos permissionários, um projeto dessa envergadura.

Quero também cumprimentar V. Exª pela sensibilidade em colocar em votação, no dia de hoje, esse projeto tão importante para aqueles que esperaram tanto.

Portanto, em nome do meu Estado, o Estado de Goiás, cumprimento V. Exª, a Senadora Grazziotin e todos os permissionários.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente Renan Calheiros.

Queria agradecer a relatoria eficiente da Senadora Vanessa Grazziotin, do PLC nº 40.

E, com muita alegria e com muita honra, o Partido Progressista, que apoia esse entendimento para a questão da alteração da pauta de votação desse

projeto tão importante que interessa ao setor; mais ainda, porque o autor do PLC nº 40 é do meu Partido, Beto Mansur, que merece a homenagem por ter criado uma situação de segurança para os profissionais que prestam esse relevante serviço, no nosso Estado, no meu Estado, por meio de uma entidade de classe que os representa, o SINCOERGS (Sindicato dos Agentes Lotéricos, Correspondentes Bancários, Comissários e Consignatários do Rio Grande do Sul), na pessoa do Vice-Presidente do Sindicato, Marco Antônio Kalikowski, e do Diretor, Ricardo Brehm de Mattos.

Faço questão de, em nome do Senador Pedro Simon e do Senador Paulo Paim, fazer esse registro, saudar a representação do Rio Grande do Sul e dizer que o Partido Progressista está duplamente honrado em fazer a inversão de pauta do PLC 40, em apoio à relatoria da Senadora Vanessa Grazziotin, e, sobretudo, registrando essa participação decisiva do Beto Mansur, que é o autor desse PLC. E agradecer a V. Exª por ter aquiescido, lembrando à Senadora Vanessa que, na Comissão de Assuntos Econômicos, tive a oportunidade de pedir ao Presidente também a inclusão necessária na pauta para que ele viesse imediatamente para ser apreciado no Plenário.

Muito obrigada, Presidente Renan Calheiros.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também, na mesma linha, em nome da Liderança do Governo, primeiramente cumprimentar o esforço de tantos Senadores e Senadoras, mas, de uma forma muito especial, o da Senadora Vanessa, que foi relatora dessa matéria, que se empenhou para que essa matéria pudesse chegar hoje ao Plenário desta Casa, juntamente com V. Exª, que teve compromissos em torno desse tema.

O Governo apoia a regulamentação e, mais do que isso, as garantias para que as famílias que dependem dessa atividade econômica, já há muitos anos no País, absolutamente absorvida pela cultura brasileira, que prestam serviços relevantes a nossa sociedade. Eu me refiro exatamente às lotéricas.

Quero também destacar o papel do nosso Senador Romero Jucá na articulação política, ao lado de todos os nossos companheiros, para a consecução desse ganho, e parabenizar todos os representantes das lotéricas aqui, neste momento, e dizer que, dessa forma, o Brasil avança, uma atividade absolutamente importante avança.

As garantias são dadas aos trabalhadores e aos empreendedores. O Senado, mais uma vez, engrandece a nossa sociedade, o povo brasileiro com uma regulamentação que traz segurança ao trabalhador e ao investidor das casas lotéricas, Sr. Presidente.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, sem dúvida alguma, do setor de serviços, talvez poucos setores sejam tão populares quanto as lotéricas. Na atividade das lotéricas, está também a atividade da bancalização.

As lotéricas constituem uma atividade que é do dia a dia de brasileiros em quaisquer cantos do País.

Às vezes, em alguns locais do País, talvez até não haja instituição bancária, mas não há dúvida, em qualquer canto do País, da existência de uma lotérica. Então, não tenho dúvida também de que, de todo o setor de serviços, não há atividade mais popular, mais identificada com o povo brasileiro do que a atividade das lotéricas

E este projeto, com a iniciativa e o trabalho da Senadora Vanessa, dá uma garantia fundamental a esses trabalhadores, a quem é titular dessa atividade. Dá segurança jurídica, legisla sobre este tema e dá segurança e as garantias de que precisam para essa atividade.

Portanto, Senadora Vanessa, nossa homenagem à senhora, à contribuição do Senador Romero Jucá a este projeto e nossa homenagem, também, às lotéricas e aos trabalhadores de lotéricas de todo o País, uma atividade tão popular e tão querida por todos os brasileiros.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Há, sobre a mesa, uma emenda do Senador Romero Jucá, que será lida pelo Senador Flexa Ribeiro, 1º Secretário do Senado Federal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Emenda de redação.

Substitua-se no *caput* do art. 5º do PLC nº 40, de 2013, a expressão – abro aspas – "na qualidade de" – fecho aspas, por – abro aspas – "quando se enquadrar na condição de" – fecho aspas. Emenda do Senador Romero Jucá.

É a seguinte a Emenda na íntegra:

EMENDA
Nº 1, DE REDAÇÃO
(De Plenário)
(ao PLC N° 40, de 2013)

Substitua-se, no caput do art. 5° do PLC n° 40, de 2013, a expressão "na qualidade de" por "quando se enquadrar na condição de".

Justificação

A presente emenda visa a tornar mais claras as hipóteses às quais se aplicam as atribuições e medidas relacionadas nos incisos do art. 5° do Projeto, servindo também para tirar eventual dubiedade sobre a imposição de exclusividade para as atividades descritas.

Sala das Sessões, – Senador **Romero Jucá.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O parecer da Senadora Vanessa Grazziotin, já antecipado, é, como todos viram, favorável.

Discussão do projeto e da emenda em turno único.

Não havendo quem queira discutir a emenda e o projeto em turno único...

Eu queria só cumprimentar todos os que participaram desse esforço para que nós tivéssemos hoje a votação desta importante matéria.

No último dia dez, nós recebemos no gabinete da Presidência os representantes das lotéricas de todo o Brasil.

Por falar em representantes, eu queria cumprimentar Roger Benac, que é o Presidente da Federação Brasileira das Empresas Lotéricas.

Eu queria ainda cumprimentar os sindicatos que estão aqui representados: o de São Paulo, representado por Jodismar; o do Ceará, por Carlos; o da Bahia, por Valdir; o de Santa Catarina, por Gilmar; o de Goiás, por Antônio; o do Distrito Federal, por Raul; o de Mato Grosso, por José; o do Amazonas, por Samuel; o de Pernambuco, pela Telma; o de Alagoas, por esse amigo querido Luiz Alberto; o de Tocantins, por Lélis; o do Paraná, por Robson; o do Rio Grande do Sul, por Marco; e outros...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – O do Piauí, por Maria dos Anjos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – ...que estão aqui presentes, como o do Piauí.

Essa decisão traz mais segurança jurídica para mais de 12 mil lotéricas que existem no País e que empregam mais de 60 mil pessoas. Com o perdão do trocadilho, esse tipo de negócio deixa de ser uma loteria para ser um empreendimento estável, previsível, com regras claras.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Mais de 120 milhões de brasileiros utilizam mensalmente as casas lotéricas, que são responsáveis pelo pagamento do Bolsa Família e das aposentadorias e que, na Região Nordeste – todos sabem –, são vitais para as economias das pequenas cidades.

A proposta foi negociada e está trazendo avanços, como, por exemplo, a manutenção da Caixa Econômica Federal como a única instituição atrelada às casas lotéricas e o reajuste dos serviços prestados seguindo o percentual das loterias.

Votação do projeto.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(Manifestação da galeria.)

Votação da Emenda nº 1, de redação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam a Emenda nº 1, de parecer favorável, da Senadora Vanessa Grazziotin, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

(Manifestação da galeria.)

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER
Nº 1.066, DE 2013
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2013 (nº 4.280, de 2008, na Casa de origem).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2013 (nº 4.280, de 2008, na Casa de origem), que *dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do permissionário lotérico e dá outras providências*, consolidando a emenda de redação aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em de de 2013.



ANEXO AO PARECER Nº 1.066, DE 2013.

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2013 (nº 4.280, de 2008, na Casa de origem).

Dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do permissionário lotérico e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece critérios para a contratação e remuneração de permissionários lotéricos nesse regime e fixa outras providências relativamente às atividades econômicas complementares que vierem a ser por eles exercidas.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – permissão lotérica: a outorga, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos feita pelo poder outorgante à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, para comercializar todas as loterias federais e os produtos autorizados, bem como para atuar na prestação de serviços delegados pela outorgante, nos termos e condições definidos pela legislação e normas reguladoras vigentes;

II – outorgante de serviços lotéricos: a Caixa Econômica Federal (CEF) na forma da lei.

Art. 3º Os editais de licitação e os contratos firmados pela outorgante com os permissionários referidos no *caput* do art. 1º observarão, obrigatoriamente, as seguintes diretrizes operacionais e critérios de remuneração:

I – é admitida a conjugação da atividade do permissionário lotérico com outra atividade comercial quando prévia e expressamente autorizada pela outorgante, em função da aderência aos produtos de loterias, produtos conveniados e serviços;

II – a outorgante pode exigir que os permissionários atuem em atividades acessórias com exclusividade como forma de oferecer à sociedade serviços padronizados em todo o território nacional, incluindo a prestação de serviços como correspondente, de forma a não assumir idênticas obrigações com qualquer outra instituição financeira, sendo-lhes vedado prestar serviços que não aqueles previamente autorizados pela outorgante;

III – pela comercialização das modalidades de loterias, os permissionários farão jus a comissão estipulada pela outorgante, a qual incidirá sobre o preço de venda das apostas, deduzidos os repasses previstos em lei e respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do produto lotérico;

IV – o preço das apostas deverá ser corrigido anualmente por índice econômico oficial a ser definido pelo Ministério da Fazenda, tendo sempre como base de cálculo o preço estabelecido na data da criação de cada modalidade de loteria;

V – a mudança de endereço e novas permissões ou credenciamentos sujeitar-se-ão à autorização da outorgante, que deverá observar o potencial para a venda das loterias federais e a demanda para atendimento da população local, comprovados por estudos técnicos;

VI – os contratos de permissão serão firmados pelo prazo de 20 (vinte) anos, com renovação automática por idêntico período, ressalvadas a rescisão ou a declaração de caducidade fundada em comprovado descumprimento das cláusulas contratuais, ou a extinção, nas situações previstas em lei.

Parágrafo único. Em caso de permissão de serviços lotéricos, o prazo de renovação referido no inciso VI deste artigo contar-se-á a partir do término do prazo de permissão, independentemente do termo inicial desta.

Art. 4º O exercício da atividade de permissionário lotérico não obsta o exercício de atividades complementares impostas ou autorizadas pela outorgante, nos termos e condições definidos pela legislação e normas reguladoras vigentes.

Art. 5º A Caixa Econômica Federal, como outorgante da permissão de serviços lotéricos e quando se enquadrar na condição de contratante de serviços de correspondente bancário:

I – prestará assistência e consultoria, fornecerá orientações e ministrará treinamentos e todas as demais instruções necessárias ao início e à manutenção das atividades do permissionário, bem como à implementação de inovações operacionais indispensáveis ao exercício da atividade e à melhoria na gestão e desempenho empresarial, ficando por conta do permissionário as despesas com transporte, alimentação, hospedagem e outras que não estiverem ligadas ao objeto do treinamento ou curso necessário;

II – adotará as medidas necessárias à adaptação dos atuais contratos mantidos com os permissionários e correspondentes, dispensada nova licitação, e dos processos licitatórios ou de contratação em andamento, prevalecendo as normas desta Lei sobre as regras editalícias e demais normas legais ou administrativas que regem os referidos instrumentos.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a redação final, declaramos encerrada a discussão da redação final.

Passamos à votação da redação final.

As Senadoras e os Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a redação final.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agora, eu peço a presença de todos os lotéricos. Por favor, não saiam antes, que nós vamos proceder à votação de uma importantíssima matéria, que é, sobretudo, uma resposta do Senado Federal à brutalidade existente hoje no trânsito brasileiro, que mata mais de 40 mil pessoas, todos os anos, em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –I**tem 3**:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 26, DE 2013
(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 1.108, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2013 (nº 2.592/2007, na Casa de origem, do Deputado Beto Albuquerque e outros Deputados), que *altera os arts. 173, 174, 175, 191, 202, 203, 292, 302, 303, 306 e 308 da Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre sanções administrativas e crimes de trânsito*.

Parecer favorável sob nº 1.062, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que teve como Relator o Senador Vital do Rêgo, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o Projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o Projeto, declaramos encerrada a discussão.

Antes de fazermos a votação, concedo a palavra ao Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça, ontem, pôde avançar numa pauta de que V. Exª foi o precursor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL. *Fazendo soar a campainha*.) – Interrompo V. Exª, porque eu queria só....

Senadora Vanessa, como é tradição, eu queria, logo após votarmos essa matéria, fazer, como V. Exª havia pedido, o registro da presença de todos no Senado Federal neste dia histórico.

Ouço o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, espero que esse projeto tenha também a mesma dimensão e a mesma atenção do plenário, como nós fizemos agora há pouco.

Estamos vivendo um momento dificílimo no Brasil com relação às medidas que devem ser tomadas pelas autoridades brasileiras para minimizar as mortes por acidente de trânsito.

V. Exª preparou, com a Comissão de Constituição e Justiça, uma série de projetos. Ontem, nós votamos um, relatado pelo Senador Anibal Diniz. Hoje, estamos votando outro que agrava as sanções administrativas para esses crimes de trânsito. Trata-se de uma proposta destinada a agravar as sanções para infrações como dirigir alcoolizado e praticar racha, cavalo de pau e ultrapassagens temerárias e irresponsáveis.

Nós fizemos um estudo na Comissão de Constituição e Justiça e estamos multiplicando em quatro, em cinco ou em até dez vezes as penas administrativas. Transferimos para a Comissão Especial do Código Penal as matérias de ordem penal e avaliamos, Sr. Presidente, que, com esse trabalho, serão minimizadas as ultrapassagens perigosas, que matam em um terço dos acidentes de trânsito no Brasil. As pessoas são vitimadas por ultrapassagens perigosas e por direções temerárias.

Nós fizemos, nesse trabalho, um levantamento com a Polícia Rodoviária Federal, com o Contran e com os departamentos de todo o País e apresentamos um texto, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

Agora, peço o apoio dos senhores em plenário.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também devo dizer aqui que, no Brasil, temos sempre uma aflição muito grande por causa de mortes por bala ou por faca, de mortes violentas de natureza tradicional. O que se faz hoje aqui é uma mudança importantíssima, porque morrem mais pessoas vítimas de trânsito do que pessoas vítimas de armas tradicionais. Em grande parte, isso tem a ver – trata-se de algo em torno de 60% a 70% – com a presença de álcool, de bebida ou de outras drogas.

Havia uma dificuldade muito grande tanto por parte dos Municípios em fazer a fiscalização quanto por parte da Polícia Rodoviária Federal, por conta da legislação. Em nome de que ninguém pode gerar prova contra si, em nome de determinadas regras da nossa Constituição, que são corretas, ficavam os órgãos dessa área impedidos de impetrar uma ação mais eficiente.

Então, aqui o projeto coloca o exame toxicológico, como é chamado, como prova apta a garantir a classificação como crime de trânsito. De outro lado, uma regra é também incluída no nosso Código Nacional de Trânsito para colocar os famosos rachas, pegas ou sei lá que outros nomes possam ter...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Direções temerárias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – São direções temerárias, como me ensina aqui o nosso Relator, Sr. Presidente.

Dessa maneira, tenho certeza de que, nessa área do trânsito, esse é um passo importantíssimo! Mas ainda há a questão do uso de capacete para os usuários de moto e muitas outras coisas para trabalharmos. Mas aqui estamos dando um passo muito importante.

É uma coisa vergonhosa! Eu vi, outro dia, um filho de um amigo, na cidade de Teresina, ser assassinado por conta de um pega como esse. Vi a comoção da cidade com isso. É uma atitude irresponsável a de alguém que anda a mais de 100km/h nas vias públicas das cidades.

Então, é por conta disso que defendemos aqui a aprovação do projeto. Quero comemorar a iniciativa e a forma como transitou esse projeto no Senado Federal.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador Eduardo Braga, Líder do Governo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria reforçar a importância da aprovação desse projeto de lei, que cuida de agravar as sanções para as infrações que, juntamente com a de dirigir alcoolizado, proporcionalmente mais matam e mutilam no nosso País. Nós nos referimos aos conhecidos rachas que acontecem no trânsito brasileiro, àquilo que é denominado comumente cavalo de pau, às ultrapassagens irresponsáveis e à direção temerária, como foi dito ainda há pouco.

Essa proposição eleva consideravelmente os valores das penas pecuniárias, ou seja, das multas previstas para infrações de trânsito, em especial para os casos de corridas e de competições esportivas ilegais, de manobras perigosas realizadas em vias públicas bem como de ultrapassagens perigosas que levam, muitas vezes, a vítimas fatais.

Em sua parte criminal, esse projeto corrige a omissão em relação à última versão da lei denominada Lei Seca, que tive a honra de relatar no Senado, para também prever a realização do exame toxicológico como apto a provar o crime previsto no art. 306 de Código de Trânsito Brasileiro. Propõe ainda figura qualificada para o crime de homicídio culposo no trânsito, a ser apenada com reclusão, porém no mesmo patamar de dois a quatro anos.

Novidades de maior monta são as figuras que quero destacar nesta colocação, porque essas multas, Sr. Presidente, visam à impetração de penas pecuniárias graves para os infratores bem como à adaptação do Código de Trânsito. O trânsito no Brasil mata e mata muito.

Portanto, está de parabéns o Senado da República por, neste momento, votar essa importante lei que ajusta e moderniza o Código de Trânsito Brasileiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradeço a V. Exª.

Ouço o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a importância desse projeto de iniciativa do Deputado Beto Albuquerque e de outros Parlamentares é a concepção de que o automóvel deve servir como meio de transporte, somente dessa forma. O automóvel, o veículo, o carro tem de ser um meio de transporte, não uma arma, como, lamentavelmente, por muito tempo e ainda hoje, é usado, frequentemente, no País.

A primeira grande contribuição desse projeto é o que deveria ter ocorrido há muito tempo em nosso País: a criminalização. Antes, essas práticas não eram criminalizadas. Por esse crime, por esse delito, a reclusão chegava a, no máximo, dois anos, podendo ser convertida em cestas básicas como pena. Antes desse projeto de lei de iniciativa do Deputado Beto Albuquerque, que passou no Senado, sob a relatoria do Senador Vital, e que tramitou na Comissão de Constituição e Justiça, antes da sanção desse projeto pelo aperfeiçoamento do atual Código de Trânsito, o crime de racha era sancionado com, no máximo, dois anos de reclusão, podendo a pena ser convertida em multas, em cestas básicas. Nós teremos, com esse novo diploma legal, a configuração do crime de racha ou pega, como é popularmente conhecido, e, se da sua prática resultar lesão corporal grave, a pena será de três a seis anos, ou seja, nós acabamos com essa história de, em decorrência do racha ou do pega, haver a conversão em cesta básica, quando aumentamos a pena para três a seis anos. Se resultar em morte, a reclusão sobe de cinco a dez anos, conforme a redação do art. 308 da Lei nº 9.503, de 1997.

Portanto, Sr. Presidente, é a única medida. A prática de racha, a prática desse tipo de atividade é uma prática de crime só cometida pelos mais ricos, pelos mais abastados. Esse crime só tem vitimado pessoas e ceifado vidas, levando famílias brasileiras inteiras à tragédia, à perda de familiares.

É de enorme importância a apreciação dessa matéria, nesta tarde de hoje, por parte do Senado Federal, Presidente Renan. E é assim que precisamos modernizar o nosso Código de Trânsito, introduzindo dispositivos como esse, porque não é somente nesse aspecto que nós modernizamos o Código de Trânsi-

to. Em outro aspecto desse diploma, nós corrigimos omissões, quando da edição da chamada Lei Seca.

Mas também não basta aqui. Nós temos que tornar o trânsito, de fato, mais humano. E o tornaremos mais humano quando, em primeiro lugar, nós tornarmos rígidas as penas para aqueles que tratam o automóvel, aqueles que tratam o carro, o veículo, o meio de transporte em arma.

Transformamos o trânsito em algo mais humano, quando incentivamos, por parte dos Governos Municipais, Estaduais e Federal, atividades como aquelas que, hoje, por exemplo, eu e o Senador Eduardo Suplicy tivemos. Hoje, pela manhã, eu e o Senador Eduardo Suplicy saímos lá da 309, Presidente Renan, Senador Líder Eduardo Braga, de bicicleta e viemos para o Senado Federal, para o trabalho.

Tivemos essa iniciativa em homenagem à Semana da Mobilidade Urbana e ao Dia Mundial Sem Carro.

É importante que o trânsito seja mais humano, com iniciativas, e isso obviamente foi um símbolo, e foi um símbolo agradável. Vou até providenciar uma bicicleta para cá, para utilizá-la mais vezes. Mas é importante que nós tenhamos um trânsito mais humano, também utilizando esses meios, favorecendo os Governos Municipais, Estaduais e Federal.

Veja que nós estamos na Capital da República, e é algo que constatei no dia de hoje: nós temos poucas ciclovias, poucos locais para se deslocar de bicicleta. Quanto mais espaço nós tivermos para as ciclovias, menos locais nós teremos para os carros, menos espaço nós teremos para a poluição e mais espaço humanizado nós teremos.

Essa é uma iniciativa que eu acredito que deve ser tratada como política de governo, não só levada e derivada por parte do Governo Municipal, mas como política estratégica de governo de mobilidade urbana, por parte do Governo Federal.

Quero lhe cumprimentar, Presidente, por ter pautado e colocado no esforço concentrado essa iniciativa legislativa do Deputado Beto Albuquerque.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Gim Argello. Em seguida, o Senador Magno Malta, e nós vamos proceder à votação da matéria. Senador Cristovam também.

Com a palavra V. Exª.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falarei rapidamente, mas não poderia deixar de registrar o brilhante trabalho feito pelo Senador Vital do Rêgo, à frente dessa matéria.

Trata-se de matéria muito importante, porque, a cada ultrapassagem por pega, por racha, hoje, um quarto de pessoas que morrem neste País por violência no trânsito é em cima disso.

Então, estou achando que realmente temos que votar essa matéria e dizer que o trânsito deve ser mais leve, porque não pode existir essa guerra civil que existe no trânsito do País hoje.

Então, somente isso. Estou vendo que estão aguardando para fazer essa foto histórica e estou vendo o movimento dos Senadores parabenizando mais uma vez V. Exª, porque hoje, mais uma vez, o Senado está de parabéns. Está respeitando as pautas das ruas.

Parabéns a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Magno Malta, V. Exª tem cinco minutos para discutir a matéria. Em seguida, nós vamos proceder à votação. E Senador Cristovam também.

Com a palavra V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse é um momento feliz para o Brasil, Senador Vital do Rêgo, mas se reveste também de muita tristeza esse momento.

Ontem, eu estava na CCJ, Senador Gim Argello, acompanhando o relatório minucioso, benfeito, equilibrado do Senador Vital do Rêgo. A mesma emoção com que me coloquei ontem ao seu lado é a emoção que me traz neste momento, porque, neste momento, eu consigo fazer uma viagem e começar aqui pelo Sarah Kubitschek, na ala das pessoas amputadas, dos tetraplégicos, dos paraplégicos, vitimados pelos criminosos do trânsito.

Àqueles que nos veem pela TV Senado e àqueles que nos ouvem, Senador Eduardo Braga, agora, e que certamente estão em uma cadeira de rodas ou em um sofá, ou uma mãe enlutada, como a Cissa Guimarães... Digo a Cissa Guimarães porque é uma atriz conhecida, que teve a vida do seu filho, ainda tão jovem, ceifada por um pega, e parece que não há lei para essa gente.

O filho do Eike Batista, o ex-milionário, o camelô dos papéis... O Brasil não tem dinheiro para a educação, mas tem dinheiro para emprestar para esse rapaz. Só na conversa fiada e no papel. Ele é ex-milionário, segundo os jornais, e quando o filho dele cometeu a atrocidade no trânsito, havia uma movimentação para se acobertar isso, mas não tinha como! No final, deram a ele uma multa de R$1 milhão, que não paga a vida de quem se foi. Naqueles dias em que ele era milionário, quem sabe uma multa de um bilhão, para se construir casas populares, ou uma coisa dessa natureza, porque nem um bilhão traz a vida de alguém de volta! Mas penso que multa de um milhão, hoje, para

ele, que é ex-milionário, deve até ser muita coisa, mas o Brasil, o BNDES enfiou dinheiro nele! O BNDES enfiou dinheiro nele, só vendendo papel, "camelagem", coisa de camelô, só vendendo papel!

Eu quero lembrar o fato porque se tratou do filho de um milionário. Quero lembrar o fato do filho da Cissa Guimarães e o de tantos milhares de anônimos neste País, Senador Vital do Rêgo. Anônimos lá da sua Paraíba, que estão, neste momento, nos vendo, nos assistindo, vendo pelas redes sociais e, quem sabe, aplaudindo a sua nobre atitude.

É verdade que a lei é um copo de veneno, e quem bebe veneno sabe para onde vai.

Essa proposta toma nas mãos, Sr. Presidente, um drama da sociedade brasileira. Ninguém tem paz nas noites, e aí a Lei Seca contribuiu. Aliás, a Lei Seca é tão boa que há autoridade que tem medo de fazer o teste do bafômetro! Se a autoridade não quer utilizar o bafômetro, vão esperar que gente simples utilize? Porque há autoridade que se nega a fazer o teste.

Para essa Lei Seca, eu estou fazendo uma emenda, Senador Zeze Perrela. E pare de fumar! O senhor montou o Cruzeiro, ganhou a Tríplice Coroa, um time feroz. O senhor não tem o direito de fumar, porque o senhor tem que ser exemplo para as crianças. Eu estou dizendo isso para as crianças do Brasil porque eu tomo a carteira de cigarros dele todo dia. Meto a mão no bolso e tomo! É a grande contribuição que posso dar para ele, que é meu irmão, meu amigo e quero que viva muito, porque é meu irmão.

Senador Renan Calheiros, eu estou emendando o código nacional de trânsito e estou emendando a Lei Seca, porque é preciso fazer o exame toxicológico. O cara não bebeu, mas cheirou. Está mais doido ainda! Não bebeu, mas fumou, está mais doido ainda!

Exame toxicológico hoje é fácil. A tecnologia avançou. V. Exª é médico. É só um cotonete que vai na língua, colocou no reagente, e é mais rápido do que imediatamente. Colocou no reagente, e você já sabe se o cara cheirou ou não cheirou.

Nós vamos dar uma contribuição melhor ainda. O cara não vai pensar: "Não bebi, mas cheirei. Eu passo ali na *blitz*". Não vai passar, porque há um grande número de pessoas drogadas na sociedade brasileira, nessas madrugadas. Jovens drogados, adultos drogados. Já são assaltados pela irresponsabilidade. Drogados e bêbedos dez vezes mais, atentando contra a integridade física das pessoas deste País.

O meu abraço àqueles que estão paraplégicos ou tetraplégicos, que foram pegos de surpresa por um maluco desses, irresponsável, no trânsito. A minha solidariedade e o meu sofrimento a essa mãe enlutada, a esse pai enlutado, a esse órfão que perdeu seu pai por conta de um irresponsável desses no trânsito.

Encerro, Senador Eduardo Braga, mais uma vez, dizendo que se o Senado, neste semestre, marcou algum gol, o golaço foi esse. O golaço foi esse!

Quando a gente faz leis e assume a briga de quem precisa que briguemos por elas, esse é o grande gol da vida pública. Esse é um golaço, Sr. Presidente! Esse é um golaço, Vital do Rêgo!

Parabéns do seu amigo! Parabéns do seu irmão, que te admira e te respeita!

Falo em nome do povo do Espírito Santo, falo em nome do povo do Brasil, porque esse é um projeto que vem resgatar. De certa forma, não devolve a perna de ninguém, não devolve o braço de ninguém, não devolve os movimentos, não tira ninguém da cadeira de rodas, mas, pelo menos, não haverá os paraplégicos futuros, por conta dessa lei que estamos discutindo e que vamos entregar ao Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para manifestar a minha satisfação por esse projeto. Estamos usando este esforço concentrado para isso. Eu o parabenizo.

Creio que poucas coisas indicam mais o atraso da civilização no Brasil como a maneira pela qual tratamos o trânsito. É injustificável que tenhamos mais mortos no trânsito do que em quase todas as guerras que estão acontecendo nos últimos anos. Esse projeto do Deputado Beto Albuquerque tenta reduzir um aspecto em que essas mortes acontecem.

Por isso, parabéns para o senhor e para o Deputado. Espero que estejamos dando uma contribuição para fazer do Brasil um país mais civilizado no que se refere ao trânsito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Está encerrada a discussão.

Esse projeto de lei que nós vamos votar, que tenho absoluta certeza de que será sancionado pela Presidente, é uma lei para combater rachas e pegas no trânsito brasileiro, como todos colocaram aqui. Outro dia, nós vimos, na Rede Globo, matéria brutal sobre essa selvageria do asfalto, sobre esses vândalos sobre rodas.

O agravamento de penas, a fiscalização, a aplicação rigorosa da lei, além de medidas didáticas – o Senador Vital já colocou aqui –, como o ensino de di-

reção defensiva na escola, são indispensáveis para diminuir nossas vergonhosas estatísticas de acidentes e mortes no trânsito. Mais de 40 mil pessoas todos os anos. Quantas não morreram ao longo desses anos todos! Quantas não ficaram paraplégicas, tetraplégicas!

Esse projeto de lei é fundamental. Eu falo isso com a experiência de quem, como Ministro da Justiça, regulamentou todo o Código de Trânsito Brasileiro. Não só regulamentamos o Código de Trânsito, mas também aumentamos a fiscalização. Só no primeiro ano de execução do Código de Trânsito, totalmente regulamentado, foram salvas mais de 6 mil vidas. Apenas no primeiro ano.

Em votação a matéria.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada. (*Palmas.*)

Aprovada a matéria, a Emenda nº 1, Substitutivo, fica prejudicado o projeto.

Há sobre a mesa parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar, que será publicado na forma regimental.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação do vencido:

PARECER
Nº 1.067, DE 2013
(Da Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2013 (nº 2. 592, de 2007, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2013 (nº 2.592, de 2007, na Casa de origem), que *altera os arts. 173, 174, 175, 191, 202, 203, 292, 302, 303, 306 e 308 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre sanções administrativas e crimes de trânsito.*

Sala de Reuniões da Comissão, em de de 2013.

RENAN CALHEIROS
ROMERO JUCÁ
JOÃO DURVAL
CASILDO MALDANER

ANEXO AO PARECER Nº 1.067, DE 2013.

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2013 (nº 2. 592, de 2007, na Casa de origem).

Altera os arts. 173, 174, 175, 191, 202 e 203 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro

de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre sanções administrativas para infrações de trânsito.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 173. Disputar corrida:

.....

Penalidade – multa (dez vezes), suspensão do direito de dirigir e apreensão do veículo;

.....

Parágrafo único. Aplica-se em dobro a multa prevista no *caput* em caso de reincidência no período de 12 (doze) meses após o cometimento da infração anterior." (NR)

"Art. 174. Promover, na via, competição, eventos organizados, exibição e demonstração de perícia em manobra de veículo, ou deles participar, como condutor, sem permissão da autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via:

.....

Penalidade – multa (dez vezes), suspensão do direito de dirigir e apreensão do veículo;

.....

§ 1º As penalidades são aplicáveis aos promotores e aos condutores participantes.

§ 2º Aplica-se em dobro a multa prevista no *caput* em caso de reincidência no período de 12 (doze) meses após o cometimento da infração anterior." (NR)

"Art. 175. Utilizar veículo para demonstrar ou exibir manobra perigosa, mediante arrancada brusca, derrapagem ou frenagem com deslizamento ou arrastamento de pneus, em via pública:

.....

Penalidade – multa (quatro vezes), suspensão do direito de dirigir e apreensão do veículo;

.....

Parágrafo único. Aplica-se em dobro a multa prevista no *caput* em caso de reincidência no período de 12 (doze) meses após o cometimento da infração anterior." (NR)

"Art. 191. .....

.....

Penalidade – multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir.

Parágrafo único. Aplica-se em dobro a multa prevista no *caput* em caso de reincidência no período de 12 (doze) meses após o cometimento da infração anterior." (NR)

"Art. 202. .....

.....

Infração – gravíssima;

Penalidade – multa (quatro vezes)." (NR)

"Art. 203. .....

.....

Infração – gravíssima;

Penalidade – multa (cinco vezes).

Parágrafo único. Aplica-se em dobro a multa prevista no *caput* em caso de reincidência no período de 12 (doze) meses após o cometimento da infração anterior." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor no 1º (primeiro) dia do 6º (sexto) mês após a sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à sua imediata apreciação, em turno suplementar.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do Substitutivo, em turno suplementar. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o Substitutivo, em turno suplementar, declaramos encerrada a discussão.

Sem emendas, o Substitutivo, na forma do Regimento, é dado como definitivamente adotado, sem votação. É o que diz o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Vital.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Só um esclarecimento: as matérias que, conforme a convocação de V. Exª, seriam votadas amanhã, nós votamos na sessão de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Votamos hoje.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – É bom esclarecer, exatamente porque as pessoas acompanham o dia a dia dos nossos trabalhos: a Ordem do Dia de amanhã, nós antecipamos para a tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos a V. Exª.

Nós antecipamos a Ordem do Dia da sexta-feira para hoje e votamos, como disse, importantíssimas matérias. Esta semana foi uma semana de intensos trabalhos no Senado Federal, nós deliberamos na segunda-feira com quórum qualificado. Isso é algo que mais uma vez precisa ser ressaltado.

Nós queríamos cumprimentar o Senador Perrela. Ontem – queria repetir aqui –, nós tivemos a péssima ideia de combinar para assistir ao jogo Botafogo e Cruzeiro na casa do Perrela: não podia ser diferente, deu no que deu!

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

Eu suspendo a sessão para nós fazermos o registro, como pediu a Vanessa, com os lotéricos. Em seguida, a sessão será reaberta e terá como Presidente, na sua condução, o Senador Paulo Paim.

(A sessão é suspensa às 17 horas e 1 minuto e reaberta às 17 horas e 7 minutos, sob a Presidência do Sr. Senador Paulo Paim.)

O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Retomamos a sessão.

Reaberta a sessão, voltamos à lista de oradores.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Mozarildo, pela ordem.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Creio que já se encontra sobre a mesa minha inscrição para falar como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª já está convidado a assumir a tribuna para falar pela Liderança do PTB.

Retomamos. Vai falar um Líder e, em seguida, voltamos à lista. Na lista, V. Exª está inscrito. Depois, o Senador Casildo Maldaner e, em seguida, a Senadora Ana Amélia.

Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador, permita-me só anunciar que a Ordem do Dia está encerrada.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 15, DE 2011
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.095, de 2013 – art. 336, II)

Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2011, do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *institui o Programa Fronteira Agrícola Norte e dá outras providências.*
Tem parecer da CCJ; depende de pareceres da CAE, CDR e CRA

4
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 123, DE 2011
(Calendário Especial – Requerimento nº 1.048, de 2013)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011 (nº 98/2007, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Otavio Leite), que *acrescenta a alínea "e" ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.*
Pareceres sob nºs:
– 484, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta, com voto vencido do Senador Eduardo Braga;
– 999, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, pela rejeição da Emenda nº 2 de Plenário; e
– 1.000, de 2013, de Plenário, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá, favorável à Emenda nº 3 – Plen.

5
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2010

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Val-

ter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.*

Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.*

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2012

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal. (Paraná)*

Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2013

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.*

Parecer favorável, sob nº 462, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2012
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012)
(Calendário Especial – Requerimento nº 809, de 2013)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6º Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.*

Pendente de novo parecer, em virtude do Requerimento nº 795, de 2013, de tramitação conjunta.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 2012
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012)
(Calendário Especial – Requerimento nº 809, de 2013)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.*

Pendente de novo parecer, em virtude do Requerimento nº 795, de 2013, de tramitação conjunta.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, DE 2011

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Henrique, que *revoga o inciso I do art. 49, acrescenta inciso ao art. 52 e altera a redação do inciso VIII do art. 84 da*

Constituição Federal, a fim de tornar privativa do Senado Federal a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais.
Parecer sob nº 269, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador Roberto Requião.

15
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 1, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008 (nº 7.299/2006, na Casa de origem, do Deputado Beto Albuquerque), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona.*
Parecer sob nº 457, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CI, de redação, que apresenta.

17
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 315, DE 2003 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.*
Pareceres sob nºs 399 e 1.387, de 2009, das Comissões:
– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2 – CCJ, que apresenta; e
– de Desenvolvimento Regional e Turismo (em audiência, nos termos do Requerimento nº 737, de 2009), Relator ad hoc: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, apresentando, ainda, a Emenda nº 3-CDR.

18
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 3, DE 2013 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2013-Complementar, da Senadora Ana Amélia, que *acrescenta § 3º ao art. 6º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para vedar a exigência de recolhimento antecipado de imposto relativamente ao estoque de mercadorias recebidas antes do início do regime de retenção antecipada por substituição tributária.*
Parecer favorável, sob nº 752, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Armando Monteiro.

19
REQUERIMENTO
Nº 733, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 733, de 2013, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 450, de 2012, seja analisado pela Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos (fixa os parâmetros da responsabilidade do tomador de serviços).*

20
REQUERIMENTO
Nº 835, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 835, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 157, 214, 328, 334, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (utilização do FGTS para pagamento de serviços educacionais).*

21
REQUERIMENTO
Nº 836, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 836, de 2013, do Senador Wilder Morais, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 157, 214, 328, 334, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (utilização do FGTS para pagamento de serviços educacionais).*

22
REQUERIMENTO
Nº 902, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 902, de 2013, do Senador José Agripino, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei*

do Senado nº 300, de 2005; com o de nº 565, de 2007 (já apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 276, 345 e 641, de 2007), por regularem matéria correlata (empréstimos consignados).

23
REQUERIMENTO
Nº 908, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 908, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2013, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (cancelamento de CNPJ no caso de utilização de mão-de-obra escrava).*

24
REQUERIMENTO
Nº 909, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 909, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2013, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (cancelamento de CNPJ no caso de utilização de mão-de-obra escrava).*

25
REQUERIMENTO
Nº 921, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 921, de 2013, do Senador Paulo Paim, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 710, de 2011; e 287, de 2013, por regularem matéria correlata (greve no serviço público).*

26
REQUERIMENTO
Nº 925, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 925, de 2013, do Senador Valdir Raupp, *solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2009, de sua autoria.*

27
REQUERIMENTO
Nº 934, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 934, de 2013, do Senador Delcídio do Amaral, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (cobertura de planos de saúde).*

28
REQUERIMENTO
Nº 937, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 937, de 2013, do Senador Inácio Arruda, *solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 138 e 227, de 2011, a fim de que tenham tramitação autônoma (destinação dos recursos do Fundo Social).*

29
REQUERIMENTO
Nº 952, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 952, de 2013, do Senador Inácio Arruda, *solicitando que, sobre o Projeto de Resolução nº 11, de 2013, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (comparecimento do Presidente do BNDES à CAE).*

30
REQUERIMENTO
Nº 973, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 973, de 2013, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (regulação de operações de seguros).*

31
REQUERIMENTO
Nº 974, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 974, de 2013, do Senador Humberto Costa, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 11 e 162, de 2012, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2007), todos complementares, por regularem matéria correlata (aplicação da receita pública da União em ações e serviços públicos de saúde).*

32
REQUERIMENTO
Nº 975, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 975, de 2013, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2012, por regularem matéria correlata (alterações na Lei de Licitações).*

33
REQUERIMENTO
Nº 976, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 976, de 2013, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007, seja remetido para exame da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos.*

34
REQUERIMENTO
Nº 1017, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.017, de 2013, do Senador Paulo Paim, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (regulamentação do exercício da acupuntura).*

35
REQUERIMENTO
Nº 1018, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.018, de 2013, da Senadora Lúcia Vânia *solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 165, de 2010; e 79, de 2011, que tramitam em conjunto, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (abono para benefício de prestação continuada).*

36
REQUERIMENTO
Nº 1019, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.019, de 2013, do Senador João Alberto Souza, *solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 165, de 2010; e 79, de 2011, que tramitam em conjunto, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (abono para benefício de prestação continuada).*

37
REQUERIMENTO
Nº 1020, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.020, de 2013, do Senador João Alberto Souza, *solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 165, de 2010; e 79, de 2011, que tramitam em conjunto, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (abono para benefício de prestação continuada).*

38
REQUERIMENTO
Nº 1034, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.034, de 2013, do Senador Lobão Filho, *solicitando que, sobre os Projetos de Lei da Câmara nºs 147 e 148, de 2010, que tramitam em conjunto, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (cria a área de proteção ambiental da Serra da Canastra).*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª está com a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, quero, no dia de hoje, primeiro, agradecer a aprovação unânime de um projeto de lei que foi fruto do trabalho da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, que tive a honra de presidir, que estabelece um plano permanente de defesa e desenvolvimento da Amazônia e da faixa de fronteira.

Esse projeto vai sanar uma lacuna enorme, porque até hoje não existe um plano de governo para essas regiões – Amazônia e faixa de fronteira. E, hoje, logo no início da Ordem do Dia, tive a felicidade de ver aprovado esse projeto, que agora vai para a Câmara dos Deputados.

Senador Paulo Paim, também é importante registrar que estamos prestes a votar vários projetos de importância nacional. E gostaria, aqui, de fazer um apelo – já conversei pessoalmente com todos os Líderes – para que fosse incluído na Ordem do Dia, se não na de terça, na seguinte, da semana que vem, o importante é que venha para votação final, projeto de minha autoria que estabelece critérios rígidos – repito: critérios rígidos – para a criação, a fusão e desmembramento de Municípios.

Se esse projeto já fosse lei algum tempo atrás, mais de 2 mil Municípios não teriam sido criados. Por quê? Porque ele estabelece, primeiro, que haja um estudo de viabilidade econômica da área em que vai ser criado o Município. Segundo, que o desmembramento da área para criar o novo Município não prejudique, portanto, a viabilidade econômica do Município que lhe dá origem.

E permite a fusão. Por exemplo, existem cidades de alguns Municípios que às vezes estão coladas na sede de outros Municípios. Com isso, a população daquela cidade utiliza os serviços do Município cuja sede

está próxima. E a área distante da sede do Município pode, portanto, optar por sua fusão. Existem, eu sei, vários estudos em São Paulo para que haja a fusão de vários Municípios.

Eu quero novamente bater nessa tecla porque, aqui e acolá, lemos nos jornais que vai haver uma farra de criação. Fizemos um levantamento e, no máximo, 115 novos Municípios poderão ser criados dentro dos novos critérios. E, mais importante, isso não gera nenhum gasto adicional para o Governo Federal. Pelo contrário. O que vai acontecer é o seguinte: o Município que vai ser criado por desmembramento de outro, na verdade, vai dividir o FPM que iria para a área total, vai dividir o bolo do FPM com um Município daquele Estado.

É muito importante que isso seja esclarecido, porque a imprensa divulga permanentemente que vai gerar despesas adicionais. Não, nós estamos criando regras – repito: rígidas – para que sejam criados novos Municípios, critérios que nunca houve até aqui.

Espero que esse projeto que cria Municípios e que vai beneficiar sobretudo a Região Amazônica, a Região Nordeste e também o Sul e o Sudeste, seja pela criação, pela fusão ou pelo desmembramento de certas áreas, seja aprovado. O importante é que estamos dando um passo.

O projeto foi aprovado há muitos anos aqui no Senado, foi para a Câmara, onde sofreu várias modificações, voltou para o Senado e, aqui no Senado, com a relatoria do Exmo Sr. Senador Valdir Raupp, chegamos a uma redação que não vai obrigar a volta da matéria à Câmara.

Portanto, se aprovado nesses sentidos, que estão bem colocados tanto no projeto como no relatório, nós teremos um marco regulatório em relação à criação, à fusão e ao desmembramento de Municípios.

Quem se der ao trabalho de ler o projeto verá que o primeiro passo é o estudo de viabilidade econômica; depois que esse estudo disser que a área desmembrada tem potencial econômico para se desenvolver, que pode se manter, aí é que acontecerá o plebiscito com a população diretamente interessada.

Ao contrário do que pregam alguns órgãos da imprensa – e eu gostaria muito, realmente, que toda a imprensa lesse esse material –, nosso projeto é moralizante. Ao contrário do que muitos dizem, ou seja, que é um escancaramento de porteira para a criação de novos Municípios.

Eu quero, portanto, pedir aos Srs. Líderes – tenho conversado com todos eles – para que, senão na próxima semana, na outra – parece-me que o Senador Valdir Raupp disse que isso está agendado para terça-feira –, nós possamos votar esse projeto.

Havia também na pauta de hoje um outro projeto meu que criava a Fronteira Agrícola Norte, mas não foram designados relatores, porque foi pedido urgência. Portanto, também, na próxima semana, deve vir à votação. Eu sei que existe um certo pé atrás de muitos Senadores em relação a esse projeto de Fronteira Agrícola Norte. Existe o projeto de Fronteira Agrícola Sul. Nós precisamos criar o projeto de Fronteira Agrícola Norte, que é justamente para incentivar a permanência, a fixação do homem, do morador, naquela área de faixa de fronteira, dando-lhe condições de realmente sobreviver.

E é importante frisar aqui que há uma preocupação – no relatório do Senador Valdir Raupp isso está contemplado – em que a sede, a área urbana do Município não se situe em reservas indígenas ou em reservas ecológicas e também nas terras institucionais.

Agora, veja bem, Senador Paim, lá em Roraima nós temos pelo menos dois Municípios que estão dentro de área indígena, os prefeitos são indígenas, a maioria dos vereadores são indígenas, porque são populações completamente aculturadas.

Embora eu esteja concordando com a redação que está sendo dada, eu acho que a gente tinha que realmente ter mais pé no chão nessa questão. Mas não crio óbice nessa questão. Realmente, há uma preocupação de que não sejam criadas sedes dos Municípios, a área urbana, em reservas ecológicas e em reservas indígenas. Mas que não se proíba que, dentro desse Município, esteja uma reserva indígena. Onde é que estão as reservas indígenas hoje? Todas estão em Municípios de vários Estados.

Compreendo que não possa, por exemplo, incentivar a criação de uma sede ou uma vila numa reserva indígena e transformar aquilo num Município, com a vinda de pessoas não indígenas para ali.

Encerro, Senador Paim, dizendo que, com a aprovação aqui, hoje, do projeto que cria o Plano Nacional de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia, finalmente vamos ter um plano que não é de Governo, vai ser de Estado. Porque o que temos visto, desde muito tempo, vamos dizer assim, desde que instituímos a República, é que não há uma política permanente, duradoura, com objetivos claros para desenvolver e defender a Amazônia e a faixa de fronteira.

Então, queria fazer esses dois registros, o da aprovação desse projeto e da transferência da votação do primeiro item – que seria hoje –, o da Fronteira Agrícola Norte. E apelo, portanto, para aprovarmos o projeto que estabelece critérios rígidos para criação, fusão e desmembramento de Municípios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Mozarildo Cavalcanti, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em votação o **Requerimento nº 1.094, de 2013**, do Senador Jarbas Vasconcelos, que requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa, por indicação da Presidência do Senado, para participar da 129ª Assembleia da União Interparlamentar, em Genebra, Suíça.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Voltamos à lista de oradores: Senador Fernando Collor, Senador Pedro Simon, Senador Eunício Oliveira, Senador Casildo Maldaner.

Enquanto o ex-Governador de Santa Catarina vai à tribuna, o nobre Senador Casildo Maldaner, registramos a presença dos alunos do ensino fundamental do Centro Educacional Quasar. Vocês, que são de Rio Verde, vão assistir ao pronunciamento do grande Senador de Santa Catarina, ex-Governador, Casildo Maldaner. Rio Verde, em Goiás. Temos que citar o Estado para valorizá-lo.

Sejam todos bem-vindos!

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Por falar em Rio Verde, Goiás, Sr. Presidente Paulo Paim, sei que lá existem muitos do Sul, não só gaúchos, mas catarinenses, que lá têm feito investimentos. Se não me engano, há uma unidade da Perdigão em Rio Verde. A Perdigão nasceu em Videira, Santa Catarina. Hoje é a Br Foods. A Perdigão e a Sadia formaram uma fusão, mas a Perdigão, especificamente, nasceu em Videira, e a Sadia, em Concórdia. Sei que há uma unidade da Perdigão em Rio Verde, Goiás; é um próspero Município. Nós queremos, como catarinenses, cumprimentar também os estudantes de lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Por isso é que ele foi Governador e é Senador, conhece tudo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Mas, caro Presidente Paulo Paim, grande Senador do grande Rio Grande do Sul, quero cumprimentá-lo e a todos os colegas.

Quero fazer uma breve referência a um movimento que houve esta semana, nos dias de ontem e anteontem, um movimento da fruticultura.

Durante muito tempo, acreditou-se que a cultura da maçã não se desenvolveria no Brasil.

Sessenta por cento da maçã no Brasil são produzidos em Santa Catarina, o nosso Estado; aí veio o Rio Grande do Sul, terra de V. Exª, na região de Vacaria e Bom Jesus, onde se produz muita maçã – é extraordinário esse movimento –; e, em terceira posição, vem o Estado do Paraná, na região de Palmas e Clevelândia também se produzem maçãs.

A maçã em Santa Catarina começou no Município de Fraiburgo. Foram os franceses que lá começaram a se estabelecer e que trouxeram as primeiras mudas de maçãs; foi quando começou a cultura da maçã.

Tivemos o segundo momento. A região de São Joaquim e Urubici, que fica na serra catarinense, é uma das mais frias do Brasil, e em São Joaquim teve início esse movimento, em função de um convênio que Santa Catarina fez com a província de Aomori, no Japão, que fica a 700km de Tóquio, ao norte. Em função disso, os japoneses também foram a Santa Catarina com a tecnologia deles, e aí começou a produção da variedade fuji. Essas duas variações de maçãs são do Japão, que começaram a se desenvolver, e nós começamos a crescer nessa produção.

E como eu disse, durante muito tempo, acreditou-se que a cultura da maçã não se desenvolveria no Brasil, em função do clima. Nesse período, os únicos frutos disponíveis eram importados até então, vinham principalmente da Argentina.

Com muito trabalho, pesquisa e perseverança, esse cenário mudou radicalmente desde o início dos anos 60, quando foram trazidas da Europa para Fraiburgo, como eu disse antes, em Santa Catarina, as primeiras mudas da fruta.

Atualmente, a produção nacional de maçãs já ultrapassa a marca de 1,3 milhão de toneladas, com exportações que devem chegar a 120 mil toneladas, das quais 84 mil apenas para o exigente mercado europeu. A produção catarinense representa aproximadamente 60% do total nacional.

São aproximadamente 3,3 mil produtores de maçã, que geram 58 mil empregos diretos e 116 mil indiretos. Por suas peculiaridades, a maleicultura tem alta demanda de mão de obra, cerca de 150 vezes superior ao cultivo de grãos, por exemplo. Vejam bem, na produção de maçã, usa-se 150 vezes mais mão de obra do que na produção de grãos. Ela ocupa muita mão de obra, principalmente nas épocas de colheita, mas também no cultivo e na preparação. Ela dá muito emprego.

Pelo fato de as regiões produtoras estarem localizadas em áreas serranas e frias, especialmente do nosso Estado de Santa Catarina e do Estado do Rio

Grande do Sul, o cultivo sempre sofreu a ameaça das intempéries climáticas severas, como as quedas de granizo. Com o apoio do Governo Federal, através da securitização agrícola e do financiamento para aquisição de telas de proteção, essa dificuldade está sendo superada. Lembro quando o presidente, o diretor do BRDE, junto ao BNDES, conseguiu essa linha de financiamento.

Aos produtores de maçã, aconselha-se fazer pelo menos 30% a 40% do pomar com cobertura de telas. Tendo essa cobertura de 30%, 40% do pomar coberto por telas, numa adversidade, como o granizo, que são chuvas de pedra, o prejuízo é menor, pelo menos equilibra. O bom seria fazer até a metade do pomar, se fosse possível. E o custo/benefício, com o tempo você paga. Então, dá uma certa segurança, porque o seguro é muito alto. Para assegurar, as companhias exigem muito, porque, não havendo cobertura de telas, o risco é grande para as companhias também. Hoje, o seguro custa muito. Então, a saída foi baixar o custo, financiar a cobertura de telas. E isso está contornando essa situação.

Outra praga, porém, que está causando problemas aos produtores é a mosca das frutas – um assunto bastante debatido – uma das pragas-chave da fruticultura brasileira, que afeta não apenas maçãs, mas outros cultivos frutícolas de grande importância socioeconômica, como pêssego – em Pelotas, tem havido muito isso –, ameixa, amora, framboesa e assim por diante.

O combate químico à mosca tem sido a única alternativa dos produtores e, na sua ausência, os danos podem ser totais. Se os defensivos químicos não forem usados, não há como produzir. Então, hoje, o que se usa é o combate químico. É preciso importar e aplicar o produto químico.

Estima-se que, entre custos com os defensivos e perdas efetivas, os prejuízos superem os R$25 milhões anuais na produção de maçãs. Os vendavais também afetam tal produção. Se não usar mais os defensivos químicos, o prejuízo vai ser quase total.

Outra consequência danosa: o controle químico implica restrições à fruta, especialmente em relação ao exigente mercado de exportação. Isso tudo já aponta que os inseticidas eficientes serão em breve retirados do mercado.

Então, Senador Paim, além dos mercados exigentes, já estão impondo restrições à análise. Estamos exportando cerca de 20% das maçãs. Dessa forma, estamos chegando à conclusão de que temos que deixar de fazer uso desse defensivo, porque contamina, de certo modo, os produtos. Oitenta por cento das maçãs são consumidas no Brasil. O consumo é alto.

Qual é a saída que os técnicos apontam? Se, para exportação, o defensivo contamina, porque o mercado externo avalia que isso pode prejudicar as pessoas, também prejudica quem vive no Brasil.

A Srª Ana Amélia (Bloco Maioria/PP – RS) – Senador...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu vou chegar lá, Senadora Ana Amélia, até porque nós participamos juntos de uma audiência pública no Ministério da Agricultura ontem e, anteontem, estivemos também no Ministério de Ciência de Tecnologia. Já vou chegar ao ponto em que V. Exª participou.

O mercado exportador, contudo, não deve ser nossa maior preocupação. Os malefícios dos inseticidas químicos causam impactos também, como disse, aos consumidores brasileiros, que devem, inclusive, ser nossa prioridade.

Com planejamento eficaz e união entre produtores e forças políticas, surge uma alternativa: o controle biológico da mosca. É uma alternativa que está surgindo. Na última terça-feira, tivemos a oportunidade de apresentar ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antônio Raupp, um projeto para a criação do Centro de Controle Biológico, o Moscasul.

Produtores, representados pelo diretor executivo da Associação Brasileira de Produtores de Maçã, o catarinense Dr. Moisés de Albuquerque, estudiosos e parlamentares – e, entre os parlamentares, gostaria de citar o Deputado Federal Afonso Hamm, do Rio Grande do Sul – ouviram do Ministro Raupp um entusiasmado apoio para o desenvolvimento das pesquisas, que devem incluir ainda a vital parceria com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Outro encontro, no mesmo sentido, ocorreu na manhã de ontem, ao meio-dia, no Ministério da Agricultura, com a participação da Senadora Ana Amélia, representando o Senador Paulo Paim, e o Senador Pedro Simon. E eu estava representando anteontem os Senadores Luiz Henrique e Paulo Bauer, também do Estado de Santa Catarina, porque temos uma posição muito forte. Também estava lá anteontem a representante da Senadora Ana Amélia, da assessoria dela.

O Ministro Antônio Andrade garantiu à proposta – como também o Ministro Raupp, da Ciência e Tecnologia – a mesma receptividade, acionando imediatamente a Embrapa para participar desse projeto. Ele ligou na presença da Senadora Ana Amélia, da nossa e dos técnicos. Ligou para o Presidente da Embrapa, Maurício, se não estou equivocado. À tarde, não pude comparecer à Embrapa, mas o pessoal foi até lá com o Deputado Afonso Hamm. O Senador Luiz Henrique foi até a Embrapa ontem à tarde. Eu não pude. Não me lembro se a Senadora Ana Amélia foi, mas gostaria

de ouvir agora V. Exª porque participou diretamente, representando, como disse ontem, os Senadores gaúchos, lá com o Ministro da Agricultura, e, anteontem, com o Ministro Raupp.

A Srª Ana Amélia (Bloco Maioria/PP – RS) – Olha, Senador Casildo Maldaner, eu queria cumprimentá-lo – e meu objetivo era exatamente esse – por trazer esse tema à tribuna e ao conhecimento da população. Afinal, o Brasil, há 30 anos, importava praticamente toda a maçã que consumia, e o Ministro Antônio Andrade lembrou que ele morava no interior e era uma festa quando o pai dele ia para o centro maior e levava para casa uma maçã enroladinha naquele papel azul, as maçãs argentinas famosas. Hoje, o Brasil produz maçãs e já exporta entre 10% e 15% do total; dos US$20 milhões que produz, US$2 bilhões é o faturamento da exportação. Esse percentual é muito significativo na exportação. E V. Exª alerta: não é só com o mercado externo que nós temos que nos preocupar; é com o mercado interno, que é altamente consumidor de maçã. A gente já tentou colocar na merenda escolar, em vários programas alimentares, porque a maçã é uma fruta extremamente nobre e muito importante na nutrição. Então, vai ser importante essa criação do Centro de Controle Biológico da mosca-das-frutas, lá em Vacaria. E espero que a mosca azul não pique as vaidades políticas, Senador, mas acho que não picou, porque V. Exª está referindo que eu representei o Senador Simon, o Senador Paim; à tarde, o senhor não estava lá na Embrapa, mas o Senador Luiz Henrique falou no senhor, eu falei também no seu envolvimento, Senador Paulo Bauer, e é esse esforço coletivo que nos leva a cumprir o nosso mandato aqui. Então, eu queria agradecer ao Dr. Maurício Lopes, Presidente da Embrapa, e a toda a sua equipe, que estava lá nos atendendo, em nome do Senador Luiz Henrique, que V. Exª já referiu, pela atenção que lhe deu e pela força e apoio. É claro que a iniciativa do Ministro Antônio Andrade de ter solicitado na nossa frente, por telefone, que desse mais atenção sempre teve um peso relevante. E V. Exª tem toda razão. Eu queria também aproveitar para mencionar o Adalécio Kovaleski. Ele é da Embrapa da região de Bento Gonçalves, mas vai ser o chefe desse setor de controle biológico, lá em Vacaria, que vai ser o local do centro escolhido. Eu sou de Lagoa Vermelha, o senhor sabe. Lagoa Vermelha também é produtora de maçã, Bom Jesus, Caxias do Sul, Veranópolis, toda aquela região da Serra produz maçãs de excelente qualidade. Vacaria é o centro, tem uma grande produção, e os Municípios catarinenses, V. Exª sabe melhor, não vou entrar na seara de Santa Catarina. Mas eu queria cumprimentá-lo por trazer esse tema ao conhecimento da população e da preocupação dos técnicos e, sobretudo, dos produtores de maçã, caro Senador Casildo Maldaner. Parabéns.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu recolho, com muita alegria, o aparte de V. Exª, Senadora Ana Amélia, que tem se dedicado profundamente a este tema também – aliás, como aos demais assuntos –, e isso vai nos fortificar, sem dúvida alguma. Até porque, em Vacaria, segundo expuseram, já existe uma extensão da Embrapa, e a Embrapa sendo a encarregada, porque a ideia é de colocar... A Associação Brasileira dos Produtores de Maçãs, cujo presidente é catarinense, dispõe-se a colaborar até com uma parte de recursos financeiros; o Ministério da Agricultura e da Ciência e Tecnologia também. Agora, para quem? Qual é a organização que vai cuidar para tentar combater e encontrar as defesas contra a mosca azul? Nada melhor do que o setor da Embrapa para cuidar disso, para ter sequência, conforme o Deputado Afonso tem colocado muito. Ele é engenheiro agrônomo, é da área e conhece bem de perto.

A Srª Ana Amélia (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu, por omissão, não mencionei exatamente a atuação do Deputado Afonso Hamm, que é meu correligionário do Rio Grande do Sul, porque, se há os três Senadores do Rio Grande, seria uma injustiça não mencionar o esforço com que o Afonso Hamm lidera a Frente Parlamentar em Defesa da Pomicultura ou dos Produtores de Maçã. Obrigada, Senador.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – O combate biológico como forma de manejo sustentável da mosca-da-fruta é uma alternativa viável, que já vem sendo utilizada em outros países. Outros países já conseguiram combater. Entre as técnicas apropriadas, estão a utilização de inimigos naturais e a técnica do inseto estéril. Aí nós temos que buscar, através da pesquisa, para nós combatermos, e aí a fruta vai ser uma fruta sã para exportação, e nós, brasileiros, os consumidores do Brasil, também teremos um produto completamente sem problemas.

Estudo recente, realizado no México, indica que os benefícios financeiros de um programa de controle biológico são da ordem de 21 para 1, ou seja, um retorno de US$21 para cada dólar investido na pesquisa. Então, para cada dólar investido na pesquisa – e nós vamos encontrar a solução –, nós vamos economizar US$21; para cada um investimento, economiza 21 no resultado final. Nós temos usado esse comparativo para a defesa civil, quando aplicamos em prevenção. Cada real aplicado na defesa civil, para remediar tempestades, crises, adversidades, economiza-se na medida de R$7 para R$10 em relação à reconstrução. Depois do malfeito, para reconstruir custa muito mais caro. Então, a prevenção é fundamental.

E, nesse caso, melhor ainda o resultado. Para cada dólar investido na pesquisa, nesse caso, teremos um resultado 21 vezes melhor depois. E a maçã, como outras frutas, tem um fundamento importante. Além de ser um bom produto, tem mercado internacional, tem aqui dentro, e protege a saúde, o que é fundamental! Os produtores estão fazendo sua parte, eles têm demonstrado união em suas metas, planejamento de longo prazo e articulação. Disponibilizaram-se, como disse antes, inclusive a dar contrapartidas financeiras na implementação do Centro de Combate Biológico.

As respostas dos Ministros Marco Raupp e Antônio Andrade, da Ciência e Tecnologia e da Agricultura, dão– nos a convicção de que o Governo Federal compreende a importância da parceria. O caminho encontrado é que o Centro seja inteiramente assumido pela Embrapa, como uma unidade avançada específica para poder prestar esse apoio ao desenvolvimento da fruticultura.

É dessa forma, com planejamento sério, integração entre as forças produtivas e os agentes públicos, investimento contínuo em pesquisa e inovação que encontraremos o caminho do crescimento sustentável.

Faço isso nesta tarde, Sr. Presidente, porque não poderia deixar de fazê-lo, até porque o Brasil se prepara para isso. Nós, até há pouco tempo, importávamos da Argentina. O Chile tem uma tecnologia extraordinária em fruticultura, o que causa uma economia fantástica, de primeira grandeza. Eles têm um controle fitossanitário extraordinário, o que fortalece a saúde, é um modelo para o mundo, e o Brasil não pode deixar de se preparar para isso também, Sr. Presidente. Vamos enfrentar mais essa, porque é bom para os brasileiros, para a economia do mercado internacional, para a oferta, inclusive, de emprego e renda, e também, principalmente, para a saúde de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância de V. Exª com o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meus cumprimentos a V. Exª, Senador Casildo Maldaner, à Senadora Ana Amélia, ao Senador Pedro Simon, enfim, principalmente a ambos, que estiveram nessa linha de frente aqui no Senado, na defesa da produção de maçã no nosso Rio Grande, nessa região serrana...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Nunca me esqueço, Senador Paim, uma vez, como Governador, desci em Vacaria, na colheita da maçã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Colheita da maçã.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – O Guazzelli era vivo ainda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Lembro-me do Guazzelli. Foi Deputado por um longo período conosco também, Senador. Senador, não, Governador.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Inclusive, assumiu o Governo também. Tinha participado lá conosco, numa festa muito bonita. Nunca me esqueço disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meus cumprimentos, cumprimentando a V. Exª, como à Senadora Ana Amélia.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) –Senadora Ana Amélia, com a palavra. Enquanto a Senadora Ana Amélia... Não, não. Senador Sérgio Souza como Líder; em seguida, V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) –Com a tolerância do meu querido Sérgio Souza, pela ordem, V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, o Senador Randolfe Rodrigues já falou hoje a respeito da Semana Nacional da Mobilidade Urbana e o Dia Mundial sem Carro, que é no dia 22 de setembro, e que ambos viemos lá de onde moramos, na Superquadra Sul 309, para cá, hoje, de bicicleta – 6km, em cerca de 30 minutos. Algo muito positivo, do ponto de vista da saúde, do preparo atlético, da não poluição, o que deve ser bastante estimulado.

E, como um número significativo de servidores do Senado Federal costumam vir de bicicleta e gostariam muito que houvesse bicicletários no Senado, fazem uma sugestão nesse sentido. Então, juntamente com os Senadores Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Randolfe Rodrigues e certamente outros, estamos encaminhando ao Presidente Renan Calheiros um texto elaborado por diversos servidores do Senado, para que esta Casa adote, como contribuição para a melhoria da mobilidade urbana de Brasília, providências no sentido de instituir bicicletários e vestiários para os que desejarem se locomover ao Senado Federal de bicicleta.

Além de possibilitar a diminuição da poluição emitida em nossa atmosfera, reduzir o número de veículos automotores em circulação, o uso diário da bicicleta constitui excelente exercício físico e traz benefícios aos seus usuários.

Assim, Sr. Presidente, encaminhamos ao Presidente Renan Calheiros este manifesto encaminhado e assinado por Carlos Pena, Daniel Afonso Santos e outros servidores desta Casa.

Agradeço, Senador Sérgio Souza, se quiser também abraçar a sugestão à Mesa Diretora, com muito prazer.

Muito obrigado.

Peço que seja registrado na integra a manifestação dos servidores que solicitam o bicicletário, se possível até mais do que um aqui no Senado Federal, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do ar. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Ofício n.º 00704/2013

Brasília, 19 de setembro de 2013.

Ao Excelentíssimo Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente apresentamos o abaixo-assinado que foi elaborado por servidores do Senado Federal, para que esta Casa adote, para contribuição na melhoria da mobilidade urbana de Brasília, urgentes providências no sentido de instituir bicicletários e vestiários a todos aqueles que desejarem se locomover ao Senado Federal de bicicleta.

Além de possibilitar a diminuição da poluição emitida em nossa atmosfera e reduzir o número de veículos automotores em circulação, o uso diário da bicicleta constitui um excelente exercício físico e traz benefícios aos seus usuários.

Diante do teor da missiva anexa, submeto o assunto a sua consideração para adoção das providências cabíveis ao caso em questão.

Desde já agradeço pela atenção dispensada, oportunidade em que renovo votos de elevada consideração.

Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**

Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

Senador **RANDOLFE RODRIGUES**

Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**

PEDIDO DE INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CICLISTAS

Sr. Senador Eduardo Suplicy,

As cidades brasileiras estão tentando recuperar o tempo perdido na adoção de políticas de Mobilidade Urbana. Um dos elementos principais é adoção de políticas para o transporte por bicicletas.

Em Brasília está sendo construída uma rede de ciclovias, cujos primeiros projetos datam de 1987. Pela Esplanada dos Ministérios haverá um dos trechos da ciclovia, para atender à Esplanada, ao Congresso e à Praça dos Três Poderes.

As pessoas que forem utilizar as ciclovias necessitam de locais para estacionar com segurança suas bicicletas e em vários casos, de vestiários para poderem mudar de roupa e tomar banho.

Solicitamos seu apoio no sentido de – em conjunto com os outros senadores e senadoras dessa Casa – pleitearmos junto à Mesa Diretora do Senado Federal, a instalação de bicicletários em diversos locais do Senado, como a garagem, os estacionamentos da Gráfica, do Interlegis e do Prodasen.

Igualmente solicitamos que nesses locais, alguns vestiários sejam ampliados para dar atendimento aos funcionários que necessitarem tomar banho e/ou mudar de roupa.

Informamos que as políticas de apoio aos ciclistas fazem parte da Lei de Mobilidade Urbana (LEI Nº 12.587 /2012.), aprovada por essa Casa e sua implantação é executada com ações de baixo custo financeiro e grande impacto ambiental e social.

Respeitosamente, solicitando seu apoio,

1- CARLOS [illegible]
2- [illegible]
3- [illegible]
4- [illegible]
5- NANNI [illegible]
6- [illegible]
7- [illegible]
8- Diogo [illegible]
9- [illegible]

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT-RS) – Será feito o registro e o seu pedido será encaminhado à Presidência da Casa.

Senador Sérgio Souza, com a palavra, pelo tempo de 20 minutos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB-PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Paulo Paim, que preside os trabalhos, meus caros senadores, senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, todos aqueles que acompanham a sessão no dia de hoje, quero registrar que esta foi uma semana importante para o Senado Federal, para o Legislativo brasileiro, para a sociedade brasileira, quando produzimos aqui, no Senado Federal, avanços do ponto de vista da reformulação da legislação brasileira importantes.

Aprovamos, na Comissão de Constituição e Justiça, o fim do voto secreto no âmbito do Parlamento brasileiro, proposta de emenda à Constituição da qual eu tenho o privilégio de ser o Relator; aprovamos inúmeros projetos, no plenário do Senado Federal, como a regulamentação dos lotéricos no Brasil, importante projeto que dá a estes a legalização da sua função; e aprovamos, na segunda-feira, desta semana de esforço concentrado, uma reforma eleitoral.

E este é o tema que me traz à tribuna na tarde de hoje, a fim de refletirmos um pouco mais sobre reforma eleitoral e também sobre reforma política. E lamento muito nós não termos avançado para os pontos da reforma política.

Mas eu não sei, Senador Paim, Senador Cristovam, se não era para ser assim. Será que nós estamos, todos, preparados para fazer a reforma política? Será que a sociedade brasileira está preparada para a reforma política? Qual reforma política nós queremos?

O sistema, como esta posto, hoje, é perfeito. Nós não votamos nas pessoas; nós votamos no partido político que oferece uma proposta aos seus filiados. Esta proposta do partido, por meio do seu programa partidário, oferece aos seus filiados a possibilidade de se candidatarem, pois só os filiados a partidos podem se candidatar. Não existe candidatura avulsa no Brasil. Tem de ser seguido e é submetido ao crivo do voto. O cidadão não vota na pessoa; o cidadão vota na proposta, e esta tem de ter coerência com a função programática, com o programa do seu partido. Perfeito! Esse é o sistema brasileiro. Inclusive, essa proposta tem de se transformar em lei.

Então, ela vem ao Congresso Nacional, vai às Assembleias Legislativas, vai às Câmaras de Vereadores e à Câmara Legislativa do Distrito Federal na forma de projeto de lei que vale por quatro anos, porque vale pelo período de um mandato, uma vez que o mandato, no Brasil, é de quatro anos, chamado e conhecido pela sociedade brasileira como PPA – Plano Plurianual. Esse é o nosso sistema hoje. Ele é perfeito!

Agora, quando é que nós votávamos, de fato, nos partidos? Porque, hoje, o cidadão brasileiro não vota mais no partido, embora a lei diga que ele deve votar no partido. Inclusive, por falha do Congresso Nacional, na sua regulamentação, o Tribunal Superior Eleitoral, no ano de 2007, por uma resolução, legislou, criou norma, criou regra, criou, inclusive, prazos para a infidelidade partidária. Aqueles que, eleitos pelo voto do cidadão, pertencentes a um partido pelo qual foram eleitos, se saírem do partido sem justa causa, perdem o mandato, porque o mandato é do partido. Então, vejam que o mandato é do partido, não da pessoa.

Então, se nós precisamos discutir reforma política, nós precisamos fazer com que o cidadão entenda tudo isso, porque se o cidadão brasileiro não entender, como ele vai opinar num eventual plebiscito?

Em 1966, nascia, no Brasil, o Movimento Democrático Brasileiro, que não era partido ainda. Passou a ser a partido a partir de 1974. E o que é partido político? Será que o cidadão brasileiro sabe o que é partido? Será que os filiados a esse partido sabem o que é partido? Vejam como a coisa tem de voltar muito antes do momento do voto para se entender a importância do voto do cidadão.

Partido político é um grupo de pessoas que partilham de uma mesma ideia, daí vem a ideologia. Esta ideologia é que vai nortear o programa do partido, que estatui, que cria um estatuto e tem a função programática. E essa função programática, o programa do partido norteia os seus filiados, que são movidos por essa ideologia que colocam na proposta que é sabatinada nas urnas.

Em 1966, quando nascia o MDB, qual era a ideologia? A redemocratização do País, o fim da ditadura, o direito de ir e vir, a liberdade de expressão, o direito de eleger um Presidente da República, o voto direto e tantas outras ideologias, estatuídas num mesmo estatuto. Conseguimos isso e colocamos essas bandeiras dentro da Constituição de 88.

O cidadão, ávido a votar para Presidente pela primeira vez, foi às urnas em 1990, elegeu um Presidente. Estávamos tão politizados que, por não gostar da postura daquele Presidente, hoje, um colega Senador, Fernando Collor de Mello, a sociedade, através do movimento dos caras pintadas veio e exigiu o *impeachment* por uma série de razões.

Mas eu digo a vocês: Fernando Collor de Mello foi um bom Presidente para o Brasil. Teve falhas, mas foi um bom Presidente, porque viu que o Brasil preci-

sava olhar para o mundo, o mundo globalizado; que o Brasil estava esquecido; e, a partir dali, começamos a nos desenvolver, porque, até aquele momento, vivíamos uma total estagnação neste País.

Atrasamos anos, décadas, e é visível; vemos isso quando saímos do Brasil e vamos a um país norte-americano ou da Europa e constatamos o atraso do Brasil. A partir dali. Então, é que começamos a ver o tamanho das desigualdades existentes no Brasil.

Mas vejam só: o cidadão brasileiro também se acomodou. Não foi mais vigiar as grandes causas. Passaram-se 20 anos e, agora, vem esse levante todo da sociedade. O Brasil melhorou muito nos últimos anos/ é incomparável o Brasil da década de 80... E não vou nem voltar antes disso ou aos anos 90.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT-RS) – Senador Sérgio Souza, V. Exª me permite um aparte?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB-PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT-RS) – V. Exª está fazendo um belo pronunciamento, para mim fundamental para essa moçada que está na galeria. Você parou na década de 80.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB-PR) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT-RS) – Vou retomar, pois aqui estão estudantes do curso de Direito da Universidade Luterana do Brasil, da (Ulbra) – e meus filhos se formaram em Direto pela Ulbra, três deles, e espero que sejam bons advogados –, da cidade Itumbiara, Goiás.

Sejam bem-vindos!

O Senador Sérgio Souza é um grande Senador; é o Relator do fim do voto secreto no Congresso, ao que já deu seu parecer favorável ao fim do voto secreto. (*Palmas.*)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB-PR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT-RS) – Postura corajosa a do Senador.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB-PR) – Muito obrigado. Serão meus colegas advogados logo, logo.

Mas, voltando à linha de raciocínio, lembro que o Brasil mudou muito nos últimos anos. Se voltarmos ao início dos anos 90, tínhamos uma inflação absurda, tínhamos uma moeda que não tinha valor, que mudava de nome a todo momento; nós não tínhamos bens e serviços. Quantas pessoas tinham carro, telefone, casa? Como era a alimentação dessas pessoas? Qual era o valor do salário mínimo?

Melhoramos muito nesses anos todos, mas não melhoramos em tudo. Somos muito desiguais do ponto de vista do custo Brasil. As coisas no Brasil são muito caras. Tanto assim que as pessoas vão comprar no Paraguai, no Uruguai, na Argentina, em Miami, pagando as suas viagens com o que trazem nas malas, e levam as malas vazias. E não são apenas os produtos de bem de consumo não duráveis! Se compararmos o valor de um automóvel, o valor de um caminhão, o valor de uma locomotiva, se comparamos a infraestrutura que têm os grandes centros ao redor do Planeta à do Brasil, veremos que é outra. Então, o Brasil, minha gente, ficou muito atrasado.

E a população brasileira vem, agora, às ruas pedir um pouco mais de igualdade, mais justiça, que seja um País mais justo. Por isso, tem que haver reforma política; por isso que nós temos que entender: nós queremos continuar votando nas pessoas? Porque é isso nós fazemos hoje. Nós elegemos Deputados na Câmara Federal, com mais de 1,5 milhão de votos, que eram figuras conhecidas do público, no âmbito da comédia ou do desporto. Era esse o cidadão que o brasileiro queria para representá-lo, para fazer as leis, para regular o seu convívio em sociedade? Ou foi um voto de protesto ou de brincadeira?

Em 2014, vamos ter eleições. Eu tenho a maior esperança de que o cidadão brasileiro vai fazer uma análise, uma retrospectiva da vida pregressa do seu candidato e não vai votar, simplesmente, porque o voto é obrigatório. Nós precisamos eleger um Congresso comprometido com a reforma política. E essa reforma política tem que passar pela reforma partidária.

Se eu perguntar para a metade dos Deputados deste Brasil e, talvez, para alguns Senadores, para a maioria dos políticos eleitos qual é a ideologia do seu partido, eles talvez não saibam. Se você perguntar para os filiados a um partido político, no Brasil, o que significa a sigla do partido político ao qual é filiado, talvez ele não saiba ou, pelo menos, uma grande parte não saiba. Então, que sistema é esse? Se nós queremos, realmente, votar nas pessoas, então, vamos criar o distritão; por esse sistema você elege o mais votado.

Mas, se eu vou eleger sempre o mais votado, como é que vou privilegiar aquele que defende as causas, que tem lutas em favor das minorias? Nesse caso, o distrital puro também não seria bom. Talvez o distrital misto seja o interessante: elege aquele que defende as causas e também privilegia aquele que mora no bairro, na região do eleitor. Vejam como é necessário fazermos uma reforma política, uma reforma partidária! Nós precisamos explicar ao cidadão, o cidadão tem que conhecer o processo.

Eu acredito que a Presidenta Dilma, quando sugeriu um plebiscito para o Brasil, foi precipitada, porque o momento não era oportuno, mas é necessário um plebiscito para discutir as grandes causas. De um lado vão estar alguns fazendo propaganda, conversando, defendendo uma ideia; do outro lado, estarão defendendo outra. Esse confronto vai dar condições à sociedade de conhecer melhor o processo.

Vocês lembram do plebiscito do desarmamento? Houve campanhas na televisão, no rádio, propagandas mostrando os prós e os contras do desarmamento. Esse confronto de ideias dá ao cidadão o conhecimento de que ele precisa para poder decidir. E plebiscito... Nós não precisamos convocar uma eleição exclusiva para plebiscito. Nós podemos, até mesmo, fazê-lo nas eleições gerais, como acontece nos Estados Unidos da América.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não avançamos tanto, não conseguimos, infelizmente, promover nem parte da reforma política, que é tão necessária. Nós precisamos entender qual é, de fato, a necessidade de uma reforma política. O sistema, da forma como está, não pode continuar; nós temos que mudá-lo.

Nós fizemos uma reforma eleitoral, reforma eleitoral que ficou conhecida como minirreforma eleitoral. Ela veio com qual intuito? O de atender um apelo da sociedade brasileira no sentido do barateamento das campanhas eleitorais, ou seja, pela limitação do abuso do poder econômico nas eleições, sejam elas para vereadores ou para Presidente da República, para todas as instâncias. Isso porque é muito nítido que o poderio econômico acaba manipulando os resultados das eleições, principalmente nos pequenos e médios Municípios brasileiros.

Avançamos muito ao proibir uma série de propagandas. Por exemplo: quem tem dinheiro para plotar um carro inteiro? Plotar é colar adesivo no carro todo. Fazer isso em 20 ou em 30 carros é caro! E aquele cidadão que não tem dinheiro para fazer isso? Como ele compete em igualdade em uma eleição? Ou como faz para encher uma cidade de placas? E havia até mesmo uma negociação com o proprietário do terreno particular para colocar as placas quem desse mais. Tudo isso estamos limitando, inclusive tamanho. Também estamos proibindo placas, cavaletes e assim por diante. Significa um grande avanço na reforma eleitoral o que votamos aqui na última segunda-feira.

Estamos também limitando o número de cabos eleitorais, colocando um teto. Hoje, não há teto. Em algumas regiões do meu Estado do Paraná, em Municípios pequenos, o candidato, na véspera da eleição, contrata metade dos eleitores como cabo eleitoral, coloca todos na rua na última semana, nos últimos 15 dias. E ainda há o compromisso, mesmo isso não podendo ser feito pela lei, de sair todo mundo à rua trabalhando também nos dias das eleições, circulando e assim por diante. É prática comum neste País.

Vamos limitar o número de cabos eleitorais. Para o cidadão entender mais ou menos como isso será feito, lembro que, em cidades com até 30 mil habitantes, haverá, no máximo, 300 cabos eleitorais, e, a cada mil eleitores, é acrescentado mais um cabo eleitoral. Isso cria uma regra também para vereador, para prefeito – este que eu disse foi para prefeito –, para governador, para presidente da República, para todo mundo. Há uma nova regra limitando o número de cabos eleitorais.

Outro ponto que quero ressaltar, entre tantos debatidos exaustivamente na Comissão de Constituição e Justiça e no plenário do Senado Federal na semana passada e nesta semana, na segunda-feira, é a proibição de enquetes. Enquete é aquela sondagem que faz um jornal regional, local, um veículo de comunicação da internet ou do rádio e assim por diante no período eleitoral. Isso é feito principalmente pelo jornal regional, por aquele jornalzinho de fim de semana, por aquele jornalzinho que, às vezes, é mantido pelas prefeituras, pelas câmaras de vereadores, que não têm uma edição com assinaturas normalmente. Quando chega o período eleitoral, esses jornaizinhos começam a publicar enquetes. Se houver dois jornais na cidade, um publica uma enquete colocando o candidato A com 60% e o segundo colocado com 20%, com dez indecisos, por exemplo; o outro publica o inverso. Essa é uma prática comum em meu Estado. O que há de enquetes montadas! Ninguém pergunta para ninguém! O cara só cria um gráfico e o publica em um jornal. E aquilo é distribuído, meu caro Líder Eunício Oliveira, de casa em casa, nas cidades, como se fosse uma verdade, mesmo com a referência.

Não havia previsão legal para enquetes. Isso constava tão somente da resolução do TSE. Agora, colocamos no Senado Federal a proibição de enquetes dentro do texto da Lei nº 9.504, que é a Lei Eleitoral. Nesse texto, inserimos a proibição de enquetes, para moralizar as eleições.

Pesquisa, não! Quer contratar pesquisa, contrate a pesquisa! Há pesquisas mais caras, há pesquisas mais baratas. Mas há regras que têm de ser seguidas: é preciso mandar para registro no cartório eleitoral. Inclusive, tem de se mostrar quem contratou a pesquisa. Tem de se apresentar nota fiscal. Essa foi também uma exigência alterada agora nessa reforma eleitoral.

Então, eram essas as reflexões, Sr. Presidente, que eu queria fazer sobre a importância da reforma política. Lamento por que não chegamos... Mas não chegamos, talvez, porque não estivéssemos prepara-

dos. É preciso entender essa movimentação toda da sociedade brasileira...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – ...que está ávida por um Brasil melhor e mais justo. Talvez, seja agora o momento oportuno para debatermos com a sociedade a reforma política.

Mas quero dizer que nós congressistas não estamos deixando isso sem resposta. Estamos fazendo uma alteração significativa na lei eleitoral que vai moralizar ainda mais as eleições.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Sérgio Souza, pelo seu pronunciamento! V. Exª fala de reforma política, de reforma eleitoral. Enfatizei que V. Exª é o Relator da matéria referente ao fim do voto secreto.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – E V. Exª foi o autor da PEC nº 20, que acaba com o voto secreto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sim, mas, se não fosse o Relator favorável, nada aconteceria. Parabéns a V. Exª!

Tem a palavra a Senadora Ana Amélia, como oradora inscrita.

Em seguida, como Líder, falará o Senador Cristovam. Depois, falará o Senador Eunício, como inscrito ou como Líder.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim; caros colegas Senadores e Senadoras; nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, se já houvesse, Senador Paim – V. Exª, há pouco, mencionou o fato –, decisões deliberativas nesta Casa em todas as circunstâncias com o voto aberto, nós, certamente, não teríamos o desprazer, como eu tive, de ler o título do editorial de *O Estado de S.Paulo*: "Congresso, curvado, engole veto". Repito: "Congresso, curvado, engole veto".

Eu quero lhe dizer que já tive dúvidas a respeito da oportunidade, da validade de voto secreto para veto presidencial. Hoje, eu não as tenho mais, porque penso que – e V. Exª, há muito tempo, luta por isso – temos de mostrar a cara para o eleitorado, temos de mostrar a cara para a sociedade, que paga a conta da Casa, temos de mostrar a forma como estamos votando.

Talvez, alguns colegas aqui façam um discurso a favor de uma causa, mas não o mantêm na hora do voto. Não estou suspeitando de ninguém, estou apenas conferindo o que pode acontecer. Com o voto secreto, isso sempre acontecerá. É aquilo que se fala, que o voto secreto sempre dá vontade de uma traição, meu querido Deputado Reguffe, que nos dá a honra de sua visita nesta Casa. O senhor é um brilhante Parlamentar, tem zelo pelo seu mandato, o que confere ao senhor o grande respeito que os eleitores do Distrito Federal lhe dão. Assim também é o seu correligionário o Senador Cristovam Buarque, que, aqui, tem atuado com uma independência elogiável. Não é fácil ser independente. Isso não é fácil! Mas ela tem um preço, e o preço é o da consciência tranquila, de termos paz por cumprir com o dever.

Então, quando V. Exª economiza, V. Exª é rigoroso na questão dos gastos, Deputado Reguffe – espero que um dia o senhor venha para esta Casa também e aqui ocupe uma cadeira –, isso nos dá o conforto de que, sim, é possível fazer política de forma diferente, de forma comprometida com o interesse coletivo, fazendo economia de gastos, com um rigoroso controle de tudo que se faz, e apresentando resultados do que nós estamos fazendo. Então, penso que é dessa forma que o eleitor já o avalia bem e já avalia bem o Senador Cristovam aqui, no Distrito Federal.

Com muito prazer, concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora, apenas quero agradecer sua referência ao meu não apenas correligionário mas também amigo José Antônio Reguffe, que nos visita. Sem dúvida alguma, esse é um Deputado que orgulha o Brasil inteiro, não apenas porque foi o mais votado de todos no Brasil, proporcionalmente ao número de eleitores – e isso foi em 2010 –, mas pelo que ele tem sido de 2010 para cá. Eu não sei se temos muitos que possam dizer: "Eu cumpri aquilo com que me comprometi com meus eleitores". Não deve haver muitos que consigam, inclusive, de vez em quando, não titubear e fazer como ele, que não titubeia, não muda, insiste. Considero que a presença dele no meu Partido ainda é um dos esteios que podemos ter para continuar juntos. O mesmo digo do Pedro Taques, nosso colega daqui, e de alguns outros, como o Deputado Paulo Rubem, e outros ainda. São eles que ainda seguram o ideário que o PDT tem desde o tempo de Brizola. Sou muito contente e, diria mesmo, orgulhoso da relação que com ele tenho desde o tempo de universidade, já que fui professor de José Antônio Reguffe. Desde aquele tempo e ao longo de todos esses anos, vejo a coerência com que ele desempenha a atividade pública, que, para ele, não é uma profissão, é uma função.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu lhe agradeço.

Quero, Senador Paim, que o aparte do Senador Cristovam integre o teor integral do meu pronunciamento.

Eu já mencionei pessoalmente ao Deputado José Antônio Reguffe, mais conhecido como Reguffe pelos seus eleitores, que, no início do mandato, quando o assumimos em 2011, a *Veja* publicou um *box*, uma matéria com ele, mostrando o perfil do Deputado, especialmente o rigor com a questão do gastos público. Mandei fazer cópias e as distribuí para cada um dos meus auxiliares no meu gabinete, para dizer que é assim que nós temos de agir também no gabinete. Hoje, gasto 30% da verba disponível para isso, e acho que essa é a forma de seguir bons exemplos, como o seu.

Eu também queria adicionar que tenho grande orgulho da amizade que tenho com o grande Deputado Vieira da Cunha, que é um dos Líderes do PDT na Câmara dos Deputados, como também com o nosso querido Pedro Taques, que hoje, aliás, foi relator de um projeto de minha autoria na Comissão de Constituição e Justiça que trata de permitir apenas um saidão para os apenados em algumas condições, em que eles tenham boa conduta, em que eles sejam réus primários. É grande o número desses apenados que saem da prisão e que para ela não voltam mais ou que dela saem e cometem crimes. É reincidente grande parte deles. Então, isso é feito para proteger um pouco mais a sociedade desses riscos, dessa violência.

Mais uma vez, cumprimentos a V. Exª! Saúdo-o por sua presença aqui.

Senador Paim, como eu ia dizendo, se o voto fosse aberto... Não tenho dúvida de que, para cassar mandatos de colegas, para escolher autoridades, seja ministro do Supremo, seja embaixador, seja dirigente de entidades reguladoras, das agências reguladoras, e de todas essas carreiras ou presidente do Banco Central, nós temos de votar mostrando a cara. Essa é a maneira mais correta de agir, inclusive nos vetos.

Na matéria relacionada ao FGTS, à multa de 10%, faltou no Senado um voto para derrubá-la. Faltou um voto apenas para derrubar essa situação que retira a competitividade do setor. Nós não sabemos bem para onde esse recurso está indo. De fato, se ele fosse para o bolso do trabalhador, eu não estaria aqui defendendo o fim dessa multa. Mas ele não é utilizado para essa finalidade. E, quando se criou essa multa, o que se dizia era que a multa servia para tapar rombos provocados por planos econômicos, mas essa conta já foi fechada. Então, nós temos de tratar disso.

O próprio Governo insistiu e conseguiu convencer as duas Casas, que mantiveram o veto, com o argumento de que a derrubada do veto geraria uma perda de R$3,2 bilhões para programas sociais. É uma explicação que carece de fundamento. Se o Governo tivesse um controle maior dos gastos, fosse mais eficiente na qualidade dos gastos, reduzisse o número de ministérios, tivesse um pouco mais de controle dos gastos, assim como faz o Deputado Reguffe, certamente sobraria dinheiro.

Outro exemplo que mostra a necessidade de melhorar a imagem da nossa instituição é o debate feito ontem em torno da PEC nº 43, relativa exatamente à questão do voto aberto, relatado pelo Senador Sérgio Souza, que falou há pouco na tribuna. Na ocasião, a discussão chegou a tomar um rumo preocupante na Comissão. Parecia que a Comissão de Constituição e Justiça ia limitar aquilo que se decidiu primeiro, dizendo que isso valeria só no caso de cassação de mandatos. Mas, sabiamente, o Relator se sensibilizou com o "sim" para o voto aberto em todas as votações, e a CCJ derrubou o voto secreto. E V. Exª tem parte importante nesse processo.

É inaceitável o fim do voto secreto apenas para casos de cassação de mandatos de Parlamentares. Por diversas vezes, falamos, neste plenário, sobre a necessidade de aprovação integral do texto encaminhado pela Câmara dos Deputados, determinando o fim de todas as votações secretas no Parlamento, sem exceção.

Aí cabe uma curiosidade: a Câmara está nos determinando como é que nós vamos votar em relação à escolha de autoridade. A Câmara não vota autoridade. É prerrogativa do Senado, prerrogativa constitucional.

Então, fica curiosa essa relação entre as duas Casas. Deveria, nessas matérias, haver um determinado limitador, porque isso é desta Casa. Então, seria competência apenas nossa, e não a Câmara determinando o que nós vamos fazer, até porque as iniciativas começaram aqui em relação a esse projeto.

Lamentavelmente, ainda estamos na pré-história sobre esse assunto. Espero que logo, logo, vencida a dúvida que ainda existe e paira sobre a questão do voto secreto, a gente consiga dar demonstração da nossa independência, da nossa responsabilidade, com o respeito que a instituição Congresso Nacional, Senado em particular, que nós representamos perante a sociedade brasileira, merece.

A instituição está tão desgastada, com uma imagem tão desacreditada, que precisamos dar demonstração de que temos coragem, sim, de mudar – e de mudar para melhor. Os eleitores querem, sim, saber como seus representantes votam. Isso é transparência, uma exigência das democracias contemporâneas.

A burocracia política e o uso excessivo dos jargões jurídicos e do tecnicismo do Direito já são confusos demais para a população. Assim, não é mantendo

escondidos os votos dos representantes do Legislativo que iremos aumentar a credibilidade e a segurança institucional do Parlamento. Se o voto fosse aberto, o resultado das cédulas dos 73 Senadores e dos 455 Deputados que apreciaram os vetos presidenciais seguramente seria outro. Faltou apenas um voto para que o Senado, como eu disse antes, decidisse derrubar o veto que impediu o fim da multa dos 10% sobre o FGTS, no caso das demissões.

Foram 40 votos de Senadores pela derrubada do veto e 29 pela manutenção. Houve ainda 4 votos em branco. Para que o dispositivo fosse derrubado, eram necessários 41 votos – mais da metade dos 81 Senadores. Com o resultado obtido no Senado, não foi necessário apurar os votos da Câmara, pois o veto só cai nas duas Casas se as duas Casas assim o decidirem. Mas isso não é um jogo de vôlei, em que há o primeiro *set*, o segundo *set*. Deveriam ter avaliado também.

Para evitar essas contradições, defendo, por isso, a transparência. É virtude que deve valer para os representantes de todas as instituições. A propósito, vimos muito perplexos o voto do Ministro Celso de Mello, permitindo a reabertura do julgamento da Ação Penal 470. Não há dúvida de que o Judiciário colocou em xeque a crença da população na eficácia e eficiência da Justiça.

Esse longo processo já acumula mais de sete anos entre denúncias e julgamentos.

Como expressou, ontem, o antropólogo Roberto DaMatta, em artigo publicado no jornal *O Globo*:

> *Fazer justiça é realizar o duro esforço de discernir o valor englobante. No caso em pauta, o valor englobante vai ser o conjunto de delitos que originou o caso o qual é tanto mais grave quanto mais ele implicou pessoas com papéis públicos de suma responsabilidade, como a Chefia da Casa Civil da Presidência da República.*

Não se pode, portanto, permitir vale-tudo para a elite política, enquanto a regra é a "condenação sem embargos" para uma pessoa comum. Basta olharmos pesquisa recente do Instituto Datafolha, divulgado ontem (18): 79% esperam a prisão imediata dos condenados, pois entendem que a corrupção é prática inaceitável, merecendo proporcional punição.

Delitos graves de corrupção merecem, a meu juízo, punições também proporcionais. Respeito a independência e a autonomia do STF. Respeito também o voto do Ministro Celso de Mello, que teve uma intensa análise técnica. Não tenho dúvida sobre isso.

Ao mesmo tempo, porém, entendo que o embargo infringente, mecanismo jurídico de nome complicado, previsto em lei, permitiu que a maioria dos juízes da Suprema Corte colocasse por terra, nesta quarta-feira histórica, o caráter doutrinário das sentenças dos condenados. Mais do que punir é preciso dar exemplo. Quando o Supremo Tribunal Federal decide por um novo julgamento, não há argumentos jurídicos que expliquem a sensação de impunidade.

Este é um aspecto relevante: o caráter doutrinário, educativo, que serve de exemplo para a não ocorrência e repetição de casos semelhantes. Ao flexibilizar as condenações e ao atrasar o julgamento, a Justiça demonstra, assim, a ideia de que nem todos são iguais perante a lei.

É preciso lembrar também que a extinção dos embargos infringentes em ações penais no STF foi expressamente rejeitada pela Câmara dos Deputados, há 15 anos, durante uma tentativa de modificação da Lei nº 8.038, de 1990.

A proposta de mudança da Lei nº 8.038 foi discutida em 1998, no governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Na época, os Ministros da Justiça, Iris Rezende, e da Casa Civil, Clóvis Carvalho, argumentaram que o fim dos embargos infringentes em ações penais ajudaria a desafogar o Supremo. O governo acreditava que, mesmo não havendo previsão explícita na lei, era preciso ser claro ao dizer que o recurso não poderia mais ser usado. Naquela época, Gilmar Mendes era Subchefe de Assuntos Jurídicos da Casa Civil.

Hoje, no STF, o Ministro defende a tese de que a Lei nº 8.038 teria revogado tacitamente o artigo do Regimento Interno da Suprema Corte, que garante aos réus o direito a novo julgamento, em caso de placar apertado nas condenações. Ao final da tramitação, a proposta encampada pelo governo foi rejeitada e ficou de fora do texto final. A decisão da Câmara dos Deputados, portanto, manteve expressamente a possibilidade do recurso no STF.

Essa brecha jurídica permitiu, infelizmente, a surpresa de ontem. O placar do STF, que permite nova chance de defesa aos condenados, fez o brasileiro acordar, no dia de hoje, um pouco mais decepcionado e descrente na Justiça.

Sou totalmente favorável ao direito de defesa dos indivíduos em todas as instâncias, em todo alcance. O dinheiro público, de cada contribuinte, o mesmo que permite educar e salvar vidas, também merece ampla defesa. Sinto-me respeitada pelo fato de o STF ter derrubado a tese, também ilícita, do caixa dois, qualificando o mensalão como verdade, com "vísceras expostas", segundo declarações do ex-Presidente daquela Corte, Ministro Ayres Britto. Mas temo que o episódio prota-

gonizado pela mesma instituição, a Suprema Corte, reforce a ideia da impunidade.

Não há dúvidas de que os "agentes da lei" devem tomar decisões livres de pressões. Uma das premissas básicas para a democracia é o equilíbrio entre Poderes e a independência. A liberdade, porém, exige a contrapartida. O preço é a responsabilidade, sobretudo quando está em jogo o direito do povo.

Senador Paim, antes de encerrar – eu tenho quatro minutos ainda, pelo tempo regimental –, queria fazer referência à audiência pública, realizada pela Comissão de Assuntos Sociais, hoje, para discutir um drama grave que envolve a perícia médica do INSS. Estavam lá o representante do INSS, Sr. Sérgio Carneiro, os representantes dos médicos peritos, três entidades representantes.

Houve depoimentos realmente impressionantes sobre essa situação, revelando que o Governo, finalmente, está pensando, digamos, numa regulamentação e está se convencendo de que é preciso uma carreira de Estado para valorizar a atividade do médico perito sem haver a precarização desse trabalho. Alguns já foram mortos, segurados, que se sentiram violados nos seus direitos.

O médico perito também é um trabalhador e está ali exercendo uma função necessária. É claro que, como reconheceu o próprio Sérgio Carneiro, é uma atividade conflituosa, porque ela está entre o interesse do Estado e o do segurado, do cidadão.

Mas eu penso que o bom diálogo, aberto, hoje, na Comissão de Assuntos Sociais, com essa audiência pública e a iniciativa de V. Exª de incluir um representante dos trabalhadores, serviu para revelar que a gente precisa continuar nessa construção de diálogo, para que o plano do Governo nessa área não acabe comprometendo a qualidade da política que vem regular a atividade do exercício da profissão da perícia médica em nosso País. Ela é fundamental.

Hoje, 50% das indenizações e das aposentadorias são por invalidez laboral. Então, vejam só, é um valor grande. Do total pago, hoje se tem em conta que são R$308 bilhões, segundo o número fornecido pelo Sr. Sérgio Carneiro, em relação a todos os benefícios da área social. Não apenas da aposentadoria por invalidez, por incapacidade laboral, mas também das outras aposentadorias especiais que foram concedidas, depois, na Constituição de 88, e que somam essa quantia de R$308 bilhões.

Penso que a audiência pública de hoje, que trouxe representantes do nosso Rio Grande do Sul, do Sindicato dos Médicos, Dr. Argollo, a representação do sindicato na área da perícia médica, foi da maior qualidade. Todos os depoimentos foram valiosos, o da representante, Drª Darcy, do Ministério Público Federal, e também o da representação das categorias dos trabalhadores, que, em 2011, encaminharam ao Ministério da Previdência uma proposta de sugestões, do ponto de vista dos trabalhadores que se sentem desprotegidos.

O aumento dos acidentes de trabalho no ambiente laboral também é um outro tema preocupante. Isso, claro, acaba impactando sobre os números da Previdência Social. Então, nada mais justo e atual que o Governo não faça uma alteração que contemple o interesse do Estado, mas, sobretudo, o interesse dos profissionais que operam na perícia médica e dos trabalhadores que necessitam dessa assistência.

Então, acho que demos uma contribuição muito importante nesse passo para uma negociação e um entendimento entre todos os protagonistas desse processo tão relevante, que é a Previdência Social, especialmente a perícia médica.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senadora Ana Amélia, não só pela audiência de hoje pela manhã, mas também por sua posição clara – que é a mesma dos três Senadores do Rio Grande – pelo fim do voto secreto em todas as situações. Também pela reflexão que fez sobre a decisão de ontem do Supremo.

Senador Cristovam Buarque, como Líder do PDT. Em seguida, o Senador Eunício Oliveira.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu não julgo juiz. Juiz é que me julga. A polêmica que surgiu com o voto de ontem do Ministro Celso de Mello creio que merece uma análise, mas não para julgar se ele estava certo ou errado. Eu não sei. Isso aí é ele, são os pares.

Eu não julgo juiz. Agora, eu julgo nós, políticos. E dá para saber que o voto que ele deu, sobre o qual não emito juízo, vai trazer uma grave perturbação à população brasileira. Vai trazer um aumento da indignação, que já vem caracterizando o Brasil nesses últimos meses, e nós precisamos estar preparados para isso.

Eu me preocupo pelo fato de que não parecemos preocupados. Uma prova é esta Casa: em uma quinta-feira, de uma semana que é de esforço concentrado, e nós não estamos aqui, Senador Eunício, debatendo o que vai acontecer com este País, em função do voto dado pelo Ministro Celso – eu volto a insistir que não julgo o próprio voto que ele deu.

Nós estamos há anos, décadas, talvez – e eu digo "nós", mas não os que estão aqui hoje; "nós" os de antes e os de hoje –, acumulando uma dívida

com esse povo. Nós estamos cumulando uma dívida pelos serviços que não contentam a população no transporte, na saúde. Nós estamos acumulando uma dívida deixando que este País se transforme em uma sociedade em plena guerra civil. Ainda não se usam tanques, ainda não se usa gás sarin, como na Síria, mas o resto a gente está usando.

Nós estamos acumulando uma dívida com este País por não termos feito a revolução necessária para educar nossas crianças em escolas com qualidade e com qualidade igual para todas as crianças. Nós estamos acumulando uma dívida pela ineficiência de funcionamento da nossa economia, sem a necessária competitividade no exterior. Não só a competitividade do baixo custo de produção dos produtos como a competitividade mais importante de hoje, que é criar novos produtos graças à ciência e à tecnologia.

Nós estamos com uma dívida, construída ao longo dos anos e décadas, de um sistema político permissivo. Digamos a palavra correta e enfática, que funciona usando formas diferentes e grandes de corrupção.

Nós temos a dívida da corrupção, nós temos a dívida da educação, nós temos a dívida da saúde, nós temos a dívida da infraestrutura.

E o povo descobriu a dívida. Caiu a ficha no povo de que nós estamos endividados com ele. E, ao cair essa ficha, imediatamente o povo começa a ficar indignado. Some-se a isso a facilidade de comunicação que hoje existe, graças à internet, que não requer jornal, rádio, televisão, partido, sindicato, e nem mesmo requer líder para mobilizar as massas. E aí está dada a situação: políticos endividados, população indignada e um instrumento que permite sitiar os políticos sempre que o povo quer, seja o cerco pela imagem de degradação que nós temos, de falta de confiança que nós passamos, seja o cerco físico, Senador Paim, do povo na rua.

Eu não me lembro de que fossem necessários carros de polícia como têm tido nas últimas semanas em frente ao Congresso, Senador. Está cheio de carros de polícia aqui. Mesmo quando não há ninguém na rua, há carros de polícia, porque, hoje, sabe a segurança que, a qualquer momento, com pequenos toques num terminal de computador, com pequenos toques no teclado, isto aqui vira uma grande movimentação.

Nós estamos endividados. Agora, o mais grave é que nós estamos sem bússola, sem clareza de para onde conduzir o País. Antigamente, a gente tinha bússolas, a gente sabia qual era o rumo que uns propunham, outros propunham, debatiam, se chocavam, e se encontrava um caminho. Havia alternativas. Nós estamos hoje num momento de políticos, nós todos, "desbussolados", sem clareza de um norte para onde apontar.

Pior, Senador, é que estas quatro coisas não são as mais graves. O mais grave não é a dívida, não é a indignação, não é o cerco, não é absolutamente nada disso. O mais grave é a falta de preocupação. A impressão que dá é que falta visão, falta percepção. Nós precisamos ver o que está acontecendo e não estamos vendo, e isso é uma ameaça grande. Não estamos vendo, por exemplo, Senador Paim, que, faltando um ano para as eleições, nós não sabemos quais vão ser os partidos.

Nós não sabemos quais serão os partidos que vão poder disputar a eleição. Nós não sabemos se vai surgir um partido cuja líder é a segunda em todas as pesquisas de opinião e, mais do que isso, que já foi testada e, de fato, teve 20 milhões de votos. Mas nós não sabemos, faltando um ano para a eleição, se ela vai ter ou não um partido. Nós não sabemos se vão surgir mais dois, três partidos. Podem surgir três partidos ainda para disputar as eleições. O grave é que nós estamos, às vésperas de uma eleição, sem saber quais são os partidos. Isso deveria merecer toda a nossa preocupação.

Não é só isso. Nós não sabemos as regras, Senador. Nós não sabemos quais serão as regras do próximo processo eleitoral. A minirreforma feita aqui vai ser aprovada a tempo? E, se não for aprovada, as regras atuais são as que satisfazem? E essa minirreforma serve para alguma coisa que traga credibilidade, um resultado eleitoral mais confiável? Todos nós sabemos que a resposta é não. Nós não sabemos como vamos votar. Essa insegurança é que deveria fazer com que esta Casa estivesse se mexendo, se movendo, borbulhando, querendo encontrar caminhos.

Nós não sabemos, por exemplo, como vai chegar o eleitor, daqui a um ano, diante da impunidade que estamos vendo. Eu não vou discutir, repito, se o Ministro deu o voto certo ou errado, isso são eles que sabem, até por que não foi só ele, foram seis. É injustiça jogar a culpa só nele, como se ele tivesse votado sozinho. Eu não sei se foi certo ou errado, mas sei que aumentou a impunidade e ainda mais a sensação de impunidade. Até poderá vir a punição, daqui a alguns meses, com a continuação do julgamento, mas a sensação de impunidade veio e vai ficar.

Como o eleitor vai chegar, daqui a um ano, diante da urna, nesse clima de indignação com a impunidade, Senadora Ana Amélia? Ele vai votar em quem? Ou em ninguém? Ele vai votar em A, B ou em ninguém? Eu tenho dito que se na urna, ao invés de estar escrito "voto nulo", estivesse escrito "ninguém", esse "ninguém" era capaz de ganhar as eleições. Ao colocar "nulo" e

"branco", despersonaliza. Aí as pessoas não sabem que estão votando em ninguém.

Como é que vai ser o resultado desta eleição, sem saber as regras, neste momento, sem saber os partidos, sem saber a cabeça do povo diante do sentimento da impunidade, da desconfiança em relação a todos nós?

Hoje, recebi uma propaganda do voto nulo, que eu acho que vai crescer muito. E tem mais: estamos a um ano da eleição, não sabemos quais serão os candidatos e nem sabemos o que os poucos candidatos que estão aí estão propondo para o futuro do Brasil.

O PSB merece todo o nosso elogio, pela força como ontem soube, até com muita elegância, se afastar do Governo para ter um candidato próprio. Eu não vou negar, talvez até por ser pernambucano, que tenho certa simpatia por ele, mas o nosso candidato do PSB ainda não disse exatamente para o que veio. Ainda não acenou para um eixo com clareza que diga: "Eu sou diferente do que está aí, nas minhas propostas".

Nós estamos, então, Senador, nas vésperas de uma eleição, em que a população está indignada, e nós, políticos, "desbussolados", para não dizer despreparados para o momento que a história vive, e, sobretudo, indiferentes, cegos, como se tudo estivesse bem e bastasse a gente, de vez em quando, aqui, votar um ou outro projeto, como fizemos hoje. Coisas corretas, como punir mais aqueles que fazem racha com automóveis e assassinam gente; como tentar votar, e não conseguir, o seu projeto, Senador Paim, do fim do voto secreto, que estão tentando colocar na gaveta. Aqui, no Senado, estão tentando engavetar e, depois daqui, vai para a Câmara. Então, coisas que serviriam a gente não está fazendo.

Eu fico preocupado, Senador. Pelo menos, esse lado eu tenho. Eu tenho a preocupação de que o Brasil parece estar virando um personagem que, diante dele, nós não sabemos como nos comportar com clareza. Está se transformando numa sociedade em que não há o pacto social que o faz funcionar corretamente, em que, mesmo tendo uns mais, outros menos, eles dizem: "Essas são as regras do jogo, vamos ficar bem, e os de baixo vão chegar lá em cima".

Perdeu-se a confiança. Perdeu-se a confiança nas regras, no funcionamento da política, da sociedade, ao perder-se a confiança em nós, que devemos fazer a política e o funcionamento correto da sociedade. É muito preocupante a sensação de que nós não estamos à altura do momento que estamos atravessando.

E para não dizer que eu não falei, eu sou de um partido que, hoje, está absolutamente perplexo, perdido e em situação vexaminosa diante da opinião pública. Ou seja, eu devia estar aqui falando em nome de um partido, oferecendo um caminho para o Brasil, diferente da morosidade, passividade, indignação que está ai. Mas em seu nome eu não sou capaz de fazer propostas porque nós não sabemos se essas propostas terão ou respaldo nas bases do Partido, preocupado hoje em estar dentro do Governo, quando a gente poderia estar colaborando muito mais com o Brasil se estivéssemos fora do Governo. Não precisávamos estar contra o Governo. Votaríamos aqui a favor do Brasil, sempre, votando sem precisar de cargos a favor e votando "Não" quando fosse preciso.

Mas nós estamos envolvidos em uma crise interna que não se refere apenas às denúncias que surgiram. Se assim fosse, daqui a seis meses, acabava-se, punia-se os culpados, esclarecia-se que não houve nenhum culpado. O problema é que, mesmo que isso passe, não há um eixo, não há clareza, não há proposta, não há um rumo nesse "desbussolamento" que nós vivemos na política, na falta de um norte com clareza para onde conduzir o Brasil.

Até quando o povo vai aguentar isso, Senador Paim? Até quando o povo vai aguentar e fazer mobilizações? Um dia, dois dias, vão para casa e voltam. Até quando o povo vai aguentar, voltando para casa, em vez de um dia a gente descobrir que veio para cá e não sai mais aqui da frente? Como, aliás, já fizeram em frente à casa de governadores; como, aliás, já fizeram em Câmaras de Vereadores. Isso vai acontecer aqui se nós não despertarmos, se não quebrarmos a principal causa da crise: a indiferença com que estamos olhando os problemas da sociedade brasileira.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Senador Cristovam Buarque fazendo as suas reflexões sobre a decisão do Supremo e, ao mesmo tempo, defendendo o fim do voto secreto e apontando caminhos firmes para o movimento social e popular continuar se manifestando.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Eunício Oliveira,...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu pediria só licença...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... com a tolerância, tenho certeza, do nobre Senador, a Senadora Ana Amélia está com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu ia fazer dois registros, mas, por esquecimento, eu não pedi que fosse registrado nos Anais o editorial do jornal *O*

Estado de S. Paulo de hoje, que tem por título "Congresso curvado engole veto".

É essa a minha solicitação, Sr. Presidente. Muito obrigada.

E obrigada ao Senador Eunício também.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANA AMÉLIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Congresso curvado engole veto
19 de setembro de 2013 | 2h 16

O Estado de S.Paulo

Em mais um ato desmoralizante para o Congresso, senadores e deputados curvaram-se e acataram o veto presidencial ao projeto de extinção da multa especial por demissões imotivadas - uma cobrança injustificável pelo menos desde junho do ano passado, quando sua finalidade foi plenamente cumprida. Com essa decisão, instituíram de fato um novo imposto, porque estava esgotada a razão de ser da multa, como informaram há mais de um ano os gestores do FGTS. Essa manobra garantirá ao governo mais de R$ 3 bilhões anuais para fechar rombos causados pela gastança e pela péssima gestão das contas públicas.

Segundo a desculpa oficial, o dinheiro será destinado ao programa Minha Casa, Minha Vida. Um projeto estabelecendo essa vinculação foi enviado ao Congresso, em mais uma tentativa de justificar a voracidade fiscal de uma administração inepta e perdulária.

A multa especial de 10% havia sido instituída em 2001, mediante um grande acordo político, para cobrir a perda causada ao FGTS pelos planos Verão, de 1989, e Collor 1, de 1990. Essa função se esgotou no ano passado. Durante todo o tempo os trabalhadores demitidos sem justa causa continuaram - e continuam - recebendo normalmente a indenização de 40% prevista em lei. Os 10% eram destinados ao Fundo.

Como a motivação da multa desapareceu, a consequência normal e previsível - este ponto é essencial - seria sua extinção. É insustentável, portanto, uma das principais justificativas do veto presidencial. Segundo o texto, os autores do projeto deixaram de indicar estimativas de impacto orçamentário e as "devidas medidas compensatórias".

Não tem sentido a referência a "medidas compensatórias", porque a cobrança dos 10% era excepcional e provisória. O governo jamais poderia, exceto por uma distorção administrativa, tê-la incluído em seu planejamento como fonte normal e rotineira de receita. A referência a planejamento, no caso deste governo, pode soar como brincadeira ou sarcasmo, mas é relevante para realçar o absurdo. O veto foi redigido como se a existência da multa fosse independente de sua finalidade e essa arrecadação fosse tão justificável quanto qualquer outra.

Para um governo gastador e pouco preocupado com a responsabilidade fiscal, qualquer dinheiro pode ir para o caixa comum das despesas gerais, pouco importando a motivação formal de seu recolhimento. Segundo informação publicada na terça-feira pelo Estado, o Tesouro devia em junho deste ano R$ 8,4 bilhões ao FGTS. Eram R$ 4,4 bilhões relativos à multa especial e R$ 4 bilhões referentes a antecipações de recursos para o programa habitacional. O Tesouro, portanto, estava administrando aquele dinheiro segundo critérios

e interesses próprios. O Executivo havia deixado de levar em conta, havia muito tempo, a motivação particular da multa.

O projeto vetado pela presidente havia sido aprovado por unanimidade no Senado. Na Câmara, houve 315 votos favoráveis, 95 contrários e 1 abstenção. Ao sacramentar a extinção da multa, uma considerável maioria de parlamentares havia - pelo menos aparentemente - seguido o caminho mais razoável e mais compatível com os padrões normais de legalidade e com os interesses da economia nacional. Cumprida a finalidade daquela receita, restaria eliminar sua cobrança e, com isso, extinguir um componente relevante do custo empresarial.

Não se tratava de atender a interesses unicamente empresariais ou de ceder ao lobby de empregadores, mas simplesmente de cumprir uma tarefa necessária, previsível e útil ao País. Redução de custos desnecessários e injustificáveis é uma forma de favorecer a competitividade, a atividade produtiva e a criação de empregos produtivos. A multa jamais serviu para proteger os trabalhadores, até porque sua finalidade era outra: gerar uma receita extra e temporária para o FGTS.

Custos excessivos, no entanto, limitam a criação de postos de trabalho. Parlamentares negligenciaram esse ponto, ao acatar o veto à extinção de uma cobrança vencida e injustificável há mais de um ano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª será atendida.

Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB, com a palavra.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, cidadãos e cidadãs do Ceará e de todo o Brasil que acompanham os nossos trabalhos pelo Sistema de Comunicação Social desta Casa, Sr. Presidente, tenho afirmado, com a convicção de que a História vai confirmar a minha visão, que as conquistas na área da saúde estarão para o Governo da Presidente Dilma assim como o Bolsa Família está para o governo do Presidente Lula. Em breve, serão as marcas registradas de duas administrações comprometidas com a equidade, o bem-estar social e o desenvolvimento humano do nosso povo.

Hoje, o essencial setor da saúde é a grande prioridade do Governo Federal e passa por uma verdadeira revolução, tendo à frente o programa chamado Mais Médicos.

Priorizar a saúde é uma iniciativa que conta com o apoio da grande maioria da população, como comprovam todas as pesquisas feitas em qualquer tempo, e não só por aqueles que dependem do Sistema Único de Saúde, preocupação reforçada, recentemente, por milhões de manifestantes, que saíram às ruas deste País, nas grandes, nas pequenas e nas médias cidades do Brasil. Não poderia ser diferente, pois a carência de profissionais, com destaque para os médicos, ainda é um drama cotidiano, tanto nas periferias urbanas pobres, quanto nos vastos rincões interioranos deste País continente, especialmente do nosso Nordeste brasileiro.

Ninguém, em sã consciência, pode ser contra o acesso das camadas mais humildes da população a um atendimento digno para os seus inúmeros problemas de saúde.

Sr. Presidente, é importante ampliar o número de médicos. É igualmente necessário destinar novos recursos para fortalecer a infraestrutura de apoio ao trabalho desses profissionais. Faz-se indispensável, portanto, que o Poder Legislativo se some a esse esforço, de maneira a garantir ampla e profunda transformação da saúde brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, apresentei para a Presidente Dilma, na reunião de Líderes, e incorporei ao projeto que está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça e que, muito em breve, Senador Capiberibe, estará aqui no plenário desta Casa, emenda ao chamado orçamento impositivo. Apresentei uma emenda

que vai destinar 50% das emendas impositivas para o custeio da saúde pública no Brasil.

A PEC, que dispõe do orçamento impositivo, já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça, e deverá ter um parecer, na próxima semana, favorável pelo Senador Eduardo Braga. A proposta é destinar 50%, como disse, do valor aprovado das emendas individuais ao custeio de ações e serviços de saúde, o que representará uma injeção de cerca de R$3,6 bilhões por ano à saúde pública brasileira de dinheiro novo.

Na discussão que tivemos com a Presidente Dilma, Sua Excelência se comprometeu a incorporar, Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, mais R$4,8 bilhões de recursos novos para a manutenção e o custeio da saúde pública no Brasil.

No PPA de 2014 e no PPA de 2015, estará incorporada essa proposta do acréscimo de mais R$4,8 bilhões de dinheiro novo para a saúde pública no Brasil. Um investimento novo, que contribuirá significativamente para a melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços, reivindicação dos nossos compatriotas de norte a sul, cansados, cansados de viver com o precário atendimento em postos de saúde e hospitais deste País afora.

Nesta Casa temos médicos, mas temos, principalmente, administradores públicos como ex-Governadores, ex-Prefeitos e até ex-Presidentes da República, que sabem a quase impossibilidade que é manter em funcionamento as unidades de saúde sem o devido custeio; sabem que tão importante quanto contratar médicos é investir em equipamentos, em manutenção, ou seja, no custeio de hospitais e postos de saúde pública no Brasil.

Dessa forma, não só o PMDB, que esta semana durante reunião da Bancada, como disse, aprovou unanimemente, mas também este Senado reafirma o compromisso de encontrar alternativas para que o País busque um serviço de saúde de melhor qualidade para seu povo, principalmente para a camada mais pobre da população.

É nesse contexto que também está a realização de debates e sessões especiais, como a realizada hoje, sobre a realidade dos financiamentos para a saúde, com a presença do Ministro Padilha e da Ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, disse e não me canso de repetir que a Presidenta Dilma age corretamente e com grandeza ao dar atenção especial à saúde, ampliando o apoio nessa área aos Estados e aos Municípios, principalmente os Estados e os Municípios mais pobres e carentes do Brasil. Mesmo assim, creio que ainda é possível fazer mais e fazer melhor.

Assim, em recente reunião, argumentei com a Presidente Dilma que nós precisamos complementar esses valores para que o País possa ter, pelo menos, 15% da sua receita líquida destinados à saúde pública, da mesma forma como já fazem, hoje, os Municípios brasileiros. Desse modo, o setor teria, como disse, garantido um aporte de mais R$4,8 bilhões, totalizando mais de R$8 bilhões em dinheiro novo para o custeio e a manutenção da saúde.

Por isso, Sr. Presidente, eu digo: a Presidente, assim como seus Ministros, sabe que o caminho é longo, e os déficits são inúmeros, como apontam os Ministros Alexandre Padilha e Miriam Belchior, que estiveram, como disse, nessa manhã e tarde de hoje, aqui, no plenário desta Casa.

Segundo o Ministro Padilha, por exemplo, ainda temos a média de 1,8 médico por mil habitantes neste País, quantidade que cresceu 13,4% nos últimos cinco anos. Na Argentina, em vez de 1,8 médico por mil habitantes, são 3,2; no Uruguai, 3,7; em Portugal, 3,9; e, na Espanha, 4 médicos por mil habitantes.

Enquanto o Governo faz os cálculos sobre a possibilidade de assegurar, como disse, os 15% destinados à saúde pública brasileira, com o apoio firme da Presidente Dilma, que se comprometeu, na última reunião de Líderes, eu continuarei trabalhando com os meus companheiros do PMDB – e tenho plena convicção de que com os Senadores e Senadoras desta Casa –, a fim de que o Senado aprove a destinação desses 50% do valor das emendas individuais a essa área tão importante, que é a saúde pública brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Senador Eunício Oliveira, enfatizando a importância dada aos investimentos em saúde como grande legado da Presidenta Dilma.

Cumprimento V. Exª e manifestamos nossa concordância com esses investimentos em massa para melhorar a saúde de nosso povo. Meus cumprimentos.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como orador inscrito, concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Presidente. Enquanto o Senador Capiberibe se encaminha à tribuna, eu aproveito para proferir algumas palavras às quais, imagino, S. Exª também vá se associar, assim como V. Exª.

No dia 20 de setembro, serão comemorados os 67 anos de existência da Fenaj, a Federação Nacio-

nal dos Jornalistas, que foi criada em 1946, no dia 20 de setembro.

Para nós, gaúchos, 20 de setembro é uma data nacional – brincando! – pelo valor e relevância que tem. É feriado amanhã no Rio Grande do Sul. A data da Farroupilha é, ao mesmo tempo, uma festa e uma reverência à nossa história.

Agradeço a oportunidade dada pelo Senador Capiberibe para lembrar que a Fenaj, através de seu presidente Celso Augusto Schröder, manifestou apoio ao que nós aqui ontem aprovamos: a questão relacionada ao direito de resposta.

Conforme o projeto aprovado, o pedido deve ser feito em até 60 dias, os juízes terão 24 horas para mandar citar o responsável e, comprovada a ofensa, fixarão data e condições para a veiculação da resposta em até 10 dias. A proposta do Senador Roberto Requião, relatada aqui pelo Senador Pedro Taques com algumas alterações, prevê a retratação com o mesmo destaque, publicidade, periodicidade e dimensão da ofensa publicada.

Diz o presidente da Fenaj, e aqui faço questão de registrar: "São ações importantes que reforçam o papel indispensável dos meios de comunicação e da atuação jornalística para a construção madura e independente da nossa democracia".

Eu penso que os colegas Senadores, da mesma forma, estão celebrando os 67 anos da Federação Nacional dos Jornalistas, a Fenaj.

É o registro que faço agora, agradecendo ao Senador Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a palavra, o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, diante de 2/3 da Bancada do Rio Grande do Sul, eu gostaria de me confraternizar com o povo gaúcho, que amanhã comemora a Revolução Farroupilha – uma pena não ter podido ficar lá, estive lá na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas estarei lá amanhã e vou representá-lo. Lá no Parque Harmonia, onde haverá um grande evento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Um acampamento gaúcho, não é? Em algum momento, irei lá.

Mas o Império tremeu com a rebelião dos gaúchos. Mas este País continuou unitário – e isso é muito importante –, cada um guardando suas diferenças. Acho que este é o grande País da diversidade cultural, social, política, mas unitário.

Sr. Presidente, venho à tribuna para fazer o registro de uma visita que fiz a Caracas, na Venezuela, a convite do governo bolivariano da Venezuela, do Presidente Maduro, para participar de um grande evento, de um encontro internacional antifascista que relembrou os 40 anos do assassinato do mártir da democracia latino-americana Salvador Allende.

Foram quatro dias de celebração à luta democrática do povo latino-americano, relembrando a vida política e democrática do povo chileno até o 11 de setembro de 1973. Estávamos presentes no Chile, eu, minha companheira, Deputada Federal Janete Capiberibe, meus filhos, vivendo naquele país que acolheu refugiados latino-americanos dos diversos países em que as ditaduras foram se instalando.

Esse encontro antifascista que reuniu lideranças do Uruguai, do Paraguai, da Argentina, do Brasil, da Bolívia foi uma lembrança da história dos golpes de Estado, dos golpes civis e militares que se alastraram pela América Latina, a começar pelo Brasil, em 1964. Esses golpes têm uma característica comum: todos eles tiveram a presença ostensiva do governo americano, da CIA, das agências dos Estados Unidos, que trabalharam ativamente para desestabilizar e enterrar a democracia nesses países.

Isso começou pelo Brasil, em 1964, com a participação ostensiva do governo americano, que, um ano antes, em 1963, nas eleições parlamentares de 1963, investiram somas fantásticas na campanha eleitoral e lograram eleger uma bancada representativa dos Estados Unidos, tanto nesta Casa como na Câmara Federal.

Talvez tenha sido a campanha mais cara da história das eleições do Brasil até hoje. Infinitamente mais cara do que a última eleição presidencial de 2010. Através dos institutos organizados pela CIA, do Instituto Brasileiro de Ação Democrática, foram injetadas pesadas somas para se constituir uma maioria nesta Casa, para desestabilizar o Governo de João Goulart.

Mas essa tentativa de desestabilização, de ruptura institucional, não foi lograda e, então, não houve alternativa senão bater às portas dos quartéis. Com uma ampla mobilização da sociedade, com a participação intensa da imprensa – há pouco, o jornal *O Globo*, em editorial, pediu desculpas à Nação pela sua participação no golpe, pelo apoio ao golpe militar de 1964.

De 64 em diante, Sr. Presidente, isso aconteceu em vários países. Tivemos o golpe do Chile de 73. O golpe que aconteceu no Chile em 1973 comoveu o mundo, porque a experiência chilena de construção do socialismo pela via democrática era única.

Confesso que, ainda hoje, um jornalista me perguntou sobre a minha impressão ao chegar ao Chile, do Presidente Allende e de Pablo Neruda. A impressão

de quem estava saindo do Brasil, depois de passar um ano preso, depois de ter enfrentado a tortura e uma longa fuga pelo rio Amazonas, com a minha mulher e a minha primeira filha, e a sensação que eu tive no dia 24 de dezembro de 1971 foi de ter chegado a um oásis de liberdade na América Latina.

Um país onde os cidadãos tinham os seus direitos individuais absolutamente protegidos e a liberdade e a democracia eram vividas intensamente pelo povo chileno. Em nenhum momento houve qualquer tentativa de censurar, de limitar a ação da imprensa ou dos partidos que faziam oposição. E faziam oposição, e conspiravam. E depois não conseguiram também, como no Brasil de 1963.

Em 1972, no Chile, houve eleições parlamentares, e a Democracia Cristã e o Partido Nacional, que era um dos partidos que faziam oposição à Unidade Popular, tentaram de todas as maneiras, pela via democrática, compor uma maioria no Parlamento e, na verdade, tiveram uma decepção, porque os partidos da Unidade Popular cresceram, ampliaram a sua votação, e aí também não houve outro recurso senão recorrer aos quartéis. As lideranças civis recorreram aos quartéis, e o que é grave é que a sociedade chilena inadmitia a possibilidade de uma participação de suas Forças Armadas em uma conspiração antidemocrática na destruição de sua democracia, mas a pressão em cima dos militares terminou fazendo com que eles saíssem e terminassem assassinando o Presidente Allende, no Palácio da La Moneda, assassinando um presidente eleito legitimamente pelo voto popular.

Depois, veio o Uruguai. Um pouco antes do Chile, nós tivemos a implantação de ditadura civil-militar no Uruguai. Depois, na Argentina, e, na Argentina, com uma história de crueldade que chega aos nossos dias com 30 mil desaparecidos, com 500 bebês tomados de presas políticas. Ficou uma história dramática de crueldade como no Brasil, depois de 1969, com o Ato Institucional nº 5, que banalizou a tortura e a violência em nosso País.

Esses fatos foram lembrados, e foram lembrados aqui, no Brasil. Os 40 anos do golpe do Chile trouxeram uma lembrança muito forte em vários meios de comunicação no País, e aqui, nesta Casa, tive a oportunidade de fazer uma sessão solene com a presença do Embaixador do Chile no Brasil, com a presença de algumas testemunhas que viveram aquele momento no Chile. E tivemos a nossa participação nesse Encontro Internacional Antifascista realizado na Venezuela, que vive um momento de convulsão política e social, com um governo que, com o mesmo comprometimento, constrói uma saída, uma via ao socialismo pelo voto.

Uma das identidades entre o processo chileno e o processo venezuelano é que, nesses dois países, a democracia está presente. Eu nunca vi tantas eleições como na Venezuela: referendo revogatório para confirmar ou não a continuação do Presidente Chávez; eleições municipais; eleições estaduais; eleições presidenciais, duas eleições – uma no ano passado, outra neste ano –, confirmando a vitória de Nicolás Maduro e também da Revolução Bolivariana. Então, é um processo democrático incontestável. Pode-se criticar o processo venezuelano, mas não se pode negar que é um processo rigorosamente democrático, Sr. Presidente.

Eu às vezes acompanho o noticiário sobre a Venezuela e, quando você chega lá, surpreende-se com uma outra realidade. É um país onde todos os meios de comunicação são abertos. Não há censura, não há restrição. A liderança de oposição ocupa os espaços amplos dos meios de comunicação que controla. Enfim, é uma experiência democrática que precisa ser respeitada.

No entanto, observa-se uma pressão permanente dos Estados Unidos, que não aceita a autodeterminação dos nossos povos. E nós agora mesmo, no Brasil, tivemos aqui um exemplo patético, assustador, de espionagem da ação da nossa Presidenta da República, que, inclusive, suspendeu sua visita aos Estados Unidos. E com razão. Tem inteira razão a Presidenta Dilma. É intolerável o que essas agências americanas praticam nos países latino-americanos, com infiltração, com espionagem, não só espionagem política, acompanhando de perto o dia a dia da Presidência da República, mas espionagem econômica, empresarial.

E isso nos preocupa, porque, daqui a pouco, nós temos aqui… Mesmo que a Petrobras tenha esclarecido, mas, se a CIA, as agências americanas de espionagem penetram na vida particular, na vida política da Presidência da República, admite-se, sim, que haja também espionagem empresarial, inclusive na questão do leilão do pré-sal, que vai acontecer agora em outubro e que é preocupante, porque quem tem informação leva vantagem na hora da disputa.

Portanto, a experiência que vivemos na Venezuela, não tenho a menor dúvida, indica que nós estamos, aqui na América do Sul, acompanhando um processo essencialmente democrático, ao qual nós, brasileiros, temos que dar atenção especial. Nós somos o maior país deste continente, deste pedaço do mundo, e temos que dar atenção ao que acontece com nossos vizinhos, inclusive para construir essa unidade que é desejada por todos nós, a unidade da grande pátria latino-americana, que pregava Bolívar.

E eu até me surpreendi com o grau de esquecimento do nosso País, e fico muito feliz e agradeço ao

governo boliviano por nos ter convidado. Nós éramos os únicos brasileiros. E as análises feitas excluíam o golpe militar no Brasil, que foi por onde tudo começou. Tudo começou em 1964. A estratégia de implantar ditaduras servis à vontade dos Estados Unidos começa no Brasil, que era o país com maior expressão, e continua sendo, na América do Sul.

E foi uma das questões que coloquei. A nossa vizinhança tem hoje um processo democrático que se instalou e de fato chegou a alternativas, como no caso da Venezuela, do Equador, da Bolívia, do Uruguai – o presidente eleito do Uruguai, presidente da Frente Ampla –, e isso mostra que a democracia é fundamental.

E, para o Brasil, a democracia só fez bem. A democracia mostrou que é possível inclusive operar uma redução das desigualdades sociais. Isso é uma conquista da democracia. Nós devemos atribuir essa projeção do nosso País... Eu morei nove anos no exterior, Sr. Presidente, e só se falava do Brasil no carnaval e na Copa do Mundo. O Brasil não estava na agenda global, o Brasil não estava na agenda econômica, na agenda social, na agenda política. A democracia colocou o Brasil na agenda global. E, o que é mais fantástico – e eu encerro por aqui –, nas grandes manifestações de junho, quando o povo foi para as ruas, cansado e dando sinais de que a nossa democracia está se esgotando, em nenhum momento se contestou o Estado de direito. A sociedade brasileira se acostumou e valoriza a democracia e quer que ela avance, quer democracia econômica, quer ampliação da participação do cidadão na riqueza do País. Essas mudanças nós temos o compromisso de fazer.

Finalmente, depois desses três dias de Venezuela, fui a Porto Alegre para participar de dois eventos. Um evento pela manhã, com a apresentação da PEC 24, uma proposta de emenda à Constituição que institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. E nos reunimos na Associação Nacional de PMs, de policiais militares e bombeiros militares do Brasil, reunião presidida pelo seu líder, Leonel Lucas. E, no momento, destaquei a representação do Rio Grande do Sul, do Senador Paulo Paim, da Senadora Ana Amélia, do Senador Pedro Simon, e fiz a apresentação, pedindo o apoio deles para que nós possamos aprovar, porque a PEC 24, mais do que a criação de um orçamento público voltado para uma política pública de segurança, é também um esboço de política nacional de segurança e que valoriza, sobretudo, o profissional de segurança.

A minha expectativa é de que, com a aprovação desse fundo, nós possamos aprimorar nossas forças de segurança pública, melhorando o seu desempenho e, sobretudo, treinando e capacitando esses profissionais para que eles deem um basta nessa questão da tortura. A tortura nas delegacias de polícia, nas investigações é sinônimo da incompetência, da incapacidade de investigarmos. E a nossa expectativa é que a gente finalmente, com uma política nacional de proteção do cidadão... Porque o soldado, o PM nada mais é do que um cidadão fardado para proteger o cidadão. Esse é o conceito que embala o nosso desejo de política nacional de segurança pública.

Fizemos a apresentação. Estava lá o Comandante-Geral da Brigada Militar, da Brigada Militar do Rio Grande do Sul; estava o Secretário de Segurança; estava o Deputado Alceu; o Deputado Beto Albuquerque; Deputados estaduais ali presentes. E, ainda ontem, eu tive a informação do Presidente Leonel Lucas de que o Presidente da Câmara Federal abraçou a PEC nº 24 e vai conversar com o Senado para que seja colocada em votação em regime de urgência.

A nossa expectativa é de que a PEC nº 24 seja aprovada em regime de urgência e que se dê uma resposta a esse grave problema. Nossas cidades são bonitas, nosso povo é diverso, nosso povo é bom, mas não pode andar nas ruas, porque as ruas são dominadas pelos marginais. Nós precisamos acabar com isso e devolver a liberdade aos cidadãos brasileiros, para que usufruam dos espaços urbanos com absoluta liberdade.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Capiberibe, permita que eu lhe cumprimente pelo pronunciamento. Quero dizer que o povo do Rio Grande, em Porto Alegre, é só elogios pela sua palestra, elogios em todos os setores, na certeza de que a sua iniciativa, o seu projeto há de ser aprovado e se tornar realidade, para o bem da segurança do povo brasileiro.

Nossos cumprimentos.

Convido, neste momento, o Senador Armando Monteiro para que faça o seu pronunciamento.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, nobre Presidente Paulo Paim; Srªs e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para tratar de um tema da maior importância para o País. Refiro-me ao ambiente tributário para os pequenos empreendedores.

Como é sabido, desde 2006, o Congresso Nacional aprovou um marco legal que inaugurou um regime de tributação simplificado e favorecido para as micro e pequenas empresas, mais conhecido como Simples Nacional.

Os seus princípios são norteadores e estão em linha com o que existe de mais moderno e eficiente em termos de sistema tributário. A primeira questão é a simplificação, em que se unifica o recolhimento de oito impostos: seis federais; o ICMS, que é estadual; e o ISS, no plano municipal.

Consagra ainda o princípio da progressividade, ou seja, alíquotas diretamente proporcionais às faixas de receitas, e, por outro lado, o princípio da economicidade, posto que, como é sabido, através da lei geral, reduz-se a exigência de obrigações acessórias e se introduzem facilidades na administração da vida tributária das empresas.

Os bons resultados desse sistema são incontestáveis. Hoje, temos cerca de 4,5 milhões de micro e pequenas empresas nesse regime de tributação, além dos 3 milhões de microempreendedores que estão no regime da MEI. O alargamento da base de arrecadação, incentivada pela menor carga tributária e a simplicidade do sistema, garantiu um significativo aumento da formalização e o crescimento das receitas.

Entretanto, Sr. Presidente, pesquisa divulgada hoje pela CNI e pelo Sebrae, que mensura o tamanho da carga tributária efetiva incidente sobre as micro e pequenas empresas em todas as Unidades da Federação revela um cenário preocupante.

Primeiro, em 26 Estados e no Distrito Federal, os optantes do Simples efetivamente recolhem, em média, valores maiores do que estão previstos na Lei Geral. Ou seja, enquanto no Simples a previsão é de que a alíquota efetiva média seja de 5,2%, a média efetivamente paga nos Estados da Federação é de 6,5%, e, em apenas um único Estado, o Estado do Paraná, nós temos um recolhimento menor em função do faturamento, que corresponde, neste caso do Paraná, a 4,7%.

Há ainda uma disparidade significativa no tratamento tributário dado pelas esferas subnacionais, principalmente no tocante ao ICMS. Por exemplo, há casos em que alíquota efetiva praticada é cinco vezes maior entre os Estados – ou seja, há uma diferença de até 600% de tributação entre os Estados da Federação. Cito o caso do Estado de Mato Grosso, que onera com uma alíquota próxima a 23% as micro e pequenas empresas do setor industrial em comparação aos 4,5% do Estado do Paraná.

Essa assimetria na carga tributária produz dois efeitos indesejados.

Primeiro, tem anulado os benefícios produzidos pelo Simples Nacional, que foi idealizado como um modelo nacional de modo a atender o preceito constitucional de um tratamento diferenciado e favorecido para as pequenas e microempresas no âmbito da União, dos Estados e dos Municípios.

Outro efeito é o de gerar distorções no ambiente competitivo das empresas dentro do próprio País, porque, a depender da origem de atuação do empreendedor, ele terá um tratamento tributário mais ou menos favorecido.

Além disso, esse resultado não se restringe apenas ao ambiente da empresa ou do setor, mas afeta o custo de produção de toda uma cadeia produtiva, alcançando a economia do Estado como um todo.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores quais são os principais fatores, meu caro Senador Paulo Paim, que explicam esse tratamento tão heterogêneo? Segundo o estudo divulgado hoje, temos quatro principais determinantes que afetam, ou de forma positiva, em muito menor escala, ou, sobretudo, de forma negativa, o ambiente tributário das pequenas e microempresas.

Por exemplo, a adoção dos sublimites nos Estados, que atua de forma a aumentar a carga tributária. Explico o que são esses sublimites: atualmente, a Lei Geral autoriza que os Estados adotem limites menores de faturamento para fazer o enquadramento no tratamento do ICMS e do Simples Nacional. Por exemplo, os Estados com participação de até 1% no PIB da União, ou seja, os Estados de menor economia podem aplicar um sublimite que alcança R$1,2 milhão/ano, e os Estados com participação de 1% a 5% no PIB, ou seja, quase a maioria dos Estados brasileiros, podem aplicar um sublimite de R$1,8 milhão. É importante lembrar que esse sublimite equivale à metade do limite de receita do Simples Nacional prevalecente para os tributos federais.

As pequenas empresas locais com faturamento acima do sublimite – que é, como eu já disse, bem mais baixo do que o Simples Nacional – recolhem o ICMS com base nas alíquotas normais, que são superiores às que são cobradas no regime nacional.

Nesse caso, ocorre um paradoxo: os Estados que mais precisam dessa política pró empreendedorismo, ou seja, que para a dinamização de suas economias precisam criar o melhor ambiente para o empreendedor são justamente aqueles que fazem uso desse instrumento. E, nessa mesma linha de raciocínio, seguem os Municípios que adotam, também, os sublimites para o ISS, o Imposto sobre Serviços.

Dessa forma. Sr. Presidente, temos uma política míope, porque os Estados podem até perder receita no curto prazo com a eliminação dos subtetos, mas, no médio e no longo prazos, o efeito da formalização e o próprio crescimento das empresas aumentariam a arrecadação futura. Ou seja, a melhor e mais saudável forma de incrementar a arrecadação se dá pelo

aumento do produto dessas economias, pela expansão da base econômica e não por essa utilização de alíquotas.

Dessa forma, Sr. Presidente, um aprimoramento na Lei Geral, absolutamente inadiável, seria o de eliminar a possibilidade de utilização desses subtetos ou, pelo menos, buscar uma convergência dos subtetos regionais para o teto geral ou nacional.

Há, ainda, uma prática verdadeiramente danosa aos pequenos empreendedores que é a da antecipação nas compras interestaduais de mercadorias para revenda. Essa também é uma distorção absurda, porque, em muitos casos, está-se recolhendo o imposto de forma antecipada sobre o estoque de mercadorias, antes mesmo da sua circulação.

Então, Presidente, o ICMS, que é um imposto sobre a circulação de mercadorias, na prática, é tributado sem que a circulação ocorra. No que diz respeito à antecipação, obriga-se o pequeno empreendedor a pagar o tributo antes mesmo que o ciclo da sua operação comercial se complete.

Nesse sentido, destaco um projeto de lei do Senado (PLS nº 3, de 2013) de autoria da Senadora Ana Amélia, que relatei na Comissão de Assuntos Econômicos. O projeto veda a exigência do pagamento antecipado do imposto sobre estoques de mercadorias existentes nas empresas antes da inclusão de mercadorias similares na sistemática de substituição tributária "para frente". Dessa forma, busca coibir essa prática abusiva. Agora, a matéria está submetida à decisão do Plenário do Senado aguardando votação.

Finalmente, um quarto fator – e quero ressaltar, aí sim, o mais importante, por produzir um efeito mais penalizador sobre esse ambiente das micro e pequenas empresas – é, sem nenhuma dúvida, o do uso indiscriminado do instrumento da substituição tributária. Esse instrumento ocorre quando a empresa substituta recolhe o imposto pelo restante da cadeia produtiva ou na comercialização, considerando, ainda, estimativas de margens de lucro.

Assim, a antecipação e a substituição do recolhimento dos impostos só desfavorecem os pequenos negócios. Isso porque reduz o capital de giro das empresas, atinge os empregos, inibe os investimentos, o clima de confiança e a concorrência, além de estimular a informalidade.

Segundo uma pesquisa do Sebrae, entre 2008 e 2011, o valor total do recolhimento sob a forma de substituição tributária, no âmbito das pequenas empresas, alcançou R$4 bilhões; um crescimento de 75%, bem acima da expansão do número de empresas, da receita gerada do Simples e do número de empregos.

Quanto a esse aspecto, Sr. Presidente, é preciso disciplinar o uso da substituição tributária, que deve se restringir aos casos clássicos de comercialização pulverizada, aplicada nos setores com elevado grau de contribuição arrecadatória ou com alta concentração de fabricantes ou distribuidores, que são exatamente as hipóteses previstas nos convênios nacionais, que foram, de alguma maneira, pactuados no âmbito do Confaz.

Da forma como está, um instrumento que deveria ter – como teve na origem – um caráter seletivo se transformou em uma política colocada a serviço da voragem fiscal dos Estados com um viés nitidamente arrecadatório.

Sr. Presidente, tramita aqui no Senado um projeto de lei, o PLS nº 323, de 2010, sob minha relatoria, que busca estabelecer um disciplinamento na utilização da substituição tributária. Desejamos construir um texto que possa, de alguma maneira, produzir uma solução que equilibre o interesse dos pequenos negócios e, evidentemente, os limites que podem e devem ser, de alguma maneira, admitidos pelos fiscos estaduais.

O estudo mostra que os Estados que usam de forma mais moderada esse instrumento evidentemente oneram menos os empreendedores. Como resultado, é exatamente nesses Estados onde há uma maior geração de empregos.

Meu caro Senador Delcídio, eu estava aqui fazendo referência à divulgação de uma importante pesquisa hoje, que foi uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria e o Sebrae sobre o levantamento de qual é a carga efetiva, em cada um dos Estados da Federação sobre os pequenos negócios, as pequenas empresas, porque sabe V. Exª que cada Estado se utiliza desse perverso mecanismo da substituição tributária, que é altamente penalizador das pequenas empresas. Em alguns casos, há diferenças de 600% de um Estado da Federação para outro Estado da Federação.

Por exemplo, o Estado de Mato Grosso é o Estado onde há a mais elevada carga sobre as pequenas empresas, e o Estado do Paraná é, na outra ponta, o Estado que oferece hoje o melhor ambiente para as pequenas empresas.

Então, veja V. Exª, que tem tido um papel muito importante nesta Casa, lembrando as distorções do ICMS, com a responsabilidade que tem de poder ainda conduzir essa ampla reforma do ICMS – e temos de fazê-la, Senador Delcídio –, que, no ambiente dos pequenos negócios, essa distorção também é identificada de forma quase dramática. Essa heterogeneidade, essa assimetria, faz com que cada Estado da Federação tenha uma carga tributária diferente.

Portanto, aquele objetivo inspirou a criação do regime simplificado de tributação, que foi inspirado num comando normativo federal. Os Estados, meu caro Senador, terminaram por anular inteiramente os benefícios desse sistema, porque, nesse federalismo caótico, os Estados se utilizam, ao sabor de suas conveniências ocasionais, de instrumentos que, ao final, criam um ambiente caótico para a operação das empresas.

Então, creio que essa pesquisa que foi divulgada hoje propicia, por assim dizer, uma espécie de observatório sobre o que existe hoje no País, em cada Estado da Federação, sobre a tributação das micro e pequenas empresas. E espero que possamos, por assim dizer, publicar um *ranking* nacional e que, dessa emulação, os Estados que oferecem hoje um pior tratamento possam corrigir essas posturas, de modo a que possamos convergir para um padrão minimamente aceitável nesse processo.

Escuto, com muita satisfação, o nobre Senador Delcídio do Amaral.

O Sr. Delcídio do Amaral (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – O Senador Armando Monteiro, sempre com pronunciamentos muito pertinentes e lúcidos, está preocupado com o desenvolvimento do nosso País e das unidades da nossa Federação. Mais uma vez, registro a importância do projeto de unificação das alíquotas de ICMS com um fundo de compensação, com um fundo de desenvolvimento regional, que, com isso, seria um instrumento para eliminar as desigualdades regionais, com a convalidação dos incentivos. Ontem, estivemos – acompanhei os governadores – no STF, onde foi solicitado que o STF sobrestasse a decisão sobre uma súmula vinculante que trata dos benefícios, exatamente para que, politicamente, encontrássemos uma solução aqui, no Congresso Nacional. Portanto, nós temos, basicamente, três meses pela frente, para buscar uma saída, principalmente no sentido de resolver essa babel tributária em que se transformou o Brasil, prejudicando quem quer trabalhar, quem quer empreender, quem quer gerar emprego e aqueles que são responsáveis pelo crescimento do nosso País. V. Exª está fazendo um pronunciamento extremamente pertinente. São as pequenas empresas que têm sofrido, em boa parte dos Estados do País. Pasme, meu caro Senador Armando Monteiro, pois alguns Estados não acompanham nem o Simples, o valor do Simples que nós aprovamos aqui. Eles não acompanham, Senador Paim, meu Presidente, o Simples Nacional.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – É um absurdo!

O Sr. Delcídio do Amaral (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Digo isso, sem falar na substituição tributária, que cria esses verdadeiros frankensteins no nosso País. Então, é extremamente pertinente. Eu não sabia que essa pesquisa tinha saído hoje.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Saiu hoje.

O Sr. Delcídio do Amaral (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Com certeza, vou trabalhar em cima dessa pesquisa, porque esse tema me interessa muito, e nós precisamos, de uma vez por todas, tornar o Brasil simples, que é o próprio objeto da lei. E, talvez, por uma série de motivos que não me cumpre aqui dizer, nós acabamos complicando aquilo que foi concebido para ser simples e para ajudar aquelas pessoas que produzem e que geram emprego. Portanto, isso é extremamente pertinente, porque nós vivenciamos verdadeiras assombrações, aberrações tributárias, no Brasil.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Agradeço a V. Exª, e o seu aparte enriquece o nosso pronunciamento.

Finalmente, Sr. Presidente, esse estudo a que me referi aqui, hoje apresentado, mostra que há uma disparidade enorme quanto às políticas tributárias estaduais a que estão submetidas as micro e pequenas empresas, e isso está afetando o crescimento desses empreendimentos, inibindo investimentos e a geração de novos postos de trabalho.

Portanto, Sr. Presidente, soluções viáveis existem para reduzir, mitigar esse quadro caótico que representa, por assim dizer, uma situação de um verdadeiro manicômio tributário. Não podemos abrir mão dos ganhos do Simples Nacional, sob pena de penalizarmos e sufocarmos a força empreendedora deste País, essa imensa energia empreendedora de uma legião de brasileiros que teimam em empreender em meio a um ambiente que é sempre hostil. Ao final, é hora de cuidar dos pequenos negócios, porque eles são, na sua essência, um grande negócio para o País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Armando Monteiro, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Capiberibe.

Durante o discurso do Sr. Armando Monteiro, o Sr. João Capiberibe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Armando Monteiro, que, como disse o Senador Delcídio, sempre faz pronunciamentos com conteúdo, que apontam caminhos para o País.

Senador Delcídio do Amaral, V. Exª está convidado a assumir a tribuna para fazer seu pronunciamento.

O Senador Delcídio do Amaral, representante de Mato Grosso do Sul, sobe à tribuna neste momento

para fazer seu pronunciamento, para a satisfação de todos nós!

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, falo já no adiantado da hora, pois são 19h38. O Plenário trabalhou durante todo o dia. Recebemos, hoje, o nosso querido Ministro Padilha, tratando de um tema que toda a população brasileira tem acompanhado muito de perto, que é a saúde, falando do presente, falando do futuro.

Eu também não poderia deixar de destacar – não pude estar presente na aprovação do PLC dos lotéricos – que recebi especialmente os lotéricos do meu Mato Grosso do Sul seguidas vezes. Trabalhei intensamente para que a Senadora Vanessa Grazziotin fosse a Relatora desse projeto nas comissões do Senado por onde tramitou esse PLC.

Então, quero saudá-los pela grande vitória de hoje, uma vitória importante para todos os lotéricos do meu Estado do Mato Grosso do Sul e para todos os lotéricos do País!

Eu não pude estar presente e, aqui, justifico, meu caro Presidente Senador Paulo Paim, o porquê da minha ausência: eu estava no Ministério da Justiça, conversando com o Ministro José Eduardo Cardozo. V. Exª é um militante das causas sociais dos direitos humanos, e fui tratar especificamente desse assunto.

Hoje, lamentavelmente, mais um indígena foi baleado no meu Estado, Mato Grosso do Sul. Nós perdemos um indígena há alguns meses, e, hoje, foi baleado um indígena. O motivo está concentrado naquilo em que trabalhamos durante alguns anos: a criação de uma secretaria que trate especificamente da saúde indígena. Antes, a questão da saúde indígena era tratada pela Funasa. Eu mesmo, que sempre fui muito atento, conhecendo os problemas das etnias indígenas do meu Estado – andei pelo Brasil inteiro também, estudando isso, por meio de uma comissão do próprio Senado, que foi criada há muitos anos, ainda no governo do Presidente Lula –, empenhei-me para que essa secretaria fosse criada. E, hoje, o conflito surgiu pela absoluta falta de funcionamento de uma secretaria que tem de cuidar da saúde indígena.

Mas a situação, meu caro Presidente Paim, Senadores e Senadoras, não é só essa. A situação é muito mais complicada. Alguns meses atrás, junto com o Ministro José Eduardo Cardozo, com o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e com o Ministro Luís Adams, buscamos uma solução para a Fazenda Buriti, que foi invadida. Houve um conflito, perderam-se vidas, e o Brasil inteiro acompanhou esse assunto, que já se arrasta há muito tempo, que não é de agora. Esse assunto já vem se estendendo, com todas as consequências de uma não decisão por parte dos órgãos competentes, o que tem trazido insegurança para as famílias, para as etnias, para as famílias dos produtores, para os investidores no Estado de Mato Grosso do Sul, para a nossa economia e para a população como um todo.

O meu Estado é feito de pessoas trabalhadoras, de pessoas que acreditam no nosso Estado e no Brasil, de pessoas solidárias, de pessoas generosas. Meu Mato Grosso do Sul é um Estado de cidadãos e cidadãs que honram seus Municípios, seu Estado e seu País, e a nós envergonha-nos muito essa realidade que ainda vivemos.

Hoje, fui conversar como Ministro José Eduardo Cardozo para manifestar minha preocupação, porque os acordos que fizemos, há alguns meses, com a presença de lideranças políticas, do governador e de várias instituições do Governo Federal, pouco caminharam, pouco caminharam.

A decisão que tomamos era a de que nós indenizaríamos, primeiro, a Fazenda Buriti. Através de uma chicana jurídica, respeitando o art. 231 da nossa Constituição, uma grande conquista das etnias indígenas, respeitando o art. 231, repito, indenizaríamos a terra nua, até porque essas terras são tituladas. No Mato Grosso do Sul, não existem terras devolutas, as terras são todas tituladas. Portanto, isso nasceu lá atrás, quando houve a conquista do oeste brasileiro, no sentido de preservar as nossas fronteiras com as políticas agrárias desenvolvidas pelo Presidente Getúlio Vargas.

Portanto, encaminhamos uma solução, inclusive parecida, meu caro Presidente Paim, com que o Rio Grande do Sul adotou: a criação do fundo. Foi o que adotamos na Assembleia também. Essa foi, inclusive, uma iniciativa de um Deputado do PT, o Deputado Laerte Tetila, que V. Exª conhece muito bem e que foi Prefeito de Dourados, a segunda cidade de Mato Grosso do Sul.

Sr. Presidente, entramos agora num labirinto jurídico, porque o Estado titulou as terras, o Estado assentou. A primeira alternativa era a utilização de TDAs, admitindo-se que o Estado de Mato Grosso do Sul teria terras suficientes para negociar, para assentar as várias etnias, as várias famílias indígenas, e para negociar também com as famílias dos produtores. Mas, para a nossa surpresa, o Estado não detinha terras suficientes para promover toda uma agenda que já havíamos combinado nessa última reunião, para mostrar às etnias e aos produtores que nós íamos seguir um cronograma para resolver definitivamente a questão dos indígenas em Mato Grosso do Sul.

Frustramo-nos! Depois, corremos atrás de terras da União, da Rede Ferroviária Federal, o que não deu certo, por uma série de dificuldades também ao longo do caminho. Agora, basicamente, restou-nos, Sr. Presidente, primeiro, a alternativa de utilizar as terras que pertenciam ao crime organizado.

Agora, basicamente, nos restou, Sr. Presidente, primeiro, a alternativa de utilizar as terras que pertenciam ao crime organizado. V. Exª sabe que Mato Grosso do Sul é uma vítima do crime organizado, principalmente em função das nossas fronteiras com o Paraguai e com a Bolívia. E, hoje, a SPU tem terras em Mato Grosso do Sul que pertenciam ao crime organizado. Então, essa seria uma saída, uma solução, para que, efetivamente, a União cedesse para o Estado, o Estado leiloasse, e o dinheiro do leilão seria aplicado na compra de terra nua, na aquisição de terra nua, preservando-se o art. 231, que é quase uma cláusula pétrea das etnias indígenas na Constituição de 1988. Então, temos essa alternativa.

A outra alternativa, Sr. Presidente, é tentar buscar, junto ao STJ, um acordo na Justiça, porque a Justiça julgou que a fazenda Buriti não era terra indígena. Então, se juridicamente nós conseguirmos fazer um acordo para que, efetivamente, a União pudesse indenizar essas terras, essa seria outra alternativa, que, inclusive, nós discutimos, hoje, com o Ministro Adams. Eu estava com o Ministro José Eduardo Cardozo quando ele ligou para o Ministro Adams, consultando e procurando atualizar essas ações todas que estavam sob responsabilidade da Advocacia-Geral da União.

Sr. Presidente, Senador Paim, amanhã haverá uma reunião no Ministério da Justiça para se fazer uma avaliação de todo esse quadro e para que os representantes do Governo Federal levem essa solução, levem essas propostas na segunda-feira.

Estive, agora, com o Ministro José Eduardo Cardoso, que entrou em contato com o Governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, agendando essa reunião para segunda-feira, que dá continuidade às tratativas anteriores. Mas agora, em função desses tristes acontecimentos de hoje, ela vai acontecer num momento extremamente importante. E nós esperamos que já se leve uma solução jurídica para que pelo menos possamos resolver o problema da fazenda Buriti e comecemos a dar os encaminhamentos necessários para outras áreas que passam por esses conflitos que lamentavelmente prejudicam nossas etnias, cuja história se mistura com a história do nosso Estado, do nosso País. E que ao mesmo tempo leve tranquilidade ao campo, porque não podemos conviver mais com essa sensação de insegurança, com esse clima de conflito que não constrói absolutamente nada.

Resumindo, Sr. Presidente Senador Paim, eu venho aqui a esta tribuna pedir ao Governo Federal, encarecidamente, que busque uma saída no menor espaço de tempo possível. As coisas não estão bem no Mato Grosso do Sul não só com relação às etnias, mas também não estão bem com relação aos produtores rurais.

E o pior, meu caro Presidente Senador Paim, é que todos nós, que sempre conversamos com as duas partes envolvidas, assim como com o Governo do Estado e com o Governo Federal, estamos perdendo a voz. Como nós não resolvemos, não solucionamos essa questão, nós estamos perdendo credibilidade. Portanto, nós estamos entrando numa zona de alto risco, e isso não vai ser bom para o Mato Grosso do Sul, não vai ser bom para o Brasil, não vai ser bom para o Governo do Estado, não vai ser bom para o Governo Federal, para o Governo da Presidenta Dilma, que sempre se preocupou com os mais desfavorecidos, com aquelas pessoas que precisam da mão generosa do Estado para que tenham direito à cidadania.

Portanto, meu caro Presidente Paim, eu espero que, na reunião de amanhã, as coisas evoluam – essa reunião vai acontecer aqui em Brasília – e, na segunda-feira, no meu Mato Grosso do Sul, realmente, o Governo Federal aponte saídas.

Hoje, em função das dificuldades de caráter jurídico, ou vamos para cima daquelas terras que foram tiradas do crime organizado, ou então temos que fazer um acordo para começar pela fazenda Buriti, no Judiciário, para que, criando as condições necessárias para zerar uma negociação no Judiciário, tenhamos condição de indenizar terra nua. Nesse caso, com recursos mesmo, uma vez que a solução de TDA não deu certo, não surtiu o efeito desejado.

Nós precisamos resolver isso de vez. Todos nós, meu caro Presidente Senador Paim, estamos cansados. Essa é uma novela a que ninguém aguenta mais assistir, e quem perde com isso é a população de Mato Grosso do Sul, quem perde com isso é o Brasil.

Portanto, eu não poderia deixar de vir à tribuna hoje – acabei de sair do Ministério da Justiça – para, mais uma vez, registrar a minha preocupação e a necessidade de uma decisão urgente. Espero que não tenhamos, mais à frente, que lamentar novas perdas, pessoas machucadas, vidas que se vão, porque esse assunto se arrasta há anos, e, aparentemente, as pessoas que deveriam decidir sobre isso não perceberam a profundidade do problema e o que isso representa.

Meu caro Senador Paim, queria deixar registrada esta minha preocupação.

Quando morreu o primeiro indígena, eu já vinha avisando isso há muito tempo. E as soluções estão aí.

O próprio Presidente Lula encontrou uma solução lá para o Tocantins, através de uma medida provisória, e resolveu a questão das etnias que viviam ali.

Será possível que nós não conseguimos achar uma saída para o Mato Grosso do Sul, para a Região Centro-Oeste, uma região que cresce, uma região que produz, uma região que merece ter paz, cujas etnias merecem ter paz, que os seus produtores rurais merecem também? O que está acontecendo no Mato Grosso do Sul nos envergonha!

E eu não poderia deixar de fazer este registro e alertar mais uma vez para o risco que vem por aí. Não foi por falta de avisar ou não é por falta de avisar. Ou o Governo Federal age rapidamente, ou vamos, nas próximas semanas, ter problemas sérios novamente. E incontroláveis. A classe política que conseguia, mal ou bem, com as nossas qualidades, com os nossos defeitos, mediar esses conflitos, está perdendo autoridade e credibilidade. E quando qualquer processo foge do controle, o resultado sabemos qual é.

Muito obrigado, meu caro Presidente, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Delcídio do Amaral, pelo seu pronunciamento na linha dos direitos humanos, defendendo interesse do povo de seu Estado, sejam índios, sejam brancos, sejam negros. Essa é uma postura do militante dos direitos humanos, daquele que olha para o conjunto da floresta, que olha para todos.

Parabéns a V. Exª.

Senador Delcídio, não sei como está o tempo de V. Exª. Eu entendo se V. Exª tiver que sair, mas, se V. Exª tiver tempo, pode assumir a Presidência, e eu farei da tribuna o meu pronunciamento, firmando o compromisso de não ultrapassar o tempo regimental.

É um orgulho falar sob a Presidência de V. Exª

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Com a palavra o nosso caro, respeitado e digno Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Delcídio Amaral, eu não poderia, no dia de hoje, deixar de falar sobre algo que é tão caro para todos nós, e V. Exª, em seu pronunciamento, demonstrou isso. Refiro-me à democracia.

Ao lembrar setembro, lembramo-nos de coisas boas. Lembramo-nos, por exemplo, da primavera. Lembramo-nos da primavera, mas também nos lembramos do golpe militar no Chile, da morte de Allende. Lembramo-nos do ataque às duas torres gêmeas, nos Estados Unidos. Tudo isso no mês de setembro, quando morreram milhares de pessoas.

Mas, hoje, quero falar da democracia. Há 16 anos, em setembro de 1997, na cidade do Cairo, 128 países-membros da ONU assinaram a Declaração Universal sobre a democracia, adotada pelo Conselho da União Interparlamentar. Em 2007, festejando esse fato, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou o dia 15 de setembro como o Dia Internacional da Democracia.

Como toda data especial, Sr. Presidente Delcídio Amaral, essa também nos oferece uma oportunidade para pararmos, refletirmos, ainda que brevemente aqui, nesta noite, no Senado, sobre temas e questões que envolvem essa festa a que me reporto, a festa da democracia. Nesse caso, sobre os valores e sobre as promessas implicadas pelo ideal democrático. Ideal, senhoras e senhores, cuja afirmação e valorização são bem recentes na história da humanidade.

Se excetuarmos o exemplo grego, grego antigo, onde nasceu o conceito mesmo e a própria palavra "democracia", não adianta recuar muito no tempo para buscar exemplos de regimes políticos democráticos, mesmo que o que os gregos chamavam de democracia fosse bem pouco, digamos, democrático, segundo os padrões que, do século XVIII para cá, passaram a definir a nossa política. É, de fato, somente ao longo das lutas políticas sociais dos séculos XIX e XX – portanto, dos últimos 200 anos – que não só se fixou, finalmente, o sentido moderno de democracia, mas também, e sobretudo, que se estabeleceu a democracia como um valor a ser promovido na linha dos direitos humanos.

É bem conhecida a definição que Winston Churchill deu à democracia. Disse ele: "É a pior forma de governo – detalhe –, excetuando-se todas as demais que têm sido experimentadas em todos os tempos". O que ele está dizendo? Ninguém inventou nada melhor como sistema do que o sistema democrático.

Então, por trás da ironia, a frase resume bem a trajetória pela qual passou, ao longo da história, a valorização da democracia; de "forma degenerada", na teoria antiga das formas de governo, a regime amplamente valorizado, mesmo quando não plenamente realizado nos quatro cantos do mundo.

A forma democrática foi pouco a pouco percebida como a que oferece a melhor combinação possível de valores que queremos associar à nossa vida social. Valores como liberdade, segurança, direitos humanos e prosperidade.

Poderíamos, quiçá, ter mais segurança e prosperidade sob outros regimes. Mas, talvez, não teríamos a liberdade. "Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós." Poderíamos ter mais liberdade em outras

configurações sociopolíticas, talvez, com muito menos segurança, com muito mais desigualdade. Mas é na democracia que temos a possibilidade de alcançar o maior equilíbrio, o maior balanço, a maior combinação entre valores, entre liberdade, entre igualdade e combate a todo tipo de preconceito.

Por trás desse ideal democrático, Sr. Presidente Delcídio do Amaral, pontificam dois grandes valores que funcionam como motores da democracia e que se tornam centrais para a configuração do mundo contemporâneo. Primeiro, o ideal da autodeterminação ou do autogoverno; segundo, o da igualdade e – eu diria sempre – o da liberdade.

Antes de qualquer outra coisa, senhores e senhoras, o ideal democrático aponta para a ideia de autogoverno, autoridade mais legítima, aquela que o povo exerce sobre si mesmo, em algum sentido. Cabe àqueles que serão governados também decidir como se fará esse governo. É o que ficou consolidado, tradicionalmente, no princípio da soberania popular, que aparece já no parágrafo único do primeiro artigo da Constituição cidadã, que tive a alegria de ajudar a escrever: "Todo poder" – e V. Exª é um discípulo dessa causa, Senador Delcídio do Amaral – "emana do povo".

Junto com esse vem o ideal de igualdade, valor chave do ideal democrático. Igualdade, antes de mais nada, de todos os cidadãos como membros plenos do soberano. Mas democracia exige também lutar pela igualdade de direitos e de condições, pela eliminação dos condicionantes da exclusão, da discriminação, a luta pela promoção de uma vida social na qual os resultados da cooperação sejam justamente distribuídos, e não muito para poucos e pouco para muitos.

Tudo isso, Sr. Presidente Delcídio do Amaral, está implicado pelo nosso comprometimento com o ideal democrático e faz parte das promessas que todo democrata tem que defender sempre. Isso, como eu disse antes, é muito recente na história da humanidade. Foi só com a dinâmica inaugurada com as grandes revoluções do final do século XVIII, revoluções políticas, como a americana e a francesa, mas, sobretudo, a grande transformação econômica e social que foi a Revolução Industrial, que a democracia começa a despontar como um valor que deveria orientar a organização da vida social e política.

No Brasil, senhoras e senhores, a história da democracia é ainda muito recente, é jovem. Nos 513 anos da nossa história, a contar da chegada dos portugueses, o regime que podemos chamar de democrático vigeu por pouco mais de 40 anos. Comparemos isso com os mais de 300 anos em que vigorou uma instituição com a escravatura no País. Por mais de 300 anos, homens e mulheres, pela cor da pele, viveram, aqui no País, sob o regime de escravidão, negros e negras.

Vivemos hoje nossa segunda e mais longa experiência democrática, iniciada há 25 anos com a promulgação da Carta de 1988 – experiência que foi antecedida de outra, que durou menos, entre 1946 e 1964.

Entre nós, portanto, a adesão à democracia é ainda incipiente, podemos afirmar, e precisa ser alimentada, precisa ser cuidada, precisa ser regada, precisa ser trabalhada, sustentada, reafirmada constantemente para que a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática seja real, seja fato que se possa então verificar.

Apesar disso, Sr. Presidente Delcídio, acredito que o Brasil, nessas últimas décadas, deu passos importantes para consolidar entre nós o regime democrático. Deu passos importantes. Fizemos muito. E alguém que está ouvindo neste momento a Rádio Senado e assistindo a TV Senado deve dizer: "Paim, mas temos muito ainda por fazer". Com certeza!

Vejamos um pouco mais de perto como a coisa evoluiu entre nós.

Evoquei acima a ideia da soberania popular. Ora, nas democracias modernas, essa soberania se exerce eminentemente por meio do voto. O "povo soberano" é, antes de mais nada, o conjunto de cidadãos, daqueles que têm direitos políticos, especialmente o direito de decidir no voto.

Dessa perspectiva, senhoras e senhores, a Constituição de 1988 trouxe um avanço considerável. A Constituição cidadã, repito, tão proclamada por Ulysses Guimarães.

Nossa primeira constituição republicana, a de 1891, definia como eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, excluindo os mendigos, ou seja, os pobres, os analfabetos, os religiosos sujeitos a voto de obediência e as praças de pré – e aqui o termo "cidadãos", como estava no art. 70, deve ser tomado literalmente, no gênero masculino, já que as mulheres estavam excluídas do voto.

A Constituição de 1934 inclui, pela primeira vez expressamente, as mulheres, estendendo também o direito de voto aos menores de 21 anos e maiores de 18. Mantém, no entanto, a referência aos "mendigos" – 1934 – e a exclusão dos analfabetos e praças de pré, excetuando sargentos, aspirantes a oficial e alunos de escolas militares de ensino superior.

A Constituição de 1937 praticamente repete o texto da anterior, apenas trocando a referência às praças de pré pelos "militares em serviço ativo".

Em 1946, cai, enfim, a referência aos "mendigos" – os pobres, então, passaram a poder votar –, aparecendo, por sua vez, a restrição "aos que não saibam

exprimir-se na língua nacional", que se junta à proibição do alistamento dos analfabetos.

Permanece a exclusão das praças de pré, estendendo-se as exceções, nesse caso, aos aspirantes a oficial, suboficiais, subtenentes, sargentos e alunos de escolas militares.

Já a Constituição de 1967 praticamente mantém o texto da de 1946.

Em 1985, com a Emenda n° 25, estende-se finalmente a possibilidade do voto aos analfabetos.

A Constituição de 1988 confirma essa extensão, eliminando a referência aos que não saibam se exprimir em língua nacional e abrindo ainda a possibilidade de alistamento eleitoral para os menores de 18 e maiores de 16, proporcionando assim a maior extensão do eleitorado desde a inclusão expressa das mulheres, em 1934.

Com essas ampliações, o eleitorado brasileiro, antes restrito a uma parcela minoritária da população, ultrapassou o limite dos 50% da população.

Em 2012, o eleitorado brasileiro ultrapassou os 140 milhões. Considerando-se que hoje já somos mais de 200 milhões, conforme divulgou recentemente o IBGE, 70% da população brasileira poderá votar.

Para além do voto, a Carta de 1988 também conferiu a nós todos algumas prerrogativas de participação.

Cada vez mais, o Legislativo, por exemplo, tem aberto canais de participação para a população. Como exemplo disso cito a criação, tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados, de comissões permanentes que facultam a participação do cidadão: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por exemplo. Lá, o cidadão, desde que tenha uma entidade de caráter nacional, pode, a qualquer momento, apresentar um projeto de lei.

Outros institutos, como os Conselhos Setoriais de Políticas Públicas, além de experiências como as de orçamento participativo, têm ajudado a avançar o conceito pleno da democracia.

Da mesma forma como evoluiu o eleitorado, também tem progredido, entre nós, o grau de conhecimento. O grau de consciência avança a cada ano que passa na nossa jovem democracia.

Realizamos, de 1988 para cá, seis eleições nacionais sucessivas, com pleno respeito das regras vigentes, e mesmo durante crises políticas graves, as instituições continuaram funcionando.

O arranjo institucional consagrado na Constituição de 1988, embora tenha sido objeto, ao longo destes 25 anos, de intensa discussão (já aprovamos 74 emendas à Carta Magna), foi, em sua essência, mantido, e apresenta avanços importantes para a democracia.

Ainda assim, restam várias questões importantes, como as que dizem respeito à representação. Aliás, refletir sobre essa questão da representação tornou-se um imperativo ainda mais estratégico e premente depois das recentes manifestações políticas que tomaram as ruas, lembrando junho e julho, fenômeno que não deixa de mostrar a força que a cultura democrática tem alcançado entre nós. Por estarmos em um Estado democrático de direito é que mais de dois milhões de jovens e outros com mais idade estiveram nas ruas durante o mês de junho.

Também a questão das relações entre os Poderes e as discussões sobre a divisão de papéis e funções nos processos de tomadas de decisão, questão central para o funcionamento de um regime democrático, tem evoluído entre nós de forma sensível, dentro de um quadro de reforço das instituições democráticas.

Há ainda questões complexas, como a do papel do Executivo na legislação, tanto na edição de medidas provisórias quanto na questão dos vetos.

As discussões, porém, se dão dentro de um respeito generalizado às regras e princípios democráticos amplos, com os quais todas as partes podem falar e se posicionar.

Do ponto de vista social, é preciso reconhecer que o País avançou. Avançou e avançou muito. Entre 1990 e 2004, o PIB nacional cresceu 35%. A distribuição *per capita*, no entanto, não acompanhou o ritmo, crescendo apenas 10%. Por outro lado, dados do coeficiente de Gini mostram que, nos últimos 10, 15 anos, nós retiramos da pobreza absoluta mais de 30 milhões de brasileiros.

Outro dado que entendo fundamental também é que saímos de um salário mínimo de US$60 para um salário mínimo que se aproxima hoje de US$350.

Pesquisas de opinião como as realizadas regularmente pelo *Informe Latinobarómetro* mostram que avançamos.

Sr. Presidente, quero avançar neste meu pronunciamento. São dados, números que conhecemos. Triplicamos o número de universidades, triplicamos o número de escolas técnicas. Com certeza absoluta, com o Bolsa Família, estamos contribuindo para que mais de 15 milhões de famílias tenham acesso, pelo menos, ao que o Lula tanto falava: três refeições por dia. Programas como o Luz para Todos, o Água para Todos e o Minha Casa, Minha Vida mostraram um avanço, e o IBGE aponta isso, com índices medidos em toda a América Latina.

Enfim, Sr. Presidente, eu enfatizo muito, neste pronunciamento, a questão da democracia. E vou tomar a liberdade – são bem curtinhos, Sr. Presidente – de fazer dois registros que eu não poderia deixar de fazer.

Registro que, nesta sexta-feira, dia 20 de setembro, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) completará 64 anos de fundação.

A Fenaj é a entidade máxima de representação dos jornalistas brasileiros, sendo a primeira federação de trabalhadores a realizar eleições diretas.

A Fenaj tem destacado papel na luta pela democratização no País, principalmente nos meios de comunicação, bem como seus embates contra a ditadura ainda hoje estão vivos em nossa memória.

A entidade congrega 31 sindicatos no País, com mais de 45 mil jornalistas associados. O atual presidente é o jornalista Celso Schröder.

Celso Schröder, Sr. Presidente, na minha primeira campanha – eu sempre gostei de histórias de gibizinho –, desenhou para mim, fez um gibizinho e, gratuitamente, os jornalistas imprimiram milhares e exemplares para a minha campanha a Deputado Federal Constituinte. Esse é o Celso Schröder, que aqui lembro com muito carinho, assim como me lembro do Cattani. O Cattani era um professor, Mestre da Universidade do Rio Grande do Sul. Coordenou minha primeira campanha. Eu era um operário metalúrgico, não tinha um pila para fazer campanha. Ele pegou a indenização da esposa dele, e os dois doaram para imprimir meu material, meu primeiro material de campanha, que era "Os Trabalhadores na Constituinte".

Cattani, eu sei que você e sua esposa estão vendo, talvez, este momento, que fiz de improviso, mas rendo aqui minhas homenagens a vocês. Sua esposa e você fizeram um gesto lindíssimo que jamais vou esquecer, quando pegaram o dinheiro da indenização da Universidade – porque ela saiu de uma universidade para outra – para imprimir aquele livreto que foi meu material de campanha, "Os Trabalhadores na Constituinte".

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Enfim, parabéns a todos os jornalistas brasileiros.

Sr. Presidente, agora apelo a V. Exª – são duas folhinhas apenas – como gaúcho.

Sr. Presidente, amanhã, 20 de setembro é a data máxima do Rio Grande, feriado estadual. A origem é o ano de 1835, inicio da Revolução Farroupilha, a mais longa guerra civil acontecida em solo brasileiro – dez anos.

De um lado, os rio-grandenses, charqueadores e campeiros e, do outro lado, o poder central da Coroa Imperial.

No inicio, foi uma guerra por questões econômicas, que se afunilou, com o passar dos anos, para causas políticas, sociais e libertárias: o sonho da República, impostos mais justos, libertação dos escravos, mais autonomia para as províncias, estradas, escolas.

Sim, os revolucionários sulistas beberam nas águas da Revolução Francesa!

Nem vencido, nem vencedores. Apenas novos caminhos abertos para a unificação da querida pátria brasileira.

Os nomes de ontem, hoje, bordam paredes de museus, figuras de livros, páginas da internet. São nomes de ruas, avenidas e praças e servem de exemplos para todo gaúcho e gaúcha, e compõem a vereada verde amarela da nossa história, a história do Brasil.

Há outros exemplos: Cabanagem, no Pará; Sabinada, na Bahia; Praieira, em Pernambuco, entre outras. O sentimento que levou a essas revoltas foi o mesmo em todas: o espírito de brasilidade. Pelo menos é assim que eu entendo.

O Telmo de Lima Freitas, lá do meu Rio Grande do Sul, certa feita versejou, Presidente: "este atavismo dormido na alma da gente precisa de um quarto de ronda para se libertar".

Essa lenda viva do telurismo foi certeira: precisamos, cada vez mais, reavivar as características dos nossos antepassados.

Temos que conhecer a nossa história, cuidar bem e acariciá-la, cultuar as nossas tradições, valorizar a nossa gente, o nosso País, e acreditar que é possível fazer deste chão verde amarelo uma grande Nação. Estamos todos trabalhando para isso.

A história, o presente e a luz do amanhã estão na palma da mão de cada um de nós.

Viva o 20 de setembro!! Viva o Rio Grande!! Viva o Brasil!!

Termino, Sr. Presidente, dizendo que amanhã, sexta-feira, eu não estarei aqui, porque estarei lá no acampamento do Parque Harmonia, com a gauchada, no piquete estrela vermelha, junto com o Cláudio e o Marcão, que vão fazer lá um costelão e um bom chimarrão.

Sr. Presidente, muito, muito obrigado pela tolerância de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Paim, que fez um discurso profundo sobre democracia, sobre as revoluções políticas. É relevante registrar a importância da política na vida das pessoas, na vida das nações. V. Exª citou revoluções históricas, como a Francesa, a Americana, que deixaram marcas profundas na nossa história.

Ao mesmo tempo, saúdo V. Exª pela data de amanhã, uma data emblemática para o Rio Grande do Sul, num país que passou por essa experiência dura, difícil, mas de brasilidade. V. Exª mencionou também

outros movimentos, como a Sabinada, na Bahia, e a Cabanagem, no Pará.

Em nome de V. Exª, parabenizo os gaúchos, os sulistas que sempre honraram a nossa terra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, só para agradecer a V. Exª essas considerações e para dizer que, na segunda-feira, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, haverá a reunião dos três Estados do Sul. Compromisso feito, e eu estarei lá e não aqui.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Paim. Uma boa reunião para V. Exª, na segunda-feira, quando os três Estados do Sul se reunirão na Assembleia de Santa Catarina, em Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Governo/PT – MS) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO
Nº 1.109, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, para o Instituto Federal Amazonas – IFAM, que está comemorando 21 anos, bem como seja encaminhado o referido voto no seguinte endereço: IFAM – Av. Danilo Areosa, 1672 – Distrito Industrial – Manaus – Amazonas CEP: 69075-351, Diretor Geral: Prof. José Pinheiro de Queiroz

Justificação

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM – tem como missão promover, com excelência, educação, ciência e tecnologia para o desenvolvimento da Amazônia. Sua visão é tornar-se referência nacional em educação, ciência e tecnologia. Seus valores são pautados na ética, cidadania, humanização, qualidade e responsabilidade.

O IFAM vinculado a Rede Federal de Educação Tecnológica, durante toda sua existência vivenciou diversas mudanças. A história do IFAM se divide em seis fases: Escola de Aprendizes Artífices; Liceu Industrial; Escola Técnica de Manaus; Escola Técnica Federal do Amazonas; Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

Em 23 de setembro de 1909, o presidente da República, Nilo Peçanha, por meio do Decreto n° 7.566, criou as Escolas de Aprendizes Artífices, que tinham como finalidade principal ministrar o ensino prático e os conhecimentos necessários aos menores que pretendiam aprender um ofício.

A Escola de Aprendizes Artífices de Manaus teve seu início em outubro de 1910, com apenas 33 alunos internos, dentre eles crianças pobres e oriundas do interior do Estado do Amazonas. Eram oferecidos os cursos de sapataria, marcenaria, tipografia e desenhista.

A Segunda Guerra Mundial trouxe mudanças e levou o Brasil à era industrial. A Escola de Aprendizes Artífices se adequou às transformações da época e modificou seu perfil de ensino. Em 1937, o Liceu Industrial, por meio de novas experiências pedagógicas, passou a oferecer cursos voltados para o setor industrial.

Em 10 de novembro de 1941, inaugurou-se o atual prédio, situado na Avenida Sete de Setembro, passando, em 1942, a ser chamada de Escola Técnica de Manaus. Em 1959, foi denominada de Escola Técnica Federal do Amazonas (Etfam). O atual prédio abriga hoje o Campus Manaus Centro.

Em 2001, a Etfam passou a ser chamada de Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (Cefet), já que todas as Escolas Técnicas do Brasil transformaram-se em Centros Federais de Educação Tecnológica, passando a partir de então oferecer cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

No dia 29 de dezembro de 2008, o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, sancionou a lei nº. 11.892, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, concretizando, assim, um salto qualitativo na educação voltada a milhares de jovens e adultos em todas as unidades da federação. A partir desta data, o Cefet passou a ser chamado de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

O Instituto, estruturado mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e das Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e São Gabriel da Cachoeira, atualmente é composto por dez campos: Manaus Centro, Manaus Distrito Industrial, Manaus Zona Leste, Coari, São Gabriel da Cachoeira, Presidente Figueiredo, Maués, Parintins, Lábrea e Tabatinga.

O Instituto Federal do Amazonas é uma instituição que possui natureza jurídica de autarquia, integrante da Rede Federal de Ensino, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógico e disciplinar definidas em estatuto próprio, está vinculada ao Ministério da Educação, e é supervisionado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec).

São 21 anos de história, 21 anos como referência em educação tecnológica. Parabéns a todos os servidores, alunos e colaboradores que fizeram e fazem

parte da família IFAM. Parabéns por esses vinte e um anos de existência e que vocês continuem a formar cidadãos de caráter e de sabedoria em excelência.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 2013. – Senadora **Vanessa Grazziotin,** PCdoB/Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Governo/PT – MS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 1.110, DE 2013

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações à senhora Ministra da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM-PR), frente às respostas encaminhadas pelo órgão no Ofício nº 45/2013/GAB/SECOM-PR (em anexo) e considerando os seguintes fatos:

I. No Ofício nº 45/2013/GAB/SECOM-PR o senhor Roberto Bocorny Messias, Ministro de Estado, interino, Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, afirmou que o "histórico da audiência" é o critério utilizado pela SECOM-PR para definir os sites e blogs que recebem investimentos em publicidade no meio Internet;

II. Na reportagem publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, edição de 03/07/2013, é informado que uma comparação entre os valores pagos e a audiência medida pelo Ibope revela várias distorções;

Que seja esclarecido o seguinte:

I. Tendo em vista que a Abril.com, com **3 bilhões de páginas vistas,** segundo o Ibope, recebeu R$ 586 mil, qual o critério que levou a SECOM-PR a investir R$ 628 mil no site "Conversa Afiada", do jornalista Paulo Henrique Amorim, em 2012, uma vez que o site teve **48 milhões de páginas vistas?**

II. Tendo em vista que o site "Carta Maior" registrou apenas **9,7 milhões de páginas vistas em 2012**, porque este site recebeu R$ 830 mil em 2012, mais que a versão eletrônica da Folha, **com 55,3 bilhões de páginas vistas**, que recebeu R$ 780 mil, e a Abril.com, que recebeu R$ 586 mil, com **3 bilhões de páginas vistas?**

III. Ainda sobre critérios para alocação de recursos públicos federais em publicidade no meio Internet, um dos sites que mais recebem recursos, o Bolsademulher.com.br, é totalmente desconhecido pela própria Ministra e, segundo revelou o site Viomundo.com.br, em 2 de julho de 2013 (***Helena Chagas diz que governo desconcentra verbas publicitárias***), trata-se de site desatualizado, sem postagens novas entre fevereiro a julho de 2013, e que "deixa a desejar", segundo avaliação da repórter ao analisar as publicações na área de Saúde. Qual o critério que levou esse site a figurar na listagem dos 20 que recebem cerca de 70% dos investimentos em publicidade no meio Internet, com R$ 580 mil, praticamente empatado com o site de Veja.com.br, que recebeu R$ 586 mil?

IV. Existem outros critérios que não foram informados de forma transparente ao Senado da República? Se existirem, quais são? Por que não foram informados? Qual a base legal para tanto?

V. As informações citadas no oficio encaminhado a esta Casa são relativas apenas aos gastos da Presidência da República com publicidade ou estão relacionados os investimentos realizados por ministérios e por demais órgãos da administração direta e indireta?

VI. As informações sobre investimentos publicadas pela Folha de S. Paulo e pelo site Viomundo.com.br incluem campanhas de mídia e patrocínios de espaços de mídia?

VII. No oficio encaminhado a esta Casa, o senhor Roberto Bocorny Messias, Ministro de Estado, interino, Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, afirmou que a legislação federal não estabelece *"competência legal para a Secom produzir, controlar, custodiar ou centralizar dados referentes ás despesas com veiculação de publicidade que se encontram sob responsabilidade de outros órgãos ou entidades"*.

No entanto, em entrevista concedida ao site Viomundo.com.br, a SECOM-PR, representada pela Ministra Helena Chagas, pelo Secretário-Executivo Roberto Messias, e pelo Secretário de Comunicação Integrada, Fabricio Costa, contrariou informação oficial prestada ao Senado Federal: o Secretário de Comunicação Integrada afirmou ter em mãos todo o planejamento de investimento em mídia de toda a estrutura da administração direta e indireta. Veja este trecho da entrevista:

"Fabrício Costa, que foi para a entrevista com um calhamaço de documentos, exibe-os:
– Trouxe para não dar a impressão de que a gente faz com poucos. Essa é a lista de toda a nossa programação, TV fechada, aberta, tudo o que o governo faz. Aqui é só internet..."
Fonte: Viomundo.com.br – Disponível em:
http://www.viomundo.com.br/denuncias/gastosdasecom.html

Diante da contradição de informações, qual a posição final da SECOM-PR? O Ministro interino faltou com a verdade em sua reposta ao Senado?

VIII. Quais os valores de fato investidos nos sites e blogs, portanto em todo o meio Internet, especificando o período, valores e empresas beneficiadas?

IX. No caso de veículos de mídia impressa, qual o critério que orienta esses investimentos?

X. A Revista Fórum, em suas versões online e impressa, recebeu recursos da SECOM-PR em 2012 e 2013? Como é verificada a tiragem dessa revista? Qual o critério que levou o governo a anunciar nesta publicação?

JUSTIFICATIVA

Em 27 de maio passado, o senhor Roberto Bocomy Messias, Ministro de Estado, interino, Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, encaminhou à 1ª Secretaria do Senado Federal, o Ofício nº 45/2013/GAB/SECOM-PR contendo respostas relativas ao Requerimento de Informação nº 171/2003, de minha autoria e do Senador Randolphe Rodrigues. O Requerimento abordava questionamentos realizados pelo Governo Federal em mídia, especialmente quanto ao suporte à internet.

Recebidas as respostas, formos confrontados com o teor de matéria publicada pela Folha de São Paulo, intitulada "Gasto com publicidade oficial na internet alcança R$ 95,6 milhões", de 03/07/2013, na qual a Ministra Helena Chagas e outras autoridades da SECOM-PR apresentam justificativas e informações discordantes daquelas fornecidas pelo Ofício nº 45/2013.

Estabelece o § 2º, do Art. 50, da Constituição Federal, que constitui crime de responsabilidade a prestação de informações falsas pelas autoridades públicas ali mencionadas, em pedidos de informações encaminhados pelas Mesas da Câmara e do Senado. Esta norma tem o claro objetivo de preservar as competências do Congresso Nacional no que se refere à ação fiscalizadora sobre as ações do Poder Executivo.

Portanto, o presente Requerimento de Informações objetiva esclarecer os vários pontos divergentes entre o conteúdo do Ofício nº 45/2013, assinado pelo Ministro, interino, da SECOM-PR e as declarações posteriores prestadas tanto pela titular da Pasta quanto por outros de seus integrantes.

Sala da Sessão, de setembro de 2013.

Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

ANEXO

Gasto com publicidade oficial na internet alcança R$ 95,6 milhões

03/07/2013 20h08 - DE BRASÍLIA

Vinte sites ficaram com 69,2% do dinheiro gasto no ano passado pelo governo federal com propaganda na internet. Há 9.000 veículos virtuais cadastrados no governo para receber anúncios.

A informação foi dada pela ministra da Comunicação Social, Helena Chagas, ao site "Viomundo". O governo gastou R$ 95,6 milhões com propaganda na internet no ano passado, o equivalente a 5,3% do total investido em publicidade, R$ 1,8 bilhão.

Os valores representam todas as despesas do Executivo com publicidade, incluindo ministérios, autarquias, empresas estatais, sociedades de economia mista e fundações.

Mas as listas de sites que receberam anúncios do governo nos anos anteriores a 2012 permanecem sob sigilo. A Secretaria de Comunicação Social alega que não detém esses dados e, por isso, não tem condições de divulgá-los.

A ministra Helena Chagas disse à **Folha**que "o principal critério norteador" para a distribuição dos recursos é a audiência. Mas uma comparação entre os valores pagos e a audiência medida pelo Ibope revela várias distorções.

O principal destino dos recursos do governo foi o portal Terra, com R$ 9,8 milhões em 2012, mais do que o portal UOL (empresa controlada pelo Grupo Folha, que edita a **Folha**), que recebeu R$ 9,7 milhões, o MSN (R$ 9 milhões), o Facebook (R$ 3,3 milhões) e o Google (R$ 968 mil).

Mas a medição feita pelo Ibope aponta que o Terra teve 23 bilhões de páginas vistas em 2012, contra 55,3 bilhões do UOL, 475 bilhões do Facebook, 154 bilhões do Google e 69,5 bilhões do MSN.

O Google aparece em 12º lugar no ranking do destino dos recursos do governo. Logo abaixo vem o site "Carta Maior", que recebeu R$ 830 mil em 2012, mais que a versão

eletrônica da Folha, que recebeu R$ 780 mil, e a Abril.com, que recebeu R$ 586 mil. Segundo o Ibope, o "Carta Maior" registrou apenas 9,7 milhões de páginas vistas em 2012, contra 311 milhões da Folha e 3 bilhões da Abril.

O site "Conversa Afiada", do jornalista Paulo Henrique Amorim, recebeu R$ 628 mil do governo em 2012. O site teve 48 milhões de páginas vistas em 2012, segundo o Ibope.

Na entrevista para "Viomundo", Helena Chagas respondeu às críticas de setores da esquerda de que estaria privilegiando a "mídia tradicional" em detrimento de blogs e sites "progressistas".

"Não é verdade. Os blogs/sites progressistas não pararam de receber recursos. O que há é que alguns querem mais, assim como praticamente todo os 9 mil veículos de nosso cadastro", afirmou.

"Muitas vezes o dinheiro é o mesmo para distribuir para todo mundo. Então a gente tem dificuldade às vezes de grana. [...] Todo mundo está querendo e está achando que está com pouco", relatou.

A ministra disse à Folha que não usou a expressão "progressistas", mas apenas "reproduziu" o termo usado pela repórter que a entrevistou. Helena disse que "não faz qualquer tipo de avaliação ideológica sobre os veículos que são programados para receber publicidade".

Sobre os critérios adotados pelo governo federal para a distribuição do dinheiro, a ministra disse que a audiência é o principal, mas também "pode ser influenciada pelas especificidades de cada órgão", citando como exemplos campanhas sobre saúde da mulher e crédito imobiliário.

(À Mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Governo/PT – MS) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO
Nº 1.111, DE 2013

Nos termos do art. 256, I do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada do Projeto de Lei do Senado nº- 427, de 2012, de minha autoria.

Sala das Sessões, – Senadora **Lídice da Mata.**

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Governo/PT – MS) – A Presidência defere o requerimento.

Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 72, DE 2013

Altera o § 3º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para permitir a contratação de operações de crédito destinadas ao financiamento de ações de promoção de eficiência energética.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O § 3º do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

"**Art. 7º**.....

.....

§ 3º .....

.....

.....

V – destinadas ao financiamento de ações de promoção de eficiência energética, incluindo desenvolvimento de projetos, aquisição de equipamentos e materiais, instalação e montagem, tendo por fonte, preferencialmente, energia solar e/ou eólica, e/ou biomassa.

....." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A iluminação pública é essencial à qualidade de vida nos centros urbanos, atuando como instrumento de cidadania, permitindo aos habitantes desfrutar, plenamente, do espaço público no período noturno. Além de estar diretamente ligada à segurança no tráfego, a iluminação pública previne a criminalidade, embeleza as áreas urbanas, destaca e valoriza monumentos, prédios e paisagens, facilita a hierarquia viária, orienta percursos e aproveita melhor as áreas de lazer.

A melhoria da qualidade dos sistemas de iluminação pública traduz-se em melhor imagem da cidade, favorecendo o turismo, o comércio e o lazer noturno, ampliando a cultura do uso eficiente e racional da energia elétrica, contribuindo, assim, para o desenvolvimento social e econômico da população.

A iluminação pública no Brasil corresponde a aproximadamente 4,5% da demanda nacional e a 3% do consumo total de energia elétrica do país. O equivalente a uma demanda de 2,2 *gigawatts* e a um consumo de 9,7 bilhões de *kilowatts* por ano. A partir da crise de energia do ano de 2001, a necessidade de implementação do Programa Nacional de Iluminação Pública e Sinalização Semafórica Eficiente (Reluz) tornou-se ainda mais evidente, tendo em vista a sua principal característica: redução da demanda no horário de ponta do sistema elétrico (das 19 às 21 hs), devido à modernização das redes de iluminação pública. Segundo o levantamento realizado em 2008 pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica junto às distribuidoras de energia elétrica, há cerca de 15 milhões de pontos de iluminação pública instalados no país.

A iluminação pública com maior luminosidade, custo inferior, consumo menor e menos poluição, além de provocar menor propagação de calor, o que resulta na não atração de insetos, era – assim mesmo, no passado – sonho das administrações públicas de todo o mundo. As atuais iluminações públicas a mercúrio e sódio de alta pressão estão literalmente com os anos contados, devido às grandes vantagens oferecidas pela nova tecnologia LED (sigla inglesa para "diodo emissor de luz"), que já ilumina grandes áreas de Londres, Paris, Nova Iorque, Tóquio, cidades de Portugal e outras metrópoles. Nas Olimpíadas de Pequim, todos os parques esportivos e demais instalações foram iluminados pelo sistema LED e, no Rio de Janeiro e Belo Horizonte, parte dos semáforos já utiliza a nova tecnologia. Por meio dessas últimas e de outras cidades, a iluminação pública LED está chegando ao Brasil.

O novo sistema já está disponível e seus representantes divulgam as vantagens em todos os países. Uma lâmpada LED tem vida útil de 50 mil horas de funcionamento, enquanto as de vapor de sódio, mais utilizadas na atualidade, duram até 32 mil horas. As de vapor de mercúrio e as de vapor metálico, mais usado na iluminação de edifícios, por exemplo, duram em média 10 mil horas.

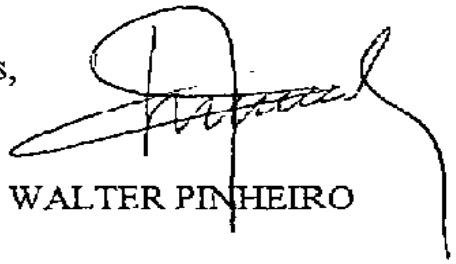
A iluminação urbana permite ir muito além dos aspectos elétricos e objetivos considerados, abrangendo igualmente os subjetivos que requerem o apoio das empresas especializadas no trato da luz urbana para surtirem os efeitos desejados. Claridade noturna atrai turista e traz segurança às pessoas. Os serviços de iluminação podem ser melhorados, uma vez que atualmente só se preocupam com as manutenções corretivas e prescindem dos requisitos técnicos de modernidade, eficiência e qualidade já amplamente disponíveis no mercado brasileiro. Cabe ainda acrescentar que, embora os equipamentos sejam importados, a economia gerada com a diminuição de compra de derivados de petróleo, gás natural, gás liquefeito de petróleo e biomassa para as usinas térmicas é maior que as despesas com importação durante a vida útil do equipamento.

No entanto, para que os entes subnacionais tirem pleno proveito dessa nova tecnologia, é imperioso que contem com recursos públicos adequados, o que torna plenamente justificável o aumento dos seus níveis de endividamento. As economias proporcionadas deverão ser suficientes para cobrir os custos incorridos. Além do mais, como essas obrigações tendem a ser autofinanciáveis, cabe incluí-las no rol de operações de crédito excluídas do cômputo dos limites definidos no art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, quais sejam: (i) o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não pode ser superior a 16% da receita corrente líquida (RCL); (ii) o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada não pode exceder a 11,5% da RCL; e (iii) o montante da dívida consolidada não pode exceder os tetos fixados na Resolução nº 40, de 2001.

Isso valeu para os projetos de investimento voltados para a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Governo Federal, para o já citado Reluz e para a compensação de perdas nominais observadas nas cotas-parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal em 2009 na comparação com 2008. Mais recentemente, a exclusão em comento foi

estendida aos financiamentos de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional. As ações de promoção de eficiência energética merecem, tanto técnica como socialmente, ser incluídas nesse restrito rol de exceções e para isso conto com o apoio dos meus Pares.

Sala das Sessões,



Senador WALTER PINHEIRO

LEGISLAÇÃO CITADA

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Faço saber que eu, Ramez Tebet, Presidente, nos termos do art. 3º da Resolução nº 3, de 2002, determino a republicação da Resolução nº 43, de 2001, com o seu texto consolidado.

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 2001 (*)

Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

O SENADO FEDERAL RESOLVE:

Art. 1º .....

.....

Art. 6º .....

Art. 7º As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios observarão, ainda, os seguintes limites:

I – .....

.....

III – .....

§ 1º .....

.....

§ 3º São excluídas dos limites de que trata o caput as seguintes modalidades de operações de crédito: (Redação dada pela Resolução n.º 19, de 2003)

I – .....

.....

IV – .....

§ 4º .....

.....

Art. 8º (Revogado)

Art. 9º .....

.....

Art. 52. Revogam-se as Resoluções nºs 78 e 93, de 1998; 19, 22, 28, 40 e 74, de 1999; e 58, 62, 63, 64 e 65, de 2000, todas do Senado Federal.

Senado Federal, em 9 de abril de 2002.

SENADOR RAMEZ TEBET

Presidente do Senado Federal

.....

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Faço saber que eu, Ramez Tebet, Presidente, nos termos do art. 3º da Resolução nº 5, de 2002, determino a republicação da Resolução nº 40, de 2001, com o seu texto consolidado.

RESOLUÇÃO - Nº 40, DE 2001(*)

Dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal.

O SENADO FEDERAL RESOLVE:

Art. 1º Subordina-se às normas estabelecidas nesta Resolução a dívida pública consolidada e a dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Considera-se, para os fins desta Resolução, as seguintes definições:

I - Estado, Distrito Federal e Município: as respectivas administrações diretas, os fundos, as autarquias, as fundações e as empresas estatais dependentes;

II - empresa estatal dependente: empresa controlada pelo Estado, pelo Distrito Federal ou pelo Município, que tenha, no exercício anterior, recebido recursos financeiros de seu controlador, destinados ao pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, neste último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária, e tenha, no exercício corrente, autorização orçamentária para recebimento de recursos financeiros com idêntica finalidade;

III - dívida pública consolidada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento;

IV - dívida pública mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios; e

V - dívida consolidada líquida: dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

§ 2º A dívida consolidada não inclui as obrigações existentes entre as administrações diretas dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios e seus respectivos fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, ou entre estes.

Art. 2º Entende-se por receita corrente líquida, para os efeitos desta Resolução, o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

I - nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

II - nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do Fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º Não serão considerados na receita corrente líquida do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e de Roraima os recursos recebidos da União para atendimento das despesas com pessoal, na forma dos incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição Federal e do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês de referência e nos 11 (onze) meses anteriores, excluídas as duplicidades.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos 11 (onze) meses anteriores excluídas as duplicidades. (Redação dada pela Resolução nº 5, de 2002)

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos 11 (onze) meses anteriores excluídas as duplicidades. (Redação dada pela Resolução nº 5, de 2002)

§ 4º Entende-se por mês de referência o mês imediatamente anterior àquele em que a receita corrente líquida estiver sendo apurada. (Revogado pela Resolução nº 5, de 2002)

Art. 3º A dívida consolidada líquida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ao final do décimo quinto exercício financeiro contado a partir do encerramento do ano de publicação desta Resolução, não poderá exceder, respectivamente, a: (Vide Resolução nº 20, de 2003)

I - no caso dos Estados e do Distrito Federal: 2 (duas) vezes a receita corrente líquida, definida na forma do art. 2; e

II - no caso dos Municípios: a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida, definida na forma do art. 2.

Parágrafo único. Após o prazo a que se refere o caput, a inobservância dos limites estabelecidos em seus incisos I e II sujeitará os entes da Federação às disposições do art. 31 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º No período compreendido entre a data da publicação desta Resolução e o final do décimo quinto exercício financeiro a que se refere o art. 3, serão observadas as seguintes condições: (Vide Resolução nº 20, de 2003)

I - O excedente em relação aos limites previstos no art. 3º apurado ao final do exercício do ano da publicação desta Resolução deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avo) a cada exercício financeiro;

II - para fins de acompanhamento da trajetória de ajuste dos limites de que trata o art. 3, a relação entre o montante da dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida será apurada a cada quadrimestre civil e consignada no Relatório de Gestão Fiscal a que se refere o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

III - o limite apurado anualmente após a aplicação da redução de 1/15 (um quinze avo) estabelecido neste artigo será registrado no Relatório de Gestão Fiscal a que se refere o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

IV - durante o período de ajuste de 15 (quinze) exercícios financeiros a que se refere o caput, aplicar-se-ão os limites previstos no art. 3º para o Estado, o Distrito Federal ou o Município que:

a) apresente relação entre o montante da dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida inferior a esses limites, no final do exercício de publicação desta Resolução; e

b) atinja o limite previsto no art. 3º antes do final do período de ajuste de 15 (quinze) exercícios financeiros.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios tornarão disponíveis ao Ministério da Fazenda os dados necessários ao cumprimento do disposto neste artigo em até 30 (trinta) dias após a data de referência das apurações.

Art. 5º Durante o período de ajuste, o Estado, o Distrito Federal ou o Município que não cumprir as disposições do art. 4º ficará impedido, enquanto perdurar a irregularidade, de

contratar operações de crédito, excetuadas aquelas que, na data da publicação desta Resolução, estejam previstas nos Programas de Ajuste Fiscal dos Estados, estabelecidos nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e, no caso dos Municípios, nos contratos de refinanciamento de suas respectivas dívidas com a União, ou aquelas que, limitadas ao montante global previsto, vierem a substituí-las.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de abril de 2002

SENADOR RAMEZ TEBET

Presidente do Senado Federal

(*) Texto consolidado com as alterações decorrentes da Resolução nº 5, de 2002.

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Governo/PT – MS) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Governo/PT – MS) – O Senado Federal, em resposta ao **Requerimento nº 650, de 2013**, de informações, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, recebeu, os seguintes expedientes de Ministros de Estado:

– **Ofício nº 59**, do Ministro de Estado da Previdência Social, de 11 de setembro de 2013;
– **Aviso nº 309**, do Ministro de Estado da Fazenda, de 10 de setembro de 2013.

As informações foram encaminhadas, em cópia, à requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Governo/PT – MS) – O Senado Federal recebeu os seguintes Ofícios de Ministros de Estado:

– **Nº 572**, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, de 11 de setembro de 2013, em resposta ao **Requerimento nº 632, de 2013**, de informações, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin;
–**Nº 571**, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, de 11 de setembro de 2013, em resposta ao **Requerimento nº 633, de 2013**, de informações, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin;
–**Nº 144**, do Ministro de Estado da Educação, de 13 de setembro de 2013, em resposta ao **Requerimento nº 652, de 2013**, de informações, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin;
–**Nº 59**, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 09 de setembro de 2013, em resposta ao **Requerimento nº 825, de 2013**, de informações, de autoria do Senador Ricardo Ferraço;
–**Nº 1.031**, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, de 12 de setembro de 2013, em resposta ao **Requerimento nº 659, de 2013**, de informações, de autoria do Senador Aécio Neves;
–**Nº 123**, do Ministro de Estado do Turismo, de 11 de setembro de 2013, em resposta ao **Requerimento nº 660, de 2013**, de informações, de autoria do Senador Aécio Neves;
–**Nº 1.454**, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República, de 13 de setembro de 2013, em resposta ao **Requerimento nº 662, de 2013**, de informações, de autoria do Senador Aécio Neves;
–**Nº 82**, da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, de 12 de setembro de 2013, em resposta ao **Requerimento nº 667, de 2013**, de informações, de autoria do Senador Aécio Neves;

–**Nº 573**, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, de 11 de setembro de 2013, em resposta ao **Requerimento nº 669, de 2013**, de informações, de autoria do Senador Aécio Neves;

–**Nº 530**, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de 11 de setembro de 2013, em resposta ao **Requerimento nº 671, de 2013**, de informações, de autoria do Senador Aécio Neves;

–**Nº 11.317**, do Ministro de Estado da Defesa, de 17 de setembro de 2013, em resposta ao **Requerimento nº 677, de 2013**, de informações, de autoria do Senador Aécio Neves;

–**Nº 27.477**, do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, de 12 de setembro de 2013, em resposta ao **Requerimento nº 678, de 2013**, de informações, de autoria do Senador Aécio Neves;

–**Nº 1.755**, do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, de 11 de setembro de 2013, em resposta ao **Requerimento nº 680, de 2013**, de informações, de autoria do Senador Aécio Neves;

–**Nº 58**, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 09 de setembro de 2013, em resposta ao **Requerimento nº 684, de 2013**, de informações, de autoria do Senador Aécio Neves;

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Governo/PT – MS) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 143, de 13 de setembro de 2013**, do Ministro de Estado da Educação, por meio do qual encaminha parte das informações solicitadas no **Requerimento nº 692, de 2013**, de autoria do Senador Aécio Neves.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento ficará na Secretaria-Geral da Mesa aguardando a complementação das informações.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Governo/PT – MS) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 1.901, de 16 de setembro de 2013**, da Procuradora-Geral da República, em resposta ao **Requerimento nº 465, de 2013**, de informações, de autoria do Senador Fernando Collor.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Governo/PT – MS) – O Senado Federal recebeu os seguintes Avisos de Ministros de Estado:

– **Nº 311**, do Ministro de Estado da Fazenda, de 11 de setembro de 2013, em resposta ao **Requerimento nº 772, de 2013**, de informações, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

– **Nº 119**, do Ministro de Estado dos Transportes, de 13 de setembro de 2013, em resposta ao **Requerimento nº 661, de 2013**, de informações, de autoria do Senador Aécio Neves.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Governo/PT – MS) – O Senado Federal recebeu o seguinte aviso da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República:

– **Nº 700, de 12 de setembro de 2013**, em resposta ao **Requerimento nº 676, de 2013**, de informações, de autoria do Senador Aécio Neves.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Governo/PT – MS) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, os seguintes Projetos de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 213, DE 2013

(Nº 825/2013, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Canadá, celebrado em Brasília, em 8 de agosto de 2011.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Canadá, celebrado em Brasília, em 8 de agosto de 2011.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ACORDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O CANADÁ

A República Federativa do Brasil (doravante "Brasil"),

e

O Canadá

doravante denominados "Partes",

Deliberaram cooperar no campo da previdência social,

Decidiram concluir um Acordo para este fim e

Concordam quanto ao seguinte:

PARTE I
DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1º
Definições

1. Para os fins deste Acordo:

"**benefício**" significa, para uma Parte, qualquer prestação pecuniária prevista na legislação de tal Parte e inclui quaisquer suplementos ou aumentos aplicáveis a tal prestação;

"**autoridade competente**" significa, para o Canadá, o Ministro ou os Ministros responsáveis pela aplicação da legislação canadense; e, para o Brasil, o Ministro responsável pela aplicação da legislação brasileira;

"**instituição competente**" significa, para o Canadá, a autoridade competente; e, para o Brasil, o Instituto Nacional do Seguro Social;

"**dependentes**" significa, para o Brasil, as pessoas especificadas na legislação de que trata o artigo 2º;

"**legislação**" significa, para cada Parte, as leis e os regulamentos especificados no artigo 2º;

"**período de cobertura**" significa:

para o Canadá, um período de contribuição usado para adquirir o direito a um benefício de acordo com o Plano de Pensão Canadense; um período durante o qual uma pensão por invalidez é paga de acordo com tal plano; e um período de residência usado para adquirir o direito a um benefício de acordo com a Lei de Proteção Social do Idoso; e,

para o Brasil, um período de contribuição ou equivalente utilizado para adquirir o direito a um benefício sob a legislação especificada no artigo 2º.

2. Qualquer termo não definido neste artigo tem o significado segundo a legislação aplicável.

ARTIGO 2º
Campo de Aplicação Material

1. Este Acordo será aplicado à seguinte legislação:

a) para o Canadá:

i) a Lei de Proteção Social do Idoso e seus regulamentos;

ii) o Plano de Pensão do Canadá e seus regulamentos;

b) para o Brasil, a legislação relativa ao Regime Geral de Previdência Social e aos Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos, no que se refere aos benefícios de aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade e pensão por morte.

2. Observado o disposto no parágrafo 3, este Acordo também será aplicado a leis e regulamentos que alterem, suplementem, consolidem ou substituam a legislação especificada no parágrafo 1.

3 Este Acordo será aplicado, ademais, a leis e regulamentos que estendem a legislação de uma Parte a novas categorias de beneficiários ou a novos benefícios, exceto se a Parte que implementa as mudanças comunicar à outra Parte, em até três meses da entrada em vigor de tais leis e regulamentos, que esses dispositivos não deverão ser aplicados.

ARTIGO 3º
Campo de aplicação pessoal

Este Acordo aplica-se a qualquer pessoa que esteja ou tenha estado sujeita à legislação do Canadá ou do Brasil, e a pessoas que adquiram direitos oriundos de tal pessoa de acordo com a legislação aplicável das Partes.

ARTIGO 4º
Igualdade de Tratamento

Qualquer pessoa que esteja ou tenha estado sujeita à legislação de uma Parte, bem como pessoas que adquiram direitos oriundos de tal pessoa, estará sujeita às obrigações da legislação da outra Parte e terá direito aos benefícios da legislação nas mesmas condições que cidadãos da outra Parte.

ARTIGO 5º
Exportação de Benefícios

1. Salvo disposição contrária neste Acordo, benefícios pagáveis sob a legislação de uma Parte a qualquer pessoa a que se refere o Artigo 3º, incluindo benefícios adquiridos em virtude deste Acordo, não poderão ser reduzidos, modificados, suspensos ou cancelados em razão unicamente do fato de que a pessoa resida ou esteja presente no território da outra Parte. Esses benefícios serão pagáveis quando essa pessoa residir no território da outra Parte.

2. Benefícios devidos em conformidade com este Acordo a uma pessoa descrita no artigo 3º serão pagos quando essa pessoa residir no território de um terceiro Estado.

3. Com relação ao Canadá, uma provisão e um suplemento de renda garantido serão pagáveis a uma pessoa que esteja fora do Canadá somente na medida em que seja permitido pela Lei de Proteção Social do Idoso.

PARTE II
DISPOSITIVOS REFERENTES À LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

ARTIGO 6º
Cobertura para Pessoas Empregadas e Autônomas

Sujeito aos artigos 7º a 9º:

a) uma pessoa empregada que trabalhe no território de uma Parte, com relação a tal trabalho, estará sujeita exclusivamente à legislação de tal Parte;

b) uma pessoa autônoma que resida no território de uma Parte e que trabalhe por conta própria no território da outra Parte ou nos territórios de ambas as Partes, com relação a tal trabalho, só estará sujeita à legislação da primeira Parte.

ARTIGO 7º
Deslocamentos

Uma pessoa empregada que esteja sujeita à legislação de uma Parte e que seja enviada para trabalhar no território da outra para o mesmo empregador estará, no que se refere a esse trabalho, sujeita apenas à legislação da primeira Parte como se o trabalho tivesse sido realizado em seu território. Isso se aplica aos deslocamentos com duração de até sessenta meses.

ARTIGO 8º
Emprego no Governo

1. Independentemente do disposto neste Acordo, as disposições referentes à seguridade social da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 18 de abril de 1961 e da Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 24 de abril de 1963 continuarão a ser aplicadas.

2. Uma pessoa empregada no Governo de uma Parte que seja enviada para trabalhar no território da outra Parte, com relação a tal emprego, estará sujeita apenas à legislação da primeira Parte.

3. Salvo o disposto nos parágrafos 1 e 2, uma pessoa que resida no território de uma Parte e que ali esteja a serviço do Governo da outra Parte, com relação a esse emprego, estará sujeita apenas à legislação da primeira Parte.

ARTIGO 9º
Exceções

As autoridades competentes das Partes podem, por consentimento mútuo e por escrito, fazer exceções às aplicações dos artigos 6º a 8º com relação a quaisquer pessoas ou categorias de pessoas, desde que essas pessoas envolvidas estejam sujeitas à legislação de uma das Partes.

ARTIGO 10
Períodos de Cobertura de acordo com a Legislação do Canadá

1. Para fins de calcular o valor de benefícios de acordo com a Lei de Proteção Social do Idoso:

a) se uma pessoa estiver sujeita ao Plano de Pensão do Canadá ou sujeita ao regime de previdência social de uma província do Canadá, durante qualquer

período de presença ou residência no Brasil, tal período será considerado um período de residência no Canadá para tal pessoa; tal período também será considerado um período de residência no Canadá para cônjuge ou companheiro e para dependentes que residam com tal pessoa e não estejam sujeitos à legislação do Brasil em virtude de emprego ou atividade autônoma;

b) caso uma pessoa esteja sujeita à legislação do Brasil durante qualquer período de presença ou residência no Canadá, tal período não será considerado um período de residência no Canadá para tal pessoa; também não será considerado um período de residência no Canadá para o cônjuge ou companheiro e para dependentes que residam com tal pessoa e não estejam sujeitos ao Plano de Pensão do Canadá ou ao regime de previdência social de uma província do Canadá em virtude de emprego ou atividade autônoma.

2. Na aplicação do parágrafo 1:

a) uma pessoa será considerada sujeita ao Plano de Pensão do Canadá ou ao regime de previdência social de uma província do Canadá durante um período de presença ou residência no Brasil somente se tal pessoa contribuir para o plano, durante tal período, em virtude de emprego ou atividade autônoma;

b) uma pessoa será considerada sujeita à legislação do Brasil durante um período de presença ou residência no Canadá apenas se tal pessoa fizer contribuições obrigatórias segundo essa legislação, durante tal período, em virtude de emprego ou atividade autônoma.

PARTE III
DISPOSITIVOS REFERENTES A BENEFÍCIOS

CAPÍTULO I
TOTALIZAÇÃO

ARTIGO 11
Períodos de acordo com a Legislação do Canadá e do Brasil

1. Se uma pessoa não for elegível a um benefício por não ter acumulado períodos de cobertura suficientes de acordo com a legislação de uma Parte, a elegibilidade de tal pessoa a tal benefício será determinada pela totalização de tais períodos e daqueles especificados nos parágrafos 2 a 4, desde que os períodos não se sobreponham.

2.

a) Para determinar a elegibilidade a um benefício de acordo com a Lei de Proteção Social do Idoso do Canadá, um período de cobertura de acordo com a legislação do Brasil será considerado um período de residência no Canadá.

b) Para determinar a elegibilidade a um benefício de acordo com o Plano de Pensão do Canadá, um ano calendário civil, incluindo pelo menos 3 meses de cobertura de acordo com a legislação do Brasil, será considerado um ano de cobertura de acordo com o Plano de Pensão do Canadá.

3. Para determinar a elegibilidade a um benefício de aposentadoria por idade de acordo com a legislação do Brasil:

a) um ano calendário civil, que seja um período de cobertura de acordo com o Plano de Pensão do Canadá, será considerado como 12 meses de cobertura de acordo com a legislação do Brasil;

b) um mês de período de cobertura, de acordo com a Lei de Proteção Social do Idoso do Canadá e que não se sobreponha a um período de cobertura de acordo com o Plano de Pensão do Canadá, será considerado um mês de cobertura de acordo com a legislação do Brasil.

4. Para determinar a elegibilidade a um benefício por invalidez ou por morte de acordo com a legislação do Brasil, um ano calendário civil, que seja um período de cobertura de acordo com o Plano de Pensão do Canadá, será considerado como 12 meses de cobertura de acordo com a legislação do Brasil.

ARTIGO 12
Períodos sob a Legislação de um Terceiro Estado

1. Caso uma pessoa não seja elegível a um benefício com base nos períodos de cobertura sob a legislação das Partes, totalizados em conformidade com o Artigo 11, a elegibilidade de tal pessoa para tal benefício será determinada pela totalização desses períodos e dos períodos de cobertura concluídos sob a legislação de um terceiro Estado com o qual ambas as Partes sejam vinculadas por instrumentos de previdência social que garantam a totalização dos períodos, desde que eles não se sobreponham. Em casos em que os períodos de cobertura cumpridos sob a legislação de um terceiro Estado forem aplicados pela instituição competente de uma das Partes os períodos não poderão ser utilizados duas vezes.

2. Caso uma pessoa não seja elegível a um benefício sob a legislação do Brasil, com base em períodos de cobertura concluídos sob a legislação do Brasil, totalizados segundo o Artigo 11 ou segundo o parágrafo 1, a elegibilidade dessa pessoa a tal benefício será determinada pela totalização daqueles períodos e de períodos de cobertura concluídos sob a legislação de um terceiro Estado com o qual apenas o Brasil esteja vinculado mediante acordo de previdência social que permita totalização de períodos.

ARTIGO 13
Período Mínimo para Totalização

Se a duração total dos períodos de cobertura acumulados sob a legislação de uma Parte for inferior a um ano e se, considerando esses períodos, um direito a benefício não exista conforme a legislação de tal Parte, a instituição competente de tal Parte não será obrigada a pagar um benefício com relação a esses períodos em decorrência deste Acordo. Contudo, esses períodos de cobertura serão considerados pela instituição competente da outra Parte para determinar elegibilidade para os benefícios de tal Parte pela aplicação do Capítulo I.

CAPÍTULO II
BENEFÍCIOS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO DO CANADÁ

ARTIGO 14
Benefícios de acordo com a Lei de Proteção Social do Idoso

1. Se uma pessoa for elegível para uma pensão ou provisão de acordo com a Lei de Proteção Social do Idoso, pela aplicação dos dispositivos de totalização do Capítulo I, a instituição competente do Canadá calculará o valor da pensão ou provisão pagável a tal pessoa de acordo com os dispositivos da lei que regem o pagamento de uma pensão ou provisão parcial, exclusivamente com base em períodos de residência no Canadá que possam ser considerados de acordo com aquela lei.

2. O parágrafo 1 também será aplicado a uma pessoa fora do Canadá que seria elegível para uma pensão integral no Canadá, ainda que não tenha residido no Canadá pelo período mínimo exigido pela Lei de Proteção Social do Idoso para o pagamento de uma pensão fora do Canadá.

3. O Canadá pagará pensão prevista na Lei de Proteção Social do Idoso a uma pessoa que esteja fora do Canadá se os períodos de residência de tal pessoa, quando totalizados conforme previsto no Capítulo I, forem pelo menos iguais ao período mínimo de residência no Canadá exigido pela Lei de Proteção Social do Idoso para o pagamento de uma pensão fora do Canadá.

ARTIGO 15
Benefícios de acordo com o Plano de Pensão do Canadá

Se uma pessoa for elegível para um benefício exclusivamente por meio da aplicação dos dispositivos de totalização do Capítulo I, a instituição competente do Canadá calculará o valor do benefício pagável a tal pessoa da seguinte forma:

1. a parcela do benefício calculada com base nos rendimentos será determinada em conformidade com os dispositivos do Plano de Pensão do Canadá, exclusivamente com base nos rendimentos contributivos segundo tal Plano;

2. a parcela do benefício que é fixa será calculada pró-rata pela multiplicação:

   a) do valor da parcela fixa do benefício determinado em conformidade com os dispositivos do Plano de Pensão do Canadá

   pela

   b) fração representando a razão dos períodos de contribuições ao Plano de Pensão do Canadá em relação ao período mínimo de qualificação exigido de acordo com tal Plano para estabelecer elegibilidade para tal benefício, porém de modo algum tal fração excederá o valor de um inteiro.

CAPÍTULO III
BENEFÍCIOS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO DO BRASIL

ARTIGO 16
Cálculo do Valor do Benefício

1. Caso uma pessoa seja elegível a um benefício segundo a legislação do Brasil sem a aplicação das disposições sobre totalização a que se refere o Capítulo I, a instituição competente do Brasil determinará o valor do benefício a ser pago exclusivamente com base nos períodos de cobertura que tal pessoa tenha completado sob a legislação brasileira.

2. Caso uma pessoa seja elegível a um benefício segundo a legislação do Brasil somente com a aplicação das disposições sobre totalização a que se refere o Capítulo I, a instituição competente do Brasil:

a) calculará o valor da prestação teórica do benefício que seria pago se todos os períodos de cobertura tivessem sido cumpridos sob a legislação do Brasil;

b) com base no valor da prestação teórica, calculará o valor real do benefício a ser pago pró-rata considerando os períodos de cobertura completados segundo a legislação do Brasil e o total dos períodos de cobertura segundo a legislação de ambas as Partes, não podendo exceder o período mínimo necessário para o estabelecimento da elegibilidade ao benefício;

c) em nenhum caso aplicará o disposto na alínea "a" de forma que o montante da prestação teórica resulte inferior ao mínimo garantido pela legislação do Brasil.

PARTE IV
DISPOSITIVOS ADMINISTRATIVOS E GERAIS

ARTIGO 17
Ajuste Administrativo

1. As Partes concluirão um Ajuste Administrativo que estabeleça as medidas necessárias para a aplicação deste Acordo.

2. As Partes designarão os organismos de ligação das Partes naquele Ajuste.

ARTIGO 18
Troca de Informações e Assistência Mútua

1. As autoridades competentes e instituições responsáveis pela aplicação deste Acordo:

a) na medida em que for permitido por lei, comunicarão entre si quaisquer informações necessárias para a aplicação deste Acordo e da legislação à qual este Acordo se aplica;

b) prestarão assistência mútua para fins de determinar elegibilidade a, ou o valor de, qualquer benefício, segundo este Acordo ou segundo a legislação à qual este Acordo se aplica, como se a questão envolvesse a aplicação de sua própria legislação;

c) comunicarão entre si, o mais rapidamente possível, todas as informações sobre as medidas adotadas pelas mesmas para a aplicação deste Acordo ou sobre modificações em suas respectivas legislações na medida em que essas modificações afetem a aplicação deste Acordo.

2. A assistência referida no parágrafo 1, alínea "b", será prestada isenta de encargos, observadas quaisquer disposições contidas no Ajuste Administrativo concluído segundo o artigo 17 para o reembolso de determinados tipos de despesas.

3. A menos que a divulgação seja exigida pelas leis de uma Parte, quaisquer informações sobre uma pessoa que sejam transmitidas em conformidade com este Acordo por

uma Parte à outra Parte são confidenciais e serão utilizadas unicamente para fins de implementação deste Acordo e da legislação à qual ele se aplica. Informação sobre uma pessoa obtida pela Parte receptora não pode ser divulgada subsequentemente a qualquer outra pessoa, instituição ou país, a não ser que a Parte emissora seja notificada e esteja de acordo, e que a informação seja divulgada apenas para os mesmos propósitos para os quais ela tenha sido divulgada originalmente.

ARTIGO 19

Isenção ou Redução de Valores, Taxas e Encargos Devidos

1. Caso alguma isenção ou redução de honorários legais, taxas consulares e encargos administrativos seja incluída na legislação de uma Parte para uma categoria de pessoas em relação à emissão de qualquer certificado ou documento exigido para aplicação daquela legislação, essa isenção ou redução deve ser estendida pela primeira Parte à mesma categoria de pessoas para a aplicação da legislação da outra Parte.

2. Documentos de caráter oficial exigidos a serem apresentados para a aplicação deste Acordo estarão isentos de qualquer autenticação por autoridades diplomáticas ou consulares e formalidades similares.

ARTIGO 20

Idioma de Comunicação

Para a aplicação deste Acordo, as autoridades e instituições competentes das Partes podem comunicar-se diretamente em qualquer idioma oficial das Partes.

ARTIGO 21

Apresentação de Requerimento, Notificação ou Recurso

1. Requerimentos, notificações e recursos referentes à elegibilidade a um benefício ou a seu valor de acordo com a legislação de uma Parte que deveriam ter sido, para fins de tal legislação, apresentados em prazo previsto a uma autoridade ou instituição competente de tal Parte, porém que sejam apresentados no mesmo período a uma autoridade competente ou instituição da outra Parte, serão tratados como se tivessem sido apresentados à autoridade ou instituição competente da primeira Parte. A data de apresentação de requerimentos, notificações e recursos para a autoridade ou instituição competente da outra Parte será considerada a data de apresentação para a autoridade ou instituição competente da primeira Parte.

2. A data em que um requerimento de benefício é apresentado de acordo com a legislação de uma Parte será considerada a data de apresentação do requerimento para o benefício correspondente de acordo com a legislação da outra Parte, desde que o requerente no momento da solicitação forneça informações indicando que períodos de cobertura foram completados segundo a legislação da outra Parte. Este parágrafo não será aplicado a um requerimento apresentado antes da data de entrada em vigor deste Acordo ou se o requerente solicitar que o requerimento do benefício segundo a legislação da outra Parte fique sobrestado.

3. A autoridade ou instituição competente a qual um requerimento, notificação ou recurso foi apresentado deve transmiti-lo imediatamente à autoridade ou instituição competente da outra Parte.

ARTIGO 22
Pagamento de Benefícios

1. Uma Parte pagará benefícios segundo este Acordo para um beneficiário que resida fora do território em moeda livremente conversível de acordo com a legislação que aplica.

2. Uma Parte pagará benefícios segundo este Acordo sem qualquer dedução de despesas administrativas.

ARTIGO 23
Resolução de Controvérsias

1. As autoridades competentes das Partes resolverão, na medida do possível, quaisquer controvérsias que surjam na interpretação ou aplicação deste Acordo conforme seus princípios fundamentais.

2. Qualquer controvérsia que não tenha sido resolvida de acordo com o parágrafo 1 será imediatamente resolvida por negociações entre as Partes.

ARTIGO 24
Entendimentos com uma Província do Canadá

A autoridade pertinente do Brasil e uma província do Canadá podem concluir entendimentos relativos a qualquer questão de previdência social dentro da jurisdição provincial no Canadá na medida em que tais entendimentos não contrariem os dispositivos deste Acordo.

PARTE V
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

ARTIGO 25
Disposições Transitórias

1. Qualquer período de cobertura completado antes da data de entrada em vigor deste Acordo será considerado para fins de determinar o direito a um benefício e seu valor segundo este Acordo.

2. As disposições deste Acordo não conferirão qualquer direito de receber pagamento de um benefício por um período anterior à data de entrada em vigor deste Acordo.

3. Observado o parágrafo 2, um benefício, que não seja de pagamento único, será pago segundo este Acordo relativamente a eventos ocorridos antes da data de vigência deste Acordo.

4. Observado o parágrafo 2, quando uma solicitação de benefício sob este Acordo for apresentada dentro do prazo de 12 meses a partir da entrada em vigor deste Acordo, esse benefício será pago uma vez que as condições necessárias tenham sido cumpridas. Entretanto, sob nenhuma circunstância, o pagamento de um benefício será feito por um período de tempo não permitido sob a legislação canadense tal como especificado no Artigo 2º.

5. Para a aplicação do Artigo 7º, no caso de uma pessoa cujo deslocamento tenha iniciado antes da data de entrada em vigor deste Acordo, o período do referido deslocamento deve ser considerado como tendo iniciado na data de entrada em vigor deste Acordo.

ARTIGO 26
Duração e Denúncia

1. Este Acordo permanecerá em vigor sem qualquer limitação sobre sua duração, podendo ser denunciado a qualquer momento pelas Partes mediante aviso escrito com doze meses de antecedência à outra Parte.

2. Na eventualidade de que este Acordo seja denunciado, qualquer direito adquirido por uma pessoa nos termos de seus dispositivos será mantido. Este Acordo continuará em vigor com relação a todas as pessoas que, anteriormente à sua denúncia, houvessem requerido e adquirido direitos em decorrência deste Acordo, se este não tivesse sido denunciado.

ARTIGO 27
Entrada em Vigor

Este Acordo entrará em vigor no primeiro dia do quarto mês após o qual cada Parte tenha recebido da outra Parte notificação, por escrito, por via diplomática, de que tenha cumprido todas as exigências para a entrada em vigor deste Acordo.

Em testemunho do quê, os abaixo-assinados, sendo devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram este Acordo.

Feito em dois originais, em Brasília, em 8 de agosto de 2011, nos idiomas português, inglês e francês , sendo todos os textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Antonio de Aguiar Patriota
Ministro das Relações Exteriores

PELO CANADÁ

Diane Ablonczy
Ministra para as Américas e Assuntos Consulares

Mensagem nº 55, de 2013

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, e do Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Canadá, celebrado em Brasília, em 8 de agosto de 2011.

Brasília, 19 de fevereiro de 2013.

EMI Nº 00462 MRE/MPS

Brasília, 28 de Fevereiro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Canadá, assinado em Brasília, em 8 de agosto de 2011, pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e pela Ministra para as Américas e Assuntos Consulares do Canadá, Diane Ablonczy.

2. No contexto do crescente fluxo internacional de trabalhadores e da transformação do Brasil de país de destino em país de origem de imigrantes, tornam-se ainda mais relevantes as iniciativas destinadas a proteger os trabalhadores brasileiros no exterior e de oferecer essa mesma proteção aos estrangeiros radicados em nosso País.

3. Além de estender aos trabalhadores de cada país residentes no território do outro o acesso ao sistema de Previdência local, o Acordo de Previdência Social deverá aproximar e intensificar as relações bilaterais na medida em que institua mecanismos de cooperação e coordenação entre ministérios, agências e institutos do Brasil e do Canadá.

4. Estimada em cerca de 20 a 30 mil pessoas, a comunidade brasileira no Canadá cresce a taxas significativas na esteira da política migratória desse país, tradicionalmente aberta à mão de obra estrangeira. A aprovação do referido Acordo ajudaria a sinalizar, de forma definitiva, a prioridade que os governos dos dois países dão à assistência e à integração das suas comunidades expatriadas.

5. Negociado pelos ministérios responsáveis pela Seguridade Social com o apoio das Chancelarias dos dois países, esse Acordo foi firmado com o objetivo principal de permitir que os trabalhadores que contribuíram para os dois sistemas somem os períodos de contribuição para o fim de atingirem o tempo mínimo necessário à obtenção de aposentadorias e demais benefícios previdenciários. Cada sistema pagará ao beneficiário, pelos dispositivos do acordo, montante em sua própria moeda equivalente ao período de contribuição efetuado no respectivo país (pro rata tempore).

6. Trata-se, portanto, de instrumento que objetiva corrigir situação de flagrante injustiça, qual seja, a pura e simples perda dos recursos investidos em um dos sistemas e o acréscimo, em anos, do tempo mínimo de contribuição necessário à obtenção da aposentadoria.

7. O instrumento institui ainda, no que concerne ao acesso aos sistemas previdenciários, o princípio da igualdade de tratamento entre cidadãos brasileiros e canadenses, que veda a esses sistemas o estabelecimento de qualquer espécie de discriminação ou favorecimento baseado na nacionalidade. Trata-se, portanto, de cláusula que favorece a ampliação da cidadania e a integração dos trabalhadores emigrados.

8. O processamento e o controle dos pedidos deverá ser feito de forma coordenada pelas instituições que gerem os respectivos sistemas. Essa cooperação será regulada pelo Ajuste Administrativo, instrumento adicional elaborado com a participação dessas duas instituições.

9. No que concerne à vigência, o Artigo 29 estabelece que o Acordo entrará em vigor no primeiro dia do quarto mês seguinte ao mês em que os dois países tenham comunicado um ao outro, por nota diplomática, a conclusão dos requisitos internos para a ratificação. O Artigo 28 determina que os períodos de contribuição anteriores à entrada em vigor sejam considerados para os fins de obtenção dos benefícios previstos no acordo. O pagamento desses benefícios, entretanto, não retroagirá a datas anteriores à de sua entrada em vigor.

10. O instrumento poderá ser denunciado por qualquer uma das partes, mediante notificação por escrito. Suas disposições, entretanto, só cessarão no dia 31 de dezembro do ano seguinte a essa notificação. Benefícios concedidos com base nos dispositivos do Acordo deverão continuar a ser pagos.

11. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o artigo 49, inciso I, combinado com o artigo 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ruy Nunes Pinto Nogueira, Garibaldi Alves Filho

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 214, DE 2013

(Nº 873/2013, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação Bilateral em Matéria de Defesa, assinado em Varsóvia, em 1º de dezembro de 2010.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação Bilateral em Matéria de Defesa, assinado em Varsóvia, em 1º de dezembro de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ACORDO-QUADRO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA POLÔNIA SOBRE COOPERAÇÃO BILATERAL EM MATÉRIA DE DEFESA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Polônia
(doravante coletivamente denominados "Partes Contratantes"
e individualmente como "Parte Contratante"),

Desejando fortalecer as diversas formas de cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Polônia, com base no estudo recíproco de assuntos de interesse mútuo;

Compartilhando o interesse comum de contribuir para a paz e segurança internacional;

Obedecendo as suas leis nacionais, princípios das leis internacionais e suas obrigações internacionais;

Acordam o seguinte:

Artigo 1
Disposições Gerais

1. Este Acordo-Quadro define os princípios gerais de cooperação bilateral de defesa entre as Partes Contratantes, a qual será baseada na equidade, no interesse mútuo e na parceria.

2. As Partes Contratantes executarão as atividades no âmbito do presente Acordo-Quadro respeitando os princípios e as finalidades da Carta das Nações Unidas, que incluem igualdade soberana, integridade, inviolabilidade territorial dos Estados e de não intervenção em seus assuntos internos.

3. Para a implementação deste Acordo-Quadro, os agentes executivos serão: o Ministério da Defesa em nome da República Federativa do Brasil e o Ministro da Defesa Nacional, em cooperação com o ministério competente para assuntos econômicos, em nome da República da Polônia.

Artigo 2
Definições

Neste Acordo-Quadro o termo:

1) "pessoal militar" significa membros das Forças Armadas da República Federativa do Brasil e da República da Polônia;

2) "pessoal civil" significa funcionários do governo e da indústria de defesa da República Federativa do Brasil e da República da Polônia;

3) "Parte remetente" significa a Parte Contratante que envia seu pessoal militar ou civil para o território da República Federativa do Brasil ou da República da Polônia, em conformidade com as disposições do presente Acordo-Quadro; e

4) "Parte anfitriã" significa a Parte Contratante recebedora do pessoal militar ou civil da Parte Remetente, em conformidade com as provisões do presente Acordo-Quadro.

Artigo 3
Cooperação Bilateral de Defesa

1. A cooperação em defesa entre as Partes Contratantes poderá ser implementada de diversas formas, em especial:

1) visitas mútuas de delegações da República Federativa do Brasil e da República da Polônia;

2) visitas mútuas de navios e aeronaves militares;

3) participação do pessoal militar e civil em cursos de treinamento, seminários, conferências e simpósios, incluindo o intercâmbio de instrutores, professores, estagiários e estudantes representado instituições militares das Partes Contratantes;

4) participação como observadores em exercícios militares;

5) participação do pessoal militar e civil em eventos culturais e desportivos;

6) intercâmbio de conhecimento e experiências nos diferentes campos relacionados a temas de defesa;

7) programas e projetos comuns em tecnologia de defesa

8) programas e projetos comuns em produtos e serviços relacionados à defesa;

9) intercâmbio de conhecimentos e experiências adquiridas em operações de manutenção da paz e em assistência humanitária; e

10) história militar e museus militares.

2. As Partes Contratantes poderão cooperar em diferentes campos relacionados à defesa de interesse mútuo, com base em protocolos complementares a este Acordo-Quadro ou acordos em separado.

3. O pessoal autorizado pelo Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministro da Defesa Nacional da República da Polônia poderão concluir mecanismos de implementação no âmbito do presente Acordo-Quadro. Esses mecanismos de implementação deverão estar em consonância com a legislação nacional da República Federativa do Brasil e da República da Polônia.

Artigo 4

Exigência Legal Relacionada ao Intercâmbio de Pessoal Militar e Civil

O pessoal militar e civil da Parte remetente deverá respeitar a legislação da Parte anfitriã e abster-se de qualquer atividade incompatível com o espírito do presente Acordo-Quadro e, em especial, de qualquer atividade política no território da Parte anfitriã. Também é dever da Parte remetente adotar as medidas necessárias para esse fim.

Artigo 5

Responsabilidades Financeiras

1. A não ser que seja acordado de forma contrária, cada Parte Contratante será responsável por todas as despesas contraídas por seu pessoal militar e civil no cumprimento das atividades oficiais no âmbito do presente Acordo-Quadro.

2. Todas as atividades desenvolvidas no âmbito deste Acordo-Quadro estarão sujeitas à disponibilidade de recursos financeiros das Partes Contratantes.

Artigo 6

Proteção da Informação Sigilosa Trocada

A proteção da informação sigilosa trocada entre as Partes Contratantes, relacionada a temas deste Acordo-Quadro, será estabelecida em acordo específico.

Artigo 7
Solução de Controvérsias

Controvérsias relacionadas à interpretação ou aplicação deste Acordo-Quadro serão resolvidas exclusivamente pelas Partes Contratantes, por intermédio de consultas e negociações diplomáticas diretas.

Artigo 8
Disposições Finais

1. Este Acordo-Quadro entrará em vigor trinta (30) dias após o recebimento da segunda notificação escrita, pelos canais diplomáticos, por intermédio da qual as Partes Contratantes notificarão a outra do término dos procedimentos internos necessários para a entrada em vigor deste Acordo-Quadro.

2. Este Acordo-Quadro é celebrado por período indeterminado. Poderá ser denunciado por qualquer Parte Contratante, por notificação escrita, por via diplomática. Nesse caso, este Acordo-Quadro expira em cento e oitenta (180) dias a partir da data do recebimento da notificação de denúncia.

3. A denúncia deste Acordo-Quadro não afetará a validade ou a duração de programas, projetos ou atividades dele decorrentes, até sua conclusão, a menos que as Partes Contratantes decidam de outro modo, por consentimento mútuo.

4. Este Acordo-Quadro poderá ser emendado, a qualquer momento, por o consentimento escrito das Partes Contratantes. Emendas entrarão em vigor conforme previsto no parágrafo 1.

Feito em Varsóvia, em 03 de dezembro de 2010, em dois originais, cada um nos idiomas português, polonês e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de qualquer divergência de interpretação, o texto em inglês prevalecerá.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nelson Jobim
Ministro da Defesa

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DA POLÔNIA

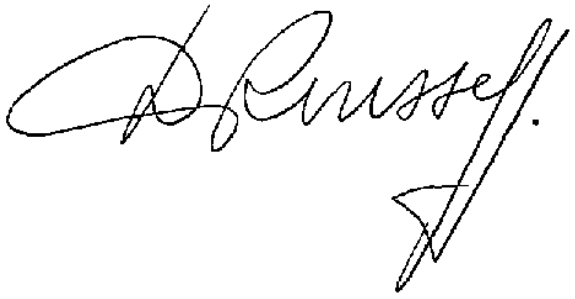
Bogdan Klich
Ministro da Defesa Nacional

Mensagem nº 62, de 2013

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores e do Senhor Ministro de Estado da Defesa, o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação Bilateral em Matéria de Defesa, assinado em Varsóvia, em 1º de dezembro de 2010.

Brasília, 20 de fevereiro de 2013.



EMI No 00114 MRE/MD

Brasília, 10 de março de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação Bilateral em Matéria de Defesa, assinado em Varsóvia, em 1º de dezembro de 2010, pelo Ministro da Defesa, Nelson Jobim, e pelo Ministro da Defesa Nacional do Governo da República da Polônia, Bogdan Klich.

2. O referido Acordo tem como propósito promover a cooperação em assuntos relativos à defesa, especialmente através de troca de experiências e conhecimentos (inclusive no que diz respeito a operações de paz), realização de programas e projetos comuns em tecnologia, produtos e serviços de defesa, intercâmbio de visitas e realização de eventos conjuntos.

3. Os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores conduziram as negociações do Acordo em tela e, em cumprimento do disposto no Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002, acordaram seu texto final em reunião de coordenação realizada em 25 de outubro de 2010.

4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o artigo 49, inciso I, combinado com o artigo 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ruy Nunes Pinto Nogueira, Celso Luiz Nunes Amorim

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Governo/PT – MS) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 213 e 214, de 2013**, vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de 15 dias úteis para opinar sobre as matérias, prorrogável por igual período, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Governo/PT – MS) – O Senado Federal recebeu, da Câmara dos Deputados, o **Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2013** (nº 2.595/2000, na Casa de origem, do Deputado Glycon Terra Pinto, que *dispõe sobre a manutenção de elevadores elétricos, esteiras e escadas rolantes, instalados em edifícios residenciais, comerciais e de serviços públicos ou privados; e dá outras providências.*

É o seguinte o Projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2013

(nº 2.595/2000, na Casa de origem, do Deputado Glycon Terra Pinto)

Dispõe sobre a manutenção de elevadores elétricos, esteiras e escadas rolantes, instalados em edifícios residenciais, comerciais e de serviços públicos ou privados; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os elevadores elétricos, esteiras e escadas rolantes para transporte de pessoas, instalados em edifícios de habitação coletiva, comerciais e de serviços públicos ou privados, em todo o País, deverão ser submetidos a manutenção mensal, de acordo com as especificações constantes das normas expedidas pelo órgão federal competente do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.

§ 1º A manutenção de que trata o *caput* deste artigo deverá ser realizada por empresas prestadoras de serviço habilitadas pelo órgão fiscalizador estadual ou municipal competente e registradas no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA relativo à região em que atuam essas empresas.

§ 2º Na revisão geral referida no *caput* deste artigo, deverão ser inspecionados, no que couber, os seguintes itens:

I - cabos de aço de tração e respectivas conexões;

II - sistemas de frenagem e parada;

III - motores e demais dispositivos de tração;

IV - sistema de alimentação elétrica;

V - chaves, fios, fusíveis, quadro de acionamento e demais componentes elétricos;

VI - condições de conservação e segurança da cabine;

VII - funcionamento dos sistemas de segurança de fechamento e abertura das portas;

VIII - estrutura de fixação e sustentação;

IX - substituição de componentes e peças essenciais para a segurança dos usuários, de acordo com a vida útil indicada pelos respectivos fabricantes.

Art. 2° A empresa prestadora do serviço de manutenção de elevadores deverá fornecer ao órgão fiscalizador um plano periódico da manutenção programada para cada edificação, onde constarão todos os procedimentos específicos para a marca e o modelo do equipamento correspondente, bem como a periodicidade do serviço a ser prestado, e ainda:

I - utilizar, obrigatoriamente, em seus serviços de reparo e manutenção, componentes originais ou fabricados por firmas que mantenham controle de qualidade;

II - emitir, a cada visita de manutenção, certificado de revisão em que constará prazo de validade e termo de garantia relativo ao serviço prestado, afixando-o no interior do elevador, em local que permita sua leitura pelos usuários.

Art. 3° A cada manutenção, os proprietários ou responsáveis pelo edifício estão obrigados a providenciar todos os reparos e substituições considerados como

essenciais à segurança do elevador, sob pena de sua interdição.

Art. 4° O não cumprimento do disposto nesta Lei implica:

I - interdição do elevador;

II - multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) no caso de desrespeito à interdição;

III - multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) no caso de reincidência, sem prejuízo da interdição.

Parágrafo único. Os valores das multas de que trata o *caput* deste artigo serão atualizados monetariamente com base na variação do índice de atualização dos débitos fiscais.

Art. 5° Leis municipais poderão estabelecer exigências mais rigorosas relativas à manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras para o transporte de pessoas do que as fixadas nesta Lei.

Art. 6° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.595, DE 2000

Dispõe sobre a manutenção de elevadores em edifícios residenciais e comerciais e dá outras providências;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Todos os elevadores elétricos instalados em edifícios de habitação coletiva, comerciais e de serviços públicos ou privados, em todo o País, deverão ser submetidos a manutenção mensal, de acordo com as especificações constantes das normas expedidas pelo órgão federal competente do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.

§ 1º A manutenção de que trata o *caput* deste artigo deverá ser realizada por empresas prestadoras de serviço habilitadas pelo órgão fiscalizador estadual ou municipal competente e registradas junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA - relativo à região em que atuam essas empresas.

§ 2º Consideram-se órgãos competentes para fiscalizar a manutenção mensal de que trata o *caput* deste artigo:

I - os órgãos de defesa civil;

II – os corpos de bombeiros estaduais, municipais e do Distrito Federal;

III – os órgãos fiscalizadores de obras municipais.

Art. 2º. A empresa prestadora do serviço de manutenção de elevadores deverá fornecer ao órgão fiscalizador um plano periódico da manutenção programada para cada edificação, onde constarão todos os procedimentos específicos para a marca e o modelo do equipamento correspondente, bem como a periodicidade do serviço a ser prestado, e ainda:

I - utilizar, obrigatoriamente, em seus serviços de reparo e manutenção, componentes originais ou fabricados por firmas que mantenham controle de qualidade;

II – emitir, a cada visita de manutenção, certificado de revisão em que constará prazo de validade e termo de garantia relativo ao serviço prestado, afixando-o no interior do elevador, em local que permita sua leitura pelos usuários.

Art. 3º A cada manutenção, os proprietários ou responsáveis pelo edifício estão obrigados a providenciar todos os reparos e substituições considerados como essenciais à segurança do elevador, sob pena de sua interdição.

Art. 4º O não cumprimento do disposto nesta lei implica:

I – interdição do elevador;

II – multa no valor de cinco mil reais no caso de desrespeito à interdição;

III – multa no valor de dez mil reais no caso de reincidência, sem prejuízo da interdição.

Parágrafo único. Os valores das multas de que trata o *caput* deste artigo serão atualizados monetariamente com base na variação do índice de atualização dos débitos fiscais.

Art. 5º Os poder executivo federal regulamentará esta lei no prazo de trezentos e sessenta dias contados da sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No Brasil, são freqüentes as notícia sobre acidentes com elevadores que, quase sempre, resultam em morte ou invalidez. E, na quase totalidade dos casos, os desastres ocorrem em consequência do mau estado de conservação dos aparelhos, como é o caso da queda de pessoas nos chamados "poços" desses equipamentos.

O fato de não existir uma legislação federal sobre a matéria, faz com que a manutenção de elevadores no País seja feita de forma esporádica, por livre decisão de síndicos e proprietários, sem qualquer controle por parte das autoridades competentes.

O projeto de lei que ora submetemos à apreciação do Congresso Nacional trata-se de uma norma geral que tem por objetivo estabelecer a obrigatoriedade da manutenção periódica desses equipamentos, definindo critérios mínimos para garantir a segurança dos usuários.

Pelo fato de a matéria em pauta ser do interesse de toda a população brasileira, solicitamos o apoio dos Nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2000.

Deputado Glycon Terra Pinto

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Governo/PT – MS) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, § 1º, inciso IV, do Regimento Interno, o Projeto será apreciado pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos do art. 49, I, da referida Norma Interna, do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, podendo receber emendas perante a primeira comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Governo/PT – MS) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, os seguintes Projetos de Lei da Câmara:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 2013

(nº 5.369/2009, na Casa de origem, do Deputado Vieira da Cunha)

Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) em todo o território nacional.

§ 1º No contexto e para os fins desta Lei, considera-se intimidação sistemática (*bullying*) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

§ 2º O Programa instituído no *caput* poderá fundamentar as ações do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como de outros órgãos, aos quais a matéria diz respeito.

Art. 2º Caracteriza-se a intimidação sistemática (*bullying*) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda:

I - ataques físicos;

II - insultos pessoais;

III - comentários sistemáticos e apelidos pejorativos;

IV - ameaças por quaisquer meios;

V - grafites depreciativos;

VI - expressões preconceituosas;

VII - isolamento social consciente e premeditado;

VIII - pilhérias.

Parágrafo único. Há intimidação sistemática na rede mundial de computadores (*cyberbullying*), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial.

Art. 3° A intimidação sistemática (*bullying*) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como:

I - verbal: insultar, xingar e apelidar pejorativamente;

II - moral: difamar, caluniar, disseminar rumores;

III - sexual: assediar, induzir e/ou abusar;

IV - social: ignorar, isolar e excluir;

V - psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar;

VI - físico: socar, chutar, bater;

VII - material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem;

VIII - virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados

pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social.

Art. 4° Constituem objetivos do Programa referido no *caput* do art. 1°:

I - prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (*bullying*) em toda a sociedade;

II - capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;

III - implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação;

IV - instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores;

V - dar assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores;

VI - integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo;

VII - promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua;

VIII - evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil;

IX - promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática

(*bullying*), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar.

Art. 5º É dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (*bullying*).

Art. 6º Serão produzidos e publicados relatórios bimestrais das ocorrências de intimidação sistemática (*bullying*) nos Estados e Municípios para planejamento das ações.

Art. 7º Os entes federados poderão firmar convênios e estabelecer parcerias para a implementação e a correta execução dos objetivos e diretrizes do Programa instituído por esta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias da data de sua publicação oficial.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.369, DE 2009

Institui o Programa de Combate ao "Bullying"

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Combate ao "Bullying" em todo o território nacional, vinculado ao Ministério da Educação, que expedirá as normas e procedimentos necessários à sua execução, observadas as diretrizes prescritas na presente Lei.

Parágrafo único. No contexto da presente Lei, "bullying" é considerado todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo, que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

Art. 2º Caracteriza-se o "bullying" quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação e/ou discriminação, e ainda:

a) ataques físicos;
b) insultos pessoais;
c) comentários sistemáticos e apelidos pejorativos;
d) ameaças por quaisquer meios;
e) grafitagem depreciativas;
f) expressões preconceituosas;
g) isolamento social consciente e premeditado;
h) pilhérias.

§ Único - O "Cyberbullying", uso de instrumentos da WEB, como Orkut e outros, para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial, caracteriza-se também como "bullying".

Art. 3º O "bullying" pode ser classificado, conforme as ações praticadas:

a) verbal: insultos, xingamentos e apelidos pejorativos;
b) moral: difamação, calúnia, disseminação de rumores;
c) sexual: assédio, indução e/ou abuso;
d) social: ignorar, isolar e excluir;
e) psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar;
f) físico: socar, chutar, bater;
g) material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem;
h) virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social.

Art. 4º Constituem objetivos do presente Programa:

a) prevenir e combater a prática de "bullying" em toda a sociedade;
b) capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;
c) implementação e disseminação de campanhas de educação, conscientização e informação;

d) instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores;
e) assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e agressores;
f) integrar os meios de comunicação de massas com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e a forma de preveni-lo e combatê-lo;
g) promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua;
h) evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e mudança de comportamento hostil.

Art. 5º Os Municípios e Estados deverão apresentar relatórios bimestrais das ocorrências em suas unidades, das providências tomadas e dos resultados obtidos, enviando-os ao Ministério da Educação.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º Os entes federados poderão firmar convênios e estabelecer parcerias para a implementação e a correta execução dos objetivos e diretrizes do Programa instituído por esta lei.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor no prazo de noventa dias a partir data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente propositura objetiva instituir o Programa de Combate ao "Bullying", no âmbito do Ministério da Educação, visando a identificar as crianças vítimas de "bullying" nas escolas e na sociedade, bem como criar mecanismos que permitam evitá-lo.

A expressão "bullying" tem sua origem no idioma inglês, e deriva de "bully", isto é, valentão, brigão, arruaceiro, sem similar em nossa língua pátria. Sua definição, no contexto da presente proposição, se evidencia pelo desejo consciente e deliberado que um indivíduo ou grupo tem em maltratar, reiteradamente, outra(s) pessoa(s) ou colocá-la(s) sob permanente tensão, impondo-lhe(s) sofrimento físico ou psicológico.

Tem-se em pesquisas mundiais estimativas que sugerem que mais de 350 milhões de crianças são vítimas desse tipo de violência, sendo que aproximadamente um milhão de crianças por dia passam por situações de violência em escolas em todo o mundo. Este é o resultado da pesquisa conduzida pela www.plan.org.br, organização não governamental de desenvolvimento centrado na criança e no adolescente, que está engajada na campanha "Aprender Sem Medo", lançada em vários países com o objetivo de promover um esforço global para acabar com a violência nas escolas.

A mesma pesquisa indica que esse tipo de violência afeta não somente a personalidade, a saúde física e mental das vítimas, mas também tem repercussões marcantes nas famílias, na comunidade e na própria economia nacional. Para melhor ilustrar, dados coletados por essa pesquisa, em 66 países, apontam para indicadores comuns, como:

- meninas sofrem mais com a violências sexual;
- meninos são mais atingidos pelo castigo corporal;
- as vítimas têm maior tendência ao suicídio.

São numerosos os indicadores que, de tão estarrecedores, tem provocado uma crescente preocupação de governos na tomada de decisões visando a implementação de políticas públicas efetivas para acabar com essas formas de violência, a começar por programas nas escolas, local de predominância das práticas do "bullying".

No Brasil são várias as proposições tendo por objeto a presente pretensão legislativa, todavia estas acontecem no âmbito dos Municípios e Estados, impondo-se, então, uma legislação federal de alcance nacional.

Ao vincular o Programa ao Ministério da Educação ressalta a proposta o seu caráter preventivo e educacional, antes de qualquer objetivo punitivo, constituindo-se, este, o último recurso à serviço da sociedade.

Ademais, as possibilidades de punição já encontra amparo na legislação pátria, sobretudo no Estatuto da Criança e do Adolescente, que, entre as previsões, contempla as medidas socioeducativas.

Ainda encontra-se à disposição das vítimas a possibilidade de registro de ocorrência, e, se pertinente, a instauração de ação, além de outros instrumentos judiciais para responsabilizar os agressores e,

também, os estabelecimentos - educacionais ou não - por omissão ou negligência no trato das ações que caracterizam o "bullying".

A pretensão maior da presente proposição legislativa é de conscientizar a sociedade para o problema e, assim, evitá-lo. Mais que isso, sustar o crescente êxodo escolar das crianças vítimas de "bullying", e, futuramente, de todo o processo de estresse, ansiedade, depressão e outros efeitos colaterais, como dependência do álcool, drogas e forte propensão ao suicídio, que acompanharão essas crianças e adolescentes em sua vida adulta.

De se ressaltar, outrossim, que a prática costumeira do "bullying" vitimiza, também, o agressor, já que a rotina do "bullying" enseja a sua permanência em um ciclo de violência, levando-o a condenações criminais.

Observe-se, ainda, que não raramente vítimas de "bullying" convertem-se em agressores em episódios de massacres em escolas, tendo como alvo colegas e professores, numa evidente transferência de raiva e ódio contra seus algozes e contra a própria instituição, que, por não identificar ou mesmo se omitir, causaram-lhes dor e/ou constrangimento.

Registro, por fim, a iniciativa do Vereador Mauro Zacher (PDT) que, ao propor projeto semelhante na Câmara Municipal de Porto Alegre, inspirou este legislador.

Com as considerações supra, esperamos merecer dos nobres Pares o imprescindível apoio à presente propositura.

Sala das Sessões, 04 de junho de 2009.

Deputado **VIEIRA DA CUNHA**
PDT/RS

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2013

(nº 3.684/2012, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado)

Inscreve o nome de Clara Camarão no Livro dos Heróis da Pátria.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica inscrito o nome de Clara Camarão no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.684, DE 2012

Inscreve o nome de Clara Felipa Camarão no Livro dos Heróis da Pátria

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília, Distrito Federal, o nome de Clara Felipa Camarão.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A instituição de homenagens a personagens marcantes da história do nosso país busca resgatar a memória brasileira como instrumento de afirmação da cidadania e de construção da identidade nacional. Nesse sentido, edificou-se, no coração cívico da Capital da República, Brasília, na Praça dos Três Poderes, o Panteão da Liberdade e da Democracia.

Erguido em homenagem ao ex-presidente Tancredo Neves Nele, o Panteão é depositário de um livro de aço no qual se registram os nomes dos brasileiros que tiveram destaque na história do país, de modo que a sua memória seja preservada para as futuras gerações: o Livro dos Heróis da Pátria.

Trago hoje à apreciação dos nobres pares o Projeto de Lei que visa inscrever o nome de Clara Felipa Camarão no Livro dos Heróis da Pátria, com o objetivo de fazê-lo figurar entre os nomes daqueles que não só defenderam nossa pátria, mas contribuíram para a formação da grande nação soberana e democrática de que hoje nos orgulhamos ser.

Natural da então Capitania do Rio Grande, hoje Estado do Rio Grande do Norte, Clara Camarão, nasceu no início do século XVII, na margem direita do rio Potengi, onde habitavam os índios Potiguares, num local denominado Aldeia Velha que atualmente constitui-se num dos bairros de Natal, o bairro de Igapó.

Foi catequizada por padres jesuítas juntamente com seu marido, Felipe Camarão, uma das principais figuras da resistência nas lutas contra as invasões holandesas no nordeste do Brasil e na primeira Batalha dos Guararapes, simbolicamente considerada a origem do Exército Brasileiro.

Clara acompanhava o marido em todos os combates. Tinha pleno domínio do arco e da flecha, da lança e do tacape, investindo contra as armas do inimigo, sempre montada em seu cavalo. Apesar de não poder lutar lado a lado com os homens – proibição imposta pelos costumes tribais –, Clara formou um pelotão de índias potiguares sob seu comando e exortava os soldados à luta e à vitória.

Clara Camarão é considerada uma das precursoras do feminismo no Brasil por ter rompido a barreira da divisão de trabalhos na tribo, ao afastar-se dos trabalhos domésticos para participar das batalhas ao lado de seu marido nas invasões de Olinda e do Recife. As tropas do príncipe Maurício de Nassau já haviam incendiado Olinda quando Clara, à frente de seu exército de índias potiguares, combateu os holandeses com uma bravura sem limites.

Ela também teve atuação decisiva na luta contra os holandeses durante a colonização da cidade de Porto Calvo, no Estado de Alagoas, em 1637.

A última luta de Clara Camarão ao lado do marido foi a primeira Batalha dos Guararapes, decisiva para a vitória luso-brasileira contra as tropas holandesas, em 1648. Felipe Camarão viria a falecer pouco depois devido a ferimentos sofridos na Batalha. Após a morte do marido, Clara Camarão recolheu-se à viuvez e à obscuridade, não sendo conhecidos o local e data de sua morte.

Inquestionavelmente, o nome de Clara Felipa Camarão, valente índia guerreira potiguar, se sobressai nos primeiro capítulos da nossa história, razão pela qual solicito dos ilustres pares a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 2012.

Deputada SANDRA ROSADO

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Governo/PT – MS) – O **Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2013**, vai às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O **Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2013**, vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Governo/PT – MS) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2009** (nº 235/2007, na Casa de Origem, da Deputada Alice Portugal), que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – inclui nos currículos escolares de ensino médio, conteúdo sobre os direitos da mulher* (tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei da Câmara nº 171, de 2009**; e com os **Projetos de Lei do Senado nºs 31, 143, 155, 371, de 2008; 279, de 2009; 95, 232, 254, de 2010**).

Tendo sido rejeitadas em apreciação terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, as matérias vão ao Arquivo.

Com referência aos **Projetos de Lei da Câmara nºs 79 e 171, de 2009**, será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Governo/PT – MS) – A Presidência comunica às Senhoras e aos Senhores Parlamentares que, por solicitação dos subscritores, deixa de ser realizada a sessão solene conjunta do Congresso Nacional convocada para dia 11 de novembro do corrente, segunda-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 80 anos do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, ficando nova data a ser marcada oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Governo/PT – MS) – A Presidência designa o Senador Osvaldo Sobrinho, nos termos do Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas, para integrar, em substituição ao Senador Jayme Campos, respectivamente:

> – como Titular, as Comissões de Assuntos Econômicos; de Agricultura e Reforma Agrária; de Assuntos Sociais; e a Temporária para Propor Soluções ao Financiamento do Sistema de Saúde do Brasil;
>
> – como Suplente, as Comissões de Serviços de Infraestrutura; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e a Temporária da Reforma do Código Penal Brasileiro;

A Presidência designa ainda o referido Senador para integrar:

> – como Suplente, a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas; e na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

A Presidência informa que será encaminhado aos Presidentes das Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos cópia do Ofício para que sejam tomadas as devidas providências em relação às indicações para compor as Subcomissões de Acompanhamento das Atividades da Eletrobrás Distribuição; e dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira.

Em relação à indicação para o Senador integrar a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a Presidência esclarece que esta designação ocorreu na sessão do dia 18 de setembro, nos termos do **Ofício nº 170, de 2013**, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

É o seguinte o Ofício:

Brasília, 18 de setembro de 2013

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a V. Exª, para indicar o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), para integrar, como Membro Titular, as Comissões Permanentes: Comissões de Assuntos Econômicos, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Assuntos Sociais, para o Acompanhamento das Atividades da Eletrobrás, e Comissão Destinada a propor Soluções ao Financiamento do Sistema de Saúde do Brasil, bem como ocupar, como membro suplente, as Comissões de Infraestrutura, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Subcomissão Permanente para tratar dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira, Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Comissão de Reforma do Código Penal Brasileiro (PLS nº 236/2012), nas vagas anteriormente ocupadas pelo titular, Senador Jayme Campos (DEM-MT), licenciado a partir de 13 de setembro do ano em curso, por meio do Requerimento nº 1.047, de 2013. Na ocasião, também o indico para integrar, como membro suplente, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, na vaga do Bloco Parlamentar União e Força.

Atenciosamente, – Senador **Gim Argello**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Governo/PT – MS) – Sobre a mesa, memorando que será lido.

É lido o seguinte:

Memo. nº 169/2013-CMA

Brasília, 10 de setembro de 2013

Assunto: Extinção de Subcomissão

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou o Requerimento nº 48, de 2013-CMA, em 3 de setembro, deste ano, extinguindo, nos termos do artigo 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a "Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 – CMARIO20P" no intuito de possibilitar a criação da "Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos".

Portanto, comunico a Vossa Excelência a extinção da "Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 – CMARIO20P", no âmbito desta Comissão.

Diante do exposto, solicito as alterações necessárias para conhecimento dos Senadores desta Casa.

Atenciosamente, – Senador **Blairo Maggi**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Governo/PT – MS) – O memorando que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Governo/PT – MS) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 2.133/2013**, do Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a aprovação e envio à promulgação do **Projeto de Decreto Legislativo nº 576, de 2012** (nº 818/2013, naquela Casa), que *aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012* (Mensagem nº 323, de 17/07/2012, na origem).

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 2.133/13/SGM-P

Brasília, 18 de setembro de 2013

Assunto: Envio de PDC à Promulgação

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Câmara dos Deputados aprovou, na Sessão Plenária do dia 12-9-13, o Projeto de Decreto Legislativo nº 818/13, do Senado Federal (PDS nº 576/12, na Casa de origem), que "Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Banco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17 de julho de 2012, na origem)".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à promulgação.

Atenciosamente, – Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Governo/PT – MS) – A Presidência tomará as providências necessárias à promulgação do Decreto Legislativo.

DISCURSOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

A SRª LIDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, brasileiros que nos acompanham pelos órgãos de divulgação da Casa, em 2005, a data de 21 de setembro foi instituída, pela Lei N° 11.133, como Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Esta semana, quero saudar o Movimento de Pessoas com Deficiência, na pessoa do presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Salvador, José Ednilson Almeida do Sacramento, ele que é cego, estudante de Jornalismo na Universidade Federal da Bahia (UFBA), e está em Brasília para acompanhar a Marcha Nacional pelo Efetivo Cumprimento dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Segundo a ONU, 10% da população mundial, cerca de 650 milhões de pessoas, têm alguma deficiência. Em 2008, entrou em vigor a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. No Brasil, o censo IBGE 2010 revela que 45 milhões de brasileiros (23,9%) declararam-se com algum tipo de deficiência.

Segundo balanço de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, divulgado em junho pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine), entre maio de 2012 a abril deste ano foram oferecidas 46.884 vagas pelas empresas para pessoas com deficiência. Ainda é pouco considerando que, no Brasil, a política nacional de cotas obriga as empresas com pelo menos 100 funcionários a preencher, no mínimo, 2% de seu quadro com deficientes.

No mandato, em diversas oportunidades, tanto no plenário como nas comissões, tenho me colocado em defesa das pessoas com deficiência. Entre os projetos apresentados, no ano passado conseguimos aprovar o Projeto de Lei do Senado – PLS 621/2011, que destina às pessoas com deficiência um mínimo de 10% das vagas de cursos e programas de qualifi-

cação profissional financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O projeto está em tramitação na Câmara dos Deputados.

Este ano, aprovamos o Projeto de Resolução do Senado – PRS 46/2011, que institui a Comenda Dorina Gouveia Nowill, para agraciar personalidades que contribuíram para a defesa das pessoas com deficiência no Brasil.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma das propostas que Movimento Nacional pelo Efetivo Cumprimento dos Direitos das Pessoas com Deficiência apresenta diz respeito "à criação de um Fundo Nacional para promoção de políticas de inclusão das pessoas com deficiência..." para custear "projetos destinados a este segmento social, propostos por entidades civis e/ou por órgãos governamentais".

Foi iniciativa do nosso mandato a proposta de criação de um Fundo Nacional de Apoio à Pessoa com Deficiência (Projeto de Lei do Senado -PLS 587/2011), que está pronto para votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deste Senado. Citando trecho do Manifesto das Pessoas com Deficiência:

... cada deficiência tem suas especificidades... mas para que as pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades que os demais cidadãos... é preciso que sejam garantidos meios de acesso na medida das necessidades de cada deficiência...

A história das pessoas com deficiência já passou por várias fases críticas marcadas pela intolerância, exclusão total, invisibilidade e assistencialismo. Temos avançado nesta luta, mas também temos, de outro lado, uma grande ameaça que é, sem dúvida, o preconceito, bem como a invisibilidade às chamadas barreiras "atitudinais". As relações humanas na sociedade do século XXI retratam um quadro caótico de convivências e interações resultantes de conflitos históricos gerados pela dificuldade humana de conviver e respeitar TODAS as diferenças.

Por isso, persiste uma profunda necessidade de repensarmos nossos conhecimentos sobre o tema. Uma das primeiras atitudes a ser reforçada – bandeira de diversos movimentos – é, justamente, parar de utilizar o termo "portador de" e adotar a expressão atual (segundo convenção da própria ONU) "pessoa com deficiência", que parte da seguinte orientação: "nada a nosso respeito sem a nossa participação".

Por fim, quero destacar alguns direitos e avanços conquistados na última década, bem como desafios que ainda persistem. Entre os direitos, a Lei de Cotas propiciou a contratação de mais de 300 mil pessoas com deficiência.

Temos ainda a reforma psíquica e política de saúde mental no Brasil (Lei 10 216/2001); o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos; o Programa Viver sem Limite, de 2011; e dotação orçamentária executada pela União em colaboração com estados, Distrito Federal, municípios e sociedade, que envolve recursos para quatro eixos temáticos: acesso à educação; atenção à saúde; inclusão social; e acessibilidade.

Assim, os desafios que se colocam são os de monitorar a aplicação da Convenção da ONU, implantar políticas públicas para reduzir a exclusão, fomentar a equiparação de oportunidades e a plena participação cidadã das pessoas com deficiência. Tais iniciativas vão ao encontro de promover um maior entendimento – individual e coletivo – sobre o que é PcD – Pessoas com Deficiência, adequar a legislação, dar maior visibilidade a essa população e suas necessidades, tornando-a mais protagonista e ajudando a eliminar o preconceito. Ao Poder Público cabe implantar políticas hábeis à remoção das barreiras culturais, arquitetônicas, tecnológicas, econômicas ou quaisquer outras, a fim de que esses cidadãos exerçam plenamente seus direitos constitucionais e participem mais da vida social.

Por fim, quero registrar que a Câmara Municipal de Vitória da Conquista promove hoje audiência pública para debater a síndrome de Down, em sessão especial convocada pela vereadora Lúcia Rocha. Quero destacar o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Saber Down da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), coordenado pela professora Marian Oliveira e, impossibilitada de comparecer, parabenizar pela iniciativa.

Como segundo assunto, gostaria de registrar que, na semana passada, essa Casa realizou Sessão Solene em homenagem às vítimas do golpe militar do Chile, ocorrido há 40 anos, em 11 de setembro de 1973. Embora coautora da proposição, não pude participar em virtude de integrar Missão Oficiai no exterior.

Queria parabenizar ao Senador João Alberto Capiberibe, amigo e companheiro de bancada, que muito bem coordenou o referido evento, sendo ele próprio uma das vítimas daqueles fatídicos e tristes eventos.

Gostaria também de propor algumas reflexões sobre aquele momento histórico trágico de "Nuestra America", posto que as lições da história sempre exigem permanente atenção e meditação, para que consigamos compreender com profundidade o alcance dos fatos que se nos apresentam hoje em dia.

Assistimos nas jornadas de mobilização popular de junho segmentos bastante minoritários, mas extremamente agressivos, pedindo a volta da ditadura militar como remédio para a corrupção. Mal sucedidas em conquistar adesões nas ruas, essas vozes ainda buscam audiência nas redes sociais, numa pregação

cheia de rancor e preconceito, e absolutamente vazia de propostas para o País.

A defesa da democracia é uma prática diuturna. Não a democracia formal e retórica dos liberais conservadores, mas a democracia viva e pulsante que as mobilizações populares parecem ter redespertado em nossos corações e mentes.

Os dramáticos fatos de 11 de setembro de 1973 devem servir de alerta a todas as consciências dos cidadãos e cidadãs do planeta e da América Latina em particular. O Chile era, na época, uma das mais antigas e sólidas democracias, tanto assim que permitira que, pela primeira vez nas Américas, pelas eleições livres e diretas, chegasse ao poder um governo socialista liderado por Salvador Allende.

A violência do golpe inaugurada com o assassinato do Presidente Allende no Palácio de La Moneda logo em suas primeiras horas, ainda nos choca a todos. A memória dos milhares de mortos, presos, torturados e desaparecidos ainda repercutem na memória da humanidade, como uma nódoa que jamais se dissipará.

A profunda divisão política que se instalou com a vitória da Unidade Popular na eleição que em 1970 deu a vitória a Salvador

Ailende, prosseguiu durante todo o seu governo, estimulado pela mídia conservadora e os dólares da CIA. Essa divisão se aprofundou com o golpe de 11 de setembro de 1973. A violência do General Pinochet e seus seguidores promoveu uma modernização capitalista, apontada e saudada por muitos na época, apóstolos do neoliberalismo, como um modelo a ser seguido por todo continente. A expressão "Chicago Boys", que marcou a equipe econômica pinochetista de jovens economistas formados nas universidades norte-americanas, arautos do estado mínimo e do livre mercado, encontravam aqui no Brasil muitos admiradores e seguidores.

Mas se o custo histórico, em termos de sangue e dor, de amplas parcelas da população chilena dessa modernização, foi ocultado pela feroz censura por algum tempo, acabou por emergir com toda a força e eloqüência na surpreendente derrota do General Pinochet no plebiscito por ele mesmo convocado, e que era tido por todos os observadores como um mero jogo de cartas marcadas.

O custo histórico das ditaduras é sempre alto, muito alto. Passados 40 anos, o Chile segue dividido. Em artigo recente, o jornalista Eric Nepomuceno afirmou: "Claro que não existe no mundo um país de unanimidades, e que, se existisse, com certeza seria tenebroso. O que chama a atenção no Chile é que além das até agora irremediáveis divisões sociais, persiste uma divisão que se transformou numa ferida que não termina nunca de cicatrizar: a das memórias soltas dentro das almas dos chilenos. As marcas da ditadura. A divisão mais profunda é a da memória: de um lado, a dos mais de três mil mortos e das mais de 40 mil pessoas que sobreviveram ao tormento, às masmorras, aos campos de concentração, às mutilações e ao exílio, e que continua pedindo que se conheça a verdade, que se estabeleçam juridicamente as responsabilidades, que se faça justiça. De outro, a memória (sim, porque isso começou há mais de 20 anos) dos que dizem que o que foi feito, feito está, e que ninguém deve explicações a quem quer que seja. Entre os dois lados, os que defendem uma reconciliação no modelo espanhol, em que se respeite a memória, mas também a impunidade como eixo e centro da reconciliação. São os que, embora reivindiquem o direito à verdade, se negam a ver a anistia decretada nos estertores dos tempos de horror como uma nódoa sobre o presente e um penhasco insuperável diante do futuro".

Agora em outubro teremos eleições presidenciais no Chile. Quatro décadas depois, mais uma vez, o Chile permanece radicalmente dividido. De um lado, a candidata socialista e ex-presidente Michelle Bachelet, da aliança de centro esquerda; no lado oposto, a deputada Evelyn Matthei, candidata do atual Presidente Sebastian Pinera e da direita.

Michelle Bachelet teve seu pai, o general da força aérea Alberto Bachelet, assassinado sob tortura em 1973. Ela própria, ainda muito jovem, foi presa e assistiu sua mãe ser torturada, antes de partirem para o exílio.

Evelyn Matthei é filha de outro general da força aérea, Fernando Matthei, amigo do pai de Michelle. Era ele o diretor da instalação militar onde Alberto Bachelet foi torturado e morreu. Admiradora confessa do ex-ditador, foi uma das mais constantes presenças ao lado de Pinochet, quando da sua prisão em Londres por crimes contra a humanidade. Sempre que indagada sobre os crimes da ditadura, afirma que era muito jovem na época para ter que se justificar por aqueles fatos.

Para muitos, no Chile só haverá uma pacificação definitiva com a plena apuração, com o resgate completo da memória das vítimas e de seus algozes. Debate bastante similar ao que se dá hoje em nosso País.

Entre as muitas lições que nos oferece o Chile, uma delas certamente está em que ao romper-se com a democracia, um País penetra num túnel bastante escuro, que pode custar muitas gerações para se resgatar.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Esta Casa deu início, dia 16, à Semana Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, que será celebrada até o próximo dia 21. A realização de eventos como este possibilita um debruçar mais atento sobre os proble-

mas, as demandas e as soluções oferecidas. E temos que constatar: a sociedade brasileira está em débito com as pessoas com deficiência.

As pessoas com deficiência têm os mesmos direitos, previstos na Constituição Federal de 1988 e outras leis do país, que são garantidos a todos os brasileiros, além dos direitos previstos em leis específicas, como as 7.853/89, 8.742/93, 8.899/94, 10.048/2000, 10.098/2000, entre outras, bem como em normas internacionais assinadas peio Brasil, como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Enquanto crianças e adolescentes, também possuem todos os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e, quando idosos, ou seja, maiores de 60 anos, tem os direitos estabelecidos pelo Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003).

Cabe-nos elaborar e implementar políticas públicas para viabilizar a inclusão social das pessoas com deficiência. Promover campanhas de promoção de imagem afirmativa dessas pessoas, através dos meios de comunicação e programas educativos para toda a população. Apoiar e fortalecer as entidades de defesa dos seus direitos. Garantir-lhes o direito à cidade e à cultura (acesso, produção e distribuição), em todas as ações e equipamentos culturais, adotando recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas, a exemplo do desenho universal, áudio-descrição, sistema braile, caracteres ampliados, intérpretes em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), livros digitais e sites acessíveis. Integrá-las ao sistema regular de educação infantil e no ensino fundamental com respeito às suas especificidades e fornecendo condições físicas, pedagógicas e tecnológicas para a promoção da educação inclusiva. Capacitá-las para o trabalho, ampliando as condições para que as empresas e o poder público cumpram a lei de cotas que lhes são destinadas.

Precisamos garantir profissionais capacitados no diagnóstico, no atendimento e na compreensão das especificidades das pessoas com deficiência física, auditiva, visual, intelectual e múltipla. Garantir profissionais especialistas, com domínio ou capacitados em LIBRAS, para atender pessoas com deficiência auditiva, assim como garantir a realização do teste da orelhinha e a promoção de práticas de atenção à saúde auditiva. Garantir a presença de intérpretes em hospitais, órgãos públicos etc. Oferecer formação continuada, multidisciplinar e especializada para os profissionais das diversas áreas no entendimento e no atendimento das pessoas com deficiência. Ampliar o número de escolas que ensinam e adotam a linguagem de sinais. Estabelecer parcerias com os centros de reabilitação e/ou atenção especializada para ampliar o acesso das pessoas com deficiência aos serviços públicos e de assistência social.

Devemos tornar acessíveis os locais de uso público, os locais públicos e os serviços como o transporte urbano, proporcionando melhores condições de locomoção com autonomia e segurança para toda população, inclusive para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Incorporar aos projetos urbanos e habitacionais os seus anseios. Estimular a criação de oficinas ou centros públicos destinados à fabricação de órteses e próteses para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Precisamos promover atividades de lazer e desporto acessíveis para as pessoas com deficiência ou que permitam sua inclusão naquelas destinadas ao conjunto da população. Cabe, aqui, salientar, que as atividades esportivas têm propiciado a melhor mostra de como essas pessoas, com seus direitos e necessidades respeitados, destacam-se e ganham visibilidade positiva. Os atletas paraolímpicos brasileiros conquistaram em Londres o melhor resultado do país na Paraolimpíada. A comparação é inevitável: no quadro geral de medalhas, o Brasil paraolímpico ficou em 7º lugar; Brasil olímpico, em 22° lugar. Clodoaldo da Silva, o maior medalhista paraolímpico brasileiro, considera que as seis medalhas de ouro, cinco de prata e duas de bronze que ele conquistou para o Brasil na natação é uma demonstração de superação, “Ao receber as medalhas pude demonstrar que as pessoas com deficiência não são incapazes. São pessoas capazes, que lutam pelos seus ideais”.

Em 2016 será a vez do Rio de Janeiro receber deficientes físicos de todo o mundo para a competição. Em especial essa cidade terá o desafio de garantir a mobilidade dos participantes da competição. Como no resto do país, no Rio falta acessibilidade das ruas e dos transportes para realizar suas tarefas rotineiras. As calçadas esburacadas e a falta de rampas de acesso dificultam a circulação dos cadeirantes. Pessoas com deficiência visual não contam com o auxílio de aviso sonoro nos sinais de trânsito. As estações de trem e os vagões não são adaptados.

Mas temos também cidades que se destacam pelos serviços que oferecem, como Uberlândia, considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2010, uma das 100 cidades do mundo modelo em acessibilidade. Todas as suas regiões são equipadas com as adaptações de inclusão necessárias, embora ainda tenha desafios, como a padronização de calçadas, implantação universal de rampas e sinalização sonora em todos os semáforos. Em Curitiba, os ônibus adaptados são quase totalidade e o Jardim Botânico possui o Jardim das Sensações, com trajeto sensorial constituído de uma pista ladeada por sementeiras com legendas em Braille, que oferece a oportunidade de ver, tocar e apreciar o perfume de espécies botânicas,

bem como de simular ambientações de floresta. Em São Paulo, as estações de metrô e trem são equipadas com elevadores que facilitam o deslocamento das pessoas com mobilidade reduzida. Em Fortaleza, existe estrutura para atender pessoas com deficiência, porém elas ainda enfrentem muitas dificuldades.

Temos legislado a respeito do tema, os governos federal, estaduais e municipais realizam obras de acessibilidade, mas temos também um gigantesco trabalho de conscientização da população no sentido de respeitar as leis e solidarizar-se com essas pessoas. Não se trata apenas de uma questão de governo, mas também de uma questão de cultura. Basta atentarmos para os desrespeitos freqüentes sofridos pelas pessoas com deficiência. Temos garantias de acessibilidade como, por exemplo, vagas para deficientes, mas as pessoas que não precisam param os carros nessas vagas. A sociedade ainda não está acostumada a essa cultura.

Parabéns a esta Casa, pelas atividades que esta desenvolvendo em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, parabéns aos brasileiros pela realização desta Semana Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. A sociedade precisa reconhecer surdos, cegos, deficientes físicos e pessoas com outras deficiências como cidadãos plenos.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores,

Estamos vivendo tempos profícuos na política brasileira. Reflexos das manifestações das ruas, ocorridas em junho deste ano, o Parlamento brasileiro está, neste momento, discutindo a reforma política e, nesse contexto, esta Casa está a debater o fim do voto secreto.

Para isso, estamos aqui hoje. Temos a missão política de apreciar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 43/2013), que determina o voto aberto em todas as deliberações do Poder Legislativo e que, depois de demorado debate, foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Ontem (18), como todos nós testemunhamos, a CCJ protagonizou uma grande polêmica, mas, felizmente, terminou por aprovar o parecer do relator desta matéria, o senador Sergio Souza (PMDB-PR).

Tocado pelas palavras do nobre colega, Aníbal Diniz (PT/AC), o relator voltou ao seu relatório inicial que defendia o voto aberto. Assim, temos aprovada uma PEC que respalda a abertura de todas as votações no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

Entendo que o debate sobre assunto tão relevante, não se esgota apenas numa comissão ou em uma sessão deste Senado. Ao contrário, acho que este tema deve sim, dominar a pauta política nacional, dentro e fora deste Parlamento.

De modo geral, aqui no Senado, podemos dizer que já estamos caminhando a passos largos com vistas à aprovação do voto aberto no Congresso Nacional.

Eu, que participei deste processo de discussões, e que por mais de uma vez, me posicionei nesta tribuna pelo voto aberto no parlamento brasileiro, volto a externar minha convicção na efetivação desta ferramenta democrática.

Com a aprovação da PEC nº 43/2013, na CCJ, teremos, agora, a oportunidade de reafirmá-la, em dois turnos, no Plenário deste Senado.

Neste trâmite, poderemos anexar a PEC 43/2013, à PEC 20/2013, de iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS), já aprovada na CCJ. Luta antiga de alguns parlamentares e anseio da sociedade brasileira, o fim do voto secreto no Parlamento brasileiro tornou-se inadiável.

Principalmente, depois do constrangimento criado com a rejeição de grande parte dos deputados federais, à cassação de um deputado federal – Natan Donadon – já condenado e preso.

A opinião pública não perdoou a Câmara dos Deputados pelo fato de aquela Casa ter mantido o mandato de um parlamentar, mesmo sem que este tivesse condições morais para exercê-lo. Nas redes sociais, onde se proliferaram as piadas contra este Poder instituído, o constrangimento foi ainda maior e assim, a imagem do Poder Legislativo ficou muito arranhada.

Penso que se já estivesse prevalecendo o voto aberto, não teríamos passado por tão desprezível vexame. A verdade é que, nobres colegas, na medida em que avançamos no processo de consolidação da democracia brasileira, não há mais espaço para que o anacronismo representado pelo voto secreto seja preservado.

Nos dias de hoje, em que vivenciamos muito mais com a transparência, ocultar o voto dos parlamentares, que aqui representam os seus eleitores, é um atentado ao princípio democrático. A transparência, senhores parlamentares, carrega consigo a possibilidade de estabelecer uma relação muito mais próxima entre representante e representado. Os eleitores, que em nós confiaram um mandato, podem, devem e precisam saber como votamos em todas as matérias que nos são submetidas.

Portanto, ao aprovarmos a proposta de emenda constitucional do voto aberto, nós, que apenas representamos o eleitor, estaremos a reconhecer sua soberania e reafirmar nossa sintonia com ele e com suas demandas.

Ademais, ao assegurarmos o voto aberto, não estamos criando a roda, mas seguindo outras Casas Legislativas como a Câmara Legislativa do Distrito Federal e as Assembleias Legislativas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná.

Reafirmo, portanto, minha posição favorável ao voto aberto, fazendo uma homenagem ao colega de Parlamento e de Partido, o senador Paulo Paim (RS), que desde 1989, quando ainda era deputado, defende essa bandeira.

Autor de duas proposituras, a PEC 50 e a PEC 20, que também visam o fim do voto secreto no Poder Legislativo, Paim é a própria representação da luta pela transparência no Legislativo brasileiro. Quem sabe, brevemente, Paulo Paim poderá ver este sonho, que não é mais só dele, vir a ser realizado. É o que eu defendo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora inscritos, com as bençãos de Deus, dou por encerrada a presente sessão.

Boa noite a todos.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 18 minutos.)

EMENDAS
Nºs 1 E 2
(AO PLN Nº 009/2013-LOA)

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

EMENDA

90410001

EMENTA

PL 1.805/2007 - Dedução do Imposto Devido de Doações Feitas por Pessoas Fisicas a Instituições de Ensino Superior

MODALIDADE DA EMENDA

Deputado Federal

RENÚNCIA DE RECEITA DE OUTRAS FONTES

PROPOSIÇÃO CORRELATA

ORIGEM: Câmara dos Deputados TIPO: PL NÚMERO: 1805/2007
AUTOR: DEP. CLAUDIO MAGRÃO

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11120410 Pessoas Físicas	129.530.000

COMPENSAÇÃO DA DESPESA

SEQUENCIAL	FUNCIONAL	AÇÃO/SUBTÍTULO	VALOR
004218	99.999.0999.0201.6498	Reserva de Contingência Fiscal - Primária / Reserva de Contingência - Fiscal	129.530.000

JUSTIFICATIVA

O PL no 1.805, de 2007, estabelece que os contribuintes, pessoas Físicas e Jurídicas poderão deduzir do imposto devido o equivalente a metade das quantias doadas as entidades de ensino púiblico superior, ficando estas deduções limitadas a:
a) Pessoas Físicas: A dedução a que se refere o PL, somadas as deduções para os Fundos dos direitos da Criança e do Adolescente Conselhos do Idoso, Programa Nacional do Apoio a Cultura PRONAC e atividades audiovisuais, não poderão reduzir o imposto devido em mais de 6% (seis por cento).
Não foi considerados os dispositivos que contemplam Pessoas Jurídicas, que serão motivo de emenda de adequação durante a tramitação na CFT. Esta emenda considera a dedução máxima de 0,20% do imposto devido.
O cálculo da estimativa de impacto orçamentário financeiro para 2013, 2014, 2015 foi motivo da
NOTA COGET/COPAN No 04212013 de 09 demaio de 2013.
Esta proposição encontra se na CFT para exame de mérito e adequação orçamentária, tendo sido aprovada, por unanimidade, seu mérito na CEC.

AUTOR DA EMENDA

2973 - Paulão

EMENDA

29730001

EMENTA

aumento das contribuições para fomento da radiodifusão públicas

MODALIDADE DA EMENDA

Deputado Federal

ESFERA

1 Orçamento Fiscal

ALTERAÇÃO EM RECEITA DO TESOURO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 Receita do Tesouro da União

NATUREZA DA RECEITA 12203000 Contr para o Fomento da Radiod

TIPO DE ALTERAÇÃO

Acréscimo

VALOR

400.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta proposta de Emenda de Receita ao Projeto da Lei Orçamentária Annual de 2014 tem o objetivo de dar efetividade ao disposto no artigo 32 da Lei 11.652, de 7 de Abril de 2008, que instituiu os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e autorizou a constituição da Empresa Brasil de Comunicação – EBC.

O referido artigo foi incorporado durante o processo de tramitação na Câmara dos Deputados, visando instituir a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP), com o objetivo de propiciar meios para a melhoria dos serviços de radiodifusão pública e para a ampliação de sua penetração mediante a utilização de serviços de telecomunicações. Tal Contribuição passou a ser devida pelas prestadoras dos serviços de telecomunicações e radiodifusão constantes do Anexo da Lei 11.652, devendo ser paga, anualmente, até o dia 31 de março. Do montante a ser arrecadado, 2,5% são devidos à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) como retribuição pelos serviços de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das atividades relativas a tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento da CFRP.

No mínimo 75% da arrecadação deve ser repassado à EBC pela Anatel. A distribuição dos 22,5% restantes ainda depende de regulamentação por meio de decreto, sendo que parte desses recursos deve ser utilizada para financiar os serviços de Televisão e de Retransmissão de Televisão Pública Digital explorada por entes e órgãos integrantes dos Poderes da União, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTVD. Enquanto não for feita essa regulamentação, esses recursos também devem ser repassados à EBC.

A criação da CFRP não implicou em aumento de tributos, tendo em vista a redução do montante equivalente na Taxa de Fiscalização de Funcionamento dos serviços de telecomunicações e radiodifusão (de 50% para 45% dos valores fixados para a Taxa de Fiscalização de Instalação). No entanto, o setor de telecomunicações, por meio do Sinditelebrasil, vem questionando judicialmente o tributo desde maio de 2009. O mesmo não ocorreu em relação à Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), negociada com o setor para aprovação da nova regulamentação da TV Paga, que foi integralmente recolhida em 2013. O montante recolhido judicialmente no período totaliza até agora R$ 1.370.206.338,64 em valores nominais.

Em 15 de março deste ano, o juízo da 6ª Vara Federal julgou o mérito da ação, denegando o mandado de segurança e considerando a CFRP legal e constitucional, reforçando a argumentação, inclusive, com jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal (STF). O Sinditelebrasil apelou, novamente, por meio de mandado de segurança, instrumento considerado frágil pela Procuradoria Jurídica da EBC para se obter efeito suspensivo da decisão. Não obstante a possibilidade de restituição em caráter devolutivo do tributo, caso a decisão da primeira instância seja revertida até o trânsito em julgado da ação. Isso significa que, muito provavelmente, a partir do próximo ano, as empresas não poderão mais recolher em juízo a CFRP, devendo fazer o recolhimento normal. Levando em conta o valor recolhido nos últimos anos, nossa estimativa é de uma receita próxima aos R$ 400 milhões.

Por outro lado, a TIM Celular S.A. requereu a quitação do crédito tributário dos valores recolhidos desde 2009 (R$ 319.516.629,25). Ou seja, sem abrir mão de possível devolução ao final do processo, a empresa solicitou que o valor depositado em juízo fosse convertido em favor da Anatel para dar quitação à Contribuição devida à EBC. Em sua mais recente manifestação no processo nº 200934000178998 (09/09/2013), a Exma Juíza Federal Substituta da 6ª Vara/SJDF, Maria Cecília de Marco Rocha, determinou que a Anatel recolhesse a CFRP no prazo de 10 dias, sob pena de se expedir alvará do depósito em favor da EBC.

Em agosto, apresentamos à Secretaria do Orçamento Federal do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (SOF/MPOG) pleito de ampliação da proposta orçamentária da EBC para 2014 no valor de R$ 155 milhões, tendo em vista que os recentes cortes orçamentários de 2011 (R$ 52 milhões) e deste ano (R$ 43 milhões) comprometeram dramaticamente, tanto o cumprimento do Plano Plurianual de Investimentos, quanto do Plano Estratégico e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação. Naquela oportunidade, ainda não tínhamos a convicção de que os recursos da CFRP estivessem tão próximos de ser recolhidos em favor da EBC. Por isso, não foi considerado pela SOF/MPOG esse adicional de receita na estimativa do Projeto de Lei Orçamentária Anual 2014.

Depois de tanto esforço para obtermos essa vitória judicial, corremos o risco de tais recursos não serem revertidos para ampliar o orçamento da EBC em 2014. Caso seja feito o recolhimento e não tenhamos essa previsão de receita no nosso orçamento, a suplementação só poderá ser feita por Projeto de Lei, o que significa termos a disponibilidade orçamentária e financeira apenas no fim do próximo ano, dificultando os processos de compras e contratações. Por essa razão, solicitamos a V. Exa. a apresentação de uma emenda à Receita no valor de R$ 400 milhões relativa à estimativa de arrecadação da Contribuição de Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP), código orçamentário 1.2.2.0.30.00, fonte 172 (Orçamento Fiscal).

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 617, DE 2013, PUBLICADA EM 31 DE MAIO DE 2013, QUE "REDUZ A ZERO AS ALÍQUOTAS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP E DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL – COFINS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DECORRENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NAS MODALIDADES QUE MENCIONA", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE AGOSTO DE 2013, ÀS 14H, NO PLENÁRIO Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às catorze horas e quarenta minutos do dia treze de agosto de dois mil e treze, no Plenário número 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência eventual do senhor Senador José Pimentel, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 617, de 2013, com a presença dos Senadores Francisco Dornelles, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Humberto Costa, Gim, Romero Jucá, Ana Amélia, Ana Rita, Angela Portela, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Flexa Ribeiro e Armando Monteiro; e dos Deputados Carlos Zarattini, Weliton Prado, Eduardo Sciarra, Diego Andrade, Raimundo Gomes de Matos, Mário Negromonte, Laercio Oliveira, Leopoldo Meyer, Antônio Roberto, Pedro Uczai, Manoel Junior, Edinho Araújo, Hugo Leal, Arolde de Oliveira e Salvador Zimbaldi. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. Usa da palavra o Deputado Mendonça Filho. O Presidente comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Senador Francisco Dornelles e do Deputado Colbert Martins para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Senador Francisco Dornelles, Presidente eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Deputado Mário Negromonte como Relator e o Senador Acir Gurgacz como Relator Revisor. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às catorze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual, Senador José Pimentel, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador JOSÉ PIMENTEL
Presidente eventual

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 617, de 2013. É a 17.

Informo que, de acordo com o disposto no §1º, do art. 3º, da Resolução nº 1, de 2002, que estabelece o rodízio na direção das Comissões destinadas a apreciar medidas provisórias. A Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e a relatoria sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico ainda que há acordo de Lideranças, tanto na Presidência, como na Vice-Presidência, na relatoria e no Relator revisor. Está sendo indicado para presidir os trabalhos desta Comissão o Senador Francisco Dornelles, nosso mestre aqui na Casa. Está sendo indicado para ser Vice-Presidente o Deputado Colbert Martins, para ser Relator o Deputado Mário Negromonte e para ser Relator revisor o Senador Acir Gurgacz.

Quero também adiantar que nós assumimos um compromisso com o Deputado Mendonça Filho...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pois não.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Eu poderia usar da palavra antes de V. Exª se pronunciar?

Eu quero aqui apenas tornar público o entendimento que eu mantive com V. Exª e com o Presidente desta Comissão Mista, eu digo sob o testemunho do Presidente desta Comissão Mista, na verdade, o Senador Francisco Dornelles e o futuro Relator aí indicado, Deputado Mário Negromonte. Eu quero relembrar aqui ao Plenário desta Comissão Mista de Senadores e Deputados que esta Medida Provisória nº 617, na verdade, copiou um projeto de minha autoria que tramitava na Câmara dos Deputados desde 2011, que isenta de PIS e Cofins transporte público de passageiro. Esse projeto foi aprovado por acordo na Câmara dos Deputados, envolvendo todos os Líderes, inclusive a Liderança do Governo, a Liderança do PT, com o respaldo do Presidente Henrique Eduardo Alves, tendo como base o seguinte compromisso: que o Governo faria com que ele fosse aprovado no Senado e levado à sanção da Presidente da República, a Presidente Dilma.

Ora, se por ventura nós temos um projeto tramitando na Casa, no Congresso, desde 2011, que versa justamente sobre a matéria, não faz sentido nós priorizarmos uma medida provisória. O compromisso que eu tive do Senador José Pimentel foi de que esse Projeto – que tem o nº 46, de 2013 e que tramita na Comissão de Infraestrutura, cujo Relator é o Senador Jorge Viana – será votado

na Comissão de Infraestrutura e, em seguida, o próprio Senador Pimentel está colhendo, coletando assinaturas para a sua urgência, o que fará com que o projeto seja apreciado em regime de urgência pelo plenário do Senado e levado à sanção da Presidente Dilma. O Senador Pimentel me disse que não tinha condições, neste instante, de assumir o compromisso da sanção da Presidente Dilma.

Eu estou dizendo aqui ao Senador Pimentel que nós não vamos obstruir a instalação dessa Comissão Mista, com o compromisso de que o texto da Medida Provisória nº 617 não venha a suplantar o texto do projeto de lei de minha autoria de 2011 e que o nobre Senador vai obter do Governo o compromisso de sanção de um projeto que mostra e que demonstra a autonomia do Legislativo em legislar matéria dessa ordem. Então, eu peço o compromisso de V. Exª e digo que, se porventura o Governo não cumprir com o acordo, nós vamos, e eu pessoalmente, adotar todas as medidas para obstruir não só essa medida provisória, mas qualquer outra medida provisória que tramita aqui no Senado e na Câmara, no Congresso Nacional.

Eu espero que V. Exª obtenha do Governo o compromisso de sanção, e eu falo aqui, na presença de Senadores e Deputados, estimando que V. Exª obtenha o aval do Executivo, porque não é possível que o legislador fique sempre subjugado à da vontade do Executivo, numa posição de inferioridade. E eu não quero que o Parlamento brasileiro se coloque nessa posição de forma alguma. Não é por que é de minha autoria... – eu acho que o Parlamentar tem o direito de advogar prioridade para o projeto de sua autoria.

Peço a V. Exª este apoio: para votar a urgência, aprovar no Plenário do Senado e levar à sanção da Presidente Dilma.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu quero agradecer a compreensão do Deputado Mendonça Filho e registrar que esse acordo foi feito na Câmara, dialoguei muito, de quarta-feira para cá, com nossos Líderes na Câmara e também com o Governo e, aqui, com os Lideres no Senado – e assumimos o compromisso de aprovar a urgência de Plenário. Estamos colhendo as assinaturas dos Líderes do Bloco União e Força, do Senador Gim, do Bloco de Apoio ao Governo, já assinou o Senador Wellington, e do Bloco da Maioria, que é o Senador Eunício Oliveira, que chega mais tarde ao Senado Federal.

Assumimos o compromisso de votar o Projeto de Lei nº 46, de 2013, de autoria do nobre Senador Deputado Mendonça Filho, na Comissão de Infraestrutura.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Deputado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Do ainda Deputado, vamos dizer assim, que continuará sendo Deputado e vai escolher outros espaços, com o Senador Jorge Viana, para que ele viesse ontem a Brasília, para assinar o parecer favorável. E, ontem mesmo, foi protocolado, na Comissão de Infraestrutura, para que pudéssemos chegar a esta sessão de hoje

com parte do nosso compromisso já firmado. Portanto, nobre Deputado, a votação, no Senado, terá o compromisso de todos nós e a outra parte – eu não tenho governabilidade, vou conversar e vou defender junto ao Governo a sanção, vou trabalhar muito para que se concretize, mas a votação no Senado Federal, em que temos certa governabilidade, com anuência dos Lideres e do Presidente Renan Calheiros, esse é o nosso compromisso.

Quero que constem em ata essas informações, esses compromissos para dar tranquilidade aos acordos aqui firmados.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Agradeço a V. Exª a ratificação do posicionamento e do acordo firmado e digo o seguinte: vamos oferecer as condições, para que a Comissão seja instalada hoje, com a designação do Relator e a eleição do Presidente. Mas, Excelência, eu vou aguardar o retorno do Executivo com relação ao compromisso de sanção – do contrario, vamos ter que adotar uma posição de obstrução, até obtermos o aval do Executivo com relação ao compromisso de sanção do nosso projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Portanto, havendo acordo entre as Lideranças, vamos submeter à votação para Presidente o Senador Francisco Dornelles, para Vice-Presidente o Deputado Colbert Martins.

Os Congressistas, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Convido o nobre Senador Francisco Dornelles para dar continuidade aos trabalhos e, desde já, ele e o Vice-Presidente estão empossados.

Por gentileza. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco Maioria/PP - RJ) – Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, agradeço a confiança que me foi depositada para ser Presidente desta Comissão, que vai tratar de medida provisória especifica na área de transporte. Eu quero agradecer muito a confiança e dizer aqui que vamos trabalhar dentro de um clima de entendimento, de concórdia, procurando sempre um consenso, procurando sempre ouvir, permitir a participação de todos no processo decisório. E quero ter a honra de designar como Relator da matéria o Deputado Mário Negromonte e como Revisor o Senador Acir Gurgacz.

As designações estão realizadas e, não havendo mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 41 minutos, a reunião foi encerrada às 14 horas e 50 minutos.)

ATA DA 1ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 618, DE 2013, PUBLICADA EM 6 DE JUNHO DE 2013, QUE "ALTERA A LEI Nº 10.552, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2002, PARA DISPOR SOBRE A CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO A ENTIDADES CONTROLADAS INDIRETAMENTE PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO; AUTORIZA O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.; AUTORIZA A UNIÃO A RENEGOCIAR CONDIÇÕES FINANCEIRAS E CONTRATUAIS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES QUE MENCIONA; ALTERA O CÁLCULO DA RECEITA LÍQUIDA REAL DOS MUNICÍPIOS, PARA ADEQUAÇÃO À LEI Nº 10.527, DE 8 DE AGOSTO DE 2002; AUTORIZA A UNIÃO A CONCEDER CRÉDITO AO BNDES, NO MONTANTE DE ATÉ R$ 15.000.000.000,00 (QUINZE BILHÕES DE REAIS), EM CONDIÇÕES FINANCEIRAS E CONTRATUAIS QUE PERMITAM O SEU ENQUADRAMENTO COMO INSTRUMENTO HÍBRIDO DE CAPITAL E DÍVIDA OU ELEMENTO PATRIMONIAL QUE VENHA A SUBSTITUÍ-LO NA FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA; PROMOVE AÇÕES DE COOPERAÇÃO ENERGÉTICA COM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE AGOSTO DE 2013, ÀS 14H10, NO PLENÁRIO Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às catorze horas e quarenta e um minutos do dia sete de agosto de dois mil e treze, na Sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor Senador José Pimentel, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 618, de 2013, com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Sérgio Souza, José Pimentel, Humberto Costa, Eduardo Braga, Paulo Davim, Ana Rita, Angela Portela, Antonio Carlos Valadares, Álvaro Dias e Antônio Carlos Rodrigues; e dos Deputados Afonso Florence, Beto Faro, Júnior Coimbra, Manoel Junior, César Halum, Marcus Pestana, Arthur Lira, Mandetta, Anthony Garotinho, Pedro Uczai, Marcelo Castro, Glauber Braga e Walney Rocha. Deixam de comparecer os demais membros. O Presidente comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Deputado Afonso Florence e Senador Antonio Carlos Valadares para assumirem, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Deputado Afonso Florence, Presidente eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Senador Valdir Raupp como Relator e o Deputado Júnior Coimbra como Relator Revisor. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às catorze horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual, Senador José Pimentel, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador JOSÉ PIMENTEL
Presidente eventual

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Governo/PT – CE) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 618, de 2013. Informo que, de acordo com o disposto no §1º do art. 3º da Resolução nº 1...

Solicito um pouco de silêncio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Governo/PT – CE) – Nossos pares estão voltando ao trabalho e ficam mais...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PREDIDENTE (José Pimentel. Bloco Governo/PT – CE) – Informo que, no disposto no §1º do art. 3º da Resolução nº 1, de 2002, que estabelece o rodízio na direção das Comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e a relatoria sob a responsabilidade do Senado.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Governo/PT – CE) – Só para terminar.

Comunico que há acordo de lideranças para a indicação da Presidência que, como eu já informei, cabe à Câmara dos Deputados e ao Partido dos Trabalhadores; da relatoria, que cabe ao Senado Federal, ao PMDB do Senado Federal.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Governo/PT – CE) – Pois não.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Eu tenho acompanhado a instalação... Eu pediria atenção do Plenário das comissões. Eu tenho acompanhado o processo de instalação das comissões e nós sabemos que o Regimento Interno estabelece que o prazo para coleta de assinaturas é de meia hora a partir do horário marcado, agendado, para o início dos trabalhos da respectiva comissão especial, com a tarefa de analisar uma medida provisória.

Eu quero consignar que, no caso da Medida Provisória 617, o prazo já decorreu, até porque ela estava agendada para às 14h. V. Exª está iniciando a instalação da 618, portanto, relembro a V. Exª, que de certo modo representa também nesta comissão especial o próprio Governo, do acordo estabelecido com relação ao projeto de nossa autoria da Câmara, que já foi votado, apreciado, pela Câmara e que está no Senado, que foi copiado pela Medida Provisória 617.

No que toca à questão das outras medidas provisórias, eu gostaria, Presidente, que V. Exª, que tem sempre representado o Governo aqui na instalação das comissões, que o Senado e a Câmara respeitassem o Regimento no que toca ao prazo e que nós não fiquemos – e aí fica um constrangimento

muito grande com a Secretaria encarregada de acompanhar a coleta das assinaturas dos Parlamentares – numa briga com relação ao horário, ao prazo. Essa coleta de assinatura tem viajado às comissões, aos gabinetes do Senado principalmente, e isso não está certo.

Então, a gente vai ser vigilante. Se houver disposição para o diálogo, a gente vai ter o diálogo correto, mas respeitando o Regimento da Casa. Portanto, faço um apelo a V. Exª que conduza no sentido de que tudo o que está estabelecido no Regimento Comum das duas Casas, da Câmara e do Senado, seja respeitado. Do contrário, a oposição vai ser, mais uma vez aqui, esmagada por cima da Constituição e do Regimento Interno da Casa.

V. Exª já me informou que, no caso da 617, expirou o prazo e que V. Exª vai se entender com o Governo para que se dê prioridade à urgência do projeto que é de 2011. O Governo Federal copiou o projeto e não quer, infelizmente, não sei por conta de quê, consagrar a autoria para um Parlamentar da oposição. Mas a gente está dentro da legitimidade da nossa representação política aqui no Parlamento brasileiro. E eu quero que os Regimentos da Casa, da Câmara, do Senado e o Comum, sejam cumpridos; e serei vigilante quanto a isso.

V. Exª me instou a fazermos um entendimento, mas até agora não há entendimento. O entendimento aqui é cumprir o Regimento da Casa. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Governo/PT – CE) – Não tenha dúvida, nobre Deputado. V. Exª é uma pessoa vigilante. Estamos sempre atentos. E no que diz respeito à 617, o compromisso é não instalar hoje, conforme disse a V. Exª. É por isso que eu nem a pautei. E vamos construir o cumprimento do acordo feito na Câmara aqui no Senado. Enquanto isso não acontecer, ninguém anda com a 617.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – E no caso das demais, eu gostaria que V. Exª assegurasse o cumprimento do Regimento no que toca à questão do prazo de meia hora.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Governo/PT – CE) – Estou exatamente fazendo isso.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – A 618, tudo bem. Dentro do prazo. As demais precisarão cumprir o prazo, até porque a própria então Presidente do Congresso em exercício, Rose de Freitas, respondendo a uma questão de ordem nesse sentido, fez questão de ratificar essa posição quanto ao prazo para a instalação das medidas provisórias. Então, é um assunto controverso e a gente precisa cumprir os Regimentos das duas Casas.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente, questão de ordem. É o Senador Eduardo Amorim. Aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Governo/PT – CE) – Pois não, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente, o senhor sabe que nós cuidamos, pelo Bloco União e Força, das medidas provisórias. O senhor sabe que há um acordo de Líderes que data do dia 20 de fevereiro de 2013, aqui no Senado, normatizando a sequência nas relatorias, Presidências e Vice-Presidências das medidas provisórias.

Adianto que, com relação à 621, cabe ao Bloco União e Força, por esse acordo, que vem valendo até o momento, indicar a Presidência e o Relator revisor. Espero que isso seja cumprido, Sr. Presidente, porque foi um acordo de Líderes. Assim tem sido feito e sequenciado e espero que não haja, neste dia, nenhum rompimento de acordo; afinal, o nosso Bloco tem sido muito ordeiro, sincero, e cumprido todo acordo na sua devida sequência até o momento, Presidente.

Então, cabe ao Bloco União e Força a Presidência da 621 e a Relatoria revisora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Governo/PT – CE) – Nobre Senador, quando nós chegarmos na 621, iremos fazer essa discussão. Está registrado antecipadamente. Na 621, nós discutiremos.

Portanto, há acordo de Liderança. É indicado para a Presidência o Deputado Afonso Florence, e para Vice-Presidente o Senador Antonio Carlos Valadares.

Proponho, como há acordo de Liderança, que a votação seja por aclamação.

Os Srs. Congressistas que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Convido o Deputado Afonso Florence para dar continuidade aos trabalhos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT – BA) – Srs. Senadores, Srs. Deputados, designo como Relator da Medida Provisória nº 618, respectivamente, o Senador Valdir Raupp e, como Relator revisor, o Deputado Júnior Coimbra.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 51 minutos.*)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 618, DE 2013, PUBLICADA EM 6 DE JUNHO DE 2013, QUE "ALTERA A LEI Nº 10.552, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2002, PARA DISPOR SOBRE A CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO A ENTIDADES CONTROLADAS INDIRETAMENTE PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO; AUTORIZA O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.; AUTORIZA A UNIÃO A RENEGOCIAR CONDIÇÕES FINANCEIRAS E CONTRATUAIS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES QUE MENCIONA; ALTERA O CÁLCULO DA RECEITA LÍQUIDA REAL DOS MUNICÍPIOS, PARA ADEQUAÇÃO À LEI Nº 10.527, DE 8 DE AGOSTO DE 2002; AUTORIZA A UNIÃO A CONCEDER CRÉDITO AO BNDES, NO MONTANTE DE ATÉ R$ 15.000.000.000,00 (QUINZE BILHÕES DE REAIS), EM CONDIÇÕES FINANCEIRAS E CONTRATUAIS QUE PERMITAM O SEU ENQUADRAMENTO COMO INSTRUMENTO HÍBRIDO DE CAPITAL E DÍVIDA OU ELEMENTO PATRIMONIAL QUE VENHA A SUBSTITUÍ-LO NA FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA; PROMOVE AÇÕES DE COOPERAÇÃO ENERGÉTICA COM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 10, 11 e 17 DE SETEMBRO DE 2013, NO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia dez de setembro de dois mil e treze, no Plenário nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Deputado Afonso Florence, reúné-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 618, de 2013, com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Francisco Dornelles, Sérgio Souza, Romero Jucá, José Pimentel, Humberto Costa, Eduardo Amorim, Eduardo Braga, Ana Amélia, Paulo Davim, Ana Rita, Angela Portela, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Antonio Carlos Rodrigues; e dos Deputados Afonso Florence, Junior Coimbra, Manoel Junior, César Halum, Mandetta, José Humberto, Pedro Uczai, Marcelo Castro, Roberto Britto, Rodrigo Maia e Glauber Braga. Registra a presença o Deputado Zé Geraldo, parlamentar não membro da Comissão. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e a suspende às quatorze horas e trinta e oito minutos, marcando a reabertura para às quatorze horas e trinta minutos do dia onze de setembro. Às quatorze horas e trinta e nove minutos do dia onze de setembro de dois mil e treze, no Plenário nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, a Reunião é reaberta. A Presidência passa a palavra ao Relator, Senador Valdir Raupp, que procede à leitura do Relatório. Lido o Relatório, fazem uso da palavra os seguintes parlamentares: Senador José Pimentel, Senador Francisco Dornelles, Deputado Júnior Coimbra e Deputado Zé Geraldo. O Presidente concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da 1ª Reunião, que é aprovada. A Reunião é suspensa às quinze horas e seis minutos. Às onze horas e cinquenta e seis minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e treze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, a Reunião é reaberta. O Senador Valdir Raupp procede à leitura de Errata ao Projeto de Lei de Conversão apresentado. Usam da palavra para discutir os seguintes parlamentares: Deputado Rodrigo Maia, Deputado Manoel Júnior, Senador Eduardo

Amorim, Senador José Pimentel, Senador Francisco Dornelles e Senador Eduardo Braga. O Presidente suspende a Reunião às doze horas e quarenta minutos, reabrindo-a às treze horas e cinqüenta e nove minutos no mesmo Plenário. Usam da palavra o Senador José Pimentel, o Senador Eduardo Amorim e o Deputado Pedro Uczai. O Senador Eduardo Amorim procede à leitura de voto em separado. É lido requerimento do Deputado Rodrigo Maia, que solicita a retirada de pauta da Medida Provisória nº 618, de 2013. O requerimento é retirado pelo autor. São apresentados requerimentos de destaque pelos Deputados Pedro Uczai e Rodrigo Maia. O requerimento do Deputado Pedro Uczai é retirado pelo autor. Encerrada a discussão, o Presidente coloca em votação o requerimento de destaque do Deputado Rodrigo Maia (Requerimento nº 1-MPV/618-2013), solicitando votação em separado para supressão do art. 11 do Projeto de Lei de Conversão. O requerimento é aprovado. Encerrada a discussão, é colocado em votação o Relatório do Senador Valdir Raupp com as alterações propostas, ressalvado o destaque apresentado. O relatório é aprovado, passando a constituir Parecer da Comissão, que conclui pela constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 618, de 2013, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória, das Emendas de nºs 35 e 50 e rejeição das demais emendas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado. Registram voto contrário o Deputado Rodrigo Maia e o Senador Eduardo Amorim. Fica prejudicado o Voto em Separado do Senador Eduardo Amorim. Colocado em votação o destaque para supressão do art. 11 do Projeto de Lei de Conversão, o destaque é aprovado, suprimindo-se o respectivo dispositivo. É proposta a dispensa de leitura e votação da ata da 2ª Reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Afonso Florence, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Deputado Afonso Florence
Presidente

(*Texto com revisão.*)

(Iniciada às 14 horas e 38 minutos e suspensa às 14 horas e 38 minutos do dia 10/09/2013, reaberta às 14 horas e 38 minutos e suspensa às 15 horas e 05 minutos do dia 11/09/2013, a reunião é reaberta às 11 horas e 30 minutos do dia 17/09/2013.)

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Bom dia a todos e a todas!

Declaro reaberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 618, de 2013.

A Presidência comunica que, no dia 11 de setembro, o Senador Valdir Raupp procedeu à leitura do seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria, suspendendo-se, em seguida, a reunião. Passo, então, a palavra ao Senador Valdir Raupp, Relator da matéria.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srs. e Srªs Parlamentares, na verdade, esse relatório já foi feito, com pedido de vista, e estamos agora relatando uma errata à Medida Provisória nº 618, de 5 de junho de 2013. No §2º do art. 9º do PLV, leia-se:

> *"§2º Serão nulas de pleno direito as alterações contratuais ou estatutárias, as cessões de cotas ou ações ou aumento de capital social, bem como as modificações de quadro diretivo a que se refere a alínea "b" que contrariem qualquer dispositivo regulamentar ou legal ficando as entidades sujeitas às sanções previstas neste Código."*

ERRATA

Fica excluído o art. 11 do PLV.

ERRATA

Na redação do PLV à MPV nº 618, de 2013, ficam incluídos os seguinte artigos, renumerando-se os demais, atualizadas as referências internas:

Art. 10. O art. 6º da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

> *"**Art. 6º**.....*
> *§8º-C. O não atendimento da intimação para o complemento das parcelas em atraso de que trata o §8º implicará a imediata rescisão do parcelamento.*
> *§8º-D. A associação desportiva excluída do parcelamento, a qualquer tempo, por inobservância do disposto no §8º,*

poderá requerer sua reinclusão, desde que promova, até 31 de outubro de 2013, o complemento integral das parcelas com os respectivos encargos moratórios.

.....” (NR)

Art. 11. A Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

*“**Art. 5º** .....*

§1º As situações que configuram conflito de interesses estabelecidas neste artigo aplicam-se aos ocupantes dos cargos ou empregos mencionados no art. 2º ainda que em gozo de licença ou em período de afastamento.

§ 2º O disposto neste artigo não impede:

I - o exercício simultâneo ou sucessivo de atividade para a qual o agente público tenha sido indicado como representante da União, vedada a indicação de servidores diretamente responsáveis pela fiscalização ou regulação, em suas áreas de atuação;

II - a atuação profissional em Instituições de Ensino Superior (IES), Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT), órgãos ou entidades vinculados aos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação ou da Educação, desde que possível a cumulação com o cargo ou emprego; e

III - o exercício simultâneo ou sucessivo de atividade para a qual o agente público tenha sido designado na condição de interventor ou liquidante.” (NR)

*“**Art. 6º** .....*

II - no período de seis meses, contado da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão, aposentadoria ou do encerramento do mandato, salvo quando expressamente autorizado, conforme o caso, pela Comissão de Ética Pública ou pela Controladoria-Geral da União:

.....

Parágrafo único. O disposto no inciso II do caput estende-se aos agentes públicos mencionados nos incisos I a IV do caput do art. 2º, ressalvados os ocupantes de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS nível 5 ou equivalente, da administração direta ou indireta, cuja aplicação será restrita àqueles especificados em regulamento.” (NR)

*"**Art. 6º-A.** Durante o período de impedimento de que trata o inciso II do caput do art. 6º, os agentes públicos perceberão remuneração compensatória, mediante requerimento, quando declararem impossibilidade do exercício de atividade que não conflite com o desempenho das atribuições dos cargos ou empregos por eles ocupados.*

§1º A remuneração compensatória a que se refere o caput terá valor equivalente à remuneração do cargo ou emprego ao qual o requerente estava vinculado, excluídas as parcelas indenizatórias ou eventuais, nos termos do regulamento.

§2º Caso o retorno às funções de origem não seja possível em razão de conflito de interesse, o servidor ocupante de cargo efetivo ou empregado público fará jus à remuneração de que trata o caput, durante o período de impedimento, nos termos do regulamento.

§3º Fica mantida a vinculação ao regime de previdência do agente público durante o período de impedimento em que receba remuneração compensatória.

§4º O pagamento da remuneração compensatória será de responsabilidade do órgão ou entidade ao qual o agente público se encontrava vinculado.

§5º Cessará o direito à percepção da remuneração compensatória, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, pelos ex-ocupantes de cargos ou empregos previstos no art. 2º que:

I - exercer qualquer atividade remunerada, salvo a que decorra de vínculo contratual ou estatutário com entidades públicas ou privadas de ensino, pesquisa e extensão ou de ciência e tecnologia, inclusive com as de direito privado a elas vinculadas, nos termos de regulamento;

II - incorrer em qualquer das hipóteses previstas no art. 6º; e

III - for condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por crimes contra a administração pública;

IV - for condenado judicialmente com trânsito em julgado por improbidade administrativa; ou

V - sofrer cassação de aposentadoria, demissão ou conversão de exoneração em destituição do cargo em comissão.

§6º O agente público deverá restituir a remuneração compensatória percebida nas hipóteses previstas nos incisos III a V do §5º" (NR)

*"**Art. 15-A**. Serão de seis meses, contados da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria ou do encerramento do mandato, os períodos de impedimento de que tratam:*
I - o caput do art. 9º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;
II - o caput do art. 30 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;
III - o caput do art. 14 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;
IV - o caput do art. 14 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;
V - o caput do art. 9º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000;
VI - o caput do art. 8º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000;
VII - o caput do art. 59 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;
VIII - o caput do art. 6º da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009; e
IX - o §1º do art. 8º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011." (NR)
*"**Art. 15-B.** Ficam revogados:*
I - os art. 6º e 7º da Medida Provisória nº 2.225-45, de 4 de setembro de 2001;
II - os §§1º e 3º do art. 9º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;
III - o §1º do art. 14 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;
IV - os §§1º, 2º e 5º do art. 8ª da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000;
V - o parágrafo único do art. 6º da Lei no 12.154, de 23 de dezembro de 2009; e
VI - o §2º do art. 8º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011." (NR)

Art. 12. Fica reconhecida, a partir da data de assinatura dos respectivos termos de transferência, a titularidade dos Estados e do Distrito Federal sobre a malha rodoviária que lhes foi transferida pela União com base no disposto na Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, cabendo-lhes todos os direitos e deveres inerentes a essa titularidade.

§1º É considerada aplicação regular dos recursos repassados pela União como base no disposto na Medida Provisória nº 82, de 2002, sua utilização,

pelos Estados e pelo Distrito Federal, em rodovias federais ou outros programas de infraestrutura de transportes.

§2º Os recursos de que trata o caput, em razão do disposto nos incisos I a III do §3º do art. 2º da Medida Provisória 82 de 2002, têm natureza indenizatória, não se aplicando a eles as regras da transferência voluntária.

Art. 13. A Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

*"**Art. 8º** .....*

.....

IV - operações contratadas nos demais Municípios da área de abrangência da Sudene, não incluídos nos incisos I a III do caput, desde que tenha sido decretado estado de calamidade pública ou situação de emergência em decorrência de seca ou estiagem, no período de 1º de dezembro de 2011 a 30 de junho de 2013, reconhecido pelo Poder Executivo federal:

a) operações com valor originalmente contratado de até R$ 15.000,00 (quinze mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário: rebate de sessenta e cinco por cento sobre o saldo devedor atualizado; e

b) operações com valor originalmente contratado acima de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário:

1. para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R$ 15.000,00 (quinze mil reais): aplica-se o disposto na alínea "a" deste inciso;

2. para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado acima de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais): rebate de quarenta e cinco por cento;

c) operações com valor originalmente contratado acima de 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) e até R$ 100.000,00 (cem mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário:

1. para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais): aplica-se o disposto nas alíneas "a" e "b" deste inciso; e

2. para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado acima de

R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) e até R$ 100.000,00 (cem mil reais): rebate de quarenta por cento.

.....

§2º Os saldos devedores das operações a serem liquidadas nos termos deste artigo serão apurados com base nos encargos contratuais de normalidade, excluídos os bônus, sem o cômputo de multa, mora, quaisquer outros encargos por inadimplemento ou honorários advocatícios.

.....

§6º Caso o recálculo da dívida de que trata o § 2º resulte em saldo devedor zero ou menor que zero, a operação será considerada liquidada, não havendo, em hipótese alguma, devolução de valores a mutuários.

.....

§12. Ficam suspensos o encaminhamento para cobrança judicial, as execuções judiciais e os respectivos prazos processuais referentes às operações enquadráveis neste artigo até 31 de dezembro de 2014.

.....

§18. Caso o mutuário tenha mais de uma operação que se enquadre no disposto neste artigo e o somatório de todas as operações, considerado o valor originalmente contratado, seja igual ou inferior a R$ 100.000,00 (cem mil reais), será considerado o somatório dos valores das operações originalmente contratadas para o enquadramento nos percentuais de desconto de que tratam os incisos I a IV do caput.

§19. Admite-se a amortização parcial do saldo devedor, apurado de acordo com o § 2º, e a concomitante contratação de nova operação para liquidação do valor remanescente, desde que realizadas até 31 de dezembro de 2014, nas seguintes condições:

I – o percentual de desconto será definido com base no disposto nos incisos I a IV do caput;

II - deve ser deduzido, além do valor amortizado, o desconto previsto nos incisos I a IV do caput de forma proporcional às amortizações efetuadas;

III - o saldo devedor remanescente deve ser liquidado por meio da contratação de nova operação nos termos do art. 9º desta Lei, não se aplicando sobre este saldo os descontos de que tratam os incisos I a IV deste artigo.

§ 20. As disposições deste artigo não se aplicam às operações oriundas de crédito rural inscritas em Dívida Ativa da União ou em cobrança judicial pela Procuradoria Geral da União." (NR)

*"**Art. 8º-A.** É autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação ou à renegociação de dívidas originárias de operações de crédito rural, oriundas de financiamentos de empreendimento localizado em Municípios da área de abrangência da Sudene onde tenha havido decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública em decorrência de seca ou estiagem, entre 1º de dezembro de 2011 e 30 de junho de 2013, reconhecido pelo Poder Executivo federal, inscritas na Dívida Ativa da União (DAU) até 30 de setembro de 2013.*

I - concessão de descontos, conforme quadro constante do Anexo III desta Lei, para a liquidação da dívida até 31 de dezembro de 2014, devendo incidir o desconto percentual sobre a soma dos saldos devedores por mutuário na data da renegociação, e, em seguida, ser aplicado o respectivo desconto de valor fixo por faixa de saldo devedor;

II - permissão da renegociação do total dos saldos devedores das operações até 31 de dezembro de 2014, mantendo-as na DAU, observadas as seguintes condições:

a) prazo de reembolso: 10 (dez) anos, com amortizações em parcelas semestrais ou anuais, de acordo com o fluxo de receitas do mutuário;

b) concessão de desconto percentual sobre as parcelas da dívida pagas até a data do vencimento renegociado, conforme quadro constante do Anexo IV desta Lei, aplicando-se, em seguida, uma fração do respectivo desconto de valor fixo por faixa de saldo devedor;

c) a fração do desconto de valor fixo a que se refere a alínea "b" deste inciso será aquela resultante da divisão do respectivo desconto de valor fixo previsto no quadro constante do Anexo IV desta Lei pelo número de parcelas renegociadas conforme a alínea "a" deste inciso;

d) o total dos saldos devedores será considerado na data da renegociação, para efeito de enquadramento nas faixas de desconto;

e) pagamento da primeira parcela no ato da negociação.

§ 1º Fica a União, por intermédio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizada a contratar, com dispensa de

licitação, instituições financeiras integrantes da Administração Pública Federal, para adotar as providências necessárias no sentido de facilitar o processo de liquidação ou renegociação de dívidas rurais inscritas em Dívida Ativa da União - DAU, nos termos desta Lei.

§ 2º A adesão à renegociação de que trata este artigo importa em autorização à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN para promover a suspensão das ações e execuções judiciais para cobrança da dívida até o efetivo cumprimento do ajuste, devendo prosseguir em caso de descumprimento.

§ 3º O descumprimento do parcelamento resultará na perda dos benefícios, retornando o valor do débito à situação anterior, deduzido o valor integral referente às parcelas pagas.

§ 4º As instituições financeiras oficiais federais deverão encaminhar a PGFN até 31 de dezembro de 2013, listagem com todos os débitos já encaminhados para a inscrição em DAU que se enquadrem nos requisitos deste artigo.

§ 5º A renegociação de que trata este artigo será regulamentada por ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional."

*"**Art. 8º-B**. Fica a Advocacia-Geral da União autorizada a adotar as medidas de estímulo à liquidação ou à renegociação previstas no art. 8º-A desta Lei para as dívidas originárias de operações de crédito rural que cumulativamente:*

I - sejam oriundas de financiamentos de empreendimento localizado em Municípios da área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) onde tenha havido decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública em decorrência de seca ou estiagem, entre 1º de dezembro de 2011 e 30 de junho de 2013, reconhecido pelo Poder Executivo federal; e

II – que os ativos tenham sido transferidos para o Tesouro Nacional e cujos respectivos débitos não inscritos na Dívida Ativa da União estejam sendo executados pela Procuradoria-Geral da União, nos casos em que os devedores requererem nos autos judiciais a liquidação ou a renegociação até 31 de dezembro de 2014.

§ 1º A adesão à renegociação de que trata este artigo importa em confissão irretratável da dívida e em autorização

à Procuradoria-Geral da União para promover a suspensão do processo de execução até o efetivo cumprimento do ajuste que, se descumprido, ensejará o imediato prosseguimento da execução.

§ 2º O valor das parcelas, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

§ 3º Os bens penhorados em garantia da execução deverão desta forma permanecer, para a garantia da renegociação, até a quitação integral do débito, ressalvado o disposto no art. 59 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.

§ 4º Caberá a cada parte arcar com os honorários de seu advogado, fixados na ação de execução ou de embargos à execução, e ao devedor o pagamento das demais despesas processuais.

§ 5º A liquidação e a renegociação de que trata este artigo serão regulamentadas por ato do Procurador-Geral da União."

*"**Art. 8º-C**. Ficam suspensos até 31 de dezembro de 2014 as execuções fiscais e os respectivos prazos processuais, cujo objeto seja a cobrança de crédito rural de que tratam os arts. 8º-A e 8º-B."*

*"**Art. 8º-D**. O prazo de prescrição das dívidas de crédito rural de que tratam os arts. 8º-A e 8º-B fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2014."*

*"**Art. 9º**.....*

.....

§ 3º Ficam suspensas, até 31 de dezembro de 2014, as execuções judiciais e os respectivos prazos processuais referentes às operações de crédito rural enquadráveis neste artigo.

.....

§ 11 Admite-se a liquidação das operações passíveis de enquadramento neste artigo, pelo saldo devedor apurado na forma do inciso I do caput.

§ 12 Para os efeitos da renegociação de que trata este artigo, os honorários advocatícios ou despesas com registro em cartório são de responsabilidade de cada parte e o não

implemento de seu pagamento não obsta a referida renegociação." (NR)

*"**Art. 9º-A.** Admite-se a inclusão na linha de crédito de que trata o art. 9º das operações de crédito rural de custeio e investimento com risco compartilhado ou integral do Tesouro Nacional, do FNE ou das instituições financeiras oficiais federais, independentemente da fonte de recursos, contratadas até 31 de dezembro de 2006, no valor original de até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário que estiverem em situação de adimplência em 30 de junho de 2012, cujo empreendimento esteja localizado em municípios da área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), onde tenha sido decretado estado de calamidade pública ou situação de emergência em decorrência de seca ou estiagem, no período de 1º de dezembro de 2011 a 30 de junho de 2013, reconhecido pelo Poder Executivo federal, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional."*

Anexo III da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013.

Operações de Crédito Rural inscritas em Dívida Ativa da União de que trata o art. 8º-A: desconto para liquidação da operação até 31 de dezembro de 2014.

Não preciso ler estes quadros não, não é? Pode registrar aí que está...

Anexo IV da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013

Operações de Crédito Rural inscritas na Dívida Ativa da União de que trata o art. 8º-A: descontos em caso de renegociação. Aí está o total dos saldos devedores, desconto e desconto fixo após o desconto percentual.

A fração do desconto de valor fixo será obtida mediante a divisão do respectivo desconto fixo pelo número de parcelas resultante da renegociação.

Art. 14. O art. 69-A da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 69-A**. Ficam suspensos, até 31 de dezembro de 2014, as execuções fiscais e os respectivos prazos processuais, cujo objeto seja a cobrança de débitos inscritos em Dívida Ativa da União ou que venham a ser incluídos até 31 de dezembro de 2014, oriundos de operações de crédito rural contratados entre 17 de maio de 1984 e 31 de maio de 2002, de responsabilidade de produtores rurais vinculados ao Projeto Agro-Industrial do Canavieiro Abraham Lincoln -*

PACAL, situado no Estado do Pará (Km 92 da Rodovia Transamazônica, trecho Altamira-Itaituba), desapropriado pela União Federal na forma do Decreto nº 89.677, de 17 de maio de 1984.

Parágrafo único. As instituições financeiras oficiais federais deverão encaminhar à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, até o último dia útil do mês seguinte ao da publicação desta Lei, listagem com todos os débitos já encaminhados para inscrição em Dívida Ativa da União que se enquadrem nos requisitos dispostos no caput." (NR)

Art. 15. Fica extinto o Quadro Especial de Terceiros-Sargentos do Exército, integrante do Quadro de Pessoal Militar do Exército.

Art. 16. Fica criado o Quadro Especial de Terceiros-Sargentos e Segundos-Sargentos do Exército, destinado ao acesso dos cabos e taifeiros-mor com estabilidade assegurada.

§ 1º O acesso dos cabos e taifeiros-mor de que trata este artigo será efetivado por promoção à graduação de Terceiro-Sargento, pelo critério de antiguidade, deixando aqueles militares de pertencer à sua Qualificação Militar de origem.

§ 2º Os cabos e taifeiros-mor com estabilidade assegurada concorrerão à promoção a Terceiro-Sargento desde que possuam, no mínimo, quinze anos de efetivo serviço e satisfaçam aos requisitos mínimos para promoção a serem estabelecidos em decreto.

§ 3º Os Terceiros-Sargentos da ativa, integrantes do Quadro Especial de Terceiros-Sargentos do Exército, extinto pelo art. 1º, passam a integrar o Quadro Especial a que se refere o *caput*.

§ 4º Os Terceiros-Sargentos da ativa, integrantes do Quadro Especial de Terceiros-Sargentos e Segundos-Sargentos do Exército, concorrerão à promoção a Segundo-Sargento pelos critérios de antiguidade e de merecimento, desde que satisfaçam aos requisitos mínimos estabelecidos no Regulamento de Promoções de Graduados do Exército.

Art. 17. Os soldados com estabilidade assegurada concorrerão à promoção a cabo pelo critério de antiguidade, desde que possuam, no mínimo, quinze anos de efetivo serviço e satisfaçam os requisitos mínimos para promoção a serem estabelecidos em decreto.

Art. 18. Os soldados, cabos e taifeiros-mor de que trata esta Lei poderão ser beneficiados por até duas promoções, após adquirida a estabilidade.

Art. 19. Respeitadas as situações constituídas, é vedada a estabilização de praça que não tenha ingressado no Exército por meio de concurso público.

Art. 20. As promoções de que trata esta Lei não contemplarão os militares na inatividade.

Art. 21. Os prazos de suspensões de pagamentos de tributos concedidos mediante atos concessórios de regime especial de drawback que, nos termos do art. 4º do Decreto-Lei no 1.722, de 3 de dezembro de 1979, tenham termo no ano de 2013 poderão ser prorrogados, em caráter excepcional, por 1 (um) ano, contado a partir da respectiva data de termo.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a atos concessórios de drawback cujos prazos de pagamento de tributos já tenham sido objeto das prorrogações excepcionais prevista no art. 13 da Lei nº 11.945, de 4 de julho de 2009; no art. 61 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, ou no art. 8º da Lei nº 12.453, de 21 de julho de 2011.

O art. 22 é a cláusula de vigência.

Art. 23. Ficam revogadas as Leis nº 10.950, de 22 de setembro de 2004; o § 6º do art. 9 da Lei nº 12.854, de 19 de julho de 2013, e o § 5º do art. 10 da Lei nº 12.721, de 27 de dezembro de 2020.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Muito obrigado!

Em discussão a matéria.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Sr. Presidente, não dá para votar essa matéria.

Não tenho condição de analisar, não é uma errata, é um novo relatório, em dez minutos.

Gostaria que V. Exª nos desse um prazo de duas horas, para podermos ter boa vontade e tentar aprovar o relatório.

Votar desta maneira, nós teremos de obstruir, porque há muitos assuntos aqui, há revogação de medidas provisórias anteriores e muitas outras coisas, temos de saber o que significa isso.

Acho que é até um desrespeito com todos nós que estamos aqui votarmos um novo relatório, não uma errata, porque a errata tem outro objetivo prático no português, para que possamos colaborar.

Nosso objetivo não é levar a Medida Provisória nº 618 para o lixo mas precisamos entender o novo relatório que levou bem 40 minutos de leitura do Relator.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB - PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Pois não, Deputado Manoel Junior.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB - PB) – Eu acho, Sr. Presidente, que, até às 13 horas, V. Exª poderia suspender a reunião e, às 13 horas, nós voltaríamos justamente para aprovar em definitivo, depois da leitura dessa errata.

É a proposta que faço.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, acho que até às 13 horas é pouco tempo.

Eu concordo que nós precisamos de um pouco mais de tempo.

O Senador Valdir Raupp, com certeza, levou muito mais tempo do que nós levaríamos para ler, reler e analisar.

É preciso, com certeza, um pouco mais de tempo, Sr. Presidente. Até às 13 horas é impossível. É humanamente impossível.

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero, inicialmente, parabenizar o Relator pelo trabalho de consolidar matérias que já estavam na agenda, em outras medidas provisórias que foram objeto de veto, principalmente a Medida Provisória nº 610, e outras também, que já vinham sendo tratadas.

Portanto, as matérias aqui apresentadas são do nosso conhecimento.

O Senado Federal está num ritmo de trabalho, nesta semana, especial.

Nós iniciamos, na segunda-feira, dia 16, um rito especial até o dia 20.

A informação que nós temos é de que, hoje, o nosso Presidente Renan Calheiros, está antecipando a discussão para as 14 horas, em face da sessão do Congresso Nacional a partir das 19 horas, com um conjunto de matérias.

Eu pediria aos nossos pares que acordássemos para as 13 horas e abriremos o debate e a discussão para esclarecer.

Se não fosse essa decisão do Senado Federal de antecipar a Ordem do Dia para as 14 horas, não haveria nenhuma dificuldade.

Portanto, faço um pedido aos nossos pares para que nós assim pudéssemos conduzir, acolhendo a sugestão do Líder do PMDB da Câmara Federal.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu poderia fazer uma sugestão alternativa?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pois não.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu tenho um compromisso às 13 horas.

Não creio que comece rigorosamente... Posso até falar com o Presidente Renan para que atrase meia hora para começar a Ordem do Dia.

Então poderíamos marcar 13h45min, viríamos para cá, e eu peço para o Presidente Renan adiar um pouco a... O.k?

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT – BA) – Senhoras e senhores, eu gostaria só de parabenizar o Senador Raupp pelo relatório, pelo mérito do relatório, e também o Senador Pimentel, Líder do Governo, por uma condução política que incluiu, na MP nº 618, no PLV, um conjunto de demandas já públicas e negociadas, acatando em alguma medida o pleito do Deputado Rodrigo Maia e do Senador Eduardo Amorim.

Quero registrar aqui a presença de lideranças de agricultores e agricultoras do Nordeste brasileiro, de todos os Estados interessados na aprovação. Nós temos, amanhã, que levar para o Plenário para cumprirmos os prazos de plenário e Câmara, de algum domínio público... Vamos colocar a assessoria à disposição para que os eminentes Parlamentares e suas assessorias possam dirimir qualquer dúvida, tentando acatar aí esse encaminhamento com essa proposta de acordo das 13h45min.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Eu iria suspender aqui agora, mas o Senador Eduardo Amorim está pedindo a palavra.

Por gentileza, Senador.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) - Eu ainda acho muito pouco tempo, Presidente, para a gente analisar, ler e reler. Eu insisto que é preciso um pouco mais de tempo.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB - PB) – Presidente, quero só fazer um apelo aqui ao Senador, o Senador também é de uma área nordestina, um Estado que depende... Eu queria parabenizar o Senador Raupp, Relator, pelo esforço que fez em complementar aquilo que já tinha sido votado, alguns vetos que foram feitos na Medida Provisória nº 610, atendendo justamente um setor que está passando por extremas dificuldades, que é o sistema sulcroalcooleiro.

E aí, Senador Eduardo, quero pedir a V. Exª que, ao invés do almoço, a gente possa se debruçar nessa errata e, às 13h45min, voltarmos para aprovar, sob pena de cair novamente naquela questão temporal, ou seja, não chegar na Câmara, não votar no plenário e não chegar em tempo para votação aqui no Senado Federal.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP - RJ) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT – BA) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP - RJ) – Só, em nome do Partido Progressista, quero cumprimentar o Senador Valdir Raupp pelo importante e excelente trabalho que ele fez em consolidar e relatar essa MP 618. Parabéns ao Senador Valdir Raupp e também a V. Exª pela maneira como conduziu os trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Srs. Parlamentares, quero aqui reiterar esse apelo porque a assessoria acaba de me passar aqui que o nosso prazo, prorrogado, final é 3/10. Então, estamos com um prazo muito exíguo.

Com os novos procedimentos das medidas provisórias, nós não teremos a oportunidade, que estamos aqui aproveitando, acatando demandas acumuladas. Imagine, nós estamos renegociando, Senador Dornelles, dívidas da década de 80, que estão tendo execução por estarem na DAU, na Dívida Ativa da União.

Então, como o nosso prazo está tão exíguo, já prorrogado, nós temos risco de perder, não só a medida provisória, como todo esse conteúdo, como já foi ressaltado, de domínio público, e com o que nós colocamos à Consultoria... Eu próprio posso, certamente com o Senador Raupp, ficar à disposição para dirimir dúvidas e fazermos esse esforço, um apelo aí, encarecidamente, para tentarmos trabalhar a partir desse horário das 13h45min.

Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Presidente, só para tirar uma dúvida com o Senador Raupp.

No art. 9º, aqui as dívidas são até 2006 e com valor até de R$200 mil na sua origem.

É isso, Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Exatamente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Ou seja, todas as dívidas depois contraídas com valor superior a esse não estão sendo aqui admitidas e não está sendo permitida a renegociação, na região da Sudene.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Esse é o limite da Lei nº 12.844. Esse é o limite da Lei nº 12.844, que estabelece até o limite da lei. Além disso, não tem como...

Mas se o Senador Amorim quiser, a gente pode sentar aqui uns 20 minutos aqui na sala do lado aqui. Poderemos discutir isso com a assessoria do Governo e da Presidência da Comissão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Pois não, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Sr. Presidente, apenas para colocar, inclusive para o Senador, que tem todo o interesse com relação à questão da área da Sudene, com relação à questão do Nordeste, que um dos ganhos que esta MP traz é exatamente o de que os adimplentes nos financiamentos da região da Sudene... Com o mesmo critério dos outros. É com o mesmo critério dos outros. Não dá para que se estabeleça uma

nova taxa de juros que não tenha sido pelo mesmo critério que subsidiou a daqueles que foram vítimas da seca.

O que se estabeleceu, agora, é uma isonomia de tratamento para que não se privilegie a inadimplência em relação à adimplência. Portanto, uma questão meritória que V. Exª sempre levantou nas discussões, aqui no Senado, dentro, inclusive, do Bloco União e Força, está atendida pelo Governo e pelo Relator Valdir Raupp nesse texto.

A partir de agora, não há mais uma desigualdade de tratamento, reconhecendo que aquele que fez um esforço, aquele que trabalhou sob duras e ásperas condições para pagar, de forma adimplente, o seu financiamento não seja penalizado em relação àquele que não conseguiu pagar de forma em dia, etc., portanto, tendo inadimplência.

Eu acho que essa é uma das grandes conquistas que esse relatório traz e que merece, portanto, aqui, o nosso reconhecimento e o nosso esforço. Este é um ponto.

Segundo, não se pode, obviamente, ao fazer esse critério para o adimplemento, fazê-lo se não for pelo mesmo período e ensejado pelas razões que levaram o subsídio àqueles que inadimpliram.

Portanto, creio que a isonomia estabelecida nesse relatório, a equidade estabelecida nesse relatório é um ganho para a região, é um ganho para o setor e faz justiça a um pleito que o Senador e diversos Senadores, nesta Casa, levaram ao Senador Valdir Raupp e ao Governo, e que foi, obviamente, alcançado e atendido pelo Governo e pelo Senador.

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Com a palavra, o Senador Raupp, Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu queria apenas também registrar, além do esforço do Senador Eduardo Amorim, do Senador Pimentel, do Líder Eduardo Braga, dos Deputados que estavam aqui, agora há pouco, do Rodrigo Maia, do nosso Ministro Dornelles, Senador Dornelles, o esforço do Senador Eunício Oliveira, porque ele brigou, estava lá na 610, não deu certo, agora veio para esta aqui. Ele brigou todos os dias para que a gente pudesse fechar esse acordo com o Governo – o que não foi fácil –, para que os produtores do Nordeste pudessem ter esses benefícios.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Sr. Presidente, apenas fazer das palavras do nosso Senador Valdir Raupp as nossas palavras, porque, efetivamente, o Líder Eunício envolveu-se e, mais, não só envolveu-se na qualidade de Relator, como também na qualidade de Líder do PMDB nesta Casa.

Portanto, absolutamente justa a lembrança do Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – De fato, Presidente, uma coisa por que sempre clamamos, aqui, foi que se permitisse, se desse o mesmo direito àqueles que estavam adimplentes com todas essas dívidas.

Então, aquele que estava inadimplente teve o direito. Quem estava adimplente, que vendeu o que tinha e o que não tinha, muitas vezes, para honrar seus compromissos com as instituições bancárias, não foi contemplado.

Então, eu ainda insisto que deveríamos ter mais tempo, mas se é esse o entendimento...

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Está bom.

Só quero registrar meus agradecimentos aqui, em nome da Comissão, a toda a equipe do Governo, que também trabalhou intensamente para nós conseguirmos cumprir esse prazo; suspender a reunião e retomá-la às 13 horas e 45 minutos.

Muito obrigado a todas e todos.

(Iniciada às 14 horas e 38 minutos e suspensa às 14 horas e 38 minutos do dia 10/09/2013, reaberta às 14 horas e 38 minutos e suspensa às 15 horas e 05 minutos do dia 11/09/2013, reaberta às 11 horas e 30 minutos do dia 17/09/2013, a reunião é suspensa às 12 horas e 37 minutos e reiniciada às 13 horas e 56 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Declaro reaberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 618, retomando o debate.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Pois não, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu quero, mais uma vez, registrar a dedicação do Sr. Relator em construir um conjunto de propostas e de medidas para dar resposta a uma série de vetos que foram aportados na Medida Provisória 610. Quero registrar o empenho de V. Exª na condução desse processo e, acima de tudo, em construir um texto para os devedores do Semiárido nordestino, que estavam sendo executados e, além da execução judicial, com a obrigação de pagar os honorários do seu advogado, que fazia a sua defesa, e também os honorários do advogado do banco. Isso era extremamente injusto e o nobre Relator construiu um texto em que cada parte assume os custos do seu advogado.

Esse era um dos temas que dificultavam muito a composição dos acordos de renegociação, porque o mutuário, muitas vezes, devia R$5 mil ou R$6 mil e os custos de honorários terminavam sendo superiores à própria dívida.

Nesse tema, V. Exª, como ex-Ministro do MDA, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, vivenciou e presenciou um conjunto de mutuários não conseguindo pagar as suas dívidas em face desse alto custo dos honorários advocatícios.

Aqui, o texto construído pelo nobre Relator resolve esse problema e, a partir daí, nós acreditamos que muitas negociações que estavam em dificuldades nós poderemos agilizar.

Um segundo tema que era extremamente injusto era o rebate para quem queria quitar totalmente a sua dívida. Aqueles que tinham uma divida superior a R$35 mil não tinham o rebate.

O nobre Relator, na sua construção, tem o chamado rebate progressivo, que é o mesmo processo que nós aplicamos ao Imposto de Renda.

No montante da dívida até R$15 mil tem um rebate maior; até R$35 mil tem outro rebate; e, a partir daí, de R$35 mil, também continua tendo o chamado rebate progressivo, por faixa. Isso faz justiça e permite a esses mutuários, querendo, liquidar a sua dívida.

Nós também, Sr. Presidente, queremos registrar a importância da construção para resolver uma pendência histórica que estava dentro do Exército brasileiro, envolvendo os taifeiros e, principalmente, os cabos daquela Força, que, nos anos 70, nos anos 80 e em parte dos anos 90, assistiram aos demais praças – os sargentos e os subtenentes – tendo uma série de promoções e, consequentemente, resolvendo uma série de suas demandas, enquanto o taifeiro e o cabo não tiveram qualquer benefício.

Aqui, também, estamos superando esse impasse. Quero registrar que o Exército brasileiro, o Ministério da Defesa, que até então tinham um entendimento diferente, evoluíram nesse tema e, agora, vamos conseguir atender exatamente aquele setor que mais necessitava, dentro do Exército brasileiro, que são os chamados taifeiros e os nossos cabos.

Quero, também, registrar que estamos reabrindo o timemania, para que possamos permitir a uma série de clubes menores, que tinham sido excluídos, serem contemplados, com prazo curtinho, é verdade – vai até outubro de 2013 –, mas, em contrapartida, vamos resolver, também, um problema gravíssimo dos pequenos clubes brasileiros.

O nosso ex-Ministro Francisco Dornelles tinha já trazido essa matéria à discussão algumas vezes e, agora, o Governo também está evoluindo com sua base aliada e a Oposição, para que possamos atender a essa justa demanda.

Por isso, Sr. Presidente, o Governo encaminha voto favorável ao parecer do nobre Relator Valdir Raupp.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT – BA) – Senador Eduardo Amorim, por favor.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, parabenizo o Senador Valdir Raupp pelo relatório, parcialmente – digo que o Governo poderia ser mais justo com os produtores nordestinos.

É verdade que justiça está sendo feita com alguns produtores. Vale salientar que várias ações contemplaram, sobretudo, produtores inadimplentes, e muito pouco foi feito por aqueles que tiveram que vender seus bens, suas casas, seu pouco patrimônio para honrar suas dívidas bancarias.

Os contratos feitos atualmente, Sr. Presidente, têm taxas de juros de 3% ao ano, enquanto que os empréstimos rurais feitos anteriormente, em que os mutuários foram castigados por um longo período de estiagem, todos nós sabemos, pagam taxas exorbitantes de 8,75% ao ano. Essa situação, obviamente, penalizou os produtores rurais que mantiveram, a duras penas, seus contratos em dia.

Então, eu acho que isso muitas vezes estimula o produtor rural à inadimplência, porque pensa ele: "Lá mais à frente o Governo pode ser benevolente para comigo e pode, realmente, me conceder algum tipo de isenção."

Mas não é isso que a gente vê no sentimento do nordestino. Há trabalho, honestidade, honradez... Esses produtores, sobretudo os adimplentes, foram muito pouco contemplados ou lembrados por parte do Governo.

Por isso, nada mais justo do que também contribuir para que esses produtores permaneçam em suas regiões em condições de produtores rurais adimplentes para que, amanhã, eles não se tornem inadimplentes, até pelo exemplo que estamos vendo muitas e muitas vezes.

Por fim, ressalto aqui que a eliminação do limite de contratação é uma questão de justiça social; que a uniformização da data para o dia 30 junho de 2012 também coincide com o período em que as taxas de juros foram aumentadas no âmbito do Fundo Constitucional do Nordeste.

Então, Sr. Presidente, quero, aqui, apresentar um voto em separado para que justiça seja feita a todos os produtores nordestinos, adimplentes e inadimplentes, sobretudo com relação ao art. 9º-A da errata que foi aqui lida.

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT – BA) – Obrigado, Senador Eduardo Amorim.

Antes, porém, consta na mesa, requerimento apresentado pelo Deputado Rodrigo Maia, que, nos termos do art. 235, III, "d", 7, c/c o art. 252, IV, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, requer a retirada de pauta da Medida Provisória nº 618.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Eu sou o autor, eu falo primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT – BA) – Por favor.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Sr. Presidente, de fato o tempo para votar essa matéria é muito curto.

Essa questão que agora começou, já é a segunda vez que eu vejo acontecer em medida provisória, a errata, não é errata, porque não se está corrigindo nada, está-se incluindo; então, não é errata. Tem temas que voltaram da 615... Não dá para, agora, transformarmos cada medida provisória em um balão de ensaio: não deu em uma, vai em na outra. A medida provisória deveria ter, tem que ter... Aliás, a Câmara já decidiu isso, só votar assuntos diretamente relacionados à medida editada pelo Governo.

Eu acho que a questão dos clubes, que é importante, precisa vir somada a uma decisão definitiva da responsabilização dos seus dirigentes. Nós vamos dando ajuda aos clubes, e ninguém quer assumir nenhum tipo de responsabilidade; na hora em que queremos transformar os clubes em empresas para que cada um responda pelos seus atos, não conseguimos avançar. Então, está na hora de a gente querer discutir a questão dos clubes até em uma medida provisória de anistia, mas que venha, atrelada a ela, uma decisão em que cada dirigente esportivo seja responsável pelas suas decisões.

Somado a outra questão da 615, que é a remuneração das quarentenas em cima do processo eleitoral, mais uma bolsa para ministros e secretários e cargos de confiança do Governo, para que possam, no período eleitoral, ter remuneração dada pelo Governo.

Trata-se de questões que não são de fácil compreensão. Algumas questões que o Relator disse que teria colocado sobre indústria naval aí não vieram, para se ver a dificuldade de conseguirmos compreender. Acredito que a melhor forma é a retirarmos de pauta e tratamos dessa discussão em outro momento com mais calma, já que são assuntos novos na Medida Provisória.

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT – BA) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, essas matérias constantes do parecer do nobre Relator são matérias já bastante discutidas na Casa, dialogadas com a situação e com oposição.

Lembro-me muito bem que nessa questão da dívida agrícola não se trata de situação ou oposição, até porque todos têm interesse em resolver esse problema.

Lembro-me muito bem de um Deputado muito atuante do nosso Estado, Raimundo Gomes de Matos, que não é da nossa base, e é extremamente favorável à construção desse texto. Se passarmos por outros Estados nordestinos não será diferente por ser matéria que assola uma das regiões mais sofridas do Brasil, que é o Semiárido nordestino.

Desde 2012 que estamos construindo uma saída para esse grave problema do endividamento rural...

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Sr. Presidente, só para não perdermos tempo, eu vou retirar esse requerimento e vou deixar o meu destaque supressivo da questão da quarentena.

Obrigado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu agradeço ao Líder Rodrigo Maia. Trabalhamos muito tempo na Câmara Federal e ali tínhamos um diálogo muito franco, momentos divergentes, outros não, mas quero dizer que ele sempre foi muito sensato nas coisas da Nação.

Rodrigo, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT – BA) – Senador Raupp, por gentileza.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Para esclarecer uma dúvida do Deputado Rodrigo Maia e dizer que foi contemplado, sim, a extensão dos incentivos à indústria naval.

Diz o art. 21:

> *Os prazos de suspensões de pagamentos de tributos concedidos mediante atos concessórios de regime especial de drawback que, nos termos do art. 4º do Decreto-Lei nº 1.722, de 3 de dezembro de 1979 [...].*

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT – BA) – Encerrada a discussão. (*Pausa.*)

Deputado Pedro Uczai.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero cumprimentar o Senador Raupp e quero fazer um destaque desta Medida Provisória pela importância estratégica dela, destacada em seu art. 2º, que autoriza capitalização da Valec. Não é possível imaginar o desenvolvimento deste País, sem o incremento, incentivo e uma política estratégica para o setor ferroviário brasileiro.

Eu presido a Frente Parlamentar das Ferrovias e temos feito esse debate em todos os espaços do Brasil e capitalizar a Valec para, numa política de concessão ferroviária, incrementar, acelerar uma política de integração do nosso Brasil por ferrovias, eu não tenho dúvida de que é uma das decisões mais importantes desta Medida Provisória.

O transporte ferroviário é um transporte mais seguro, é um transporte mais barato, é um transporte ambientalmente sustentável, é um transporte que induz o desenvolvimento econômico e social nas diferentes regiões por onde passa, portanto, é integrador do desenvolvimento regional e, inclusive, o transporte ferroviário contribui pela melhoria de nossas rodovias.

Por isso quero destacar esse ponto que, para mim, é fundamental.

Em segundo lugar, conversei, na semana passada, com o Senador Raupp, mas infelizmente, o meu encontro com o Ministério da Fazenda em relação à proposta de emenda que este humilde Deputado apresentou, não foi possível continuar o diálogo com o Senador, uma vez que eu estava, no momento, conversando com o Secretário da Fazenda, Dr. Diogo, e não retornei.

Eu apresentei um destaque, queria ver de há consenso aqui – e não quero produzir nenhum constrangimento nem junto ao Governo nem ao Relator –, que diz respeito à legislação da 12.688, que foi transformada no ano passado, a partir da Medida Provisória nº 559, que criou um programa chamado Proies.

O Proies, junto com o Prouni e o Fies, permite, às universidades privadas comunitárias ou confessionais que têm divida tributária com a União, que 90% da sua dívida, desse passivo, transformem-se em bolsa de estudo, num pagamento durante 15 anos, com um ano de carência, e que 10% sejam pagos para o Governo Federal. Portanto, não tem perdão, não tem redução do passivo, mas é a transformação desse passivo, em 90%, em bolsa de estudo. Foi tão vitorioso esse programa que mais de sessenta instituições brasileiras aderiram ao programa para não correrem risco, como tem a experiência de uma das universidades no Rio de Janeiro, que é a Gama Filho. Consequentemente, resolvem seu problema financeiro, continuam investindo e garantindo a qualidade nas suas instituições de ensino superior. E eu tenho convicção disso, sou professor de uma das universidades há mais de 20 anos, sei da sua importância estratégica.

Eu propus essa emenda e conversei com o Diogo, da Fazenda, e eles, no mérito, concordaram, só fizeram um questionamento: só é possível avançar na abertura de um prazo – porque tem uma universidade no Rio de Janeiro, em Petrópolis, querendo participar; uma universidade no Rio Grande do Sul, de Pelotas, que gostaria de participar desse novo programa –, porque foi encerrado no dia 30 de setembro o prazo para aderir a esse programa. Isso daria a possibilidade a todas essas instituições que queiram aderir a esse programa – seis já se manifestaram –, desde que também fosse aderido ao sistema federal, e não estadual, que fosse garantido isso. E acredito que dá para avançar.

Então, eu queria propor, a V. Exª, Sr. Presidente, e ao Sr. Relator, se é possível a gente, por entendimento – e nós continuarmos a negociar com o Governo –, acolher essa emenda em forma de destaque, no sentido de abrir só um prazo, sem mudança no conteúdo da lei, sem mudança no mérito da lei, só mais um prazo para que em torno de cinco a dez instituições pudessem aderir pela vitória do programa. Essas instituições entenderam que é possível aderir e que, naquele prazo, elas tinham outro entendimento, por orientação jurídica ou por dirigentes anteriores; elas não aderiram e gostariam, agora, de aderir.

Não abre nenhum precedente, é específico para essas instituições e num prazo específico para a adesão a esse programa chamado Proies, para

expandir e universalizar, cada vez mais, o direito à educação e principalmente, para a juventude brasileira, o ensino superior.

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Senador Raupp, por favor.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu gostaria de fazer um apelo ao nobre Deputado, para que a gente pudesse fazer, assim como em outras emendas que foram apresentadas nós fizemos, o entendimento para apresentar numa outra medida provisória, tendo que até aqui foi possível um acordo com o Governo, e o compromisso do Governo é de que não será vetado absolutamente nada dessa Medida Provisória. Acho que foi um avanço muito grande. Acho que foram poucas medidas até agora que não tiveram muitos vetos. Quando a gente começa a colocar muita coisa, corre o risco de ter muitos vetos também.

Então, eu faria esse apelo ao Deputado Pedro, no sentido de que pudéssemos negociar isso para outra medida provisória. O.k? *(Pausa.)*

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Então, o Deputado Pedro Uczai retira o destaque.

Então, encerrada a discussão.

Votação do requerimento.

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC - SE) – Presidente, só lembrando que vou apresentar um voto em separado ao art. 9º-A do relatório do Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Então, pelo Regimento, nós vamos votar o relatório. Quem quiser votar pelo voto em separado tem que votar contrariamente ao relatório. Se o relatório for aprovado, o voto em separado estará prejudicado, Senador.

A matéria está em votação.

Foi apresentado um requerimento de destaque para votação em separado, nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional, combinado com o art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado.

De acordo com a questão de ordem decidida no dia 12 de dezembro de 2012, pela Deputada Rose de Freitas, Vice-Presidente do Congresso Nacional, a apreciação dos requerimentos de destaque obedecerá as disposições do Regimento Comum. Portanto, de acordo com o art. 50 do Regimento Comum, os requerimentos de destaque só poderão ser apresentados por Líder e não serão discutidos nem encaminhados.

Em votação o requerimento de destaque apresentado pelo Deputado Rodrigo Maia para a supressão do art. 11 do PLV.

Os Srs. Deputados e Deputadas, Senadoras e Senadores que votam pela manutenção e contra o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Um voto a favor do requerimento.

Então, rejeitado o requerimento.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Verificação.

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Verificação?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Verificação também.

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Pede verificação também o Senador Eduardo Amorim.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Pois não, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ... para que nós possamos fazer acordo de procedimento nesta matéria, nós vamos acolher o destaque, fazendo a supressão do texto destacado, e aprovaremos, por consenso, o restante da medida provisória.

Podemos fazer isso? (*Pausa.*)

Portanto, Sr. Presidente, em nome do Governo, encaminho e peço aos nossos pares que nós acolhamos o destaque, com a anuência do nosso Relator nesta matéria.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – E, aí, não será votado...

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Será votado o relatório com a supressão do art. 11.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sim; com a supressão do art. 11.

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – O relatório será votado com a supressão sugerida pelo Deputado Rodrigo Maia.

De acordo, Deputado Rodrigo Maia? (*Pausa.*)

Então, prejudicado o requerimento, em votação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Perdão; aprovado o requerimento, fica, então, suprimido o art. 11 do PLV, que já foi submetido à votação e aprovado.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Valdir Raupp, ressalvados os destaques.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, com o voto contrário do Deputado Rodrigo Maia.

Agora, em regime de votação, o destaque de supressão... (*Pausa.*)

Este nós já aprovamos.

Não, desculpem. Estou sendo orientado que nós temos de registrar, porque o que foi aprovado foi o requerimento. O acordo foi feito, mas não foi formalizada a aprovação.

Então, em regime de votação, a supressão do art. 11 do PLV em questão.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que aprovam a supressão do art. 11 permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a supressão do art. 11.

Em votação, agora, as Atas da 1ª e da 2ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Parlamentares, Deputados e Senadores, que aprovam as respectivas Atas, por favor, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Aprovadas as Atas, dou por encerrada a presente reunião, agradecendo a presença das Srªs e dos Srs. Parlamentares.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, pela ordem. É só um pedido.

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Pois não, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, eu seu que a assessoria fará isso, mas se nós pudéssemos mandar ainda hoje para a Câmara os autógrafos, seria muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Está bom.

Muito obrigado, Senador Pimentel; muito obrigado, Senador Valdir Raupp; muito obrigado a todas as senhoras e a todos os senhores.

Estão encerrados os trabalhos.

(Iniciada às 14 horas e 38 minutos e suspensa às 14 horas e 38 minutos do dia 10/09/2013, reaberta às 14 horas e 38 minutos e suspensa às 15 horas e 05 minutos do dia 11/09/2013, reaberta às 11 horas e 30 minutos do dia 17/09/2013, suspensa às 12 horas e 37 minutos e reiniciada às 13 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 20 minutos.)

Agenda cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

19/09/2013
Quinta-feira

11h	**Sessão Temática sobre Financiamento da Saúde com a presença do ministro Alexandre Padilha, da Saúde e da ministra Miriam Belchior, do Planejamento** Plenário
15h30	**Recebe o deputado Waldemar Borges acompanhado de Everaldo Menezes dos Santos, presidente do Sindicato dos Taxistas de Pernambuco** Sala de Audiências
16h	**Ordem do Dia** Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão
Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais
Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Morais** (S)

Mato Grosso
Bloco-PTB - Osvaldo Sobrinho* (S)
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
Bloco-PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos
*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28
PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia. . . . PP/RS
Benedito de Lira. . . . PP/AL
Casildo Maldaner. . . . PMDB/SC
Ciro Nogueira. . . . PP/PI
Clésio Andrade. . . . PMDB/MG
Eduardo Braga. . . . PMDB/AM
Eunício Oliveira. . . . PMDB/CE
Francisco Dornelles. . . . PP/RJ
Garibaldi Alves. . . . PMDB/RN
Ivo Cassol. . . . PP/RO
Jader Barbalho. . . . PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos. . . . PMDB/PE
João Alberto Souza. . . . PMDB/MA
José Sarney. . . . PMDB/AP
Kátia Abreu. . . . PSD/TO
Lobão Filho. . . . PMDB/MA
Luiz Henrique. . . . PMDB/SC
Paulo Davim. . . . PV/RN
Pedro Simon. . . . PMDB/RS
Renan Calheiros. . . . PMDB/AL
Ricardo Ferraço. . . . PMDB/ES
Roberto Requião. . . . PMDB/PR
Romero Jucá. . . . PMDB/RR
Sérgio Petecão. . . . PSD/AC
Sérgio Souza. . . . PMDB/PR
Valdir Raupp. . . . PMDB/RO
Vital do Rêgo. . . . PMDB/PB
Waldemir Moka. . . . PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 24
PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PCdoB-2
PSOL-1

Acir Gurgacz. . . . PDT/RO
Ana Rita. . . . PT/ES
Angela Portela. . . . PT/RR
Anibal Diniz. . . . PT/AC
Antonio Carlos Valadares. . . . PSB/SE
Cristovam Buarque. . . . PDT/DF
Delcídio do Amaral. . . . PT/MS
Eduardo Suplicy. . . . PT/SP
Humberto Costa. . . . PT/PE
Inácio Arruda. . . . PCdoB/CE
João Capiberibe. . . . PSB/AP
João Durval. . . . PDT/BA
Jorge Viana. . . . PT/AC
José Pimentel. . . . PT/CE
Lídice da Mata. . . . PSB/BA
Lindbergh Farias. . . . PT/RJ
Paulo Paim. . . . PT/RS
Pedro Taques. . . . PDT/MT
Randolfe Rodrigues. . . . PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg. . . . PSB/DF
Vanessa Grazziotin. . . . PCdoB/AM
Walter Pinheiro. . . . PT/BA
Wellington Dias. . . . PT/PI
Zeze Perrella. . . . PDT/MG

Bloco Parlamentar União e Força - 15
PTB-7 / PR-6 / PSC-1 / PRB-1

Alfredo Nascimento. . . . PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues. . . . PR/SP
Armando Monteiro. . . . PTB/PE
Blairo Maggi. . . . PR/MT
Eduardo Amorim. . . . PSC/SE
Eduardo Lopes. . . . PRB/RJ
Epitácio Cafeteira. . . . PTB/MA
Fernando Collor. . . . PTB/AL
Gim. . . . PTB/DF
João Ribeiro. . . . PR/TO
João Vicente Claudino. . . . PTB/PI
Magno Malta. . . . PR/ES
Mozarildo Cavalcanti. . . . PTB/RR
Osvaldo Sobrinho. . . . PTB/MT
Vicentinho Alves. . . . PR/TO

Bloco Parlamentar Minoria - 14
PSDB-11 / DEM-3

Aécio Neves. . . . PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . PSDB/SP
Alvaro Dias. . . . PSDB/PR
Cássio Cunha Lima. . . . PSDB/PB
Cícero Lucena. . . . PSDB/PB
Cyro Miranda. . . . PSDB/GO
Flexa Ribeiro. . . . PSDB/PA
José Agripino. . . . DEM/RN
Lúcia Vânia. . . . PSDB/GO
Maria do Carmo Alves. . . . DEM/SE
Mário Couto. . . . PSDB/PA
Paulo Bauer. . . . PSDB/SC
Ruben Figueiró. . . . PSDB/MS
Wilder Morais. . . . DEM/GO

Bloco Parlamentar da Maioria	28
Bloco de Apoio ao Governo	24
Bloco Parlamentar União e Força	15
Bloco Parlamentar Minoria	14
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)
Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)
Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)
Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)
Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)
Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)
Gim* (Bloco-PTB-DF)
Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)
Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)
Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)
Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)
João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)
João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)
João Durval* (Bloco-PDT-BA)
João Ribeiro** (Bloco-PR-TO)
João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)
Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)
José Agripino** (Bloco-DEM-RN)
José Pimentel** (Bloco-PT-CE)
José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)
Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)
Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)
Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)
Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)
Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Osvaldo Sobrinho* (Bloco-PTB-MT)
Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Vicentinho Alves** (Bloco-PR-TO)
Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Wilder Morais** (Bloco-DEM-GO)
Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos -

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (62,70)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (62,70)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (105)
Romero Jucá (40,104)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 2

Sérgio Petecão (84,87)

Vice-Líder do PSD
Kátia Abreu (11,13,52,60,85)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 15

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,66)
Eduardo Amorim (17,47,48,72)
Blairo Maggi (19,51)
Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)

.....

Líder do PTB - 7

Gim (56,58,59)

Líder do PR - 6

Alfredo Nascimento (41,66)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,65,90)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,67,97)
Rodrigo Rollemberg (69,98)
Inácio Arruda (89,99)

.....

Líder do PT - 12

Wellington Dias (24,65,90)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,93)
Anibal Diniz (25,94)
Paulo Paim (95)
Eduardo Suplicy (96)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,67,97)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4

Rodrigo Rollemberg (69,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,82)

Líder do PCdoB - 2

Inácio Arruda (89,99)

Vice-Líder do PCdoB
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,82)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)

Vice-Líderes
Wilder Morais (101)
Cyro Miranda (31,103)

.....

Líder do PSDB - 11

Aloysio Nunes Ferreira (7,68)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (74)
Alvaro Dias (78)
Paulo Bauer (5,35,79,80)

Líder do DEM - 3

José Agripino (2,10,14,44,46,77)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (28,106,110)

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.

2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1° e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011,lido na sessão do dia 1° de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento n° 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM n° 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. N° 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. n° 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4 ° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. n° 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC N° 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. n° 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem n° 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2° Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB n° 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1° Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2° Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento nº 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (7,2)	1. VAGO (7,2)
VAGO (7,2)	2.
VAGO (7,2)	3.
VAGO (7,2)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
VAGO (8,5)	1. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	2. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (6,4)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4°, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. n° 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. n° 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. n° 71/2013-GLDBAG).

2) CPI DA ESPIONAGEM

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (6)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (6)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (6)

Leitura: 10/07/2013
Instalação: 03/09/2013
Prazo final: 11/04/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Roberto Requião (PMDB-PR) (1,8)	1. Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1,8)
Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (1)	2. Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)
Benedito de Lira (PP-AL) (1,5)	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) (2,7)
Walter Pinheiro (PT-BA) (2)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) (2)
Anibal Diniz (PT-AC) (2)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Pedro Taques (PDT-MT) (4)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) (3)

Notas:
1. Em 20.8.2013, os Senadores Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço e Francisco Dornelles são designados membros titulares, e os Senadores Roberto Requião e Sérgio Petecão, membros suplentes, do Bloco da Maioria na Comissão (Of. nº 248/13-GLPMDB).
2. Em 20.8.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Walter Pinheiro e Anpibal Diniz são designados membros titulares, e os Senadores Pedro Taques e Lídice da Mata, membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 111/13-GLDBAG).
3. Em 20.8.2013, o Senador Eduardo Amorim e designados membro titular, e o Senador Antônio Carlos Rodrigues, membro suplente, do Bloco União e Força na Comissão (Of. nº 159/13-BLUFOR).
4. Em 21.8.2013, o Senador Pedro Taques é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida ao PDT pelo PSDB (Ofício de 21.8.2013, do Gabinete da Liderança do PSDB e Ofício nº 12/2013-GLDPDT).

5. Em 21.8.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 253/2013-GLPMDB).
6. Em 03.09.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Pedro Taques e Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.
7. Em 03.09.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão(Ofício nº 115/2013-GLDBAG).
8. Em 29.8.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Ofício nº 258/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Fax: 61 33031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008
Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (3)
Senador José Pimentel (PT) (1)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (4)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:
*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.
******. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.
1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010
Prazo final prorrogado: 20/12/2013

MEMBROS
Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 192, de 2010

PRAZOS

Notas:
*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.
**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.
******. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
*******. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
********. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
*********. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
**********. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.
***********. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
************. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*************. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012
Designação: 28/02/2012

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)
Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)
Senador Paulo Paim (PT) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)
Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)
Senadora Ana Amélia (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)

Notas:
1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Ségio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012
Designação: 04/04/2012
Instalação: 13/11/2012
Prazo final: 22/12/2012
Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) (3)	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) (3)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (4)	1. Senador Benedito de Lira (PP) (4)
Senador Paulo Davim (PV) (4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) (1)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (5)

Notas:
*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).
**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.
1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).
5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

5) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (1)

Designação: 17/07/2012
Instalação: 08/08/2012
Apresentação de Emendas - prazo final: 18/10/2013
Relatórios Parciais - prazo final: 18/11/2013
Relatório do Relator-Geral - prazo final: 02/12/2013
Parecer Final da Comissão - prazo final: 16/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) (5,4)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (2)	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO (12)
	4. VAGO (8,3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. VAGO (14)
Senador Cícero Lucena (PSDB) (7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador Osvaldo Sobrinho (PTB) (10,11,13,6)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Recebimento de emendas perante as Comissões : 21/08/2013 a 18/10/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Notas:
*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

**. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).
***. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).
****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.
*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.
******. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.
*******. Em 20.08.2013, foi lido o Ofício nº 39/2013-CT Reforma Código Penal, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 1.034, de 2012; a reabertura dos prazos; e a prorrogação, por mais cinco dias úteis, do prazo para apresentação de emendas.
********. Em 28.08.2013, foi lido o Ofício nº 40/2013-CT Reforma Código Penal, que solicita a prorrogação do prazo para apresentação de emendas até o dia 13 de setembro de 2013 e, consequentemente, a recontagem dos demais prazos.
*********. Em 12.09.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.050, de 2013, que prorroga o prazo para apresentação de emendas na Comissão até o dia 18 de outubro de 2013.
1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).
2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).
3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios Nºs 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).
4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 135/2012-GLDBAG).
6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).
7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).
10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 132/2013).
13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
14. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33031176
E-mail: rprado@senado.gov.br

6) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (3)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (7)

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012
Designação: 17/04/2012
Prazo final: 12/06/2013
Prazo prorrogado: 09/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) (2,4)
Senador Paulo Davim (PV) (2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Osvaldo Sobrinho (PTB) (6,5,8)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (1)

Notas:
*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
**. Em 11.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 561, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 90 dias.
***. **Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.**
*****. Em 04.09.2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.029, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 90 dias.
1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).
2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.
4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).
5. Vaga cedida ao DEM.(Of. nº107/13-GLPSDB).
6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).
7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Psulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.
8. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

7) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012
Instalação: 30/08/2012
Apresentação de Emendas - prazo final: 07/08/2013
Relatórios Parciais - prazo final: 02/10/2013
Relatório do Relator-Geral - prazo final: 30/10/2013
Parecer Final da Comissão - prazo final: 28/11/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO (7)
VAGO (9)	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) (2,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) (6)
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO (8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) (3,4,1)	

Notas:
*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
**. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Morais como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

******. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
*******. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
********. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
*********. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
**********. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
**********. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
**********. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
**********. Em 06.08.2013, foi lido o Ofício nº 37/2013-CTCDC, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 14, de 2013, que suspendeu os prazos previstos no art. 374 do RISF, que voltam a correr a partir desta data.
1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).
11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 61 33033514
Fax: 61 33031176

8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 16

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti
RELATORA: Maria Tereza Uille Gomes (1)

Designação: 22/11/2012
Instalação: 04/04/2013
Prazo final: 02/06/2013
Prazo prorrogado: 30/09/2013

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti
Gamil Föppel El Hireche
Carlos Pessoa de Aquino
Edemundo Dias de Oliveira Filho
Denis de Oliveira Praça
Maria Tereza Uille Gomes
Marcellus Ugiette
Roberto Charles de Menezes Dias
Técio Lins e Silva
Luís Alexandre Rassi
Sergio Alexandre Meneses Habib
Marco Aurélio Belizze
Maurício Kuehne
Augusto Eduardo de Souza Rossini
Luciano Losekann
Nídea Rita Coltro Sorci

Notas:
*. Em 29.05.2013, foi aprovado o Requerimento nº 476, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias; e amplia em 5 o quantitativo de vagas da Comissão.
. **Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.
1. Em 10.05.2013, a Comissão reunida designou como Relatora a Doutora Maria Tereza Uille Gomes (Of. 15/2013 - SSCEPI).

Secretário(a): REINILSON PRADO
Telefone(s): 33033492
Fax: 33031176
E-mail: rprado@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012
Instalação: 03/04/2013
Prazo final: 30/09/2013

MEMBROS
Luis Felipe Salomão
Marco Maciel
José Antônio Fichtner
Caio Cesar Rocha
José Rogério Cruz e Tucci
Marcelo Rossi Nobre
Francisco Antunes Maciel Müssnich
Tatiana Lacerda Prazeres
Adriana Braghetta
Carlos Alberto Carmona
Eleonora Coelho
Pedro Paulo Guerra de Medeiros
Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski
Francisco Maia Neto
Ellen Gracie Northfleet
André Chateubriand Pereira Diniz Martins
José Roberto de Castro Neves
Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira
Walton Alencar Rodrigues
Roberta Maria Rangel
Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim
Adacir Reis

Notas:
*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.
**. Em 27.03.2013, aprovado o Requerimento nº 216, de 2013, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão.
***. Em 17.04.2013, aprovado o Requerimento nº 262, de 2013, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão.
****. Em 07.05.2013, aprovado o Requerimento nº 355, de 2013, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão.
*******. Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.**

10) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mário Couto (PSDB-PA) (7)

Aprovação do Requerimento: 28/11/2012
Instalação: 17/04/2013
Prazo final: 16/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) (4)	1. Senador Ivo Cassol (PP) (4)
Senador Roberto Requião (PMDB) (6)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) (1)	1. VAGO (1,9,3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
VAGO (5,8)	1. Senador Magno Malta (PR) (2)

Notas:
1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).
4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
5. Em 16.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão(Of. nº 92/2013-BLUFOR).
6. Em 16.04.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão(Of. nº 152/2013-GLPMDB).
7. Em 17.04.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Mário Couto como Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2013-CTEFPF).
8. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 109/2013-BLUFOR).
9. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33031176
E-mail: sscepi@senado.leg.br

11) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL

Finalidade: Elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Ato do Presidente nº 13, de 2013)

Número de membros: 19

PRESIDENTE: João Otávio de Noronha
VICE-PRESIDENTE: Alfredo de Assis Gonçalves Neto
RELATOR: Fábio Ulhoa Coelho

Instalação: 07/05/2013
Prazo final: 03/11/2013

MEMBROS
João Otávio de Noronha
Fábio Ulhoa Coelho
Alfredo de Assis Gonçalves Neto
Arnoldo Wald
Bruno Dantas Nascimento
Cleantho de Moura Rizzo Neto
Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho
Daniel Beltrão de Rossiter Correia
Eduardo Montenegro Serur
Felipe Lückmann Fabro
Jairo Saddi
Marcelo Guedes Nunes
Márcio Souza Guimarães
Newton de Lucca
Osmar Brina Corrêa-Lima
Paulo de Moraes Penalva Santos
Ricardo Lupion Garcia
Tiago Asfor Rocha Lima
Uinie Caminha

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 13, de 2013

PRAZOS

Notas:
***. Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.**

12) CT - MODERNIZAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (LEI Nº 8.666/1993)

Finalidade: Atualizar e modernizar a Lei n° 8.666, de 21 de junho, de 1993, no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Ato do Presidente n° 19, de 2013)

Número de membros: 8

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
RELATOR: Senadora Kátia Abreu (PSD-TO)
RELATOR REVISOR: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

Ato do Presidente do Senado Federal: 28/05/2013
Instalação: 13/06/2013
Prazo final: 12/08/2013
Prazo final prorrogado: 11/10/2013

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senadora Kátia Abreu (PSD)
Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Francisco Dornelles (PP)
Senador Eduardo Suplicy (PT)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Armando Monteiro (PTB)
Senador Wilder Morais (DEM)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 19, de 2013

PRAZOS

Notas:
*. Em 13.06.2013, ocorreu a instalação da Comissão, nos termos do Of. 001/2013-CTLICON.
**. Em 2.7.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 28, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 60 dias.
***. Prazos recontados, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins
Telefone(s): 61 33033501
Fax: 61 33031176
E-mail: sscepi@senado.leg.br

13) CESP - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.

(Ato do Presidente nº 36, de 2013)

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)
RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Ato do Presidente do Senado Federal: 18/09/2013

MEMBROS

Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Paulo Paim (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 36, de 2013

PRAZOS

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO
Telefone(s): 61 33033508
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.gov.br

14) CESP - DESTINADA A ANÁLISE DE PROJETOS QUE TRAMITAM NO SENADO FEDERAL SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública, no prazo de 90 (noventa) dias.

(Ato do Presidente n° 37, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

Ato do Presidente do Senado Federal: 20/09/2013

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Pedro Taques (PDT)
Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Eduardo Braga (PMDB)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Armando Monteiro (PTB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 37, de 2013

PRAZOS

Secretário(a): KENY CRISTINA RODRIGUES MARTINS
Telefone(s): 61 33033501
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (58)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) (58)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (13,68)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) (10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (33)
José Pimentel (PT) (10,9)	3. Anibal Diniz (PT) (42,41)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (57)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) (46,47,34,35,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) (70,8)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (65,62)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) (62,66)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Eduardo Braga (PMDB) (60)	1. Casildo Maldaner (PMDB) (60)
Sérgio Souza (PMDB) (60)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (22,17,60)
Valdir Raupp (PMDB) (49,50,37,36,60,73)	3. VAGO (60)
Roberto Requião (PMDB) (64,60)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) (60)	5. Waldemir Moka (PMDB) (60)
Romero Jucá (PMDB) (60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) (27,26,3,16,7,60)
Luiz Henrique (PMDB) (60)	7. Ana Amélia (PP) (60)
Ivo Cassol (PP) (60)	8. Ciro Nogueira (PP) (60)
Francisco Dornelles (PP) (20,18,12,11,60)	9. Benedito de Lira (PP) (5,60)
Kátia Abreu (PSD) (59,60,44,43,25,55,23)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (56)
Cyro Miranda (PSDB) (56)	2. Aécio Neves (PSDB) (2,56)
Alvaro Dias (PSDB) (56)	3. Paulo Bauer (PSDB) (56)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (31,32,30)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (30,79,81)	5. Wilder Morais (DEM) (4,40,15)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (29,45)	
Armando Monteiro (PTB) (67)	1. Gim (PTB) (67,74)
João Vicente Claudino (PTB) (78,67,74)	2. Alfredo Nascimento (PR) (48,78,67,75)

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Blairo Maggi (PR) (67,53,26,27,28)	3. Eduardo Amorim (PSC) (38,39,51,52,71,72,67,76)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (54,67,6)	4. João Ribeiro (PR) (80,67,77,21)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

************. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).
11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).
79. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Morais (DEM) (1)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:
1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)
2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (1)	
Delcídio do Amaral (PT) (5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (4,3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Benedito de Lira (PP) (8)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (7)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. n° 089/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício n° 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. n° 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. n° 014/2013 -CAE.
7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. n° 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como mebro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como mebro titular e do Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (1)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:
1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).
2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).
*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (36)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (8,42)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) (26)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) (18)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Waldemir Moka (PMDB) (23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) (17,30,6,23,35)
Roberto Requião (PMDB) (2,23,37,35)	2. VAGO (30,23,49,35)
Casildo Maldaner (PMDB) (4,23,3,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) (30,23,35)
Vital do Rêgo (PMDB) (23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (30,23,37,35)
João Alberto Souza (PMDB) (23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) (30,23,35)
Ana Amélia (PP) (14,21,15,16,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) (10,30,23,35)
Paulo Davim (PV) (25,30,23,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) (30,23,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (34)	1. Aécio Neves (PSDB) (34)
Lúcia Vânia (PSDB) (34)	2. Cyro Miranda (PSDB) (11,13,9,34)
José Agripino (DEM) (7,9,44,43,40,34)	3. Paulo Bauer (PSDB) (34)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (52,50)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (22,27)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (31,46,38,45,41)	1. Armando Monteiro (PTB) (41)
Eduardo Amorim (PSC) (41,1,5)	2. João Vicente Claudino (PTB) (24,41)
João Ribeiro (PR) (28,29,32,47,48,51,39,41)	3. VAGO (33,41,19,20)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).
10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)
14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).
18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.
24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).
25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).
26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão(OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (OF. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 85/2013-BLUFOR)
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 192/2013-GLPMDB).
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 173/2013-BLUFOR).
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)
RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) (4,3)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).
5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

***. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (77)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (77)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (23,82)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) (9,89,87)
Ana Rita (PT) (54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) (9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (7,9,75)
Anibal Diniz (PT) (6,74)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,60,61,49,25,51)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (78,8)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (32,33)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (86)	8. Lindbergh Farias (PT) (91,93)
Eduardo Suplicy (PT) (87)	9. Wellington Dias (PT) (92)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (38)	
Eduardo Braga (PMDB) (39,50,76)	1. Ciro Nogueira (PP) (16,4,27,20,39,2,50,98,76,94)
Vital do Rêgo (PMDB) (15,1,39,50,76)	2. Roberto Requião (PMDB) (3,16,36,39,46,50,76)
Pedro Simon (PMDB) (39,50,76)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (16,53,63,39,64,13,50,52,76)
Sérgio Souza (PMDB) (39,50,76)	4. Clésio Andrade (PMDB) (16,14,39,50,76)
Luiz Henrique (PMDB) (20,39,50,76)	5. Valdir Raupp (PMDB) (39,76)
Eunício Oliveira (PMDB) (26,39,76)	6. Benedito de Lira (PP) (39,76)
Francisco Dornelles (PP) (39,76)	7. Waldemir Moka (PMDB) (39,76)
Sérgio Petecão (PSD) (76,73,40,41,43,70)	8. Kátia Abreu (PSD) (76,73,57,40,41,43,58,69,68,31,30,29,37)
Romero Jucá (PMDB) (94)	9. Paulo Davim (PV) (97,96,88,95)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (71,100,99,72)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Cícero Lucena (PSDB) (71,85,11)
José Agripino (DEM) (17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (44,18,42)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (85)	5. Cyro Miranda (PSDB) (85,100)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (38,59)	
Armando Monteiro (PTB) (81)	1. Gim (PTB) (45,65,80,81,5)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (62,84,83,81)	2. Eduardo Amorim (PSC) (45,79,81,10)
Magno Malta (PR) (81)	3. Blairo Maggi (PR) (66,67,81,34,19,35,21)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (81)	4. Alfredo Nascimento (PR) (47,48,81,101,90)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

********. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

************. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

**********. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à propocionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB.
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão(OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
76. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga,, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).

78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 81/2013-BLUFOR).
85. Em 18.04.2013. o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013-GLPMDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão(Ofício nº 236/2013-GLPMDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão(Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (1)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO (2)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (1)	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. n° 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. n° 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (63)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (63)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (15,68)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (36)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (47)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (23,13)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (16)
Inácio Arruda (PCdoB)	8. João Capiberibe (PSB) (30)
	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (39)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) (44,2,19,41,60)
Roberto Requião (PMDB) (28,26,27,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (44,54,41,60)
Romero Jucá (PMDB) (6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41,60)
João Alberto Souza (PMDB) (31,29,37,41,60)	4. Luiz Henrique (PMDB) (44,41,60)
VAGO (17,41,74,60)	5. Pedro Simon (PMDB) (44,41,75)
Ana Amélia (PP) (44,41,60)	6. VAGO (20,44,41)
Benedito de Lira (PP) (44,52,53,46,41,45,60)	7. VAGO (10,41)
Ciro Nogueira (PP) (44,41,60)	8. (41)
Kátia Abreu (PSD) (44,41,60)	9. (41)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) (32,59)
Alvaro Dias (PSDB) (22,14,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) (59)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) (4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (18,51,59)
José Agripino (DEM) (7)	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (42,43,8,62,61,76,78,59)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (39,48)	
Armando Monteiro (PTB) (66)	1. Eduardo Amorim (PSC) (55,66,64)
Gim (PTB) (66,77,72,71,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) (40,66,67,1)
VAGO (66,24,11)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (66,57,73,34,35)
VAGO (66,58,24)	4. VAGO (49,50,56,66,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1°.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. n° 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício n° 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. n° 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB n° 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. n° 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND n° 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. n° 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício n° 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. n° 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. n° 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. n°s 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o OF. n° 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1° suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício n° 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. n° 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB)
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarido Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:
*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (58)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (58)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (64,11)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (67,63)
Acir Gurgacz (PDT) (43,44,12,8,35,36)	2. Delcídio do Amaral (PT) (3)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) (62)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) (60)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (33)	
Romero Jucá (PMDB) (13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) (38,47,48,37,55)
Luiz Henrique (PMDB) (34,16,17,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) (55)
Garibaldi Alves (PMDB) (55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) (18,17,55)
Valdir Raupp (PMDB) (4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) (14,55,68,61)
Ivo Cassol (PP) (55)	5. Eunício Oliveira (PMDB) (28,29,31,57)
Kátia Abreu (PSD) (21,19,10,9,55)	6. VAGO (27,26,25,6,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) (72,73,50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (50)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7,53,50)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (54,50)
José Agripino (DEM) (24,23,15)	3. Cyro Miranda (PSDB) (45,23,74)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (33,40)	
Blairo Maggi (PR) (46,65,59,22,1)	1. Gim (PTB) (65,56,59,2)
Eduardo Amorim (PSC) (42,41,49,65,59,51)	2. VAGO (39,65,71,70,59,69)
Fernando Collor (PTB) (65)	3. Armando Monteiro (PTB) (65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF n° 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício n° 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. n°. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício n° 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro(Ofício n° 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício n° 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB n° 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. n° 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR n° 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares(Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF n° 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 89/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (OF nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 161/2013 - GLPSDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (3)	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (10)	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	2. VAGO (9,4,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (10)	
Eduardo Amorim (PSC) (14,5)	1. VAGO (13)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. n° 154/2012-GLPMDB).
12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).
14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 52/2013/CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) (18)
VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)
RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

Instalação: 16/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (5,1)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (10,9,7)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
Sérgio Souza (PMDB) (7)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Ivo Cassol (PP) (20)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (19,8)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) (16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (6)	
Blairo Maggi (PR) (12,7,3)	1. Eduardo Amorim (PSC) (13,14,7,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPMDB).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (13)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)
RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (13)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Jorge Viana (PT) (6)	1. Anibal Diniz (PT) (9,6)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO (14)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Sérgio Souza (PMDB) (4,7,3,1)	1. Ivo Cassol (PP) (10)
Valdir Raupp (PMDB) (11)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (8)	
Blairo Maggi (PR) (9,12,5)	1. VAGO (14)

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.
14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (60)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (60)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (14,66)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) (50,47,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) (12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (68)	4. Anibal Diniz (PT) (26,13,24)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) (37,38,72,10)	6. Lídice da Mata (PSB) (21,59)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (41)	
VAGO (67,58)	1. Roberto Requião (PMDB) (6,8,32,25,58)
VAGO (27,11,28,29,2,40,70,58)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (36,58)
Paulo Davim (PV) (31,33,39,58)	3. VAGO
VAGO (30,16,58,62)	4. VAGO (19)
Sérgio Petecão (PSD) (18,58)	5. VAGO (11)
VAGO	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (34,7,15,44,3,71,61)	1. VAGO (5,22,57)
VAGO (4)	2. VAGO (56)
VAGO (35,17,52,43)	3. Wilder Morais (DEM) (46)
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (41,49)	
Magno Malta (PR) (54,65,1)	1. VAGO (53,45,65)
Gim (PTB) (42,69,64,65,9)	2. VAGO (65,63)
Eduardo Lopes (PRB) (73,65)	3. VAGO (48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
********. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
************. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
28. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabiperibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).

64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
Paulo Davim (PV) (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,6)	1.

Notas:
1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1°.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1.

Notas:
1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.
***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:
1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (3)	1.

Notas:
1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).
2. Em 10.04.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).
3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (41)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) (41)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (7,48)	
Jorge Viana (PT) (43)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) (49,44,43)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (6,4)	3. Lindbergh Farias (PT) (3)
Anibal Diniz (PT) (9,8,5,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) (18,17)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) (16)
Lídice da Mata (PSB) (42)	6. João Capiberibe (PSB) (15)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (40)	1. Sérgio Souza (PMDB) (40)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (40)	2. João Alberto Souza (PMDB) (40)
Pedro Simon (PMDB) (23,27,24,40)	3. Roberto Requião (PMDB) (40)
Eunício Oliveira (PMDB) (40)	4. Romero Jucá (PMDB) (40)
Luiz Henrique (PMDB) (40)	5. Ana Amélia (PP) (40)
Francisco Dornelles (PP) (40)	6. Sérgio Petecão (PSD) (14,28,32,33,12,13,21,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) (39,38)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (38)
Paulo Bauer (PSDB) (2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (38)
José Agripino (DEM)	3. Osvaldo Sobrinho (PTB) (30,10,56,55,45)
Cyro Miranda (PSDB) (50)	4. Cícero Lucena (PSDB) (53)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (22,29)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (47,51,52)	1. Gim (PTB) (34,47,46)
Fernando Collor (PTB) (31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) (47,1)
Magno Malta (PR) (25,26,35,36,47)	3. Armando Monteiro (PTB) (47,37,54,19,20)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

************. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia(Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (3)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,10,9,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) (4,2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (7)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (6,5)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:
1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamnto da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Blairo Maggi (PR) (6,8,7,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (4,3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. N° 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (6)	
Blairo Maggi (PR) (18,15,16,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (12,11)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (7,4)	4. Sérgio Souza (PMDB) (9,5,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (13)	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (13)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (52)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (52)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (8,59)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (20,19)
Acir Gurgacz (PDT) (43,44,30,31)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) (18)	6. Lídice da Mata (PSB) (67)
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (24)	
Clésio Andrade (PMDB) (32,46,25,47,33,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (25,54)
Lobão Filho (PMDB) (25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,25,3,10,54)
Eduardo Braga (PMDB) (25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (25,54)
Valdir Raupp (PMDB) (25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) (25,9,54)
Vital do Rêgo (PMDB) (25,58,54)	5. Waldemir Moka (PMDB) (22,21,25,11,54)
Jader Barbalho (PMDB) (25,64,54)	6. Ivo Cassol (PP) (25,54)
Ciro Nogueira (PP) (25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) (17,25,15,23,16,54)
Sérgio Petecão (PSD) (53,54,39,38,26,29,50,49)	8. Kátia Abreu (PSD) (53,54,26,27,29,50,12,5,14,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (65,55,51)	1. Aécio Neves (PSDB) (51)
Flexa Ribeiro (PSDB) (51)	2. Alvaro Dias (PSDB) (51)
Lúcia Vânia (PSDB) (1,4,51)	3. VAGO (7,4,61,51)
Wilder Morais (DEM) (36,28)	4. Osvaldo Sobrinho (PTB) (37,28,68,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (24,40)	
Fernando Collor (PTB) (60)	1. Gim (PTB) (60)
Blairo Maggi (PR) (45,35,60,57)	2. VAGO (60,66)
João Ribeiro (PR) (34,60,69,63,62)	3. Eduardo Amorim (PSC) (41,42,48,60,56)
Alfredo Nascimento (PR) (60)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (60)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**
1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).
23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. N° 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. N° 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Morais como titular (OF. N° 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 001/2013 - CI).

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (OF. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 86/2013-BLUFOR)
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 134/2013-GLPSDB)
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg(Of. nº 112/2013-GLDBAG).
68. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
69. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).
70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,10,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1. VAGO (7,4,3,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).
10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
**. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:
*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como mebro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (46)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) (46)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (10,49)	
Wellington Dias (PT) (1)	1. João Capiberibe (PSB) (44)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (43)	2. Zeze Perrella (PDT) (11,7)
Inácio Arruda (PCdoB) (45)	3. Walter Pinheiro (PT) (2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) (38,39,32,33)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Romero Jucá (PMDB) (42)	1. Eduardo Braga (PMDB) (14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) (31,20,22,28,21,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (42)
Ana Amélia (PP) (42)	3. João Alberto Souza (PMDB) (3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) (34,15,42)	4. Ivo Cassol (PP) (26,42)
Benedito de Lira (PP) (42)	5. VAGO (8,16,18,9)
Kátia Abreu (PSD) (42)	6. VAGO (23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (12,19,5,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) (41)
Ruben Figueiró (PSDB) (41)	2. Lúcia Vânia (PSDB) (6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM) (4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (29,36)	
Armando Monteiro (PTB) (40,48,50)	1. VAGO (50)
VAGO (30,52,51,55,50)	2. VAGO (50)
João Ribeiro (PR) (56,54,50,53)	3. (50)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel(Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 87/2013-BLUFOR)
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (1)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (7,8,4,3,5)	

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. N° 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB n° 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. N° 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (4)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. VAGO (11,10)
VAGO (9)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)
Ivo Cassol (PP) (3,6,5,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Zeze Perrella (PDT) (1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (9)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO (6)
VAGO (5)	2. VAGO (7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) (3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1°.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. n° 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. n° 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. n° 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício n° 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (64)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (64)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (23,22,10,7,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (67)
Zeze Perrella (PDT) (16,11)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (47,38)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) (67,4)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (37)	
Clésio Andrade (PMDB) (62)	1. Romero Jucá (PMDB) (28,52,35,29,62)
Sérgio Souza (PMDB) (62)	2. Luiz Henrique (PMDB) (62)
Casildo Maldaner (PMDB) (27,49,25,36,26,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) (39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) (62)	4. Valdir Raupp (PMDB) (62)
Ivo Cassol (PP) (21,19,12,13,62)	5. Ciro Nogueira (PP) (62)
Benedito de Lira (PP) (62)	6. Sérgio Petecão (PSD) (17,62)
Kátia Abreu (PSD) (62,61,31,59)	7. Garibaldi Alves (PMDB) (61,63,32,44,43,58,59)
Waldemir Moka (PMDB) (68,69,46,66,33,34,24)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (60,2,71,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (60)
Ruben Figueiró (PSDB) (60)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (3,14,9,60)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (74,72)	3. Cícero Lucena (PSDB) (5,48,18,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (37,45)	
Gim (PTB) (50,49,1,8)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (54,6)
	2. Blairo Maggi (PR) (41,42,56,55,24)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).

67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).
69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPSDB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPSDB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (34)

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) (34)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (7,38)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) (32)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (40,33)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (12,10)
João Capiberibe (PSB) (17,8,9)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) (40)	5. Eduardo Lopes (PRB) (20,19,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (21)	
Lobão Filho (PMDB) (31)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2,11,4,31)
João Alberto Souza (PMDB) (22,27,28,23,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (31)
Valdir Raupp (PMDB) (31)	3. Ivo Cassol (PP) (31)
Luiz Henrique (PMDB) (36,31)	4. Benedito de Lira (PP) (26,31)
Ciro Nogueira (PP) (31)	5. Sérgio Souza (PMDB) (15,13,5,6,35)
Sérgio Petecão (PSD) (31)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (30,37)	1. VAGO (30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) (30)	2. Cícero Lucena (PSDB) (30)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (21,24)	
Gim (PTB) (25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (39)
Alfredo Nascimento (PR) (39,16,3)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (41,29,39,16)
Eduardo Amorim (PSC) (39)	3. (39)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
************. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria(Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira(Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda(Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).
41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão(Of. nº 170/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:
1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).
*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)
RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (1)	
Luiz Henrique (PMDB) (2)	1.
Ricardo Ferraço (PMDB) (2)	2.
Ana Amélia (PP) (2)	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (1)	
Cristovam Buarque (PDT) (3)	1. Lídice da Mata (PSB) (3)
Humberto Costa (PT) (3)	2. Inácio Arruda (PCdoB) (3)
Paulo Paim (PT) (3)	3. Pedro Taques (PDT) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (5)	1.
Wilder Morais (DEM) (7)	2. Maria do Carmo Alves (DEM) (6)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Blairo Maggi (PR) (4)	1.
Eduardo Amorim (PSC) (4)	2.

Notas:
1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.
2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDB).
3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).
7. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Morais é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fala da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013
5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).
6. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).
4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (1)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/09/2013

Notas:
1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (1)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013
5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT) (2)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO

PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)
VAGO

Atualização: 13/09/2013

Notas:
*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.
1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) (2)	COORDENADOR

Atualização: 13/09/2013

Notas:
1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013
2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente n° 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal n° 5312, de 12.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013

Notas:
1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260
E-mail:scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 15/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 11/02/2011
5ª Designação: 11/03/2013
6ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS)
PT
Angela Portela (RR)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Lídice da Mata (BA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB

Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:
1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258
E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (2)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS)
PT
Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
Armando Monteiro (PE)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
José Agripino (RN)
PR
Antonio Carlos Rodrigues (SP)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014

Notas:
1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Jarbas Vasconcelos (PE)
PT
Paulo Paim (RS)
PSDB
Cícero Lucena (PB)
PTB
VAGO (2)
PP
Ana Amélia (RS)
PDT
VAGO
PSB
João Capiberibe (AP)
DEM
José Agripino (RN)
PR
VAGO
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandado, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:
1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (2)

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
Blairo Maggi (MT)
PSD
Kátia Abreu (TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)

PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)
Representante da sociedade civil organizada
André Lima (3)
Pesquisador com produção científica relevante
Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles (3)
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
Rui Carlos Ottoni (3)

Atualização: 11/07/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.nº 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303.5258 **Fax:** 3303.5260
E-mail: scop@senado.gov.br

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC) (10)
PT
Paulo Paim (RS) (11)
PSDB
Lúcia Vânia (GO) (8)
PTB
PP
Ana Amélia (RS) (6)
PDT
João Durval (BA) (7)
PSB
Lídice da Mata (BA) (12)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (5)
PR
PSD
Kátia Abreu (TO) (3)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
PRB
Eduardo Lopes (RJ) (2)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (9)
PSOL

Randolfe Rodrigues (AP) (4)

Atualização: 06/09/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GSINAR nº 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.nº 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.nº 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.GSRR nº 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. nº 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme nº 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados [2]

COMPOSIÇÃO [3]

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA)[8]
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) [8]
2º Vice-Presidente: [8 e 9]
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) [8]

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. [6]
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSD)**	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES)[5]
[7 e 9]	2. [5 e 7]
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) [5]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB)[4]
Wilder Morais (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)[10]
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC)**	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

9- O Senador Francisco Dornelles deixa de integrar a Comissão, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 210 de 2013, da Liderança Bloco Parlamentar da Maioria, e 157 de 2013, do Líder do PP, no Senado Federal.

10- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2012.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Genecias Noronha (PMDB/CE)[7]
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Priante (PMDB/PA)[4]
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO)[4]
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) [2]
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) [3]
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) [5]
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1. Alexandre Leite (DEM/SP)[8]
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) [6]	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Edmar Arruda (PSC/PR) [9]
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB [1]	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:
1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
5-Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
6-Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.
7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.
8- Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.
9- Designado o Deputado Edmar Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Arruda, em 16-8-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 258, de 2013, da Liderança do PSC.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893
Fax: (61) 3216-6905
E-mail: cmo@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Morais (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSOL	Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
PSDB	Lúcia Vânia (PSDB/GO)
PT	Anibal Diniz (PT/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSD	Ademir Camilo (PSD/MG)
PP	Carlos Magno (PP/RO)
PSDB	Domingos Sávio (PSDB/MG)
DEM	Efraim Filho (DEM/PB)
PT	Iriny Lopes (PT/ES)
DEM	Mandetta (DEM/MS)
PMDB	Rose de Freitas (PMDB/ES)
PDT	Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PP	Ivo Cassol (PP/RO)
PSC	Eduardo Amorim (PSC/SE)
PCdoB	Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Ricardo Berzoini (PT/SP)
PMDB	Pedro Novais (PMDB/MA)
PSB	Severino Ninho (PSB/PE)
PSD	Júlio Cesar (PSD/PI)
PDT	Weverton Rocha (PDT/MA)
PSC	Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	Evandro Milhomen (PCdoB/AP)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Afonso Florence (PT/BA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Casildo Maldaner (PMDB/SC)
PTB	João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSB	Lídice da Mata (PSB/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	José Airton (PT/CE)
PMDB	Leonardo Quintão (PMDB/MG)
PR	José Rocha (PR/BA)
PSD	Armando Vergílio (PSD/GO)
PSB	Gonzaga Patriota (PSB/PE)
PTdoB	Lourival Mendes (PTdoB/MA)
PT	Afonso Florence (PT/BA)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
DEM	Wilder Morais (DEM/GO)
PT	Walter Pinheiro (PT/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Zezéu Ribeiro (PT/BA)
PMDB	José Priante (PMDB/PA)
PR	Wellington Roberto (PR/PB)
PV	Fábio Ramalho (PV/MG)
PPS	Sandro Alex (PPS/PR)
PTB	Alex Canziani (PTB/PR)
PSD	Homero Pereira (PSD/MT)
PP	Roberto Teixeira (PP/PE)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados [21]

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin [15, 20 e 27]
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro [15, 20 e 27]
Relator: Deputado Sarney Filho [16, 20 e 27]

Instalação: 27-2-2013 [15, 20 e 27]

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Jorge Viana (PT/AC) [7]	1. Wellington Dias (PT/PI) [7]
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [7, 13 e 17]	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) [7]
Blairo Maggi (PR/MT) [7, 23 e 26]	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [7]	4. [7 e 17]
[22]	5. [22]
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSD)**	
Sérgio Souza (PMDB/PR) [3, 14 e 29]	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) [3 e 29]
Eduardo Braga (PMDB/AM) [3 e 29]	2. Romero Jucá (PMDB/RR) [3 e 29]
Ciro Nogueira (PP/PI) [3, 11, 12 e 29]	3. [3 e 29]
Sérgio Petecão (PSD/AC) [3, 18 e 29]	4. [3, 19 e 29]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) [2]	1. [2 e 24]
Wilder Morais (DEM/GO) [6, 10 e 25]	2. Jayme Campos (DEM/MT) [6, 10, 28 e 30]
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC)**	
João Vicente Claudino (PTB/PI) [4 e 29]	1. [8, 9 e 12]
	2.
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [5 e 29]	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Magi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.

25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.

26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).

27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.

28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.

29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

30- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2012.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) [2]	1. [2 19]
Márcio Macêdo (PT/SE) [2]	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) [2]
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) [2, 5 e 6]	1. Colbet Martins (PMDB/BA) [2 e 21]
André Zacharow (PMDB/PR) [2, 9 e 10]	2. Adrian (PMDB/RJ) [10]
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) [14 e 15]	1. [14]
[14]	2. [14]
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) [2, 11 e 13]	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) [2 e 13]
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) [2 e 20]	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) [2 e 20]
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) [2]	1. [2 e 8]
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) [2 e 18]	1. [2, 12 e 18]
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) [2 e 17]	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) [2, 7, 13 e 17]
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) [2]	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) [2]
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Sarney Filho (PV/MA) [2 16]	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) [2 16]
PTB [1]	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) [2 e 3]	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) [4]

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 22-5-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

20- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.

21- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone: (61) 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados[1]

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)**	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB/PP/PSD)**	
Roberto Requião (PMDB/PR)[5]	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB/DEM)**	
Wilder Morais (DEM/GO) [3]	1. Jayme Campos (DEM/MT)[3 e 6]
	2.
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB/PR/PSC)**	
	1.
	2.
PSOL[2]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [4]	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2012.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Nelson Pellegrinºno [4]
Vice-Presidente: Senador Ricardo Ferraço [4]

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA José Guimarães (PT/CE)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA** Eunício Oliveira (PMDB/CE) [1]
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB/MT)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Mário Couto (PSDB/PA) [2]
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Ricardo Ferraço (PMDB/ES) [3]

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:
1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).
4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) [1]	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) [5]	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) [5]
Eunício Oliveira (PMDB/CE) [5]	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) [5]
Clésio Andrade (PMDB/MG) [5]	3. [5 e 11]
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) [1]	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) [2]	1. Pedro Taques (PDT/MT) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [2]	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Paulo Paim (PT/RS) [2 e 7]	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) [7]
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) [2]	1. [6 e 10]
Wilder Moraes (DEM/GO) [2 e 6]	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) [3]	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) [3]
Gim (PTB/DF) [3]	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) [3]
PSD [4]	
Sérgio Petecão (PSD/AC) [2]	1. [2, 8, 9 e 12]

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela [1]	1. Geraldo Resende [1]
Luiz Pitiman [1]	2. Sandro Mabel [1]
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto [1]	1. Toninho Pinheiro [1]
DEM	
Augusto Coutinho [1]	1. João Bittar [1]
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Augusto Carvalho [1]	1.
PTB	
	1.

Notas:
1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza [1]
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro [1]
Relator: Senador Romero Jucá [1]

Instalação: 12-3-2013 [1]
Prazo Final: 11-5-2013
Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 [2]
Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 [3]
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 [4]

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Morais (PCdoB/MG)

Notas:
1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.
2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.
3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.
4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza[1]
Relator: Senador Romero Jucá [2]

Instalação: 2-4-2013 [2]
Prazo Final: 30-9-2013 [4]

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Eduardo Barbosa (PSDB/MG)[3]	Jorge Viana (PT/AC)
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)
[5]	[5]

Notas:
1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.
2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.
3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.
4 – Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.
5 – Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	**PRESIDENTE** Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE André Vargas (PT-PR)	**1ª VICE-PRESIDENTE** Jorge Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Fábio Faria (PSD-RN)	**2º VICE-PRESIDENTE** Romero Jucá (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO Marcio Bittar (PSDB-AC)	**1º SECRETÁRIO** Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIO Simão Sessim (PP-RJ)	**2º SECRETÁRIO** Angela Portela (PT-RR)
3º SECRETÁRIO Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	**3º SECRETÁRIO** Ciro Nogueira (PP-PI)
4º SECRETÁRIO Biffi (PT/MS)	**4º SECRETÁRIO** João Vicente Claudino (PTB-PI)
LÍDER DA MAIORIA José Guimarães (PT/CE)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA** Eunício Oliveira (PMDB–CE)
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB-MT)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA** Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Décio Lima (PT/SC)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Vital do Rêgo (PMDB-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn
E-mail: sclcn@senado.gov.br
Informações: (61) 3303-4050

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL [1]

(13 titulares e 13 suplentes)
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** [2]
Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** [2]

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO[3]
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO[4]
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004
3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
ssccn@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.
2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.
3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.
4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO [1]

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Deputado Newton Lima [2]

Vice-Presidente: Senador Paulo Bauer [2]

Vice-Presidente: Deputado Renato Molling [2]

Designação: 07.05.2013

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Íris de Araújo	Osmar Serraglio
Marçal Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Urzeni Rocha [3]
Eduardo Azeredo	
Vago [5]	
PSD	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceu Sperafico	Luis Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
PR	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Vago [6]	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
João Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Luiz Henrique
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Acir Gurgacz [4]
Paulo Paim	Inácio Arruda
Antonio Carlos Valadares[4]	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Morais	Jayme Campos (DEM/MT) [7]
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Gim	Eduardo Amorim

(Atualizada em 05.06.2013)

1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
4- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
5- Vago em virtude de o Deputado Walter Feldman ter comunicado seu desligamento, conforme Of. Nº 759/2013-PSDB.
6- A Dep. Luiza Erundina renunciou ao mandato de membro titular da vaga ocupada pelo PSB, conforme Of. B/156/13, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2012.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

Edição de hoje: 346 páginas

(OS: 15753/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL